



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E
DEMANDAS POPULARES

AMANDA RODRIGUES

**PRIVATIZAÇÃO ESCOLAR, TRABALHO DIGITAL E PLATAFORMIZAÇÃO
COMO DIMENSÕES DA RENOVAÇÃO DA PEDAGOGIA EMPRESARIAL DA
FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO**

RIO DE JANEIRO
2026





AMANDA RODRIGUES

PRIVATIZAÇÃO ESCOLAR, TRABALHO DIGITAL E PLATAFORMIZAÇÃO
COMO DIMENSÕES DA RENOVAÇÃO DA PEDAGOGIA EMPRESARIAL DA
FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação, Área de concentração: Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Orientador(a): Prof. Dr. Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RRR696
pp
Rodrigues, Amanda, 1985-
Privatização escolar, trabalho digital e
plataformização como dimensões da renovação da
pedagogia empresarial da Fundação Roberto Marinho /
Amanda Rodrigues. - RIO DE JANEIRO, 2025.
248 f.

Orientador: Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2025.

1. Privatização escolar . 2. Trabalho digital . 3.
Plataformização . 4. Inovação . 5. Movimento LED. I.
Lamosa, Rodrigo de Azevedo Cruz, 1984-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Tese, desde que seja citada a fonte.

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

AMANDA RODRIGUES

PRIVATIZAÇÃO ESCOLAR, TRABALHO DIGITAL E PLATAFORMIZAÇÃO
COMO DIMENSÕES DA RENOVAÇÃO DA PEDAGOGIA EMPRESARIAL DA
FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Tese aprovada em 27 de Novembro de 2025.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

ATA DE DEFESA DE TESE Nº 664/2025 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)
(Nº do Documento: 233)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/12/2025 22:02)
RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: ###414#7

(Assinado digitalmente em 16/12/2025 13:24)
REGIS EDUARDO COELHO ARGUELLES DA COSTA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.127-##

(Assinado digitalmente em 15/12/2025 12:40)
GEO SAURA CASANOVA
ASSINANTE EXTERNO
Passaporte: ###3022#2

(Assinado digitalmente em 26/12/2025 19:20)
INNY BELLO ACCIOLY
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.697-##

(Assinado digitalmente em 11/12/2025 10:12)
AMANDA RODRIGUES
DISCENTE
Matrícula: 2021#####7

(Assinado digitalmente em 17/12/2025 13:42)
LUCIANE DA SILVA NASCIMENTO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.887-##

DEDICATÓRIA

Ao povo palestino, que, em não desistindo de sua humanidade, nos lembra de que
somos humanos.

AGRADECIMENTOS

Por meses, acreditei que não conseguiria concluir esta tese. Houve dias em que a escrita parecia areia escorrendo entre os dedos, e a travessia, extensa demais para minhas pernas cansadas. Persisti, mas não sozinha. Se cheguei até aqui, foi porque mãos generosas me sustentaram quando as minhas fraquejavam. Pessoas tão essenciais que me fazem duvidar do acaso e acreditar, antes, em encontros necessários. A formalidade — e a justiça — exigem que eu as nomeie. Faço-o com cuidado e gratidão, na esperança de que nenhuma presença decisiva fique à margem destas linhas.

Ao meu companheiro e amigo Alexandre, o Xandão, gigante no coração e radical no desejo de retidão. Somente uma alma profundamente boa poderia acolher, até o último fio de cabelo, o combo inesperado que aterrissou na sua vida. Obrigada por sustentar os dias ásperos, por assumir as trincheiras do cotidiano quando eu precisei me recolher à escrita, por acreditar no meu sonho mesmo quando eu duvidei dele. Seu amor foi chão firme.

Ao meu filho querido, Joaquim, que só por existir já reorganiza o mundo ao meu redor. É um privilégio imenso testemunhar você ser a criança que eu não pude ser — inteira, curiosa, luminosa. Que eu jamais me esqueça de proteger em você essa liberdade, e de aprender com ela.

À minha mãe, que é rede, colo e resistência. Que segura comigo os tantos rojões que a vida lança e nunca solta minha mão. Sua força silenciosa é herança e abrigo.

Às minhas amigas Brunna e Marília, companheiras de todos os tempos — dos dias leves e dos dias pesados, da maternidade compartilhada, dos churrascos que viram terapia coletiva, das válvulas de escape que nos salvam da exaustão. Vocês são as mulheres de ar mais fodas que já passaram pela minha vida, e essa é uma constatação política e afetiva.

Às amigas que fiz pelo trabalho, tantas que seria impossível medir. Especialmente à Andreia, presença decisiva nessa reta final: revisora atenta, escuta generosa, contato de emergência nos instantes de desespero. Sua solidariedade concreta fez esta tese avançar.

Ao meu orientador, Rodrigo, que além de vascaíno é um intelectual orgânico no sentido mais profundo do termo. Obrigada pelas conversas francas, pelas leituras rigorosas, pelas provocações que abriram clareiras no pensamento. Que possamos seguir dividindo inquietações e projetos para além destas páginas.

À Patrícia, que me ensinou que a generosidade também é método na academia e me ajudou a virar as chaves que eu ainda não sabia que precisava virar. Sua presença foi decisiva, mesmo quando as palavras não alcançam a dimensão do gesto.

À Universidade Pública, que me formou, me transformou e me permitiu sonhar para além das fronteiras que me foram impostas. Sou resultado de sua existência. Reafirmo aqui meu compromisso de defendê-la e lutar por sua permanência como patrimônio do povo.

À vida, que me conduziu até aqui não apenas pela dureza das provas, mas pela beleza dos encontros. Que eu jamais perca a capacidade de atravessar os processos — mesmo os mais árduos — com a consciência de que viver também é construir sentido no caminho.

EPÍGRAFE

“Estamos criando uma distopia apenas para que pessoas cliquem em anúncios”.

Zeynef Tufecsi

RESUMO

RODRIGUES, Amanda. **Privatização escolar, trabalho digital e plataformização como dimensões da renovação da pedagogia empresarial da Fundação Roberto Marinho**. 2026. 248p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Educação escolar e formação para o trabalho são pares indissociáveis desde que o capitalismo se complexificou a ponto de requerer um trabalhador cada vez mais afinado com suas demandas de acumulação. Esses movimentos de sincronia acontecem em tempos de abundância, mas sobretudo nas crises, momentos estes que aceleram as mudanças nas formas de acumulação e renovam a hegemonia das classes dominantes. A crise de 2008 não foi diferente e seus desdobramentos mobilizaram os espaços digitais como novas fronteiras da acumulação de capital, que, na educação, se traduziu como a inserção mais radicalizada das plataformas digitais, tanto para aprofundar a exploração e controle do trabalho docente, mas também para formar uma massa trabalhadora capaz de ser incorporada na dinâmica do trabalho digital. Aliada aos impactos da crise, a pandemia da covid-19 representou a oportunidade de massificação do uso das mais diversas Tecnologias de Informação e Comunicação, derrubando as barreiras objetivas e subjetivas que ainda faziam resistência. Nesse contexto, observamos uma expansão sem precedentes das plataformas digitais educacionais produzidas por empresas e *startups* que encontraram nas escolas públicas um imenso mercado consumidor ainda pouco explorado. A Fundação Roberto Marinho, Aparelho Privado de Hegemonia de fundamental relevância na organização de intelectuais de sua classe, vem passando por uma reorganização de suas atividades, que tem no bojo de suas causas a mudança da sua natureza institucional no ano de 2022, deixando de ser uma fundação familiar e passando a ser uma fundação privada, controlada diretamente pelo Grupo Globo. Esse novo caráter empresarial da FRM tem se desdobrado em uma mudança radical na sua forma de atuação na sociedade, que passou a se ampliar e mostrar um alinhamento privatizante muito mais claro. Dessa forma, empreendemos esforço na compreensão desse giro empresarial da FRM sob bases analíticas do materialismo histórico dialético, de onde extraímos as três categorias de análise mais fundamentais que se apresentam no título da presente tese: *trabalho, privatização e plataformização*. Essas categorias representam a bússola analítica do nosso trabalho e fornecem os elementos mais estruturantes desse reposicionamento de mercado. Entretanto, elas não puderam esgotar o estudo do nosso objeto, na medida em que não possibilitaram uma imersão completa no conteúdo desse reposicionamento e, portanto, recorreremos à Análise de Conteúdos de Laurence Bardin, de onde extraímos as principais categorias de conteúdo dos materiais da FRM: *inovação, educação profissional e plataformas*. Assim, foi possível imergir sobre nosso objeto a partir de seus materiais teóricos como fontes primárias, disponibilizados, principalmente, em sua *website*, mas também identificar um trabalho novo: o Movimento Luz na Educação (LED). Como resultados, encontramos uma profusão de novas plataformas educacionais voltadas para alunos e professores, mas também para a inserção das juventudes no mercado de trabalho digital, além do Movimento LED como um catalisador do mapeamento de projetos educacionais no país, por um lado, e instrumento de expansão de mercado de suas mercadorias educacionais, de outro.

Palavras-chaves: inovação; educação profissional; plataformas, Movimento LED.

ABSTRACT

RODRIGUES, Amanda. **School Privatization, Digital Labor, and Platformization as Dimensions of the Renewal of the Business Pedagogy of the Roberto Marinho Foundation**. 2026. 248p. Thesis (Doctorate in Education) - Postgraduate Program in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands, Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

School education and workforce training have been inseparable pairs since capitalism became so complex that it required workers increasingly attuned to its accumulation demands. These synchronic movements occur during times of abundance, but especially during crises, moments that accelerates changes in the forms of accumulation and renew the hegemony of the dominant classes. The 2008 crisis was no different, and its consequences mobilized digital spaces as new frontiers of capital accumulation. In education, this translated into the more radical insertion of digital platforms, both to deepen the exploitation and control of teaching labor and to develop a workforce capable of being incorporated into the dynamics of digital labor. Combined with the impacts of the crisis, the COVID-19 pandemic represented an opportunity for widespread use of a wide range of Information and Communication Technologies, breaking down the objective and subjective barriers that still posed resistance. In this context, we have observed an unprecedented expansion of digital educational platforms produced by companies and startups that have found a vast, yet largely untapped, consumer market in public schools. The Roberto Marinho Foundation, a private apparatus of hegemony of fundamental importance in organizing intellectuals within its class, has been undergoing a reorganization of its activities, driven by the change in its institutional nature in 2022, ceasing to be a family foundation and becoming a private foundation, directly controlled by Grupo Globo. This new corporate character of FRM has resulted in a radical shift in its approach to society, which has expanded and demonstrated a much clearer privatization orientation. Thus, we endeavor to understand FRM's entrepreneurial shift from the analytical perspective of dialectical historical materialism, from which we derive the three most fundamental categories of analysis presented in the title of this thesis: labor, privatization, and platformization. These categories represent the analytical compass of our work and provide the most structuring elements of this market repositioning. However, these approaches were unable to fully explore our topic, as they did not allow for a complete immersion in the content of this repositioning. Therefore, we turned to Laurence Bardin's Content Analysis, from which we extracted the main content categories of FRM's articles: innovation, professional education, and platforms. Thus, we were able to delve into our topic based on its theoretical materials as primary sources, available primarily on its website, but also identify a new project: the Light in Education Movement (LED). As a result, we found a profusion of new educational platforms aimed at students and teachers, but also at integrating youth into the digital job market. The LED Movement also serves as a catalyst for mapping educational projects in the country, on the one hand, and as a tool for expanding the market for its educational products, on the other.

Keywords: innovation; professional education; platforms; Light in Education Movement

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tempo despendido em redes sociais por dia no mundo	106
Figura 2: Plataformas digitais utilizadas.....	107
Figura 3 - Composição do trabalho plataformizado no Brasil	108
Figura 4 - Rendimento médio mensal real das pessoas ocupadas por condição de trabalho por meio de plataforma digital de serviço no trabalho principal	110
Figura 5 - Resultado da pesquisa realizada sobre o grau de utilização de ferramentas tecnológicas pelas escolas públicas.....	115
Figura 6 - Parâmetros que norteiam as políticas públicas	117
Figura 7 - eixos para a proposta do TPE para o Sistema Nacional de Educação.....	148
Figura 9 - O Movimento LED	187
Figura 10 - Distribuição dos projetos vencedores do prêmio LED (2022-2025)	202
Figura 11 - Proporção de indivíduos que usaram a internet nos últimos três meses no Brasil (2016-18)	204
Figura 12 - Eixos da transformação digital na Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.....	205
Figura 13 - Objetivo geral e objetivos específicos dos Eixos Habilitadores da E-Digital	205
Figura 14 - Eixo habilitador D do documento E-Digital.....	207
Figura 15 - Totem do Festival LED na Praça Mauá.....	215
Figura 16 - Vista da Praça Mauá, onde ocorre o Festival LED.....	216
Figura 17 - Vista da Praça Mauá com o totem de 100 anos da Globo	217
Figura 14 - Oficina <i>Do insight ao verbo: prepare seu projeto para o LED</i> , ministrada por Manu Bezerra	
Figura 15 - Totem do Festival LED na Praça Mauá.....	215
Figura 16 - Vista da Praça Mauá, onde ocorre o Festival LED.....	216
Figura 17 - Vista da Praça Mauá com o totem de 100 anos da Globo	217
Figura 18 - Metas para o trabalho na educação que constam no relatório ESG da Rede Globo.....	185

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento anual do PIB chinês.....	59
Gráfico 2 - Variação dos preços das commodities brasileiras na série histórica (1980-2019)	61
Gráfico 3 - Balança comercial do agronegócio brasileiro (1989-2017).....	62
Gráfico 4 – Evolução do ICH – 1995 a 2023. Brasil. (Número índice: 1995 = 100).....	91
Gráfico 5 – Evolução da PTF – 1995 a 2023. Brasil. (Número índice: 1995 = 100).....	92
Gráfico 6 - Projetos vencedores do prêmio LED (2022-2025) por região	202
Gráfico 7 - População residente no Brasil por região	203
Gráfico 8 - Relação entre a categoria de conteúdo educação profissional e o Prêmio LED	210
Gráfico 9 - Relação entre a categoria de conteúdo plataforma e o quantitativo de projetos premiados	210

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo geral sobre o trabalho digital	101
Quadro 2 - Sistematização dos tipos de trabalho digital plataformizado.....	104
Quadro 3 - Convênios entre estados da federação e a plataforma Google	113
Quadro 4 - Governança do movimento Todos Pela Educação (continua)	135
Quadro 5 – Novas premissas do trabalho do TPE	144
Quadro 6 - Principais trabalhos da FRM.....	151
Quadro 7 - Relação entre as dez competências gerais da BNCC e as competências sociemocionais	168
Quadro 8 - Editais de seleção constantes na plataforma co.liga	175
Quadro 9 – Organograma do Prêmio LED em 2025.....	189
Quadro 10 – Critérios de seleção de projetos aptos a concorrerem ao Prêmio LED 2026	190
Quadro 11 - Sistematização dos critérios da avaliação qualificatória dos projetos (continua).....	194
Quadro 12 - Vencedores do Prêmio LED 2025.....	199
Quadro 13 - Mesas de abertura das quatro edições do Festival LED.....	218
Quadro 14 - Finalistas do Desafio LED – 4ª edição/2025.....	220
Quadro 15 - Resumo das ações do TPE contidas no documento Educação Já 2022	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índices extraídos do documento Educação Já 2022.	31
Tabela 2 - Índices extraídos das fontes primárias.	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

APH - Aparelho privado de hegemonia

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIEB - Centro de Inovação para a Educação Brasileira

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CONAE - Congresso Nacional de Educação

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IES - Instituições de Ensino Superior

LED - Luz na Educação

FED - Federal Reserve System

FRM - Fundação Roberto Marinho

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GAFAM - Google, Apple, Facebook (Meta), Amazon, Microsoft

GET - Ginásio Educacional Tecnológico

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MTPE - Movimento Todos Pela Educação

NEM - Novo Ensino Médio

PAC - Programa de aceleração do crescimento

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

ONU - Organização das Nações Unidas

REM - Reforma do Ensino Médio

REUNI - Reforma Universitária

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SME/RJ - Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro

SNE - Sistema Nacional de Educação

STEAM - Science, Technology, Engineering, Arts, Mathematics (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática)

TCH - Teoria do Capital Humano

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

TPE - Todos Pela Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	PARA UMA ANÁLISE MATERIALISTA DA CRISE ESTRUTURAL EM TEMOS RECENTES: A CRISE DE 2008, CONTRARREFORMAS, CRISE SANITÁRIA E CAPITALISMO NA ERA DIGITAL	
2.1	O caráter estrutural da crise da década de 1970, seus laços de continuidade em 2008 e a criação do sujeito neoliberal	42
2.2	Desdobramentos da crise de 2008 e reconfiguração das frentes da burguesia no Brasil: Dos anos de conciliação social-liberal ao neofascismo de Bolsonaro.....	57
2.3	O capitalismo na era digital como a nova fronteira da acumulação.....	73
3	TRABALHO, PRIVATIZAÇÃO E PLATAFORMIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES DA EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA ERA DIGITAL NA EDUCAÇÃO 80	
3.1	O trabalho enquanto fundamento ontológico da vida e suas degenerações na subsunção ao regime do capital, capital humano e trabalho digital.....	81
3.1.1	<i>O trabalho enquanto ontologia do ser social e a subsunção real do trabalho ao capital</i>	<i>81</i>
3.1.2	<i>A Teoria do Capital Humano: o empresariamento do eu.....</i>	<i>87</i>
3.1.3	<i>O trabalho digital e as novas fronteiras da acumulação</i>	<i>94</i>
3.2	A Plataformização enquanto a materialização mais sofisticada do trabalho digital e suas implicações para a classe trabalhadora	102
3.3	O processo de privatização e seus movimentos de renovação no capitalismo na era digital.....	121
4	INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E PLATAFORMAS: OS EIXOS DA RENOVAÇÃO DA PEDAGOGIA EMPRESARIAL DA FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO ENQUANTO ELO DA CORRENTE EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO 129	
4.1	A Fundação Roberto Marinho e o associativismo burguês na educação	130
4.2	TPE: Coalizão Global pela Educação e Coalizão Global da Educação	137
4.3	A pedagogia política da Fundação Roberto Marinho como estratégia de consenso sobre o trabalho digital e plataformizado	150
5	MOVIMENTO LED COMO A MAIS NOVA ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO DA PEDAGOGIA POLÍTICA DO GRUPO GLOBO/FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO 179	

5.1	A Direita para o social e os mecanismos de captura da consciência crítica dos subalternos.....	180
5.2	O Movimento LED.....	184
5.2.1	<i>Prêmio LED: regulamento e formulário de inscrição</i>	<i>188</i>
5.2.2	<i>O Prêmio LED: uma análise qualitativa e quantitativa da premiação</i>	<i>197</i>
5.2.3	<i>A Comunidade LED</i>	<i>212</i>
5.2.4	<i>O Festival LED</i>	<i>215</i>
5.2.5	<i>O Desafio LED.....</i>	<i>218</i>
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	230
	APÊNDICES	240
	Apêndice 1 - Vencedores da terceira edição do Prêmio LED/ 2024	240
	Apêndice 2 - Vencedores da segunda edição do Prêmio LED/2023.....	241
	Apêndice 3 – Vencedores da primeira edição do Prêmio LED/2022.....	242
	Apêndice 4: Semifinalistas do Prêmio LED 2023.	243
	Apêndice 5: Finalistas do Desafio LED - 3ª edição (2024)	244
	Apêndice 6 - Finalistas do Desafio LED - 2ª edição (2023).....	245
	Apêndice 7 - Finalistas da primeira edição do Desafio LED (2022)	246
	ANEXOS	247
	Anexo 1: Print do <i>tweet</i> em tom ameaçador escrito pelo general do exército Villas Boas dirigido informalmente ao STF na véspera do julgamento do <i>habeas corpus</i> do presidente Lula da Silva.	247
	Anexo 2: Print da página inicial do buscador Google com o link que caracteriza o <i>lobby</i> feito pela empresa contra a regulamentação das redes sociais pelo Congresso Nacional	248
	Anexo 3 - Certificado de participação na oficina <i>Do Insight ao Verbo: prepare o seu projeto para o LED</i> oferecida no Festival LED 2025.....	249

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos mais recentes da expansão capitalista estão orientados para o aprofundamento da digitalização como nova fronteira de mercado e valorização do valor. A evocação do futuro como grande horizonte de novas possibilidades de realização individual vem se assentando cada vez mais no universo virtual, hoje capturado e hegemonizado pelas grandes empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs). Esses grandes conglomerados de empresas e *startups*, em que pese todo eventual status concorrencial, atuam sinergicamente no sentido de construir os pilares de uma forma distinta de exploração do trabalho, dessa vez em uma versão digital e plataformizada.

O acelerado desenvolvimento tecnológico dos últimos anos tem aprofundado a subsunção do trabalho vivo ao trabalho morto, tornando o trabalho cada vez mais dependente de mediações tecnológicas. Nesse contexto, tornam-se evidentes os interesses do grande capital em renovar a pedagogia política da classe dominante em escala global, orientando o proletariado para uma ênfase crescente na vertente “info”, sob a influência de conglomerados como Microsoft, Meta e Amazon. Esses interesses convergem em uma agenda comum: fazer com que todos internalizem os interesses da classe dominante como se fossem interesses universais.

Ao mesmo tempo, compreendemos que a aceleração da dinâmica digital no mundo do trabalho obedece os imperativos de expansão do capital: o mundo real *per se* e seus modos de privatização tradicionais já não comportam o ímpeto expansionista e necessidade por extração de mais-valor; é preciso que a realidade digital estenda o mundo material, fazendo dessa expansão um alargamento das fronteiras para a reprodução do capital, em uma associação cada vez mais orgânica entre mundo do trabalho e vida a partir da mediação tecnológica. Assim, a dinâmica do trabalho hoje não reconhece mais hora e local, invade as intimidades e subjetividades, sendo todo e qualquer momento de vigília uma possibilidade de engajar, monetizar e submeter o tempo e as capacidades criativas de cada um a serviço do aumento dos lucros.

Assistimos desde a crise de 2008 ao surgimento de novas modalidades de privatização que se dão a partir das mediações tecnológicas nos espaços digitais, de construção de dados, coletas de informações (muitas vezes com aspectos éticos duvidosos) ao mesmo tempo em que se camuflam as relações de exploração a partir do

discurso da flexibilidade. Ainda que compreendamos que seja da natureza do neoliberalismo a construção de um ideário assentado no individualismo e na auto realização profissional como única saída para o sucesso profissional, a última década vem testemunhando um giro qualitativo nessa perspectiva, acompanhados pela eclosão e massificação do trabalho mediado por plataformas.

Assim, o trabalho digital vem se caracterizando como uma modalidade de trabalho que torna as fronteiras entre real e virtual mais plásticas, acomodando dinâmicas que penetram fissuras tais quais líquidos que se espriam por todo espaço disponível em uma superfície qualquer. A característica fundante do trabalho enquanto atividade realizada em um espaço físico específico em uma dada carga horária perde força na sua modalidade digital, na medida em que pode ser realizado em qualquer lugar do planeta, compreendendo o próprio mundo enquanto unidade potencialmente conectada via internet. Da mesma forma, as barreiras das distâncias entre a produção e realização da mercadoria também têm sido encurtadas, muitas vezes com a conexão das pontas dos processos produtivos e eliminação das intermediações.

É certo que esses processos de expansão das fronteiras de valorização do valor carregam no seu cerne as questões fundantes das contradições entre capital e trabalho. O trabalhador digital, em grande medida, reforça as fileiras da informalidade ao ser propagandeado como nada mais que um prestador de serviços ou mesmo um empreendedor, na mesma medida em que radicaliza o processo de atomização e alienação deste trabalhador do conjunto de sua classe. Além disso, há a externalização dos custos da reprodução da força de trabalho e meios de produção quando se delegam todas as etapas do processo produtivo para os ombros da classe trabalhadora. Assim, ao trabalhar a partir da mediação de plataformas de tecnologias da informação e comunicação, o trabalhador é isolado, separado e tal condição de isolamento dificulta a capacidade de organização e tomada de consciência de classe.

Para o conjunto da classe dominante, esse arquétipo de trabalhador tem sido o novo paradigma projetado para a formação escolar de cada um, orientação essa que se expressa em um tipo de formação que se norteia na alfabetização tecnológica de professores e estudantes para que sejam capazes de produzir, reproduzir e manejar conteúdos nas plataformas de TICs. Nesse sentido, compreendemos que o movimento global tem sido dirigido para a criação de condições de possibilidade da expansão da experiência digital, formação de indivíduos proficientes no manejo das tecnologias de

comunicação que existem e das que serão criadas e para o assentamento do consenso sobre a necessidade dessas tecnologias como aspecto vital da reprodução da vida.

A fim de que possamos articular o processo de digitalização da economia em escala global com o contexto brasileiro, é importante que nos esforcemos para caracterizar historicamente, tanto a forma como o capitalismo se desenvolveu no Brasil quanto a classe trabalhadora que o sustenta e reproduz, além das óbvias determinações conjunturais que nos cercam. O Brasil, enquanto uma ex colônia de Portugal, que obteve independência política sob submissão do colonialismo inglês, forjou a sua dinâmica produtiva pós colonial ainda sob bases bastante semelhantes à do período anterior, quando era um importante polo produtor de matérias primas que nutriram a acumulação primitiva de capital nos estágios embrionários do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico.

Assim, entendemos que a independência política do Brasil pode ser enquadrada na linha de acomodação a certos princípios capitalistas e liberais sem que a dependência deixasse de ser “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2017, p.327-328).

Nessa configuração, países politicamente independentes, como o Brasil, cumpriram a tarefa de ser o ponto de produção de mercadorias de primeira necessidade, sobretudo de alimentos, que rebaixou o trabalho necessário nos países centrais, resultando assim, na consequente expansão da taxa de mais-valia e do lucro. Já na periferia, a queda substancial no preço das mercadorias de primeira necessidade enviadas aos países industrializados foi compensada por uma *superexploração* do trabalhador, a partir da combinação de três mecanismos descritos por Marini como: *a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário* (Marini, 2017, p. 333).

Esse último mecanismo - a expropriação de parte do trabalho necessário - também é apontado por Francisco de Oliveira (1998) como a intercessão entre os interesses privados e a atuação da burocracia estatal sobre o fundo público. Ao expropriar parte do trabalho necessário, o capitalista delegou ao Estado a tarefa de mitigar os impactos negativos sobre a sobrevivência do trabalhador e reprodução da força de trabalho, fazendo-o a partir das políticas de subsídios e investimentos em infraestrutura e tantos

outros investimentos estatais, naquilo que o autor chamou de *antimercadorias sociais* (Oliveira, 1998, p.29).

O recurso ao “caixa do Estado”, o fundo público, é a ação primordial para se cumprir os três mecanismos descritos anteriormente por Marini, na medida em que seja estruturante ao desenvolvimento de países periféricos como o Brasil a superexploração do trabalho. Além disso, a herança da escravidão que está no fundamento social e histórico da formação da parcela mais explorada da classe trabalhadora brasileira, também é mais um elemento de facilitação desse processo. Assim, a formação de uma classe burguesa que desenrolasse uma revolução capaz de criar condições de surgimento do capitalismo no Brasil se deveu em grande medida à tarefa de subsídio do Estado, ao espólio da escravidão e a uma “opção” pela via da dependência (Oliveira, 1998, p.75)

A via do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil centrou-se na alocação do excedente de produção da atividade agroexportadora para as cidades, o que possibilitou o fenômeno da urbanização e o crescimento das cidades, como é o caso de São Paulo, por exemplo. Dessa forma, a industrialização e a urbanização no Brasil se deram a partir de um profundo entrelaçamento entre a produção do campo e o desenvolvimento das cidades porque gerou tanto o acúmulo de capital a ser alocado na construção de uma mínima infraestrutura urbana, quanto o abastecimento de seus gêneros de primeira necessidade a um custo absolutamente rebaixado e que tornou factível a formação de uma incipiente classe trabalhadora.

Compreendemos que, além de contextualizar a posição do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho quando do surgimento do capitalismo local, também seja indispensável fazer uma melhor caracterização dessa força de trabalho em específico. A liberalização tardia da força de trabalho negra escravizada, feita às custas de pressão internacional e ampliadas lutas de resistência abolicionista, foi compensada por gordas indenizações aos senhores de terras e imigração do trabalhador branco europeu como parte de uma política pública que tinha o objetivo de embranquecer um Brasil ainda majoritariamente negro. Esse trabalhador branco das cidades compôs o gérmen da classe operária e foi o ponto de partida da organização da classe trabalhadora brasileira, sendo os sujeitos fundadores dos sindicatos, partidos e movimentos de esquerda no país.

Entretanto, o trabalhador negro, agora ex escravizado, foi abandonado à sua sorte e compôs a ampla fatia do exército de reserva e, como tal, foi comprimido nas periferias e favelas, sendo indigno das políticas públicas para a educação formal da população brasileira. Essa massa de trabalhadores negros seguiu como as postulantes àqueles tipos

de trabalho mais degradantes ou ao trabalho doméstico, no caso das mulheres (essa, uma das últimas categorias de trabalho a ser “liberta” no Brasil¹). Essa breve caracterização da racialização da classe trabalhadora brasileira amplia nossa lente analítica, permitindo-nos compreender que a educação no Brasil, sobretudo a pública, deveria ser parte de um processo de reparação histórica e, como tal, etapa necessária da libertação da classe trabalhadora no Brasil como um todo. Assim compreendido, resta-nos concluir que o contingente humano destinado ao trabalho simples² segue sendo o mesmo de outrora, a saber os segmentos mais oprimidos do conjunto da classe trabalhadora.

No sistema capitalista, o trabalho é preponderantemente assalariado, isto é, trata-se de um tipo de trabalho sobre o qual o trabalhador é a priori expropriado das possibilidades de reprodução autônoma da vida, restando-lhe a venda de sua força de trabalho para alguém que detenha os meios de produção. A mercadoria resultante desse trabalho requer a criação do valor de troca (este sempre relacional a outras mercadorias) que, tomada a partir de uma dimensão global, estipula uma Divisão Internacional do Trabalho, onde determinados países ofertam mercadorias de baixo valor agregado e outras, de alto valor agregado. Nesse sentido, os primeiros requerem muito mais trabalho simples que os segundos, o que determina as expectativas de formação escolar em cada contexto.

A partir dessa referência, compreendemos ser o trabalho simples o substrato onde se assenta a força de trabalho no Brasil, tanto porque a industrialização aqui foi tardia, caracterizada pela manufatura de bens não duráveis, quanto porque a base econômica agrário-exportadora ainda hegemônica requereu uma mão-de-obra pouco especializada. Entretanto, o desenrolar do processo de industrialização tardio brasileiro reconfigurou o mundo do trabalho em certos aspectos, urbanizou o país, ainda que esse processo não tenha resultado em uma revolução tecnológica capaz de demandar um tipo de trabalhador especializado em larga escala.

A dupla condição de exploração e opressão característica da classe trabalhadora brasileira reflete-se ainda hoje como os elementos mais significativos da composição social dos estudantes das escolas públicas no Brasil. Nesse sentido, garantias e direitos fundamentais para o estrato subalternizado da população também resultaram de amplos

¹ Apenas no ano de 2015 os trabalhadores domésticos tiveram reconhecidos direitos trabalhistas tal qual o conjunto de trabalhadores formais abrigados pela CLT, este, um conjunto de leis trabalhistas promulgadas em 1943 por Getúlio Vargas.

² Partimos de Marx para determinar que o trabalho simples, diferentemente do complexo, seja o dispêndio de pura força bruta de trabalho, “sem qualquer desenvolvimento especial” (MARX, 2013 p.169).

movimentos de disputas por políticas públicas que visaram a expansão da oferta de ensino formal público e o conteúdo desse ensino, este último sendo uma tarefa que ainda se desenrola e que também se configura como justificativa para esse trabalho acadêmico.

A partir da caracterização da posição do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho como um país capitalista de tipo dependente, podemos deduzir de que maneira a educação, especificamente a pública, vem sendo forjada para abrigar as necessidades mais prementes de formação de força de trabalho simples, acomodando da forma mais complementar a formação do exército de reserva nas cidades. Também identificamos o processo de industrialização em suas mais diversas etapas como um importante propulsor da expansão da formação escolar, ainda que não tenha existido uma política de universalização da educação escolar até a década de 1990. Além disso, o caráter de racialização da classe trabalhadora brasileira determina a quais pessoas estamos nos referenciando ao circunscrever o trabalho simples no Brasil.

A expansão da escolarização avança mais sensivelmente a partir das políticas dos governos autoritários do pós golpe empresarial-militar de 1964 que propagou um currículo centrado na pedagogia tecnicista, desmontando as incipientes iniciativas de expansão de uma educação de cunho popular e mantendo o aspecto de dualidade educacional, estrutural à educação brasileira. A pedagogia tecnicista dava corpo à exclusão dos mais pobres ao investir em uma formação alienada, na medida em que desassociou a dimensão política da técnica, cindindo processos que são essencialmente complementares e, como tal, potencialmente libertadores. O que estava em jogo era a formação de um corpo de trabalhadores com formação técnica tal que não ultrapassasse o limite das necessidades da reprodução do valor, que não fossem capazes de produzir as ferramentas teóricas que os habilitassem a mergulhar sobre a essência dos fenômenos sociais e políticos e promover uma compreensão emancipadora da realidade.

Tal qual os estudantes, também os professores, sob a perspectiva da pedagogia tecnicista, são esvaziados da dimensão política da sua prática, com fins de “objetivação do trabalho pedagógico” (Saviani, 2021, p.381). A tarefa de formulação intelectual, tão fundamental à atividade docente, cede espaço a um professor que se limita a reproduzir o saber mecanizado, a um reprodutor de metodologias, ao tele-ensino. A educação na perspectiva tecnicista, apesar de propagar-se anti-ideológica, é revestida de intencionalidade; a saber, a manutenção da coesão social e formação de um corpo de trabalhadores qualificados, ainda que alienados, dóceis e exploráveis.

Nesse sentido, constatamos que, longe de superar a profunda desigualdade social e econômica entre as classes fundamentais no Brasil, o processo de industrialização sob a batuta dos militares no poder seguiu realizada de forma desigual e combinada (Novack, 1988, p.54) e com profunda dependência do capital internacional, sedimentando a posição do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho como um país dependente da importação de bens de capital e tecnologia das grandes potências produtoras das patentes. Em função dessas bases, observamos que o projeto educativo no Brasil estabelecido sobre a pedagogia tecnicista reproduziu e aprofundou a lógica da dependência e do trabalho alienado, não universalizou a educação formal básica e mobilizou mídias alternativas (como o rádio e a televisão) como uma das estratégias-chave de expansão precarizada da escolarização da massa trabalhadora.

Os anos que antecederam a redemocratização na década de 1980 vinham sendo permeados pelas discussões fomentadas pelas pedagogias crítico-reprodutivistas que questionaram as raízes das desigualdades na escolarização dos brasileiros. Nessas discussões era denunciado o caráter de reprodução social da escola brasileira e seu papel como difusora da ideologia das classes dominantes. Conforme destaca Saviani,

A visão crítico-reprodutivista desempenhou, pois, um papel importante na década de 1970. Suas análises constituíram-se em armas teóricas utilizadas para fustigar a política educacional do regime militar, que era uma política de ajustamento da escola utilizada como instrumento de controle da sociedade visando a perpetuar as relações de dominação vigentes. (Saviani, 2021, p.397)

As questões sociais trazidas no bojo desses debates contribuíram para que os educadores e educadoras compreendessem a necessidade de construção de uma escola *da* periferia e não somente *na* periferia do capitalismo. Um dos resultados mais importantes desse movimento foi a criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública em 1987 que foi capaz de potencializar a ação articulada em defesa da educação pública e teve uma grandiosa contribuição na elaboração dos artigos referentes à educação na constituição de 1988.

A construção de uma educação pública e universal que expressasse outra hegemonia nunca foi um processo tranquilo na arena da luta de classes. Isso porque, em meio às contradições da realidade brasileira, o capitalismo atravessava uma crise estrutural que marcou toda a década de 1980, prolongando um período de recessão econômica global. No Brasil, a agudização da crise econômica introduziu o neoliberalismo do Consenso de Washington a partir do governo Collor de Mello que só

não foi absolutamente bem sucedido nessa tarefa por ter sido um governo afogado em escândalos de corrupção que derreteram a popularidade do então presidente, tornando-o incapaz de executar o projeto neoliberal em sua plenitude.

Foi apenas no governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (que implementou o bem sucedido plano Real e estabilizou a economia tanto fiscal quanto monetariamente quando foi ministro da Fazenda) que pôde iniciar-se a implementação de uma agenda de privatizações e de reestruturação do aparelho de Estado. Dessa agenda, destacamos a Reforma do Estado (que ganhou status de Ministério assumido por Bresser Pereira) já nos primeiros atos do governo de Fernando Henrique Cardoso porque veio ao encontro da necessidade expressa pela agenda capitalista global de recalibrar o grau de aprofundamento das orientações neoliberais em todo o mundo.

A linha de um neoliberalismo de cunho mais ortodoxo, típico das experiências dos anos 1970 e 1980 no centro do capitalismo, desembocou em tensões sociais com potencial risco à acumulação, justamente porque radicalizou o desmonte do Estado de Bem Estar Social nos países centrais. Assim, a própria burguesia passou a formular ajustes de compasso entre a sociedade civil e política, conferindo a esta um papel mais ativo a ser desempenhado no que tange à redução dos índices de pobreza, a partir das políticas públicas assistenciais. Bresser Pereira, então ministro da Reforma do Estado, reconheceu que:

[...] está implícito que a coordenação do sistema econômico no capitalismo contemporâneo é, de fato, realizada não apenas pelo mercado, como quer o neoliberalismo conservador de alguns notáveis economistas neoclássicos, mas também pelo Estado: o primeiro coordena a economia através de trocas, o segundo, através de transferências para os setores que o mercado não logra remunerar adequadamente segundo o julgamento político da sociedade. (Pereira, 1997, p.8)

Nesse sentido, o Estado capitalista neoliberal não passou a ser apenas um grande administrador do fundo público, mas também assumiu a tarefa de ser o personagem responsável por mitigar os efeitos deletérios dessa nova fase da acumulação, redistribuindo pequenas parcelas da riqueza acumulada a partir do processo produtivo e responsabilizando-se pelas políticas públicas que garantem a sobrevivência dos grupos sociais os quais o mercado não tem interesse. Além disso, tomou da iniciativa privada (e de sua lógica empresarial) os fundamentos mais basilares da reorganização da burocracia estatal, tornando-se um estado gerencialista que expressou em todas as áreas do serviço público o receituário empresarial. Nesse processo, a educação foi especialmente

privilegiada, na medida em que a escola segue sendo um aparelho de hegemonia com ampla penetração no corpo da classe trabalhadora.

O alinhamento estreito das políticas públicas de educação no Brasil com as demandas do mundo produtivo neoliberal encontrou suporte nas resoluções da Conferência Educação para Todos em 1990. A resolução dessa Conferência previu que os sistemas de educação de todo o mundo deveriam trabalhar no sentido de atender às *necessidades básicas de aprendizagem* de crianças e jovens como um direito a ser garantido universalmente (UNICEF, 1992). O atendimento a essa e a outras orientações acabaram por ser importantes condicionantes para a localização do país na nova ordem da economia financeirizada, o que, no caso brasileiro, representou a garantia de possibilidade do desenvolvimento econômico nos marcos do capitalismo dependente. O conjunto de resoluções da Conferência foi traduzido no Plano Decenal Educação Para Todos de 1993 que estabeleceu as metas para a educação no país para os próximos dez anos.

Compreendemos ser importante resgatar a essência do Plano Educação Para Todos porque, na medida em que expressou o alinhamento com grandes intelectuais coletivos da burguesia internacional – UNICEF, Banco Mundial, FMI, dentre outros –, o documento fixou como metas os anseios e expectativas de formação da classe trabalhadora naquele momento de forma alinhada com o modelo de desenvolvimento e reprodução do capital no Brasil. Nesse sentido, o neoliberalismo chega às nossas terras também pela via privilegiada da escola pública que atende, em essência, os filhos e filhas da classe trabalhadora.

Por outro lado, ao analisar as metamorfoses do mundo do trabalho desde a recomposição do bloco histórico³ fordista-keynesiano, compreendemos que os avanços orquestrados ao conjunto dos trabalhadores não se limitaram ao aspecto econômico-jurídico. Uma série de contrarreformas foram implementadas no curso dos anos, mas sem sombra de dúvidas, um importante front nessa nova guerra de posições, foi a disputa da consciência dos trabalhadores para a adesão, ainda que passiva, ao novo projeto hegemônico.

³ O conceito de bloco histórico é extraído das obras de Antonio Gramsci e ajudam-nos a pensar a estrutura e a superestrutura como movimentos do real enquanto unicidade dialética e não na relação causa–efeito.

Como reflexo desse movimento de construção de uma máquina estatal de natureza gerencialista, o empresariado empodera-se ainda mais na sua atuação como braço implementador de políticas públicas em campos estratégicos para a sua atuação. A educação (em um sentido amplo) tornou-se um espaço de difusão de sua ideologia tanto nos currículos escolares como nas construções de estratégias de uma privatização de novo tipo⁴ e mercantilização do ensino, trabalhando para torná-lo em si uma mercadoria passível de ser precificada e vendida como um produto qualquer.

É nessa dinâmica que se tecem as teias de interesses onde se situa a Fundação Roberto Marinho, já na esteira da construção de interesses privados na difusão de uma formação escolar interessada e alinhada aos ditames do capital em cada etapa da acumulação. A Fundação, que nasce ainda na década de 1970, encontra a oportunidade de inserir-se nessa teia de interesses empresariais tanto porque já dispunha de certo *know-how* adquirido com a experiência do Telecurso, quanto por causa da vocação da *holding* que a controla (Grupo Globo) de atuação política nos mais diversos campos da vida cívica brasileira.

As Fundações e Institutos gerenciados por grandes empresas privadas têm uma representatividade expressiva em setores estratégicos da sociedade, como a educação e saúde. Como cultura importada do centro do capitalismo, principalmente dos Estados Unidos, essas instituições são contempladas com posições privilegiadas de acesso ao Fundo Público através de editais e parcerias, mas também disputam as consciências das pessoas porque apresentam-se como formuladoras de soluções para o amplo espectro de problemas enfrentados no cotidiano da vida em sociedade. São peças fundamentais na guerra de posições porque formulam, difundem e disputam hegemonia na arena da luta de classes e, por vezes, podem cooptar intelectuais das classes antagônicas, legitimando ainda mais seu trabalho na organicidade de suas construções ideológicas (Fontes, 2021, p.68).

Como uma das maiores fundações filantrópicas do Brasil, a Fundação Roberto Marinho (FRM), vem construindo estratégias relevantes de difusão de ideologias

⁴ Entendemos por “privatização de novo tipo” os movimentos empresariais que buscam colonizar a escola a partir da administração do espaço-tempo escolar e não necessariamente pela aquisição dos espaços físicos e sua conversão em espaços privados. Vania Motta e Carolina Andrade (2020) apresentaram o conceito de *empresariamento da educação de novo tipo* a partir das contribuições sobre o capitalismo dependente de Florestan Fernandes e de *empresariamento de novo tipo* de Virgínia Fontes. Segundo as autoras, esse conceito “combina, dialeticamente, os elementos estruturantes e dinâmicos desse processo, que expressa, sob diferentes mantos, o interesse e a ação das classes dominantes sobre a educação escolar” (2020, p.3)

favoráveis à disseminação da concepção de trabalho digital vinculado às TICs e que condiciona um tipo de trabalhador atomizado e ultra controlado. No ano de 2022, a FRM deixou de ser uma fundação de caráter familiar e passou a ser uma fundação empresarial, sendo, assim, incorporada à *holding* que controla as empresas do Grupo Globo. Essa incorporação redefine seu estatuto que assume um caráter mais explicitamente empresarial e, enquanto tal, um instrumento objetivo da ação empresarial desse conglomerado midiático.

Objetivos geral e específicos

O objetivo geral desta tese de doutorado consiste em compreender quais estratégias têm sido construídas pela Fundação Roberto Marinho em sua nova dimensão empresarial, suas motivações implícitas e explícitas, bem como as formas pelas quais são implementadas na sociedade. Já os objetivos específicos são: 1) Contextualizar as manifestações mais atuais da reprodução do capitalismo na era digital; 2) Fundamentar categorias de análise e de conteúdos para o aprofundamento do estudo do objeto; 3) Apresentar e analisar as mercadorias educacionais da FRM à luz das categorias de análise e de conteúdos.

Para alcançar tal propósito, buscamos caracterizar a conjuntura social, econômica e política na qual este trabalho se inscreve, sobretudo a partir dos desdobramentos da crise econômica de 2008. Ademais estabeleceremos categorias de análise e de conteúdos que emergem do nosso objeto a partir de sua atuação na sociedade, a fim de ampliar a lente de análise dos fenômenos empíricos resultantes desses novos trabalhos. Por fim, empreendemos esforços para especificar a atuação da Fundação Roberto Marinho conjuntamente à Rede Globo na construção do Movimento Luz na Educação, a mais nova estratégia de intervenção pública no debate sobre educação.

Referenciais teóricos e metodológicos

Para entender como a FRM se insere nessa rede de institutos e fundações ligados aos capitalistas, recorreremos a fontes primárias, como os seus referenciais curriculares (FRM, s.d.), o relatório de atividades de 2024 (FRM, 2025), o documento “Efetividade e impacto das soluções educacionais da Fundação Roberto Marinho (2019-2022)” (FRM, 2022), além sua *website* (frm.org.br). Para analisar o Movimento Luz na Educação,

incorporamos tanto os materiais de mídia sobre o evento quanto a coleta de dados em campo, na participação ativa da pesquisadora em duas edições do Festival LED na Cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 2024 e 2025. Como fontes secundárias, recorremos a matérias de jornais e revistas que abordem a FRM direta ou indiretamente.

Encontramos nessa etapa dificuldades semelhantes às aquelas enfrentadas na produção da dissertação: a escassez de trabalhos atualizados referentes à atuação da FRM e do Grupo Globo na educação pública. Surpreende-nos ainda mais não encontrar fonte secundária alguma sobre o Movimento LED em suas quatro edições, o que nos leva a concluir ser esta tese de doutoramento o primeiro trabalho com este fim. Dessa forma, nossa responsabilidade com a metodologia de análise torna-se ainda mais fundamental porque poderá ser o ponto de partida de futuros trabalhos de distintos autores.

Outra importante fonte secundária para esta pesquisa, é o levantamento de legislações e outros dispositivos jurídicos-burocráticos que auxiliem a desvelar a rede de interesses da Fundação no incremento do trabalho digital e da plataformização. Compreendemos que o trabalho com a análise de políticas públicas educacionais não dispensa a análise de documentos públicos e privados como principais fontes primárias porque, ainda que não sejam expressamente divulgadas as intencionalidades de seus formuladores, estão condizentes com que Evangelista e Shiroma defendem quando “Analisamos documentos procurando decifrar nos textos os objetivos anunciados ou velados de determinada política para entender como se articulam ou afrontam o projeto burguês [...]” (2019, p.88-89). São as disputas de projetos de sociedade que emergem dos documentos como fenômenos e, como tais, se configuram como importantes portas de entrada para a compreensão na essência daquilo que seja a Educação pública brasileira.

Nesse sentido, estabelecemos duas formas complementares de olhar para o nosso objeto empírico, recorrendo, assim, a metodologias mais específicas para extrair dele categorias de análise e categorias de conteúdo. As primeiras são extraídas a partir da fundamentação materialista histórico-dialética, o que possibilita-nos entendê-lo em sua generalidade, como mais um movimento do capitalismo em sua era digital. Além disso, também incorporamos a análise de conteúdos e a hermenêutica para a interpretação do nosso objeto em sua especificidade, ou seja, como se dá a sua contribuição particular no contexto de sua atuação. Cabe destacar que em nosso procedimento teórico-metodológico, as categorias de conteúdos serão interpretadas à luz das categorias de análise, justamente porque permitem-nos desvelar o teor ideológico revestido de universalidade da pedagogia política da FRM.

Em seguida, explicamos melhor como pretendemos chegar aos dois grupos categoriais

1) Categorias de análise:

De forma a deduzir as categorias de análise que emergem do nosso objeto enquanto uma totalidade, incorporamos o materialismo histórico-dialético do filósofo alemão Karl Marx como ponto de partida, na medida em que em suas obras, a realidade é apreendida (e analisada) enquanto expressão de uma totalidade de causas as quais relacionam todos os fenômenos sociais à atividade de humanização do ser humano, o qual se dá no devir da transformação do mundo natural a partir do trabalho. Portanto, a categoria *trabalho*, é central para compreender o objeto desse estudo enquanto expressão das disputas travadas na sociedade civil, sobretudo considerando-se que trataremos das estratégias de formação para o trabalho simples, elemento fundamental para o aprofundamento da exploração do mais-valor.

O exercício que Marx nos convida a fazer nos Grundrisse (2011) e que exercitamos ao realizar a experimentação analítica do nosso objeto, é entendê-lo enquanto uma totalidade de determinações que podem ser sintetizadas intelectualmente como o concreto pensado. Esse movimento não é necessariamente o mesmo do concreto enquanto fenômeno, tampouco da precedência do conceito sobre a realidade, mas da capacidade de, a partir de categorias fundamentais, pensar o real de maneira lógica, podendo, assim, interpretá-lo (e quiçá, mudá-lo).

No exercício que praticamos a partir do método em Marx, entendemos que a atividade da Fundação Roberto Marinho contemporaneamente procura estabelecer certas bases para a educação em tempos de capitalismo digital, o que, portanto, reafirma a categoria *trabalho* como fundante. Além disso, a vocação privatizante, isto é, da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, é o *telos* dessa atuação interessada, o que nos leva à segunda categoria, a saber, a *privatização*. O que abordamos como a maior novidade é a categoria *plataformização*, ainda incipientemente debatida no campo da educação, mas que se mostra capaz de explicar a forma como o trabalho digital se objetiva.

2) Categorias de conteúdos:

As categorias de conteúdos são agrupamentos específicos criados a partir da análise direta dos dados coletados. Elas emergem do próprio material empírico e representam padrões, temas ou elementos recorrentes encontrados nos dados. São mais concretas e específicas que as categorias de análise. Para sustentação dessa metodologia, recorremos a proposta metodológica criada pela professora francesa Laurence Bardin (2011) que nos auxilia a interpretar o material documental da FRM na medida em que seja distribuído em multimeios (materiais impressos e digitais), como é o caso do seu *website* e do próprio Movimento LED que acontece em forma de palestras, oficinas etc.

De acordo com Bardin, a análise de conteúdo é:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator em comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. (Bardin, 2011, p.15)

Ao se apropriar das fontes primárias pudemos observar a confluência de um glossário muito particular e que tem inúmeras interseções com materiais oriundos de outros aparelhos de hegemonia, em que destacamos o Todos Pela Educação (TPE). Esta tese dedica um espaço de esforço intelectual para analisar a natureza e os movimentos mais recentes dessa Frente, justamente porque ela tem sido capaz de organizar a ação empresarial na educação brasileira, além do que a FRM é signatária da Frente e assinou o documento Educação Já 2022.

Dessa forma, entendemos existir uma relação umbilical entre as ações da FRM e a coordenação do TPE, o que nos permite confrontar os seus documentos e encarar suas interseções como mais que coincidências, mas evidências importantes da existência de uma divisão do trabalho empresarial na educação, na qual cada agente vai se especializar e trabalhar como um intelectual difusor das orientações mais gerais. Ao contrapor os dois instrumentos privados – O documento Educação Já e os documentos da FRM - encontramos um rol de palavras que aqui consideramos possíveis categorias de conteúdo:

Tabela 1 - Índices extraídos do documento Educação Já 2022.

Categorias de Conteúdo no documento Educação Já 2022	Resultados
Inovação	1
Plataforma	4
Empreendedorismo	0
Inclusão Produtiva	1
Economia Criativa	0
Educação Profissional	6
Soluções Educacionais	0

Fonte: Construída pela autora a partir do documento Educação Já 2022 do TPE, 2025

Tabela 2 - Índices extraídos das fontes primárias.

Principais Categorias de Conteúdos da FRM	website	Matrizes Curriculares	Relatório de atividades 2024
Inovação	554	8	11
Plataforma	306	5	64
Empreendedorismo	255	0	6
Inclusão Produtiva	147	0	24
Economia Criativa	134	0	9
Educação Profissional	102	11	3
Soluções Educacionais	40	2	3
Mídias Educativas	12	0	4

Fonte: Construída pela autora a partir das suas matrizes curriculares (FRM, s.d.), do seu relatório de atividades de 2024 (FRM, 2025) e da *website* (2025).

Assim, na interseção dos índices que aparecem nos documentos, selecionamos como nossas categorias de conteúdo a *inovação*, *educação profissional*, *plataforma*. Ao comparar documentos divulgados tanto pela FRM quanto pelo Todos, extraímos as intencionalidades nas recorrências. Ao estabelecermos nossas categorias de conteúdo, partimos imediatamente para a etapa de inferências que resultam das interpretações

possíveis dos dados coletados, sempre à luz das nossas categorias de análise. Ainda de acordo com Bardin:

Tal como um detetive, o analista trabalha com *índices* cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a *inferência* é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma a outra. (Bardin, 2011, p.45) [grifo da autora]

Assim, as categorias selecionadas emergem da relação entre a produção da FRM em seus mais variados meios com o que vemos na produção de outros agentes privados. De forma mais específica, confrontamos tanto as notícias continentais na *website* da Fundação Roberto Marinho, suas matrizes curriculares e conteúdo do Movimento LED com o documento Educação Já 2022 produzido pelo TPE porque entendemos ser este o maior tradutor das diretrizes internacionais para a educação na periferia do capitalismo oriundas de instituições como o Banco Mundial, o FMI, a UNESCO, dentre outros.

Ainda sobre referências teóricas e metodológicas, recorremos a Antonio Gramsci, um autor com profícua produção no início do século XX e que reposicionou certos conceitos do conjunto teórico do marxismo, sobretudo porque viveu em uma sociedade na qual a sociedade civil alcançou um maior nível de desenvolvimento e complexidade que aquela pensada por Marx décadas antes. O desenvolvimento do capitalismo imperialista resultou na formação de sociedades civis nos países ocidentais que desembocaram em duas grandes guerras mundiais, uma crise de dimensões globais, o fenômeno do nazi-fascismo e a eclosão da Revolução Russa, elementos esses que se pretende abarcados pelo pensamento gramsciano, sempre à luz do materialismo histórico-dialético.

A sociedade civil vinha se tornando cada vez mais complexa, em grande medida por consequência da evolução da própria luta de classes. A classe dominante precisou desenvolver estratégias mais elaboradas para frear o avanço da classe trabalhadora rumo ao poder político e econômico, principalmente após a revolução bolchevique de 1917. Se para Marx a sociedade civil é o palco sobre o qual as forças produtivas burguesas podem se desenvolver e dar origem ao Estado mediador e regulador, para Gramsci essa mesma sociedade civil nos Estados Ocidentais se complexificou a ponto dele mesmo (o Estado) não ser entendido apenas como o agente que garante a reprodução do sistema capitalista

pela simples coerção, mas como aquele que também se complementa na figura da sociedade civil e a sua construção do consenso e adesão ao seu projeto pelas classes subalternas.

Dessa forma, Gramsci entende que a sociedade civil não é apenas condição e expressão das forças de produção, mas um componente superestrutural porque desempenha preponderantemente a importante tarefa de disputar a hegemonia, proporcionando às classes dirigentes a possibilidade de dominação sem o uso exclusivo da força de coerção, função esta que Gramsci atribui à sociedade política – o Estado no sentido estrito. Esse importante reposicionamento conceitual garante o uso de uma ferramenta metodológica importantíssima no que se refere à atuação da classe dominante no interior da vida cotidiana das classes subalternas, garantindo assim que estas não adiram ao projeto revolucionário que poderia inverter a correlação de forças no seio da luta de classes. Tal ferramenta metodológica e de análise é o que passou a ser chamado por muitos autores como *Estado Ampliado* (Mendonça, 2014, p.34).

Derivando de Marx, mas cobrindo algumas lacunas conceituais que julgava necessárias, a superestrutura para Gramsci é agora aquela que se funda na atuação de dois grupos distintos: O primeiro já amplamente abordado, a *sociedade civil*, constituída pelos agentes privados organizados que disputam o consenso no seio da sociedade através de suas instituições – Gramsci chamará essas organizações privadas de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) - e que, dentre tantas outras tarefas, define o conteúdo ético do Estado, pois se é a classe dirigente (seja ela qual for) a hegemônica, é a sua ética que define a ética do próprio Estado.

Já o segundo grupo é a *sociedade política* – ou Estado no sentido estrito – que pode ser entendido como o grupo que compõe a burocracia estatal e que tem a função primordial de garantir o desenvolvimento das forças de produção e dominação através da coerção. Em outras palavras, a superestrutura gramsciana não é simplesmente a manifestação e condição de existência de um dado sistema produtivo, mas a própria possibilidade de sua persistência no tempo.

Assim, a perspectiva ampliada do Estado a partir da leitura gramsciana revela uma superestrutura sempre disposta ao alívio da entropia do próprio sistema capitalista, este tão repleto de contradições, através de um equilíbrio sempre dinâmico e instável e repleto de tensionamentos entre coerção e consenso. Nas palavras de Sonia Mendonça:

[...] marcada pelos conflitos de classe, a sociedade civil nada tem de “idílica” ou ilusória, uma vez que é em seu seio que se elaboram e se confrontam projetos distintos e até mesmo antagônicos, ficando claro, no pensamento gramsciano, que ela é a arena da luta de classes e da afirmação de projetos em disputa, derivados de aparelhos de hegemonia distintos, ainda que, em muitos casos, pertençam a uma mesma classe ou fração dela (Mendonça, 2014, p.36)

Dado o que foi apresentado, vemos que uma das contribuições mais importantes do pensador sardo para a evolução teórica do marxismo revolucionário é o destaque dado na análise da sociedade civil, sobretudo porque Gramsci foi testemunha ocular da ascensão do fenômeno do fascismo na Itália em um momento em que o próprio comunismo disputava o poder na Europa Ocidental. Foi muito desafiador formular respostas para a intrigante questão do porquê houve adesão ampla e espontânea dos subalternizados a Mussolini, cujo projeto estava longe de pregar a emancipação tanto material quanto espiritual dos seres humanos.

Como então é possível entender por que os trabalhadores pobres e oprimidos do mundo puderam, contraditoriamente, aderir a um projeto que não é aquele de sua classe? A resposta a essa questão é central no projeto gramsciano, pois apenas aderindo à premissa de que a luta de classes se desenvolve pela violência não explica o porquê do camponês simples não apenas ter aderido ao regime fascista como ter sido seu entusiasta. É compreensível que mecanismos mais sofisticados tenham sido mobilizados, tais como a expansão das instituições de ensino oficiais sustentadas pelo governo e os aparelhos de propaganda, como os jornais e o rádio.

Portanto, partindo do aporte teórico-metodológico do Estado Ampliado de Antonio Gramsci, entendemos as sociedades burguesas modernas a partir da sua dupla face: sociedade política e sociedade civil. A partir dessa ótica, a noção de Estado estrito - aquele que é constituído tanto da burocracia quanto dos aparelhos de repressão - não é contrária a de sociedade civil, ao contrário, são elementos complementares que juntos fazem girar a roda do sistema capitalista de produção, o primeiro com a implementação de políticas públicas e garantia da manutenção da ordem e a segunda construindo a hegemonia a partir dos seus partidos e aparelhos privados de hegemonia.

Assim, em atendimento ao reordenamento do mundo produtivo que ensejou a requisição de trabalhadores com novos predicados, a burguesia organizada em seus aparelhos privados de hegemonia passa a disputar as políticas públicas que alinharam as expectativas da geração de lucro e aumento da extração de mais-valia ao mesmo tempo

que condicionou a classe trabalhadora a acomodar todas as vicissitudes das transformações do mundo do trabalho.

Outra categoria fundamental para esse trabalho também extraída do esforço intelectual de Gramsci é a de *bloco histórico* na medida em que oferece a possibilidade de compreender os arranjos e rearranjos das organizações das classes sociais a partir da dinâmica da realidade. Essa categoria é pensada a partir da dinâmica entre estrutura e superestrutura, tanto na dimensão intra quanto interclasses, possibilitando o ordenamento didático da dinâmica do exercício do poder, seus agentes e agendas de interesses.

A partir dessa mobilização teórica e metodológica, caracterizamos a Fundação Roberto Marinho como um Aparelho Privado de Hegemonia (APH) da classe dominante, na medida em que acomoda um corpo de intelectuais orgânicos que atuam no sentido de fazer da ideologia da classe à qual pertencem uma ideologia orgânica no conjunto da sociedade. Além disso, ela é uma peça valiosa na engrenagem de difusão das diretrizes do capitalismo globalizado que tem na educação das massas um importante front da formação e conformação psicofísica da classe trabalhadora em escala mundial.

Além disso, a FRM tem investido esforços desde a pandemia da COVID-19 para recolocar suas mídias como um importante vetor da digitalização da educação e dessa nova modalidade de privatização, a digital. Seus materiais têm revelado uma estratégia bastante coerente com a mobilização dos atores privados globais no sentido de alfabetizar digitalmente a comunidade escolar a partir da colonização de suas pautas, como a diversidade racial e igualdade de gênero. Essa colonização tem seu auge no Movimento LED, uma espécie de mimetismo privado dos movimentos sociais que pretende pautar o debate público de diversas formas, seja pela premiação em dinheiro de projetos inovadores, seja com ocupação dos espaços públicos com o Festival LED.

No curso da escrita desta tese, observamos que o Movimento LED apresenta uma complexidade maior que a que imaginamos porque é um projeto que está para além da FRM, envolvendo a estrutura da Rede Globo enquanto organizadora dos eventos e propagadora da agenda em suas respectivas etapas. Essa dinâmica não contradiz a nossa hipótese central, a de que a FRM seja o braço formulador e implementador da agenda educacional do Grupo Globo, este entendido, desde o trabalho de mestrado desta autora, como um partido (Rodrigues, 2020). Entretanto, segue que o envolvimento orgânico da

estrutura multimídia na propaganda do Movimento LED confere uma outra dimensão de penetração na sociedade e garante um nível de engajamento maior do público em geral.

A tese será estruturada em quatro capítulos em que debateremos a pedagogia empresarial da Fundação Roberto Marinho em seus principais projetos enquanto os principais elementos estruturadores do seu trabalho de formulação e implementação da política empresarial e o Movimento LED, como a principal vitrine de exposição dessa pedagogia da hegemonia, todas repletas de luzes neon, usando e abusando da capacidade de penetração da Rede Globo, a organizadora oficial do dito movimento que organiza ninguém além da própria classe dominante e seus aparelhos de hegemonia, sequestrando, no limite das suas possibilidades de debates, as pautas de opressão que permeiam a vida da classe trabalhadora.

O primeiro capítulo se debruça sobre as determinações econômicas, políticas e sociais que culminaram no fenômeno da crise econômica de 2008 que ficou conhecida como crise das *subprimes*. Conforme compreendemos, essa crise não é isolada, mas parte de um processo de aprofundamento da decadência estrutural do capitalismo que começa a tomar corpo ainda na década de 1970. Partiremos da compreensão do filósofo István Mészáros (2011, p.38) para quem o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento sociometabólico do capital desembocaram em um processo insuperável de enraizamento da crise como o *modus operandi* do capitalismo que tende a sempre recorrer a soluções paliativas que no final das contas contribuem para aprofundar ainda mais a própria crise.

Assim, partindo da compreensão de que a crise iniciada em 2008 nos Estados Unidos seja uma etapa de um processo maior que se iniciou ainda nos anos 1970, pretendemos estabelecer a noção de que o neoliberalismo que fora mobilizado enquanto uma ideologia orgânica para a superação da crise estrutural no passado é o mesmo que hoje causa as crises cada vez mais aprofundadas. O neoliberalismo segue sendo o sistema econômico que melhor consegue investir sobre o fundo público tanto na vertente de socialização dos prejuízos quanto na apropriação privada dos lucros e dividendos.

Entendendo que retirar direitos da população não é algo que seja possível sem a geração de conflitos e tensões de classes, as primeiras experiências neoliberais no mundo são impostas seja por ditaduras (como é o caso do Chile e a experiência dos *Chicago boys* de Pinochet), seja por uma acentuação dos conflitos com sindicatos e outras associações de classes, como foram as greves derrotadas na Inglaterra do período Margareth Thatcher.

Esses enfrentamentos foram cruciais para a desmobilização dos instrumentos classistas e seu poder de barganha dentro das economias capitalistas, mas não foram os únicos instrumentos necessários para prosseguir aprofundando o desmonte do aparelho social do Estado: a disputa de hegemonia é a espinha dorsal desse projeto porque mirou (e em grande medida acertou) na construção de uma nova subjetividade, aquela do sujeito neoliberal.

A possibilidade de criação do sujeito neoliberal em cada etapa histórica das últimas cinco décadas é o coração do sucesso dos ajustes e calibrações do neoliberalismo porque sem ele, não há adesão espontânea e o castelo de areia da democracia liberal ruiria em caso de mobilização excessiva da via coercitiva. A invenção desse sujeito e o papel da educação escolar nesse processo são passos decisivos para o avanço do capital sobre o que ainda resta de recursos no planeta Terra e para a concentração cada vez maior de capital nas mãos de cada vez menos pessoas.

Debateremos no primeiro capítulo os impactos da crise de 2008 no Brasil e os desdobramentos das reconfigurações no bloco histórico neoliberal que culminaram no impedimento de Dilma Rousseff e na eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil. Defendemos que o abandono da via neodesenvolvimentista (Boito Junior, 2020) e a retomada do processo de imposição de contrarreformas são processos complementares e se manifestam na educação a partir da promulgação, sem amplo debate público, tanto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto do Novo Ensino Médio (NEM).

Também caberá ao primeiro capítulo apresentar um debate propedêutico sobre a mais nova forma de expressão do capitalismo na contemporaneidade, o *capitalismo na era digital*, debate esse fortemente assentado em reflexões de autores como a estadunidense Shoshana Zuboff no seu disruptivo livro, e Evgeny Morozov. Nessas obras, que apontamos a título de introdução do debate, os autores apresentam um estudo sobre como o capitalismo vem se estabelecendo nas plataformas digitais privadas e que são capazes de aprofundar a exploração do trabalhador e, para além, dissolver os laços que sustentam a própria estrutura das democracias liberais burguesas.

O segundo capítulo apresenta a caracterização das principais categorias de análise - *trabalho, privatização e plataformação* - mobilizadas nesta tese para a discussão dos modos de operação do capitalismo na era digital para a posterior análise do trabalho da Fundação Roberto Marinho em suas mercadorias educacionais. Essas categorias

permitem tecer um panorama geral da engrenagem superestrutural que se traduzem muitas vezes nas determinações e orientações dos grandes APHs internacionais da grande burguesia no que tange às perspectivas para a formação do sujeito neoliberal, seja no âmbito formal quanto no não-formal. Partimos da categoria *trabalho* como a fundante, principalmente, por dar conta de uma discussão extremamente basal para o capitalismo, na medida em que seja indispensável para a formação do valor. Dela deriva-se uma importante subcategoria, o *trabalho digital*, importante modalidade de subsistência da classe trabalhadora hoje.

A segunda categoria é a *privatização* que segue apresentando uma profunda centralidade no debate sobre a escola pública, tanto na sua vertente “tradicional”, mobilizada pelos agentes privados no avanço sobre controle da gestão e currículo da escola pública quanto em sua modalidade digital que vem buscando construir o arcabouço de uma nova mentalidade da classe trabalhadora a partir do aprofundamento da digitalização como fato consumado e suposta democratização das possibilidades de inserção no mercado de trabalho e aumento da renda.

Já a análise da categoria *plataformização* exigiu-nos um maior esforço intelectual na medida em que é expressão de movimentos recentes do capitalismo em sua fase digital. Sobra neblina sobre essa categoria, se seria de fato extraída do estudo e análise minuciosa de nosso objeto empírico, ou se seria uma categoria ideologizada, sem base material. Defendemos no curso dessa tese que essa categoria emerge de nosso objeto empírico e é capaz de responder questões importantes sobre como a conexão entre o mundo do trabalho e a educação nessa nova fase de acumulação passa pelas plataformas digitais, locais onde se realiza, por excelência, o trabalho digital.

O terceiro capítulo será dedicado aos novos projetos e à repaginação de trabalhos antigos, como é o caso do Telecurso. Debateremos como a pandemia da covid-19 foi capaz de catalisar um giro qualitativo da FRM no sentido de se colocar como um importante agente formulador e difusor de uma nova pedagogia da hegemonia adequada à fase digital, seja mobilizando sua estrutura própria, seja através da frente Todos Pela Educação (TPE).

Quanto ao TPE, dedicamos um certo esforço na caracterização dessa importante Frente de atuação da burguesia no terceiro capítulo, tanto pela relevância de sua atuação na burocracia do Estado (via Ministério da Educação) quanto pelo trabalho da FRM nessa

Frente. Não é de se espantar termos o atual presidente da FRM (o herdeiro José Roberto Marinho) como membro fundador do TPE. Assim, esforçamo-nos para caracterizar o TPE como uma frente que constrói o consenso sobre a ideologia neoliberal, vide a composição da sua governança, o que detalharemos em seção específica.

Ainda no terceiro capítulo analisaremos a pedagogia política da FRM a partir de seus documentos, com especial destaque para seus referenciais curriculares, sempre à luz das categorias que analisamos no capítulo anterior. Nesse mergulho, caracterizamos as categorias de conteúdos *inovação*, *educação profissional* e *plataformas* e de que maneira são capazes de oferecer os subsídios de uma análise mais afinada com as mercadorias educacionais mais recentes desse APH. Essas categorias também reaparecem no quarto capítulo, conectadas ao Movimento LED.

Por fim, o quarto e último parágrafo vai se debruçar sobre o Movimento LED, a mercadoria mais refinada da FRM e do Grupo Globo, com o ensejo de descrever a forma como atua na sociedade de forma articulada com as discussões que empreendemos ao longo da tese. Dessa forma, o debate sobre Movimento LED se propõe a ser a mais importante contribuição do presente trabalho à interpretação dos movimentos privatizadores da educação pública brasileira.

Para tanto, analisamos o regulamento e documento de inscrição do Prêmio LED e participamos *in locu* da terceira e quarta edição do Festival LED que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 2024 e 2025. Essa participação foi relevante para a compreensão dos nós e imbricamentos dessa atividade que, conforme afirmamos, ainda é pouco discutida pela academia, apesar de sua extrema relevância para o debate educacional em tempos de digitalização da vida.

Pintado o quadro mais geral do nosso debate, pretendemos que esta tese contribua para que as verdadeiras intencionalidades desse agente privado na educação pública sejam evidenciadas e que, de posse de caracterizações formuladas com a devida rigidez metodológica e científica aqueles e aquelas que buscam a construção de políticas públicas para as classes subalternizadas possam instrumentalizar a luta por uma educação verdadeiramente pública e socialmente referenciadas.

2 PARA UMA ANÁLISE MATERIALISTA DA CRISE ESTRUTURAL EM TEMPOS RECENTES: A CRISE DE 2008, CONTRARREFORMAS, CRISE SANITÁRIA E O CAPITALISMO NA ERA DIGITAL

A imagem mental que boa parte do senso comum tem sobre as crises econômicas, via de regra, são aquelas que mostram pessoas falidas e desesperadas, que jogam toda sorte de papéis “podres” pelas janelas em sinal de desespero, dando um tom apocalíptico a um porvir cada vez mais incerto. Fato é que essa construção imagética é fruto do sentimento geral que acometeu muitas pessoas na crise de 1929, a primeira grande crise capitalista de caráter global, que passou para a história como um dos determinantes da segunda grande guerra na Europa dez anos depois.

Todavia, nem toda crise capitalista é espetacularizada dessa maneira, e podem haver desdobramentos que ocorrem de formas mais discretas, ainda que suas consequências estejam longe de possuir menor gravidade. Para fundamentar a presente tese em seus marcos temporais, falamos do conjunto de eventos que desembocaram na chamada “crise do petróleo”, que varreu o mundo na década de 1970 e mudou de maneira irreversível o modo de acumulação capitalista.

Recorremos à interpretação de István Mészáros (2011) para compreender como essa crise atualiza a caracterização marxiana acerca do caráter cíclico das crises capitalistas que, a partir de um cenário de superprodução, “quebram a banca”, causando um período de queda exponencial dos lucros e uma posterior recuperação da demanda. O que defendemos juntamente ao filósofo húngaro é que a crise deflagrada na década de 1970 passa a ser estruturante ao capital, ou, em outras palavras, torna-se sua forma de ser. Dessa maneira, não existe clímax apocalíptico, tampouco homens em cenas de desespero e desorientados com papéis podres nas mãos, mas uma permanente atualização das formas de exploração e dominação no sentido de recuperar os lucros perdidos.

O caráter de inexorabilidade da crise revela que o capitalismo é o sistema no qual a reprodução do capital não pode mais ser contida, ainda que essa expansão o conduza à destruição das condições de sua própria reprodução, como é o caso do impacto antrópico causado ao ambiente físico desde a Revolução Industrial, que tem se traduzido em uma agudização do aquecimento global. A cada fenomenalização de crises pontuais, encontramos o elo com a crise que eclode na década de 1970, cujas superações apenas têm servido para seu aprofundamento, ao tornar as condições de vida e sobrevivência cada vez mais dificultadas.

Nesse sentido, é assim que passamos a compreender a crise dos *subprimes* que eclodiu em 2008, como mais uma etapa de uma crise de caráter estrutural que tem nesse episódio a aparência mais recente dessa mesma crise enquanto um *continuum*. Dada essa condição, apresentaremos um breve retrospecto desse cenário de crises para que possamos, a partir dele, trabalhar, sob uma dada perspectiva histórica, o desenrolar no mundo e no Brasil, sobretudo abarcando as disputas em torno da educação e da escola pública nos períodos subsequentes.

Além disso, discutiremos outra importante manifestação das atualizações do modo de acumulação descritas por Saura *et al.* (2024) como *capitalismo na era digital*, e por Morozov (2018) como *capitalismo de dados*. Essas manifestações mais recentes do modo de produção capitalista são fortemente apoiadas nas evoluções tecnológicas, no uso massivo da internet e na organização empresarial do Vale do Silício, que tornou possível a estruturação de uma economia global digital e plataformizada.

2.1 O caráter estrutural da crise da década de 1970, seus laços de continuidade em 2008 e a criação do sujeito neoliberal

Ainda sob o impacto dos desdobramentos da crise dos *subprimes*, em 2008, as primeiras décadas do século XXI ainda exalam um odor característico das crises e sinalizam que a qualquer momento seu espectro tomará nova forma, tornando a açoiar uma humanidade ainda fragilizada por não ser capaz de superar de uma vez por todas uma crise dessas dimensões. O gigante do capitalismo que desde a queda do muro de Berlim se supunha o próprio final da história, vem se repaginando, reciclando falsas novidades, persistindo na fórmula da transferência dos prejuízos decorrentes da queda das taxas de lucros para o bolso do trabalhador e para o fundo público, aumentando os níveis de exploração a patamares anteriores às guerras mundiais, ao mesmo tempo que investe a cada dia mais esforços para incrementar os componentes de consenso e coesão social para que a bomba-relógio da luta de classes exploda o mais distante possível na escala de tempo.

De acordo com Mészáros (2011, p.38), a crise deflagrada na década de 1970 instaura uma nova fase do processo de acumulação que se desenrolou no caráter estrutural da crise no sistema capitalista. Segundo o pensador húngaro, a crise é estrutural, em grande medida, por se espalhar por todo o globo, ainda que em cada região assuma uma dinâmica que incorpora as desigualdades na divisão internacional do trabalho. Para

Mészáros (2011, p.38), a crise dos anos 1970 é diferente de todas as outras porque ela é estruturante (abandonando o caráter cíclico descrito por Marx) e sem horizonte de superação, restando aos donos do capital administrá-la e deslocá-la até que suas contradições forcem novos movimentos.

A manifestação fenomênica desse novo desenrolar estrutural da crise vem sendo a aposta na reconfiguração do bloco histórico⁵ fordista-keynesiano, hegemônico desde o pós-guerra, para a vertente neoliberal. Por investir duramente contra o componente trabalho com o aumento das possibilidades de ampliação da mais-valia absoluta, observamos que o deslocamento dos impactos da crise vem, desde então, recaindo sobre os salários, mais especificamente daqueles oriundos do trabalho simples.

Como descreve Polese (2016, p.43) a partir de Mészáros, o aumento da mais-valia absoluta sobre o trabalho simples é a estratégia de recomposição das taxas de lucro mais “confortáveis” para o deslocamento da crise, na medida em que a mais-valia exige um dispêndio menor de energia e recursos de construção de consenso e coesão social quando comparada à expansão do capital em busca de novos mercados consumidores. Ao mesmo tempo, a periferia do sistema seguiu como o grande celeiro da produção de valor, cooperando tanto para o incremento das taxas de lucros quanto para o rebaixamento do preço da força de trabalho globalmente.

Ele [Mészáros] defende que é a insuficiente produção de valor no terreno do capitalismo avançado (e de alta composição orgânica e automação) que leva o sistema a manter a exploração do trabalho em patamares típicos da mais-valia absoluta. Em outras palavras, aquela modalidade mais bruta de exploração do trabalho pela via da imposição de um tempo absoluto maior de trabalho não pago. Nesse sentido, os nichos de baixa composição orgânica, na periferia do sistema, é que sustentariam a produção global de valor. (Polese, 2016, p. 43)

O caráter incontrolável da expansão do capital e da valorização do valor em tempos de crise estrutural aprofunda cada vez mais a crise, cujas estratégias de manejo remetem ao mito de Sísifo: quantas vezes se consegue rolar a pedra em sentido ao cume da montanha, tantas ela tornará a cair. Trata-se, portanto, de deslocar os efeitos da crise o quanto se pode, até que suas contradições exijam novas medidas cada vez mais austeras (sobre o componente trabalho). Mais que um colapso do sistema que poderia abrir a tão esperada janela de oportunidades para a superação do capitalismo, temos visto que a saída

⁵ Conforme caracterizamos em trabalhos anteriores, a categoria bloco histórico é extraída dos escritos de Antonio Gramsci, o qual pontua que “estrutura e superestrutura, divisões didáticas do real, são paralelos dialéticos no qual um é o reflexo do outro e não a sua causa mecânica e por essa razão é possível, ao analisar um, extrair elementos do outro”. (Rodrigues, 2020, p. 9)

de sempre é manter o capitalismo vivo com ajuda de aparelhos, o que significa que a subsunção do trabalho ao capital é, a cada aparecimento fenomênico da crise, o remédio amargo oferecido ao conjunto da humanidade como manutenção da própria vida como a conhecemos.

O mundo ocidental no pós-Segunda Guerra foi reconstruído mirando o espectro do comunismo no horizonte. Uma Europa dividida era o lembrete permanente de que a luta de classes estava equilibrada entre as classes fundamentais como jamais esteve na história humana, e também de que a revolução socialista deveria ser contida não somente com o poderio bélico entre as potências, mas também com a (con)formação progressiva de uma classe trabalhadora mais que cooperadora, mas propagandista de um mundo no qual o trabalhador seria supostamente livre, em uma liberdade assentada no consumo.

O mundo ocidental, portanto, era um mundo que produzia e consumia bens em larga escala, hegemonizado pelo bloco histórico fordista-keynesiano que, por sua vez, é caracterizado como um maior redistribuidor da riqueza produzida, em forma de bens e serviços públicos e uma maior proteção ao trabalho. Além disso, as estratégias de disciplinamento da classe trabalhadora no pós-guerra conferiram ao aparato estatal um relevante papel no controle dos sindicatos, seja em governos liberais, seja em ditatoriais, como foram os casos de Estados Unidos e Brasil, respectivamente. Tratava-se de resolver os conflitos “pelo alto”, concedendo vantagens pontuais aos trabalhadores em troca de sua cooperação. Assim, tem-se:

O problema perpétuo de acostumar o trabalhador a sistemas de trabalho rotinizados, inexpressivos e degradados nunca pode ser completamente superado [...]. Não obstante, as organizações sindicais burocratizadas foram sendo cada vez mais acuadas (às vezes através do exercício do poder estatal repressivo) para trocar ganhos reais de salário pela cooperação na disciplinação dos trabalhadores de acordo com o sistema fordista de produção. (Harvey, 2007, p. 178-179)

Assim, as últimas cinco décadas têm sido um palco histórico dos arranjos e rearranjos dos padrões de produção e exploração, sempre se utilizando dos elementos coercitivos e consensuais para tornar a classe trabalhadora cada vez mais desarticulada e dócil, um estatuto determinante até os dias de hoje, não obstante seja certo que o motor da história não pode ser simplesmente sublimado. A luta de classes não deixou de existir porque a burguesia vem investindo duramente na construção do consenso, mas ela vem sendo esvaziada de seu caráter classista para ocupar seu espaço com conquistas simbólicas, como as lutas identitárias, que entendem as questões de gênero e raça de maneira desarticulada do mundo da produção, não estruturais, tornando avanços

individuais como representação das condições de possibilidade de avanço do conjunto da humanidade.

Esse conjunto de ideologias da radicalização da individualidade apregoavam, no contexto da crise estrutural, que a humanidade vinha atravessando um período superestrutural de transição da modernidade para uma suposta pós-modernidade, sem ao menos considerar a superação do capitalismo enquanto modo de produção dominante. É como se entendessem ser possível contornar as contradições e limites do sistema de produção vigente a partir da representatividade que indivíduos destacados poderiam alcançar.

No campo das ideias, surgiu um conjunto de movimentos de caráter antimarxista que pretendeu superar o materialismo histórico-dialético por tê-lo como obsoleto, componente de um mundo em degeneração. O pensamento pós-estruturalista, portanto, atuou para jogar todo legado de mais de um século de pensamento marxista na lata de lixo das epistemologias superadas, em nome de um suposto novo homem, esse com os dois pés fincados no presente, alijado de suas determinações, absolutamente pragmático de um pragmatismo esvaziado de historicidade. Porém, aqui entendemos que a *negação* é apenas uma das etapas do movimento das coisas e que ela (a negação) por ela mesma não representa a etapa de superação. O que queremos dizer é que o que passa para a história das ideias como pós-modernismo é a parte visível de um iceberg cuja parte estrutural segue submersa, essa ainda visceralmente capitalista e cada dia mais e mais predatória.

Ainda de acordo com Harvey (2007, p.57), a desfragmentação da percepção do espaço e tempo que é característica das leituras de mundo pós-modernas tem subtraído do indivíduo a ideia da totalidade de determinações e de sujeito racional, esta estrutural ao pensamento moderno. Algumas consequências lógicas podem ser deduzidas a partir da destruição desse *elã* que era tido como a própria condição de possibilidade de experimentação do mundo material e suas vicissitudes. Assim, para ele, sob epistemologias pós-modernas:

Já não podemos conceber o indivíduo alienado no sentido marxista clássico, porque ser alienado pressupõe um sentido de eu coerente, e não-fragmentado, do qual se alienar. Somente em termos de um tal sentido centrado na identidade pessoal podem os indivíduos se dedicar a projetos que se estendem no tempo ou pensar de modo coeso sobre a produção de um futuro significativamente melhor do que o tempo presente e passado [...] Se, como insistia Marx, o indivíduo alienado é necessário para se buscar o projeto iluminista com uma tenacidade e coerência suficientes para nos trazer algum futuro melhor, a perda do sujeito alienado parecia impedir a construção consciente de futuros sociais alternativos. (Harvey, 2007, p. 57)

Assim, a reboque da crise e da reconfiguração do bloco histórico fordista-keynesiano, uma torrente pessimista atinge em cheio a classe trabalhadora que, despossuída dos sonhos de emancipação e instrumentos de sua realização, deu corpo no plano econômico a uma adesão quase acrítica ao receituário neoliberal de radicalização do individualismo empreendedor e, no plano das ideias, à negação da luta de classes, em nome das conquistas atomizadas das lutas identitárias. Nesse sentido, a nova concertação para o deslocamento dos efeitos da crise resultou na onda neoliberal implementada no centro do capitalismo por Margareth Thatcher e Ronald Reagan a partir da década de 1980.

As décadas seguintes representaram anos de equilíbrio instável para o capitalismo, agora sistêmico, dado que se arrasta por todo o globo. O capitalismo pode ter chegado ao seu limite de expansão e valorização do valor, o que não significa que será superado, ao menos em um futuro próximo. A autodestruição está no DNA do sistema capitalista, e seu sociometabolismo corrosivo vem colocando a própria humanidade em risco de extinção em massa.

Outro episódio importante que foi orientado pela esteira da reconfiguração do bloco histórico fordista-keynesiano e que nos cabe mencionar, por sua importância no contexto latino-americano, é o que passou para a história como o Consenso de Washington. Esse episódio, que não resultou em documentos oficiais ou resoluções, tratava de orientações tácitas que grandes bancos de fomento como o FMI, BID e o Banco Mundial sugeriram aos países em desenvolvimento como parâmetros econômicos e sociais a serem implementados em suas contrarreformas enquanto condicionantes para a concessão de crédito externo.

Ainda que não tenha sido uma prescrição imposta coercitivamente, ou mesmo exercida por intermédio de lobbies ou propagandas do gênero, o empresariado brasileiro foi logo cooptado e tomou para si a tarefa de encabeçar os esforços no sentido de radicalizar o processo de abertura neoliberal no Brasil. Assim, tornaram-se verdadeiros propagandistas do enxugamento da máquina estatal, da privatização das empresas e dos serviços públicos, da lógica de gerenciamento do Estado e da meritocracia como instrumento de medição do desempenho profissional. Ideologias como a qualidade total e a do capital humano, que eram consolidadas no meio empresarial e nas fábricas, migraram para o cotidiano da vida privada do trabalhador, seja porque o próprio Estado e suas instituições incorporaram tal lógica, seja porque o indivíduo empreendedor é, no seu âmago, empresário de si mesmo.

Assim, a fórmula mágica foi apresentada na forma de redução radical do papel do Estado nas áreas trabalhistas e sociais, da reversão de sua matriz de produção e reprimarização econômica – tornando-nos progressivamente em um país onde o “agro é tudo” – cuja função principal é regulamentar os serviços privatizados (com a menor rigidez de fiscalização possível), permitindo que o mercado seja o verdadeiro eixo da dinâmica da própria existência humana nos seus mais diversos aspectos.

De acordo com o ex-embaixador brasileiro Paulo Nogueira Batista, dava-se a impressão de que:

Tudo se passaria, portanto, como se as classes dirigentes latino-americanas se houvessem dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam não tinha raízes externas – a alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio – e se devia apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo que praticavam. Assim, a solução residiria em reformas neoliberais apresentadas como propostas modernizadoras, contra o anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas. (Batista, 1999, p.7)

Dessa forma, o neoliberalismo chega ao Brasil como política de Estado já no frágil governo Collor, ainda que esse tenha sido um governo conturbado e envolvido em escândalos em série. Porém, foi com Fernando Henrique Cardoso que o Brasil imergiu definitivamente na dinâmica neoliberal, quando, ainda no ministério de Itamar Franco, implementou o Plano Real, que estancou a sangria inflacionária no Brasil e deu alguma estabilidade à política monetária e fiscal no país. Tendo sido eleito presidente da República pelo Partido da Social Democracia (PSDB), em 1994, assumiu que, refletindo o espírito do tempo, tinha em seus quadros uma importante fileira de intelectuais empresários que puderam ocupar assentos importantes na gestão econômica do governo recém-eleito.

Foi nessa esteira que o PSDB assentou a representação do empresariado brasileiro na pauta da Reforma do Estado, cujos desdobramentos se observaram nas mais diversas frentes de atuação do estado estrito. De acordo com André Guiot (2006), o PSDB nasceu ocupando um espaço de centro-direita, não ocupado pelo PMDB em função das disputas travadas no contexto da constituinte e que expuseram o fisiologismo de ala importante dos congressistas. Essa direita plutocrata e intelectualizada se reorganizou e, em 1988, fundou o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), conferindo ao novo partido ares de uma centro-direita ilustrada, concatenada com as demandas do alto empresariado progressista. O partido agregou ao seu programa o receituário neoliberal e, uma vez na presidência da república, deu o *start* para a conformação do Estado Mínimo aos direitos

sociais via programas de desestatização e privatização da máquina pública, além de recuo no fomento de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da classe trabalhadora.

A composição do neoliberalismo no Brasil seguiu os descaminhos da social-democracia europeia e, já em fins da década de 1980, o país não apenas aderiu, mas se tornou um propagandista do programa neoliberal, demonstrando o caráter desigual e combinado da experiência social-liberal brasileira que se desenharia anos mais tarde. A crise de acumulação seria “medicada” com doses cada vez mais altas de liberdade e desregulamentação de mercado que, com sua mão (in)visível passou a regular não apenas o fluxo do capital, mas a própria vida em sociedade a partir da construção de consensos cada vez mais sólidos em torno de sua inevitabilidade. Assim, já na década de 1990 o programa neoliberal “nadou de braçada”, incorporando, inclusive, os espólios do comunismo soviético, tornando-se sistêmico, o suposto final da história.

O fato de ter sido adotado como forma de ser do capitalismo pós-crise da década de 1970 e de ter auferido certos ganhos para o capital, como o controle da inflação e a derrota do sindicalismo – com a consequente recomposição do exército industrial de reserva em patamares mais favoráveis –, o neoliberalismo, nessa versão radicalizada, não foi capaz de garantir a retomada do crescimento e da recomposição das taxas de lucros a patamares anteriores a 1970. Ainda de acordo com Guiot:

As condições institucionais já tinham sido criadas, mas o crescimento não se verificou porque a taxa de acumulação (de inversão produtiva) não cresceu como declinou em relação aos anos 70. Isso se explica pelo fato de que os lucros obtidos foram destinados não na inversão produtiva, mas na *esfera especulativa* – devido à *liberalização financeira* do programa neoliberal. Outro fracasso foi a não diminuição substancial do peso do Estado de bem-estar [...]. (Guiot, 2006, p. 53)

Ao contrário do que prescreveram os apologetas da solução neoliberal, a radicalização do esvaziamento do papel social do fundo público veio a aprofundar as contradições decorrentes do progressivo empobrecimento das populações do centro e da periferia do capital. As resistências sociais e políticas originadas no bojo da espoliação do mercado e do esvaziamento dos direitos sociais e trabalhistas foram mitigadas a partir de dois mecanismos que, de acordo com Giddens (2001, p.16), originou uma hipótese de Terceira Via, um meio de caminho entre o capitalismo e o socialismo, uma *esquerda modernizadora*. O combate à extrema pobreza era o cerne da abordagem social, sem que, contudo, fosse diminuído o exército industrial de reserva e a tutela da democracia, limitando os espaços e possibilidades de revolta e contestação, invocando, conforme

demonstramos, as ideologias pós-modernas cuja ênfase na responsabilidade individual reorientou o pensamento de gerações de trabalhadores.

Giddens, um dos maiores intelectuais propagandistas da Terceira Via, defendeu um novo Pacto Social fundado na ideia de responsabilidade individual em que direitos são conjugados a deveres, enfatizando que o núcleo familiar é o espaço prioritário de existência do cidadão, esvaziando a importância das ruas e sua vivência militante e tornando mais conservadoras as políticas, com destaque para a guerra às drogas. No componente estrutural, não houve significativa transformação dos critérios de aprovação da saúde econômica das economias nacionais: desregulamentação, financeirização e privatização seguiram como os norteadores das políticas macroeconômicas sob a pílula dourada da valorização da solidariedade e da responsabilidade individual. Em resumo, “é preciso redefinir o papel de um Estado ativo, que tem de continuar a tentar implementar programas sociais” (Giddens, 2001, p. 16).

Rodrigo Castelo (2013, p. 27) entende que todas as políticas que conferiram sentido prático e ideológico ao ajuste de rota neoliberal, Terceira Via inclusa, é o que se entende por *social-liberalismo*, um grande guarda-chuva capaz de acomodar todos os movimentos que levam em consideração a “questão social” e que pretendem conferir ao Estado algum papel redistributivo. Para o autor, esse novo ajuste foi propagandeado pelos próprios empresários que saíram dos bastidores do poder e tornaram-se os principais intelectuais difusores da ideologia neoliberal. Testemunhamos aparições de institutos privados dos mais variados propagando a eficiência do Estado e a responsabilidade social do empresariado, incorporando pautas de grupos historicamente oprimidos de forma pontual, concedendo alguma margem de ascensão social para que representassem seus papéis em um palco no qual a representatividade que importa é aquela inatingível à maioria.

O social-liberalismo foi a marca dos governos progressistas do início dos anos 2000 na América Latina e obteve relativa aprovação junto à sociedade civil, porque aumentou o quinhão da redistribuição da riqueza, além de manter intacto o crescimento dos lucros e dividendos do setor financeiro. Compreendendo que o social-liberalismo tem como uma de suas frentes mitigar os efeitos da pauperização generalizada, ele acaba por naturalizar a pobreza, na medida em que o mundo do trabalho segue sendo atacado, e a via de redução das condições de miserabilidade vem por meio da adoção de políticas de renda mínima universal.

De acordo com Castelo, o Estado na sua modalidade envernizada ainda é essencialmente neoliberal, pois:

Se antes das medidas corretivas defendia-se – pelo menos no plano da retórica – um aparato estatal mínimo, o Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da “questão social” através do controle da força de trabalho e do atendimento de necessidades mínimas dos “clientes” dos serviços sociais. (Castelo, 2013, p. 244)

O estabelecimento da modalidade social-liberal em grande parte dos Estados ocidentais como forma de manejo da crise estrutural manifesta, de forma clara, o interesse na acomodação das necessidades humanas mais básicas, de modo a conter as possíveis contestações e revoltas. Não obstante os dias de calma institucional e algum nível de normalidade democrática no Ocidente, a conta da crise chegaria. O grande marco da mudança de ventos do capitalismo se deu em 2008, e o estopim foi a crise das *subprimes*, uma modalidade de empréstimos de alto risco que foi estimulada massivamente pelo governo estadunidense.

A falta de liquidez dos ativos bancários em instituições financeiras dos Estados Unidos deu o sinal verde para a bancarrota do Lehman Brothers, até então o quarto maior banco do país. Apesar desse fato ter sido o estopim da publicização de uma crise de dimensões avassaladoras, seus sinais vinham sendo ignorados e sintomas arrolados para as perspectivas de ganhos (e perdas) futuras. Apesar de ter se tornado pública a partir da quebra de um grande banco, entendemos que a responsabilidade pelo tsunami que fragilizou economia após economia até se estabelecer de maneira global é compartilhada tanto pelo Estado (através da grande redução de juros promovida pelo FED⁶ estadunidense) quanto pelo setor financeiro que, desregulamentado, não encontrou limites para a expansão de títulos podres e securitização de dívidas como ativos (Machado, 2017, p. 85)

A quebra do Lehman Brothers, paciente zero da manifestação fenomênica da crise em setembro de 2008, ligou um sinal de alerta no governo estadunidense, que precisou agir rapidamente para estancar a sangria que estava sendo anunciada. Somente nesse mês o governo emite uma dívida de 85 bilhões de dólares para salvar uma das grandes seguradoras do país, a American International Global (AIG). Dias depois, foi a vez da General Motors (GM) ser agraciada com o montante de 50 bilhões de dólares. Ademais, como movimento mais contundente, ainda no final de setembro, o senado estadunidense

⁶ O FED, Federal Reserve System, tem uma função análoga ao Banco Central, responsável pela política monetária e fiscalização do sistema financeiro estadunidense.

aprovou um pacote de 700 bilhões de dólares (Tonelo, 2021, p. 31) para salvar o sistema financeiro de um iminente colapso de dimensões imprevisíveis, que poderia arrastar todo o sistema capitalista para um estágio de derrota irreversível.

Cabe ressaltar que a sobrevida ao sistema financeiro, dada pela dívida pública, poderia significar, para o conjunto dos agentes econômicos, um movimento disruptivo capaz de reestruturar patamares mínimos de regulamentação do setor, evitando que a especulação desenfreada fosse um risco ao próprio sistema. Entretanto, o que verdadeiramente aconteceu foi o contrário: o fundo público seria cada vez mais utilizado para manter os aparelhos do sistema financeiro ligados. Foi assim nos Estados Unidos, mas também aconteceu na zona do Euro e no Japão, como movimento de deslocamento dos impactos da crise para o conjunto da sociedade, mais especificamente, para o bolso dos trabalhadores.

Como uma onda que se espraia rumo à costa, a transferência dos efeitos (e dos custos) da crise migraram em um primeiro momento para a Europa Ocidental e, logo em seguida, para o resto do mundo. A frente do capital organizada pela Troika foi o verdadeiro algoz das economias mais frágeis da Europa, impondo a salvação do sistema financeiro por meio das políticas de austeridade. A saída da crise significou um aumento radical da dose de neoliberalismo que, quando bem compreendido, traduziu-se em transferir ao trabalhador a responsabilidade pelo custo da quebra do sistema financeiro, sob doses cada vez maiores de coerção, golpes políticos e militares de toda sorte, além de estelionatos eleitorais.

Anos seguidos de austeridade certamente contribuíram para a radicalização da luta de classes. Entretanto, o nível de desorganização dos trabalhadores pelas décadas de desmonte das políticas públicas de proteção ao trabalho foi determinante para que a reação à Troika e suas políticas de austeridade fossem difusas e incapazes de propor alternativas de superação ao sistema capitalista. A ascensão dos subalternos, não obstante representassem uma fagulha de esperança em relação às possibilidades de reação, sucumbiu à degeneração, ao transformismo⁷ e à sedição da extrema direita que cooptou para as suas fileiras grande parcela da indignação popular e a transformou em combustível para a ascensão do neofascismo mundo afora.

⁷ “*Transformismo* é um conceito cunhado por Gramsci para descrever, no fenômeno das revoluções passivas, a adesão do parlamento a um programa de conciliação de classes. Nesse contexto, se trataria de uma traição de classe dos dirigentes de classe na medida em que o programa revolucionário cede espaço para os grandes acordos e conciliações” (Rodrigues, 2020, p. 89).

Dentre todos os movimentos de resistência, destacamos aquele conjunto que ficou conhecido como Primavera Árabe (nome recebido em remissão à primavera dos Povos de 1848), que consistiu em uma série de levantes de caráter popular cujo estopim foi a autoimolação de um jovem tunisiano em protesto à repressão estatal em dezembro de 2010, já no auge da imposição das políticas de austeridade. Um grande movimento em reação à morte simbólica de uma juventude oprimida e avassalada pelos efeitos da crise de 2008 se espalhou pelo mundo árabe, em países como Líbia, Síria, Iêmen e Egito. Esse último país, particularmente, protagonizou o apogeu e o ocaso de um levante que tinha absolutamente tudo para protagonizar uma grande revolução de caráter popular, mas que foi derrotado pelos militares e ainda hoje vive sob o regime de uma ditadura.

Assim, a partir da análise dos desdobramentos de uma crise que se arrasta por mais de quatro décadas e que vem condenando o conjunto da humanidade ao custeio do parasitismo do capitalismo rentista, cabe-nos jogar luz e propor reflexões sobre possíveis explicações das revoltas atomizadas não se tornarem organizações políticas efetivas, capazes de fazer frente aos imperativos do capital. É certo que essa é uma questão complexa que exige algum fôlego argumentativo para ser esgotada, mas parece-nos que o caminho apresentado por esse trabalho pode ser um ponto de partida interessante.

Recorrendo a Gramsci (2024, p.47), entendemos que o Estado em sua forma ampliada se manifesta a partir da dualidade hegemonia-coerção, em que os agentes da sociedade política e civil organizam-se para conquistar e conservar a dominação sobre os subalternos. Essa relação parece-nos oferecer caminhos para responder à questão da adesão ativa e passiva do conjunto da classe trabalhadora, ainda que não esgote as possibilidades de compreensão da sujeição voluntária daqueles e daquelas que, para serem livres, não anseiam que somente se quebrem suas correntes.

Para tanto, precisa-se levar em consideração que em cinco décadas houve espaço para que se formassem indivíduos arquetípicos cuja subjetividade se estruturasse para além das estratégias de disciplinamento. Não é que aquele arquétipo de homem sob a constante vigilância do panóptico de Bentham (Foucault, 2013, p.223), neurótico e ansioso pelas mais variadas possibilidades de ser vigiado e punido, tenha desaparecido, mas a essa subjetividade incorporar-se-á a dimensão do *desejo*. Em outras palavras, o indivíduo contemporâneo deseja aquilo que as classes dominantes desejam, deseja existir como a própria empresa onde trabalha, na qual a performance é o alvo e as conquistas são absolutamente individualizadas.

Dardot e Laval (2016, p. 322) têm apresentado contribuições importantes nesse debate, caracterizando o homem neoliberal como “competitivo, inteiramente imerso na competição mundial”. A contribuição dos dois pensadores joga luz sobre o que o modelo neoliberal pensa ser a sociedade da contemporaneidade, em que o mercado segue como a régua da vida e no qual a dimensão coercitiva do Espaço vai cedendo cada vez mais espaço para um consentimento ativo e pulsante.

Não estamos falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis – metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui. (Dardot; Laval, 2016, p. 327)

O desejo que o constitui é o desejo de performar como a própria empresa, o que podemos compreender como resultado subjetivo de décadas de imposição de austeridade e arrochos sobre os trabalhadores em um mundo do trabalho sem garantias de direitos. O efeito subjetivo cada vez mais tem desembocado em uma resposta que protege essas pessoas da necessidade de lidar com o abismo da falta de perspectivas de longo prazo em um mundo no qual essas mesmas pessoas só podem contar com as suas capacidades individuais, em um estado de permanente competição uns com os outros.

[...], a “naturalização” do risco no discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações de mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas são apenas duas faces da mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores. (Dardot; Laval, p. 329)

Esse indivíduo é o indivíduo da radicalização da flexibilidade, que deve ser apto a acomodar as mudanças do mundo do trabalho sobre um colchão de perspectivas de autorrealização e autorresponsabilização, uma vez que, do contrário, estará fadado a um fracasso que é percebido para além da dimensão profissional: o sujeito fracassa enquanto pessoa. É um indivíduo que precisa tomar para si todos os riscos, o que nos parece um fardo pesado demais a ser absorvido. Para tanto, a mobilização da esfera do desejo permite não apenas uma melhor performance empresarial, mas também é a condição de possibilidade dessa existência totalmente alijada da compreensão da real dimensão das determinações da vida em um contexto neoliberal. Assim,

[...] injunge-se ao sujeito a conformar-se intimamente, por um trabalho interior constante, à seguinte imagem: ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas

mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialista de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. (Dardot; Laval, p. 330-331)

Para que se pudesse fazer frente a essa nova dinâmica de sobrevivência, foi se modelando um tipo de sujeito que habita em uma interseção cada vez maior entre o funcionamento da empresa (e sua dinâmica de competição entre empresas) e a forma como ele enxerga a si. As qualidades que permitem a sobrevivência de uma empresa em um ambiente competitivo serão transpostas às próprias pessoas e seu “funcionamento” na dinâmica social, fazendo com que a gestão de si e do seu próprio tempo seja a grande qualidade do sujeito neoliberal. Assim, ele se metamorfoseia na própria empresa e passa a enxergar as relações de trabalho a partir da falsa simetria da relação entre empresas e empresas, e não entre empresas e trabalhadores.

A globalização estreitou o mundo em muitos aspectos, flexibilizou dinâmicas sociais rígidas a partir da massificação de uma cultura de mercado, facilitou o fluxo de mercadorias em larga escala, promoveu uma expansão quase sem limites do capital artificial e tornou imperativa a era da “vida líquida”, conforme apresentado por Bauman, para quem “as realizações individuais não podem solidificar-se em posses permanentes porque, em um piscar de olhos, os ativos se transformam em passivos, e as capacidades, em incapacidades” (2007, p.7). Esse sujeito encontra um mundo que muda de forma mais célere que suas capacidades de adaptação, que trabalha para esfacelar todo tipo de pacto social historicamente estabelecido, tornando sua vida “precária, vivida em condições de incerteza constante” (Bauman, 2007, p.8).

A *gestão de si* é o horizonte do desempenho desse novo trabalhador, caminho esse que abre uma frente importante de mobilização de campos do conhecimento que provisionam a miríade de recursos teóricos que são utilizados para convencer as pessoas de que elas devem aspirar o ideal dismórfico de homem contemporâneo. Estamos falando da psicologia, da economia do comportamento, da psicologia evolutiva, da etologia, dentre outros campos que desembocam na profusão de *coaches* e gurus modernos, de técnicas de gestão de tempo, reformulação de *mindsets* que ensinam a conformar a psiquê na direção de um comportamento disciplinado e autogerido e que, por mais que defendamos que parte nada desprezível seja puro charlatanismo, exista certo behaviorismo possível, uma vez que, do contrário, tenderia a desaparecer.

Outro aspecto importante a ser apontado sobre o sujeito gestor de si é o fator *risco*, na medida em que esse é entendido como mais uma possibilidade de expressão do conceito de empresa. Assim como uma empresa que não corre riscos em seus eventuais planos de expansão tende a perecer, o indivíduo que também tende a não expandir seus próprios horizontes tornar-se-á um produto obsoleto e facilmente substituível por uma versão mais atualizada, inovadora. Ao mesmo tempo, restam poucas alternativas frente à inexorabilidade de um mundo do trabalho à beira do precipício além daquela de contar única e exclusivamente consigo e com sua capacidade de empreender, incorporando aos custos desse empreendimento os riscos de sucesso ou fracasso. Sob essa dimensão, “o indivíduo deve governar-se a partir de dentro por uma racionalização técnica de sua relação consigo mesmo” (Dardot; Laval, 2016, p. 350).

Projetando a dimensão individual para a coletiva, vemos que a lógica empresarial vem penetrando espaços para além do mundo do trabalho e, tal como um líquido, se espraia pelas brechas da totalidade do real, fundindo-se à dimensão social da vida em coletividade e sedimentando novos paradigmas de convivência comum. Ainda de acordo com Dardot e Laval na mesma obra, a polissemia dos sentidos do conceito de *sujeito empresarial* acomoda uma dimensão da *responsabilidade* como modo de ser que se reflete coletivamente enquanto comportamentos orientados para o aumento da eficácia da empresa, entendida nessa versão expandida que temos demonstrado.

Assim, em uma atualização trágica do que Karl Marx escrevera acerca do fetiche da mercadoria, há mais de um século atrás:

Uma das consequências mais seguras é, sem dúvida, que as ‘transações’ ganham cada vez mais espaço em detrimento das “relações”, a instrumentalização do outro ganha importância em detrimento de todos os outros modos possíveis de relação com o outro. (Dardot; Laval, 2016, p. 152).

Em outras palavras, não são mais as coisas que mediam a relação entre pessoas, mas as pessoas que vêm mediando a relação entre coisas. O sujeito, em contrapartida, é condicionado pelo desejo e pelo gozo a ir sempre além, a jamais parar de produzir, se reduzindo a simples instrumento do aumento *ad infinitum* do mais-valor.

Laval, na obra *A escola não é uma empresa* (2019, p.298), analisa a escola sob a mesma lente, na medida em que ela é um espaço privilegiado para a (con)formação do sujeito neoliberal. A crescente centralidade da ideologia do empresariamento no processo ensino-aprendizagem, cuja dinâmica vem contribuindo para o aprofundamento da exploração do trabalho docente e de um aprofundamento de adoecimento e sofrimento

físico e mental dos educadores, chega com força por meio da atuação empresarial nesses espaços de interseção em que as Fundações e Institutos privados penetram. Essa penetração interessada tem como tarefa prioritária expandir a ideologia do empresariamento para o cotidiano escolar, mas também tornar a própria escola uma empresa, para onde seja possível escoar todo tipo de mercadoria camuflada de “solução educacional”.

O autor descreve três períodos históricos da escola na sociedade burguesa a partir da relação entre sujeito e dimensões da vida em sociedade: 1) integrar o indivíduo moral, política e linguisticamente à nação; 2) finalidades subsumidas ao imperativo do desenvolvimento industrial nacional; 3) determinações da sociedade de mercado sobre a escola (Laval 2019, p. 32). Nos referimos à escola burguesa da última etapa quando defendemos ser esta um espaço privilegiado de formação de um sujeito neoliberal, em que “existe para garantir uma espécie de acumulação primitiva de capital humano” (Laval, 2019, p. 70) e onde o processo educativo é entendido como um processo contínuo à atividade produtiva no mundo do trabalho.

Compreendendo a escola (as públicas, sobretudo) como um espaço que se encontra no limiar das esferas públicas e privadas, a própria sociedade reflete em algum nível a ideologia do empresariamento. No limite, a democracia burguesa tem sido também expressão e porta-voz dessa ideologia, o que vemos clara e distintamente no léxico incorporado corriqueiramente por grande parte da classe trabalhadora, principalmente a plataformizada, que radicaliza a expressão do empresariamento de si. Sobre esse aspecto, Laval sintetiza:

[...] o neoliberalismo visa a eliminação de toda a “rigidez”, inclusive a psíquica, em nome da adaptação às situações mais variadas com que o indivíduo depara no trabalho e na vida. Mais que nunca a economia ocupa o centro da vida individual e coletiva, os únicos valores sociais legítimos são a eficiência produtiva, a mobilidade intelectual, mental e afetiva e o sucesso pessoal. (Laval, 2019, p. 39)

Com essa breve reflexão, que pretendeu revisitar os acontecimentos históricos e categorias de análise de pensadores importantes, além de caracterizar o sujeito neoliberal, alvo da ideologia empresarial, entendemos que o estágio atual do capitalismo, em permanente estado de crise, vem tornando a classe dominante cada vez mais alerta sobre a necessidade da manutenção da dominação, tanto pela via da coerção quanto da hegemonia. O papel educador do Estado se manifesta, portanto, em uma maior

permeabilidade à atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais, incorporando no cotidiano escolar o próprio *ethos* empresarial.

2.2 Desdobramentos da crise de 2008 e reconfiguração das frentes da burguesia no Brasil: Dos anos de conciliação social-liberal ao neofascismo de Bolsonaro

De forma semelhante ao resto do mundo, o Brasil sofreu graves consequências econômicas e políticas decorrentes da crise de 2008, ao contrário do que inicialmente preconizou Luiz Inácio Lula da Silva (então Presidente da República), que chegou a imputá-la a alcunha de “marolinha”. Entretanto, o desenrolar dos efeitos da crise dos *subprimes* no Brasil inicia-se por um processo diferenciado daquele observado no centro do capitalismo, no qual o colapso do sistema bancário estava colocado na ordem do dia. Portanto, a fim de que possamos melhor compreender como a economia brasileira enfrentou e ainda enfrenta uma crise de dimensões globais e suas consequências políticas e sociais, é preciso compreender a estrutura do colchão no qual a crise se acomodou, isto é, compreender a conjuntura social, política e econômica no Brasil nessa quadra da história representada por governos neoliberais de face social-liberal.

O primeiro governo Lula, que se iniciou em 2003, herdou um país em crise, tendo sido avalizado pelos agentes do mercado na esteira da pactuação simbolizada pela célebre “carta ao povo brasileiro”. A pactuação com a grande burguesia, celebrada ainda na campanha eleitoral, entretanto, não bastou. Desse modo, uma série de reformas estruturais foram implementadas em 2003, ainda na esteira da grande popularidade do governo que se iniciava. Assim, o ministério da Fazenda, comandado por Antônio Palocci, implementou uma Reforma da Previdência (que atingiu particularmente os servidores públicos federais), e sinalizou a necessidade de construção de uma Reforma fiscal e monetária ao longo do mandato (Magalhães, 2011, p. 141).

Essa orientação mais ortodoxa da política fiscal e monetária do primeiro governo Lula começou a mudar apenas em seu segundo mandato, quando Guido Mantega assumiu o controle da pasta do Ministério da Fazenda. Foi nesse período que importantes políticas públicas foram criadas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que recuperou, ainda que com muitas contradições, certa capacidade de investimento do Estado na economia, papel que vinha há anos sendo esvaziado por meio das Reformas Gerenciais promovidas desde o início da década de 1990.

Como demonstra Magalhães (2011, p.140), as contradições desse processo de reposicionamento do papel do Estado de promotor do desenvolvimento econômico e social para o de agente regulamentador esbarrou no trabalho dos agentes empresariais e de mercado que vinham dando a linha da política macroeconômica. Os anos de governo Lula não romperam com o tripé macroeconômico neoliberal estruturado por um câmbio flutuante – capaz de criar mecanismos de valorização e desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar –, superávit primário – garantindo a possibilidade de expansão da dívida pública – e a proposição de metas de inflação – que orientam as taxas de juros, freando ou reduzindo a demanda de crédito interna –. Ainda conforme Magalhães:

Com isso, nota-se que se inicia uma lenta recuperação da capacidade estatal de interferir na dinâmica econômica, particularmente no que diz respeito aos investimentos. Trata-se, portanto, de uma tentativa de política econômica de retomar o ideário do desenvolvimento, porém sem quebrar o processo de acumulação de capital a partir da lógica das “finanças”. A manutenção também neste período de taxas de juros em patamares elevados comparativamente ao mercado global é apenas mais um indicativo que a política de crescimento econômico que poderia levar à conformação de um modelo de desenvolvimento sustentado ainda não está no centro da estratégia global do país, uma vez que continua refém dos interesses do sistema financeiro. (Magalhães, 2011, p. 140)

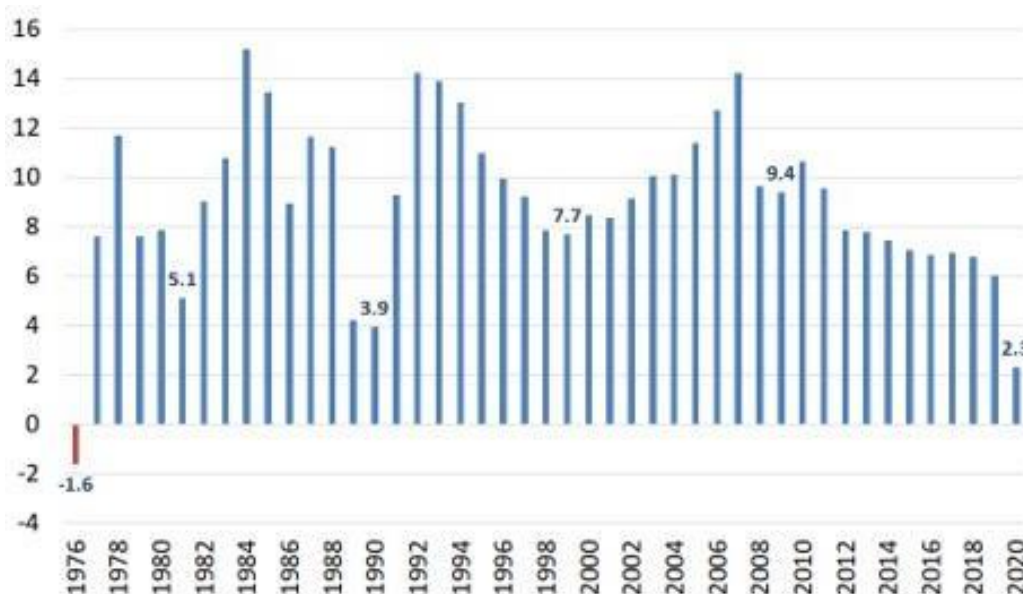
Assim, as políticas sociais que marcaram os dois primeiros mandatos de Lula na presidência da República foram garantidas a despeito de uma forte regulação macroeconômica e com as bênçãos desses agentes de mercado. Assim, ao solidificar uma estrutura neoliberal de política econômica, Lula pôde encontrar um terreno de consenso relativamente pacificado para promover as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o aumento real do salário mínimo. Ainda que tenha garantido ganhos expressivos ao grande capital até aquele momento, as políticas de transferência de renda e valorização do salário mínimo representaram a saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU em 2014, além de promoverem um incremento no consumo interno capaz de gerar milhões de empregos formais⁸. Ainda que com incontáveis contradições, os governos Lula I e II garantiram ao então presidente enorme prestígio e popularidade que nem o espetacularizado escândalo do Mensalão, de proporções nacionais, pôde derrubá-lo.

Ainda que compreendamos a grandiosa capacidade de conciliação e concertação da figura do presidente Lula, não podemos perder do horizonte a importância conjuntural da economia externa para os resultados da nossa balança comercial. Para o contexto

⁸No ano de 2010, o Brasil gerou 2,86 milhões de empregos formais, de acordo com o Ministério do Trabalho, com um aumento de 62% com relação ao ano anterior (Doca, 2011).

brasileiro, destacamos o impressionante crescimento chinês na primeira década dos anos 2000, que resultou tanto no aumento da demanda de artigos primários quanto no aumento no preço dessas commodities em geral. O gráfico abaixo sinaliza a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) da economia chinesa em um arco temporal de quase cinquenta anos:

Gráfico 1 - Crescimento anual do PIB chinês



Fonte: Blog do Ibre, IBGE, 2023.

O gráfico acima apresenta uma pujante economia chinesa na primeira década dos anos 2000. A China, desde os anos finais da década de 1970, na esteira da Revolução Cultural, vem crescendo em patamares tão altos que se tornou a segunda maior economia do mundo e a segunda maior detentora da dívida pública estadunidense já no início dos anos 2000. Em um país que veio de uma realidade de exploração e miserabilidade, esse crescimento em grande escala, no local mais populoso do globo até então, representou o aumento da demanda de produtos primários em todo o planeta, em um cenário no qual as principais commodities brasileiras, como a soja, o milho e o minério de ferro incrementaram os lucros do agro brasileiro tanto pelo preço dessas mercadorias quanto pelo volume demandado.

Essa alta da demanda chinesa pavimentou as políticas dos governos do PT de recolocar na agenda da produção nacional um capitalismo de tipo desenvolvimentista sob bases neoliberais, em quem Armando Boito Junior (2013, p. 31) insere o prefixo *neo*. A frente *neodesenvolvimentista* é assim caracterizada pelo autor porque os governos Lula e

Dilma representaram uma mudança do bloco no poder⁹ a partir da composição de “uma frente ampla, heterogênea e eivada de contradições” (Boito Junior, 2013 p. 31) e que contemplou os interesses da grande burguesia do Brasil, com algum nível de possibilidade de conciliação de classes.

O neodesenvolvimentismo dos governos petistas incorporou ao programa de governo dos presidentes Lula e Dilma dispositivos macroeconômicos favoráveis à expansão do mercado interno – como a política de valorização do salário mínimo e a redução de juros, por exemplo – para que se pudesse atender os interesses de cada segmento da frente, ainda que de maneira absolutamente desigual. Com isso, a frente neodesenvolvimentista possibilitou uma certa capacidade de investimento pelo Estado em setores estratégicos – como no de produção de energia e infraestrutura –, mas incorporando retrocessos no eixo variável das forças produtivas, o componente trabalho.

O caráter conciliatório do primeiro governo Lula, no que concerne aos direitos e garantias trabalhistas, se expressou na criação do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), instância de conciliação entre trabalhadores e patrões com mediação do governo. Apesar das tentativas de se colocar acima dos conflitos, o FNT não pôde superar as contradições inerentes à relação capital-trabalho, seja porque as bases das organizações sindicais tiveram pouco espaço para intervenção, seja porque as organizações empresariais não obtiveram a hegemonia que esperavam. Ao fim e ao cabo, as fissuras foram tamanhas que resultaram em uma cisão na base mais à esquerda da Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical do país, originando a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), a Central dos Trabalhadores do Brasil (CGT), a União Geral dos Trabalhadores (UGT), dentre outras (Molin, 2011).

Ainda nessa seara, a Reforma da Previdência de 2003 representou outro duríssimo golpe contra os trabalhadores, enterrando todas as expectativas de revogação das contrarreformas do governo FHC. A reforma foi dura com os servidores públicos (substancial base de apoio ao governo), principalmente porque Lula empenhou recursos políticos de negociação e foi capaz de aprovar retrocessos que o governo Fernando Henrique não conseguira em 1998 (Pacheco Filho; Winkler, 2005, p.230). Dessa cisão

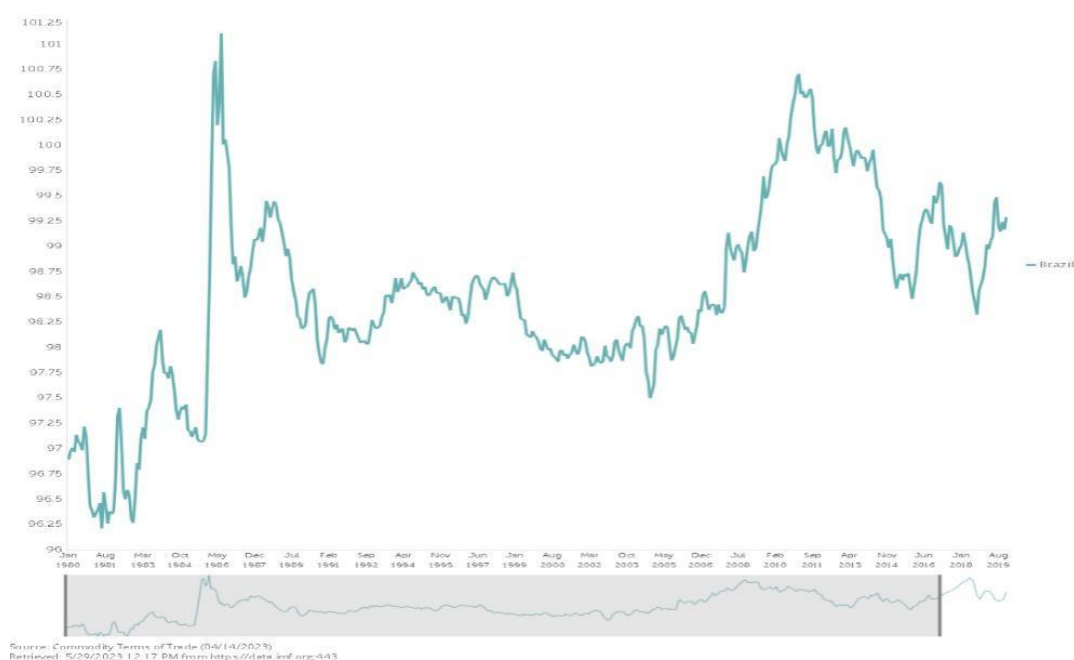
⁹ De acordo com Rodrigues (2020, p. 57), o conceito de bloco no poder é mobilizado a partir das reflexões do pensador marxista grego Nicos Poulantzas para auxiliar a compreensão das disputas que acontecem entre as frações da classe dominante no sentido da direção e coesão dessa classe. De acordo com o pensador, “esta aliança de várias classes ou frações, todas dominantes, não pode funcionar regularmente senão sob a direção de uma dessas classes ou frações: é a fração hegemônica que unifica sob sua direção a aliança no poder, garantindo o interesse geral da aliança [...]” (Poulantzas, 1977, p. 31)

surge o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que acomodou parte significativa da esquerda do Partido dos Trabalhadores e que passou a fazer uma oposição crítica ao governo.

Por outro lado, apesar das turbulências internas do PT, a grande burguesia seguiu como o destino final de grande parte das políticas de subsídios fomentadas pelo governo federal, seja por via direta, com a criação de programas específicos, seja pelo BNDES, um dos dispositivos mais mobilizados para financiamento com juros subsidiados. Além disso, diversos estímulos do governo para o setor agropecuário foram capazes de aumentar a produtividade do campo, como é o caso da criação do Plano Safra – instituído em 2003 – e do fortalecimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF – criado em 1995 –. Desde então, o agro tem recebido estímulos significativos para o incremento da produtividade do campo, e ano após ano tiveram taxas crescentes de lucros que foram interrompidas apenas com a retração do consumo global de commodities, no decorrer da expansão da crise de 2008.

O gráfico 2 demonstra a evolução do preço das commodities brasileiras no mercado externo. Por serem negociadas em dólar, elas auferem ganhos internos ainda maiores, principalmente pelo movimento da desvalorização do Real acompanhar o maior consumo internacional da produção primária brasileira.

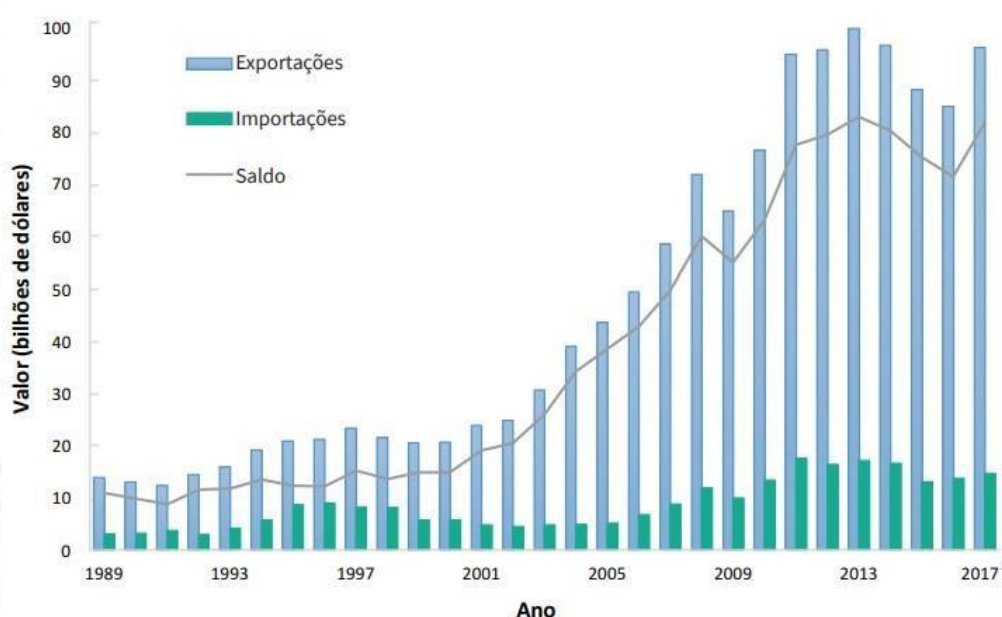
Gráfico 2 - Variação dos preços das commodities brasileiras na série histórica (1980-2019)



Fonte: FMI, 2023.

Ainda assim, é pelo gráfico 3 que observamos o efeito do movimento progressivo da reprimarização da economia, uma das consequências do enfraquecimento ulterior do bloco neodesenvolvimentista, que se concretizou na balança comercial agrícola com patamares cada vez mais substanciais, tornando a economia brasileira como um todo cada vez mais dependente do setor agro.

Gráfico 3 - Balança comercial do agronegócio brasileiro (1989-2017)



Fonte: Embrapa, 2018.

Aliado à entrada de maiores quantidades de dólares, o aquecimento do mercado interno também foi um elemento importante na garantia de bons resultados econômicos nos primeiros anos da crise. No setor industrial, destacaram-se o setor mineral e o de construção civil, esse último impulsionado por políticas de concessão de crédito imobiliário que aqueceram tanto as vendas de insumos do setor quanto a mão de obra empregada nesses empreendimentos. Grandes obras financiadas pelo Estado, como a transposição do Rio São Francisco e a construção de hidrelétricas, rodovias e ferrovias também contribuíram para o desenvolvimento do mercado interno. Todos esses fatores somaram-se para que os índices de desemprego formal arrefecessem e, no auge dessa maré de fortuna, o PIB alcançou a casa dos 7,5% em 2010 (IBGE, 2010), tendo como média de 4,5% no período Lula II (2007-2010), ainda no período mais agudo da crise iniciada em 2008.

Como resultado dos oito anos de composição bem-sucedida da frente neodesenvolvimentista, a popularidade de Lula chegou a 87% ao término do seu segundo mandato, segundo o instituto IBOPE, uma marca recorde na história da Nova República brasileira. Os bons índices sociais e econômicos conferiram ao então presidente prestígio suficiente para eleger Dilma Rousseff (até então uma personagem do quadro técnico do governo) a primeira mulher presidente da República, em uma manobra que só poderia ter sido exitosa porque foi realizada após oito anos de um processo de conciliação até então bem-sucedido e com resultados favoráveis na tarefa de conciliação.

Apesar da grande burguesia e a massa social compartilharem interesses conjunturais no seio da frente neodesenvolvimentista, essa coesão não aconteceu sem distúrbios no interior dessa frente. As contradições entre a grande burguesia (fração dirigente) e a massa social logo apareceriam com maior ou menor grau de conflito. Esse gérmen latente da contradição, sempre pronto a extrapolar os limites das políticas de concertação, deveu-se, em grande medida, ao carisma pessoal de Lula da Silva e à conjuntura econômica favorável, fatores que contribuíram para a manutenção dos bons índices de avaliação do governo. O primeiro governo Dilma foi um governo de continuidade, apesar da figura pouco carismática da presidente. A pactuação neodesenvolvimentista tácita entre grande burguesia e trabalhadores parecia inabalável, dado que os anos de neoliberalismo ortodoxo pareciam definitivamente enterrados na década de 1990. Tudo parecia confluir para que a reeleição de Dilma Rousseff transcorresse sem maiores perturbações, ainda que seu governo passasse por mais turbulências no campo econômico e social do que seu antecessor.

Em 2012, a fatura da crise internacional finalmente começa a chegar ao Brasil, e um dos maiores sinalizadores dos iminentes dias de turbulência foram demonstrados nos gráficos 1 e 2: a desaceleração do crescimento chinês a partir de 2012 e o impacto nos preços das commodities que esfriaram o crescimento do PIB brasileiro. Muito embora compreendamos que a desaceleração da economia chinesa e seu impacto no Brasil tenha sido um fator determinante para a depressão dos índices brasileiros, não consideramos ser esse o único nexos causal entre a crise econômica e a formação de um polo de oposição dentro do espectro neoliberal.

Conforme demonstra Colombo (2018, p.170), forças latentes na sociedade que vinham se aglutinando à sombra de grandes movimentos contestatórios e de crises no bloco histórico social-liberal eclodem como ideologias orgânicas no bojo da crise. Essa fração do bloco-histórico neoliberal é o que Colombo conceituou como *frente liberal*

ultraconservadora, justamente porque tem na espinha dorsal de seu programa a difusão de um nacionalismo radical de verve pentecostal que aprofunda a perseguição a segmentos oprimidos da sociedade ao mesmo tempo em que defendem um programa econômico ultraliberal. Segundo a autora:

No contexto da crise financeira de 2008 – aprofundamento e novo marco da crise orgânica do capital – foi possível observar a ebulição de um avanço conservador, que veio emergir em 2009, na ocasião das manifestações de massas mobilizadas pelo Tea Party, nos Estados Unidos, que anunciavam o surgimento de um grupamento político organizado que apontaria uma nova estratégia de atuação política. Esta não envolveria necessariamente a participação de seus representantes nos aparelhos de Estado via processos políticos eleitorais – o que passou a se concretizar também como estratégia a partir das eleições de 2010 para o Senado –, mas se daria através da difusão das ideias da extrema direita internacional expressas por meio de massiva propaganda e tomada das ruas. (Colombo, 2018, p. 53)

Se o programa liberal ultraconservador catalisou, no mundo, a eclosão do ovo da serpente (manifesto a partir da eleição do republicano de ultra-direita Donald Trump em 2016), no Brasil também não foi diferente, ainda que esse fenômeno tenha se manifestado mais tardiamente no aspecto cronológico. Essa nova direita veio progressivamente pautando o debate político, esmagando a direita “tradicional”, conformando-se como uma das principais forças de oposição ao governo Dilma, com forte adesão das massas, dado que o caráter ultraconservador de suas pautas agradou o segmento cristão evangélico, maior base social dirigida por essa fração da burguesia. Entretanto, o grande divisor de águas que foi capaz de impulsionar a agenda da direita ultraconservadora no Brasil e girou os holofotes para os movimentos que aderiram a essa agenda aconteceu ainda em 2013, e passou para a história como as Jornadas de Junho.

Podemos entender as Jornadas como a manifestação brasileira da série de eventos contestatórios que tomaram as ruas mundo afora, mais especificamente as manifestações árabes e os movimentos de ocupação realizados pela juventude nos Estados Unidos e em países da Europa. A juventude brasileira, em grande medida inspirada pelo que se vinha experimentando em outros polos do capitalismo globalizado, incorpora difusamente diversas pautas que catalisam protestos que tomaram corpo progressivamente. A primeira metade do ano de 2013 testemunhou a aurora de um levante social de massas, eclodido a partir da pauta do aumento do preço da passagem de ônibus na cidade de São Paulo. Esse movimento foi além, reuniu milhões de pessoas nas ruas e radicalizou um tom anti-institucional e antipartidário.

Ao mesmo tempo, a agenda dos grandes eventos (Copa do mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016) expuseram a fratura das contradições inerentes à organização de

festas tão caras em um país que ainda contava com tantos miseráveis. Inúmeros escândalos de superfaturamento em obras e projetos de melhorias estruturais que jamais saíram do papel, aliados aos efeitos da crise no baixo crescimento econômico, foram capazes de dar um rosto ao suposto problema do Brasil, a saber, o governo do Partido dos Trabalhadores e, mais especificamente, Dilma Rousseff. Estava colocado o substrato em que o mantra da corrupção seria entoado à exaustão, convencendo as massas e segmentos da classe média de que o real problema do Brasil poderia se resumir à corrupção dos agentes públicos, mas não de qualquer agente público, e sim os pertencentes ao Partido dos Trabalhadores, quem quer que fossem.

Foi a partir desse sentimento de desilusão e de uma completa incapacidade de dirigir a ação das massas que tanto o Partido dos Trabalhadores quanto toda a esquerda perderam qualquer capacidade de influenciar aquilo que se tornou as Jornadas de Junho. O movimento – que começou com pautas progressistas, demandando melhorias nas condições de existência da classe trabalhadora – é cooptado por pautas difusas e abstratas, como a melhora da saúde e da educação, junto ao discurso anticorrupção. Assim como ocorreu com as grandes manifestações da Primavera Árabe e dos *Occupies*, as Jornadas de Junho no Brasil foram sequestradas pela extrema direita. Esta, que já vinha se organizando há anos, encontra nessa conjuntura terreno fértil para que sua ideologia se tornasse orgânica no seio da massa trabalhadora.

O grande elemento de coesão popular da pauta dos grupos da direita que passaram a dirigir a revolta popular foi centrado no sentimento antipetista – e, por extensão, antiesquerda –. Desse modo, se tornaram comuns os conflitos violentos no interior das manifestações, com exigências de recuos das bandeiras de esquerda. Foram dias em que a pauta anticorrupção ressuscitou crises políticas passadas (com destaque ao Mensalão de 2005) e fizeram a popularidade de Lula e Dilma serem corroídas, o que meses antes parecia improvável. O sentimento antipolítica tomou a consciência das massas, que passaram a dar espaço para figuras oportunistas desconhecidas, ou apenas conhecidas localmente, e se vendiam como *outsiders*, antipolíticos, antissistema e tantos outros “antis”, em uma postura hipócrita e muitas vezes criminosa.

A passagem a seguir, de Armando Boito Junior, sintetiza a hipótese que defendemos em que o nexos causal entre a ascensão da extrema direita e a transformação dos atos em eventos antipetistas foi uma questão de oportunidade:

Quem provocou a crise foi a ofensiva política do campo neoliberal ortodoxo, dirigido pelo capital internacional e pela fração da burguesia brasileira a ele integrada, e não a luta popular. Muitos se confundem ao examinar esse

problema. [...] Primeiro, porque apenas a primeira fase das manifestações de junho de 2013 teve um caráter popular. Foi a fase em que o Movimento Passe Livre (MPL) lutava contra o aumento das tarifas de transporte. [...] Numa segunda fase, as manifestações diversificaram os setores sociais envolvidos, incorporaram a alta classe média e mudaram também suas palavras-de-ordem, substituindo a luta contra o aumento das tarifas pelo discurso genérico contra a corrupção. [...] Um movimento inicialmente popular foi apropriado pelo campo neoliberal, prolongou-se na agitação contra a Copa do Mundo e desembocou no crescimento das candidaturas neoliberais na eleição presidencial de 2014. (Boito Junior, 20, p. 23-24)

As Jornadas não foram as responsáveis pelo surgimento de uma frente liberal-ultraconservadora, mas oportunizaram seu crescimento meteórico nas massas. Aliadas à incapacidade da esquerda organizada (Partido dos Trabalhadores, sobretudo) de dirigir e organizar a revolta, as contradições geradas por anos da experiência da fração social-liberal com o Partido dos Trabalhadores corroeram as possibilidades de contenção da avalanche ultradireitista.

No que concerne às eleições presidenciais de 2014, o quadro de crise política já estava bem consolidado, com diversos atores de sustentação dos governos petistas trocando de lado, como é o caso do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que passa a ser oposição, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se divide no curso do segundo mandato de Dilma Rouseff e passa a ser o instrumento utilizado como veículo do golpe institucional-parlamentar na figura do então vice-presidente Michel Temer em 2016.

Aliado ao esvaziamento do papel de agitador das bases progressistas e de setores majoritários da classe trabalhadora, o Partido dos Trabalhadores não pôde (ou não quis) mobilizar as ruas para dar sustentação popular ao claudicante governo Dilma. Este, por sua vez, se esforçou em dobro na tarefa da conciliação, nomeando para a pasta da Fazenda o ministro Joaquim Levy, figura absolutamente alinhada à onda de austeridade que varria o mundo. Ademais, o governo Dilma trabalhou para sufocar os levantes contestatórios contra a promulgação da Lei Antiterrorismo, por exemplo, que criminalizou frontalmente os partidos de esquerda e os movimentos sociais.

Ainda que se discuta a fragilidade do segundo governo Dilma e a precariedade de sua sustentação na política institucional, não podemos deixar de mencionar o papel da pauta anticorrupção na consolidação de um consenso antiesquerda na consciência da classe trabalhadora, bem como sobre a necessidade de deposição da presidente eleita. A instrumentalização dessa pauta (que sempre fez parte do cotidiano da República brasileira em tempos de crise) já era embrionária nos atos pós-junho de 2013, mas ganha outra

dimensão a partir da criação da força-tarefa da Lava Jato, cuja incorporação do elemento midiático tornou seu juiz (futuro ministro da Justiça e senador da República) e seus promotores verdadeiros ídolos nacionais, às custas de um processo de criminalização da política institucional que trouxe consequências graves para a dinâmica cívica do país como um todo.

A pauta da corrupção é convocada para a arena política porque seu caráter ideológico possibilita o diálogo com as massas, ainda que por razões distintas. Segundo Boito Junior (2020, p.76), a classe média mascarou a sua motivação de classe e ódio à ascensão econômica de camadas populares nos anos dos governos petistas recorrendo à ideologia da corrupção, a partir de uma espécie de inversão de ordens de prioridades: a corrupção afetaria a classe média e os pobres pelos mesmos motivos, quando, na verdade, os interesses de cada uma dessas frações da classe trabalhadora divergem nos meios e nos fins. Assim, o autor nos apresenta seu argumento:

Logo, além de apresentar o secundário no lugar do principal, isto é, a luta contra a corrupção no lugar da luta contra a ascensão das classes populares, os personagens dessa cruzada contra a corrupção mascaravam os seus interesses egoístas de classe – defender a ideologia meritocrática e os interesses que ela legítima – com um discurso moralista e aparentemente altruísta. (Boito Junior, 2020, p. 76)

O véu de Maia sustentado pela operação Lava Jato encobria interesses diversos e que foram além das fronteiras ocupadas pela grande burguesia do Brasil. Hoje sabemos da existência de interesses absolutamente alheios à soberania nacional, com destaque ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos, que interveio nesse processo colaborando diretamente com o Judiciário e com o Ministério Público, com a finalidade de enfraquecer empresas concorrentes às estadunidenses no mercado internacional. Foi o caso da indústria de construção pesada e a petroleira, essa com destaque para a privatização do pré-sal e do desmonte do Complexo Petroquímico de Itaboraí, que traria autonomia do refino do óleo no Brasil, além de estimular a formação de uma rede de indústrias secundárias.

O impacto provocado por essa operação no destino da política institucional brasileira perdura até os dias de hoje e seguirá se desdobrando no tempo, pois representou a liga que conferiu unidade entre a enfraquecida frente social-liberal, a frente liberal-ultraconservadora, a alta burocracia do Estado e parcela substantiva da classe trabalhadora, sob a égide da ideologia do combate à corrupção. Foram esses elementos que fermentaram o caldo da tensão de classes, demonizou a existência do Partido dos

Trabalhadores, fraudou o processo legal que condenou Lula à prisão e o impediu de ser candidato às eleições de 2018, possibilitando que uma figura tosca do baixo clero da política institucional parlamentar pudesse ser Presidente da República.

Bolsonaro, que até sua eleição ficou conhecido nacionalmente por participar como o convidado polêmico em programas de auditórios com suas falas homofóbicas e machistas, surfou na onda da pauta dos costumes e se colocou na cena política como o *outsider* antipolítica. Ele foi capaz de capturar a pauta anticorrupção e revertê-la em ganhos eleitorais, na esteira do enfraquecimento da direita “tradicional”. Michel Temer fazia um governo-tampão, com baixíssimos índices de aprovação, mas fundamental para que o grande Capital conseguisse implementar reformas antissociais, já que queimar o capital político de uma figura golpista não foi o centro da preocupação. Por outro lado, o segundo colocado nas eleições de 2014 (e verdadeiro disparador do processo político do *impeachment*) também estava afogado em escândalos de corrupção de toda sorte, o que eliminou qualquer pretensão de vencer as eleições de 2018.

Foi nesse terreno que a figura caricata de Jair se consolidou, ainda que jamais poderia ter sido alçada ao mais alto posto do executivo nacional sem a anuência das Forças Armadas, ator este que desde a redemocratização se recalca do espaço às sombras que vinham ocupando. A sanha golpista dos militares foi absolutamente fortalecida com o apoio público de setores importantes da classe média, que vinha pedindo explicitamente uma intervenção militar, sob olhares negligentes de amplo setor da mídia corporativa e do judiciário.

Assim, o enfraquecimento dos dois personagens até então antagônicos na política brasileira (PT x PSDB) abriu caminho para o estabelecimento orgânico de uma ultradireita apoiada pelas massas e com força suficiente para impor sua agenda, inclusive à grande burguesia – até então desconfiada, mas nunca oposta –, e plantar na sociedade brasileira uma fissura tão significativa que foi capaz de alterar estruturalmente o cenário político brasileiro: trata-se do surgimento do *bolsonarismo* como fenômeno social e político.

É a partir dos eventos que marcaram o interstício entre 2014-2018 que defendemos ter havido a gestação do ovo da serpente do neofascismo no Brasil, que possibilitou a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República, fato que jamais poderia acontecer sem um grande consenso da burguesia e dos militares – que se portaram publicamente como fiadores de um capitão absolutamente subordinado à tutela dos generais da caserna. Por outro lado, setores da esquerda organizada se viram em anos de dificuldades na tarefa

de organizar a resistência, seja porque o Partido dos Trabalhadores tenha desistido de sua campanha contra o processo de impedimento de Dilma Rousseff, seja porque todo o espectro heterogêneo do campo da esquerda, indistintamente, arcou com os custos da associação entre política e corrupção.

Nesse sentido, o governo Temer, ainda que envolto em escândalos de corrupção, não apenas se manteve no poder como teve força para aprovar a agenda de reformas do capital internacional, como a Emenda Constitucional 95, a Reforma Trabalhista, a Reforma do Ensino Médio e a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (é válido ressaltar que os dois últimos temas são absolutamente importantes no bojo desse trabalho). O desgaste desse governo-tampão foi insuficiente para frear o avanço da agenda ultraneoliberal e mudar os rumos da economia do país, a cada ciclo ainda mais reprimarizada e dependente do agronegócio.

A eleição de Bolsonaro abriu a caixa de pandora de onde saíram monstros que nos fizeram regredir décadas de avanços no campo social e da seguridade aos estratos mais empobrecidos da população. Ainda que com inúmeras contradições, os governos petistas foram exitosos no combate às condições de extrema pobreza, tirando milhares de famílias da condição de miserabilidade absoluta. Entretanto, a austeridade exigida pelas novas demandas de um capitalismo em crise fez da agenda social algo inconciliável com as garantias de lucros da burguesia e, assim, os mecanismos de controle da cobertura da dívida pública foram priorizados.

Dessa forma, nossa hipótese compreende que, para a burguesia, o Partido dos Trabalhadores não era mais capaz de implementar recuos tão draconianos nos seus próprios pilares de governo, tal como se deu há pelo menos uma década atrás e, para tanto, construiu setor a setor um golpe institucional-parlamentar – “num grande acordo nacional, com supremo, com tudo”, como tão seguramente garantiu o então senador Romero Jucá – que unificou uma direita mais ampliada sob o guarda-chuva de um projeto cujo eixo eram as alterações no bloco no poder.

A lua de mel do casamento celebrado pelo golpe, no entanto, não foi duradoura e abalou-se frente ao claudicante governo Temer, incapaz de mostrar-se como uma opção de coesamento da direita liberal que por anos governou o país. Ademais, gerou condições não apenas para a eleição de Bolsonaro, mas também de um avanço sobre o processo de encerramento do projeto moralista da lava-jato, que progressivamente foi sendo esvaziada. Boito Junior sinaliza que a marcha ré da operação que mudou os rumos

do país aconteceu porque ela já havia cumprido a sua função, e que sua sobrevivência seria uma ameaça constante aos mesmos agentes que no passado a instrumentalizam.

Hoje, tendo ela [operação Lava Jato] cumprido o papel de alterar o bloco no poder no Brasil, permitindo a constituição da hegemonia do capital internacional e da fração da burguesia a ele associada, essa operação encontra-se sob ataque tanto das forças progressistas que foram as suas principais vítimas, quanto dos partidos e lideranças do campo conservador, onde abunda a corrupção. (Boito Junior, 2020)

Dessa forma, em diálogo com o autor, mesmo correndo o risco de incorrer em anacronismo, podemos dizer que a história tem mostrado que o espólio de um Brasil duramente golpeado em 2016 foi disputado para além da alteração no bloco de poder e serviu a interesses oportunistas de grupos que puderam sair de seu processo de hibernação para se colocarem oportunamente como ideologias orgânicas e de massas. Citamos aqui dois movimentos que caminharam juntos nas eleições de 2018, compuseram os primeiros atos do governo Bolsonaro, posteriormente se dispersaram, mas reatam relações sempre que necessário:

1) Ala lavajatista: liderada pelo ex-juiz da operação Lava Jato, Sérgio Moro, teve como fundamento o debate moralizante anticorrupção. Esse discurso alçou Moro a Ministro da Justiça do governo Bolsonaro por pouco mais de um ano, até o episódio em que o ex-juiz rompe relações com o executivo a partir de denúncias contra o então Presidente da República. Uma série de mensagens hackeadas e disponibilizadas para o Intercept Brasil revelou que por vários momentos o Ministério Público e a 4ª Vara de Curitiba acertavam operações e veredictos, forjava provas e perseguiram desafetos em nome da criminalização de figuras centrais do Partido dos Trabalhadores, bem como de empresários do ramo da construção pesada;

2) Ala ideológica (Olavista): segmento com diversas raízes espalhadas pelo governo, disputam a hegemonia por meio de ideologias que se centram em teorias da conspiração e negacionismo, batalhando contra um suposto “marxismo cultural”. Esse segmento trabalhou incansavelmente para desestruturar ministérios e políticas públicas bem-sucedidas, e teve no Ministério da Educação e das Relações Exteriores frentes fundamentais de combate.

3) Ala militar: a alta patente da caserna desempenhou um papel ambíguo desde os primeiros momentos, porque ora se apresentava como porta-voz do ex-capitão, lutando pelos seus interesses políticos mais imediatos, ora se apresentava como elemento moderador do temperamento controverso de Bolsonaro. Fato é que o governo deste, apesar de civil, abrigou milhares de militares na estrutura governamental e distribuiu

cargos a mais de 6 mil militares para funções civis, além de ter acomodado 79 militares de alta patente em altos cargos do executivo (Oliveira, 2023).

4) Ala pentecostal: segmento que se ocupou de sedimentar o apoio do eleitorado cristão (sobretudo o evangélico) alocado principalmente nas camadas populares. Usou e abusou de pastores que são figuras públicas e atuaram como fiadores do suposto compromisso de Bolsonaro com as pautas conservadoras, muitas vezes fazendo uso de dispositivos de pânico moral, como a reivindicação da pauta antiaborto e homo/transfóbicas.

Essas alas se reuniram e formaram a frente eleitoral que impulsionou Jair Bolsonaro, que nunca foi cristão, tampouco paladino da ética na política. Sem dúvidas, a facada em Juiz de Fora-MG, desferida por uma figura até então desconhecida e com comprovados transtornos mentais, foi capaz de determinar o rumo daquela conturbada eleição de 2018. A imagem de um Bolsonaro esfaqueado, fragilizado, martirizado, quase assassinado por defender valores de direita, o elegeu. O impacto foi tamanho que Bolsonaro venceu sem que precisasse abrir a boca em nenhum tipo de debate ou entrevista, enterrando as esperanças da direita “tradicional” em eleger Geraldo Alckmin.

Conforme pudemos desenvolver em trabalhos anteriores, nos idos dos meses que sucederam o impeachment e antecederam a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, a caracterização da figura de Jair ensejou muitas dúvidas entre os intelectuais e militantes da esquerda: seria ele fascista ou apenas uma figura autoritária e grotesca que por décadas foi tolerada pela institucionalidade parlamentar-burguesa? O excesso de zelo não é sem razão, porque o fascismo foi um evento que se deu em uma geografia específica e em um tempo histórico específico. Não seria uma espécie de anacronismo entender essa figura com as mesmas características de Mussolini?

Essas não são questões menores, muito pelo contrário. Essa caracterização permitiria analisar a conjuntura de forma mais decente para que a tática da oposição pudesse ser afinada. Antes de mais nada, é preciso ter no horizonte que a ascensão de Bolsonaro não é um efeito isolado na extrema direita. Uma série de líderes em todo o mundo vinham aglutinando a insatisfação difusa de um amplo segmento da população que se manifesta através da xenofobia, homofobia, machismo e todo tipo de violência contra minorias.

Assim, o inimigo contra quem se deveria lutar foi identificado em qualquer um que pudesse ameaçar uma visão conservadora do mundo, associando essas pessoas ao que propugnavam como “marxismo cultural”. Além disso, o mito da pátria vem sendo um

elemento ideológico fundamental no discurso da extrema direita, mas não para questionar o capital internacional no cenário da dependência, mas tão-somente para intensificar um ufanismo esvaziado de proposição emancipatória cuja finalidade foi radicalizar a ideia do “nós contra eles”, sendo o “eles” simbolizado pelo arquétipo do inimigo externo.

Portanto, é impossível pensar a visibilidade de um sujeito oriundo da penumbra da “velha política” brasileira sem pensar nessa orquestração internacional pela organização de uma extrema-direita, absolutamente simbolizada pela eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. Em sua dissertação de mestrado, Luiza Colombo realizou um importante trabalho de mapeamento dos APHs ligados à difusão da ideologia de extrema direita mundo afora, com destaque para a estadunidense Atlas Network, que no Brasil foi a gestora do Movimento Brasil Livre que tanto nos idos de 2013 quanto nos dias de hoje possui relevância na política institucional, elegendo parlamentares que atuam com o intuito de sedimentar uma oposição ultraneoliberal (Colombo, 2019).

Assim, em uma análise fenomênica e pouco criteriosa, é fácil aceitar a hipótese de que esse movimento global é um resgate *ipsis literis* do fascismo do passado, no sentido de construir uma hegemonia capaz de impulsionar essa fração da direita para a direção do capitalismo global. No entanto, existem diferenças importantes que não o derrubam, mas o fragilizam, e que, como tais, merecem atenção. Além disso, é preciso que a contextualização histórica tenha muito cuidado com a tentação do anacronismo, uma vez que não estamos repetindo a história, mas identificando elementos universais e particulares entre o fascismo histórico e o fenômeno da frente liberal ultraconservadora no Brasil.

Dessa forma, podemos arriscar cravar que a extrema direita bolsonarista, tal qual o fascismo italiano, só pôde ganhar terreno porque foi útil à grande burguesia. No passado, era o *biênio rosso* revolucionário o espectro que rondava a Itália que, em certa medida, foi subjugado pelas milícias fascistas. Na contemporaneidade, a reação ao levante das massas nas jornadas de junho e à eventual ascensão de uma esquerda mais organizada foi o estopim da conivência da grande burguesia não apenas com o golpe, mas com a sedimentação de uma ideologia radicalmente conservadora nas consciências dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, a extrema direita foi útil ao grande capital na reconfiguração do bloco no poder, porém, tal qual no passado, gerou a serpente que poderia engoli-la.

Para concluirmos essa seção, que não pretende de maneira alguma esgotar essa temática, abordamos brevemente os trágicos anos de Jair Bolsonaro, que já em seus

primeiros meses no mais alto cargo do executivo brasileiro afirma que “temos de (sic) desconstruir muita coisa, de desfazer muita coisa para depois começarmos a fazer (Revista Veja, 2019). Por destruir, entendemos que o então presidente se referia a todos os avanços conquistados pelo campo progressista no sentido da mitigação das condições de opressão social e desigualdade econômica.

Ainda que sua candidatura tenha se assentado a partir do pânico moral característico daquele semeado pela frente liberal ultraconservadora, bem como de um nacionalismo absolutamente subserviente aos interesses do capital internacional, o bolsonarismo foi (e ainda é) um movimento de massas que catalisou a consolidação de uma extrema direita dispersa e ainda inorgânica. Assim, apesar de promover o empobrecimento da população, elevar a inflação e ter conduzido mais de 700 mil pessoas ao calvário da morte na pandemia da COVID-19, por muito pouco Jair Bolsonaro não venceu o pleito de 2022.

Avaliamos que a ascensão de uma figura tão controversa como Jair Bolsonaro à presidência da República, um sujeito que nunca escondeu seus preconceitos e desprezo pelos mais pobres e oprimidos, só foi possível porque a política econômica conduzida por Paulo Guedes foi o fiel da balança. Não haveria recuos nas reformas aprovadas e nenhum direito social ou trabalhista seria expandido e, dessa forma, a reforma do Ensino Médio e a implementação da BNCC seguiam a pleno vapor.

Se Jair fosse uma figura um pouco menos tosca, muito possivelmente seria reeleito. Sua persona jocosa e desprezível tornou sua permanência impalatável ao idealismo liberal, principalmente quando a verve golpista começava a se mostrar um projeto golpista: era o ovo da serpente eclodindo. Ainda não temos a real dimensão do tamanho do impacto, mas o que sabemos é que caso reeleito, a morte (não apenas a metafórica) seria o horizonte social e político de segmentos importantes da população.

2.3 O capitalismo na era digital como a nova fronteira da acumulação

A cada nova etapa da crise, expõe-se a fratura estrutural do capitalismo em suas versões contemporâneas, que exigem novas e arrojadas formas de recomposição das taxas de lucro, sempre em uma perspectiva supostamente disruptiva, capaz de empurrar a fronteira da acumulação para a frente. Assim se deu na crise da década de 1970, que resultou no modelo industrial toyotista e no neoliberalismo, estratégias essas que ainda hoje minam o fundo público de países, seja do centro ou da periferia do capitalismo, gerando um verdadeiro “Estado de Bem-Estar Bancário”.

Conforme já defendemos, a versão da crise no século XXI vem resultando tanto no aprofundamento da austeridade neoliberal quanto no espaço digital como mais nova fronteira da acumulação e caracterização das novas morfologias do mundo do trabalho. De acordo com Morozov (2018, p. 43), desde a crise de 2008, vivemos dois tipos de disrupção, uma é encarnada pelas políticas de austeridade – que pregam sobriedade fiscal e escassez –, e a outra é encarnada pelo Vale do Silício – assentada na ideia de abundância e inovação –. O que as duas disrupções têm em comum é o caráter de complementaridade: as empresas do ramo tecnológico do Vale do Silício só puderam se estabelecer como tal porque as consequências da crise impuseram uma dinâmica de custos sociais nas quais o Estado precisa perder sua capacidade de assegurar bem-estar social.

De um lado, a crise financeira global – e a corrida subsequente para socorrer os bancos – reduziu ainda mais o que restava do Estado de bem-estar social. Isso mutilou – e até extinguiu – o setor público, o único amortecedor remanescente contra o avanço da ideologia neoliberal e seus incansáveis esforços em criar mercados a partir de qualquer coisa. (Morozov, 2018, p. 43)

A desresponsabilização do Estado em relação às questões sociais, aprofundada pela crise de 2008, é mais uma etapa do capitalismo de vertente neoliberal, face mais radicalizada do capitalismo e que, como tal, nega-se na afirmação de novos nichos de mercado oriundos das necessidades que ele mesmo cria. Assim, a chamada *gig economy*¹⁰ e toda a sua performance de sobrevivência do trabalhador foi minando paulatinamente a segurança do trabalho formal, estabelecendo a inovação tecnológica como a única saída possível para a reprodução material da existência do trabalhador, na medida em que pode mediar essas relações de trabalho e impulsionar uma nova organização laboral.

Também incorporamos a ideia de “capitalismo na era digital” de Saura *et al.* (2004, p. 140) para reforçar a compreensão de que a incorporação da tecnologia e inovação da mediação das relações de trabalho não é uma superação do capitalismo na vertente neoliberal, mas uma nova etapa dela, ainda mais voraz na apropriação da mais-valia, apresentando especificidades que precisamos apontar. Concordamos com Saura também quando defendemos que a nova manifestação do processo acumulativo não significa superação do capitalismo em si, na medida em que seja resiliente suficiente para se reinventar, ainda que aprofundando suas contradições.

¹⁰ *Gig economy*, ou economia sob demanda, é aquela em que as relações de trabalho são radicalmente flexibilizadas. Ela surge nos países do centro do capitalismo e remodela as relações de trabalho no Velho Continente.

Na mesma linha de Saura, Morozov (2018) também desmascara o teor ideológico da alcunha *digital* do capitalismo, uma vez que, para ele, esta torna o debate sobre as novas formas de acumulação um debate quase metafísico, etéreo. Ao se insistir no componente digital, corre-se o risco de desviar o debate para uma inexistente luta contra a tecnologia em si, numa espécie de novo ludismo, e não contra os monopólios do uso e controle da internet. Assim, longe de ser uma nova forma de ludismo ou tecnofobia cabe situar o debate sobre o componente digital do capitalismo para o eixo econômico e político, sob o risco de se fazer ideologia, o que, de fato, só beneficia aqueles que já são beneficiados.

Portanto, é impossível fazer uma crítica ao capitalismo na era digital sem analisar a atuação de seus principais vetores: as empresas do Vale do Silício, também conhecidas como *Big Techs*, juntamente a toda a profusão de startups que vêm a reboque. Essas empresas, bem como seus representantes e lobistas, se apresentam como os grandes agentes da liberdade econômica – o que, em tempos de aprofundamento do neoliberalismo, traduz-se em liberdade política –. De igual modo, também defende Morozov:

Hoje, porém, o Vale do Silício fica feliz em nos fornecer uma multiplicidade de ferramentas para enfrentar o sistema, ferramentas produzidas lá mesmo, no Vale do Silício: a Uber nos oferece serviços de transportes que se contrapõem ao setor existente dos táxis; o Airbnb nos ajuda a encontrar acomodações e evitar o setor hoteleiro; a Amazon se encarrega de vender livros sem passar pelas livrarias; para não mencionar os incontáveis aplicativos que nos vendem vagas de estacionamento, nos arranjam parceiros sexuais, fazem reservas para nós em restaurantes. *Não resta quase nenhuma restrição social, econômica ou política que o Vale do Silício não tenha se empenhado em romper.* (Morozov, 2018, p. 19, grifo nosso.)

Discutimos, por exemplo, o papel do Facebook nos movimentos políticos reativos ao estouro da bolha de 2008, como os *Occupies* e a Primavera Árabe. No Brasil, o debate sobre a lei contra fake news ensejou uma nota inédita na página inicial do buscador Google sobre ameaças à liberdade de expressão¹¹ (Anexo 2) das pessoas em geral. Esses

¹¹ Em 2023, em meio aos debates na Câmara dos Deputados sobre a criação de uma lei específica para melhor regulamentar a atuação das plataformas de redes sociais quanto aos conteúdos considerados *fake news*, a Google no Brasil exibe em sua página inicial um link que remete ao artigo assinado por Marcelo Lacerda, diretor da empresa no Brasil, que sugere que o referido projeto limitaria a liberdade de expressão. A clara ameaça à soberania brasileira, feita, como poucas vezes, de forma explícita pelo Google, surtiu o efeito desejado: Arthur Lira (então presidente da Câmara dos Deputados) interrompeu as discussões no Congresso e nenhuma lei pôde ser encaminhada. Restou ao Supremo Tribunal Federal fazer este debate em 2025 a partir do Marco Civil da Internet, julgando a constitucionalidade do artigo 14 da referida lei e imputando maior responsabilidade às plataformas no que tange à remoção de conteúdo falso, sem a necessidade de mandado judicial.

movimentos coordenados em todo o mundo ensejam discussões sobre os limites da atuação dessas grandes empresas. Isso ocorre na medida em que estas podem definir processos políticos e a vida dos povos ao mesmo tempo em que podem amplificar discursos de ódio travestidos como liberdade de expressão. O fato é que o poder econômico e político dessas organizações empresariais – e de todas as suas atividades correlatas – vem colocando as sociedades diante da necessidade de regulamentação da atuação das *Big Techs*, principalmente quando falamos no papel das redes sociais.

Apesar de serem conhecidas pelas suas ampliadas possibilidades de difusão de discursos, existe uma outra face das *Big Techs*, nem sempre explícita, que é o fenômeno que chamamos de *dataficação*. Esse fenômeno se materializa pela capacidade de transformar elementos da vida, até mesmo seus componentes mais prosaicos, em dados e, estes, por sua vez, se transformam em mercadorias. Esses dados são, em contrapartida, comercializados de forma pouco transparente para outras empresas, que investem em propagandas personalizadas nas redes sociais, dentre outros usos. É o processo que Morozov chama de “capitalismo dadocêntrico”:

O modelo de capitalismo “dadocêntrico” adotado pelo Vale do Silício busca converter todos os aspectos da existência cotidiana em ativo rentável, tudo aquilo que costumava ser o nosso refúgio contra os caprichos do trabalho e as ansiedades do mercado. Isso não ocorre apenas pela atenuação da diferença entre trabalho e não trabalho, mas também quando nos faz aceitar tacitamente a ideia de que nossa reputação é uma obra em andamento – algo a que podemos e devemos nos dedicar 24 horas por dia, sete dias por semana. (Morozov, 2018, p. 33)

Esse movimento, que parece um roteiro de texto distópico, apresenta desdobramentos ainda pouco conhecidos e que vão além do aspecto comercial. Um grande exemplo que podemos resgatar é o que envolveu o Facebook e a Cambridge Analytica. Esse evento se tornou público em 2018. Segundo autoridades, o Facebook foi acusado de vender os dados de 55 milhões de pessoas para a empresa Cambridge Analytica, que por sua vez os utilizou na campanha política do então candidato Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos (BBC Brasil, 2018). Esse escândalo fez com que o Facebook parasse nos bancos dos réus, mas não houve nenhuma punição mais efetiva ou iniciativa de regulamentação do conteúdo das redes.

Ainda refletindo sobre desdobramentos, podemos destacar que o fato de que o capitalismo na era digital torna possível a extração de mais-valia de qualquer pessoa a qualquer momento do dia, rompendo até mesmo com a última fronteira fisiológica humana, o sono (Crary, 2016, p.20). Por sua vez, o sono, esse hiato absolutamente

orgânico, se impõe como um grande obstáculo à gana e sede de lucro da formamercadoria capitalista. Assim, Crary destaca que

o sono afirma a ideia de uma necessidade humana e de um intervalo de tempo que não pode ser colonizado nem submetido a um mecanismo monolítico de lucratividade, e desse modo permanece uma anomalia incongruente e um foco de crise no presente global. (Crary, 2016, p. 20)

Ainda assim, nosso ponto não se alinha mais com o cenário emulado pelo autor, o qual impõe um limite para a extração de valor durante os períodos de sono. Esse desalinho se justifica na medida em que até mesmo o sono é um gerador de dados que podem ser coletados pela profusão de aplicativos e tecnologias instalados em relógios de pulso, colchões, travesseiros e outros aparelhos eletrônicos. Com esse exemplo, queremos reiterar que nem mesmo as necessidades fisiológicas mais primitivas escapam à mercantilização da vida a partir dos dados, tornando a privacidade um artigo de luxo, acessível apenas a quem tiver condições de compreender a forma como funciona o sistema.

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han também tem produzido reflexões interessantes sobre os impactos dessa nova fase de acumulação na vida das pessoas e nas democracias representativas de tipo ocidental. Para ele, o imperativo da dataficação vem criando um regime de informação, o qual define como “A forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos” (Han, 2022, p. 7).

Para o autor, o regime da informação supera o da disciplina, e requer um tipo diferente de cidadão. Se no modelo anterior, o bom cidadão é aquele que aspira a obediência e participa nos limites concedidos pela burguesia na arena política, hoje cada pessoa se torna uma forma atomizada radical e define-se na capacidade de produzir e consumir informações, isto é, é a sociedade em que a produção de conteúdo para as plataformas digitais cumpre a função de subjetificação. Assim, um perfil nas redes sociais é mais que uma proposta, um convite a um aprofundamento naquilo que está para além da tela, mas a própria ideia de si.

Assim, uma sociedade dataficada só pode se estabelecer com relativo sucesso quando seus cidadãos aderem aos termos. Com perdão ao trocadilho, queremos dizer que a sociedade que mercantiliza dados exige um cidadão que os produza, ainda que essa produção não seja plenamente informada sobre os termos e condições do uso de sua produção. Han (2022, p. 36-37) defende que na sociedade da informação não existe espaço para a ação racional, na medida em que essa é mais elaborada que a ação passional,

mais imediata. Assim, a medida do tempo é o clique e, nessa batalha pela atenção, quem pescar melhor, ganha o jogo. Nesse sentido, o autor destaca:

A racionalidade requer tempo. Decisões racionais são construídas a longo prazo. Uma reflexão as precede que se estende para além do momento no passado e no futuro. Essa extensão temporal caracteriza a racionalidade. Na sociedade da informação, simplesmente não temos tempo para a ação racional. A coação da comunicação acelerada nos priva da *racionalidade*. Sob a pressão do tempo, acabamos escolhendo a inteligência. A inteligência tem toda uma outra temporalidade. A ação inteligente se orienta a *soluções e resultados de curto prazo*. (Han, 2022, p. 36, grifo do autor.)

Esse aspecto abordado na obra de Han sobre a dicotomia razão x inteligência aponta para um uso cada vez mais acrítico das ferramentas tecnológicas, como as inúmeras inteligências artificiais generativas disponibilizadas no mercado. A tradicional concepção de criação autoral, aquela que demanda tempo e energia, fundamentada na capacidade individual de gerar ideias, articular argumentos e produzir conhecimento autoral, encontra-se em um processo de redefinição radical. O que antes se demandava domínio técnico, conhecimento especializado e habilidades de escrita desenvolvidas ao longo de anos de formação, agora podem ser substituídos pela habilidade em elaborar *prompts* eficazes.

Além disso, o uso sistemático desses tipos de ferramentas aprimora as próprias ferramentas naquilo em que não podem fornecer espontaneamente: a curadoria humana. As inteligências artificiais são ferramentas com grandes capacidades de processamento de dados, mas em si não são capazes de identificar suas próprias limitações, daí os erros, os padrões característicos, os vieses etc. Assim, exige-se cada vez mais um uso aprimorado dessas ferramentas, ainda que, de forma paradoxal, esse seja um uso dissimulado, não assumido, sob o risco desse profissional ser questionado sobre suas capacidades técnicas na área de atuação.

Apesar de tantas contradições – as que envolvem a IA generativa foram apresentadas como mais um dentre vários exemplos –, é difícil convencer as pessoas comuns de que o uso da tecnologia mediada pelas grandes empresas do setor tem seus riscos. Isto posto, que não se pense que estamos afirmando ser no campo das escolhas individuais que os movimentos se dão, dado que eles se manifestam individualmente, mas são construções sociais e ideológicas que Josanof e Kim desde o início do século conceituam como *imaginários sociotécnicos*, que podemos definir como:

Visões de futuro desejáveis mantidas coletivamente, estabilizadas institucionalmente e performadas publicamente, incentivadas por entendimentos compartilhados de formas de vida e ordem social que são

alcançáveis através de, e apoiados por, avanços na ciência e na tecnologia”.
(Josanof *apud*. D`Andrea, 2024, p. 10)

Existem aspectos importantes que extraímos do conceito de imaginários sociotécnicos que certamente podemos entender como uma atualização do otimismo positivista acerca da vitória da técnica sobre as mazelas da humanidade, característico do início do século XX. No contexto atual, a repaginação do otimismo tecnocêntrico tem a capacidade de invadir todos os aspectos da vida, sendo possível forjar perspectivas de vida e futuro que têm no componente tecnológico a verdadeira ideologia da salvação.

Assim, a perspectiva ética e estética de que o avanço da tecnologia é inexorável e evolui para o bem formam a paisagem de um solucionismo tecnológico que reforça a importância do elemento digital em todas as esferas da existência humana. Nessa lógica, a chave que abre todas as portas (sejam elas metafóricas ou não) passa pela extensão da vida ao componente digital, hibridizando a experiência humana e tornando cada vez mais difícil a separação entre o mundo real, analógico, e o mundo digital.

Na educação, os imaginários sociotécnicos legitimam a profusão de “soluções” educacionais que se vendem como mercadorias para toda a comunidade escolar, como controle do trabalho docente e sobretrabalho. Todas essas soluções aportam nos espaços escolares como se fossem a condição de possibilidade do impulsionamento das aprendizagens, estas profundamente prejudicadas no contexto de pandemia. Certamente, no Brasil, essa tendência é subsumida aos limites estruturais do capitalismo dependente, mas aponta para um horizonte de irreversibilidade do processo.

Tendo traçado um panorama conjuntural mais geral sobre a forma de ser do capitalismo a partir dos episódios posteriores à crise de 2008 no Brasil e no mundo, somos capazes de situar espaço-temporalmente o nosso objeto. Nossa tarefa, daqui em diante, consiste em fornecer o instrumental analítico a partir de categorias que emergem do nosso objeto. Dessa forma, buscamos oportunizar a construção de uma análise assentada tanto na empiria quanto no rigor científico.

3 TRABALHO, PRIVATIZAÇÃO E PLATAFORMIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES DA EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA ERA DIGITAL NA EDUCAÇÃO

Neste capítulo, pretendemos apresentar um debate de teor mais analítico acerca da forma como o capitalismo vem se difundindo sobre a escola. Essa discussão se constitui a partir dos elementos trazidos no primeiro capítulo, tendo como horizonte as remodelações e reorganizações da burguesia frente aos novos dilemas do processo de acumulação. Apontamos três categorias importantes, *trabalho*, *privatização* e *plataformização*, a fim de que possamos conectar o debate do primeiro capítulo, a respeito da crise e seus desdobramentos no Brasil, com as dinâmicas do aprofundamento da digitalização no mundo do trabalho.

A categoria *trabalho* é fundamental nessa tese, tendo em vista tanto o caráter ontológico para a constituição do ser social quanto a inexorabilidade do trabalho na produção do valor. Além disso, incorporamos algumas breves reflexões sobre a teoria do capital humano e suas contradições, uma vez que esta ainda segue viva no imaginário da classe trabalhadora, e o trabalho digital enquanto modalidade de trabalho que conforma uma nova face da classe trabalhadora: o infoproletariado.

Apesar de seu relativo grau de acomodação empírica no senso comum, a categoria *privatização* ainda demanda algum esforço intelectual, no que se refere a desvendar as atualizações das rotas pelas quais os agentes da burguesia percorrem, no sentido de alcançar o maior de seus objetivos: o aumento contínuo das taxas de lucro. A privatização escolar, por sua vez, acaba por ir além do acúmulo de capital quando também investe sobre a formação dos sujeitos, elaborando e implementando um projeto sempre renovado de formação para o trabalho e para a cidadania consentida.

Com o aporte teórico da categoria *plataformização*, pretendemos avançar a análise sobre as formas de ser do capitalismo digital e como este se manifesta sobre o trabalhador. Além disso, compreendemos que as plataformas digitais na educação vêm se estabelecendo como pontos importantes da inserção privatista sobre as escolas e o cotidiano escolar. A partir de dados provenientes de pesquisas importantes, delineamos o quadro geral do trabalho plataformizado no Brasil, destacando como as plataformas estão aportando nas escolas, a partir da experiência do Estado do Paraná.

3.1 O trabalho enquanto fundamento ontológico da vida e suas degenerações na subsunção ao regime do capital, capital humano e trabalho digital

3.1.1 O trabalho enquanto ontologia do ser social e a subsunção real do trabalho ao capital

No limiar do debate sobre essa categoria, partimos de Karl Marx, porque este estabelece uma relação pioneira entre trabalho e natureza, retirando desta seus elementos de idealismo e subsunção ao primeiro, tornando-a a manifestação concreta da totalidade e não apenas um apêndice do ser humano, passiva e imóvel. Assim, a natureza tem pouco de natural, na medida em que também é resultado da intervenção humana que se realiza pelo trabalho, atividade que se expressa segundo fins e que é atributo compartilhado exclusivamente pelos seres humanos.

A relação que os seres humanos estabelecem com a natureza a partir do trabalho é para Marx o próprio processo de subjetivação, o devir humano. Compreendendo a natureza como a expressão da totalidade que determina a realidade, ela é o lócus da existência e da práxis humana, ou seja, a ação humana sobre a natureza é a ação que a consome e que, ao mesmo tempo, transforma o ser que a consumiu. É nessa relação dialética entre ser humano e natureza que podemos entender como a mediação realizada pelo trabalho assume uma potência estruturante, ontológica, como expressa Lukács sobre a obra de Marx:

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho, ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve “as potências que nela se encontram latentes” e sujeita as forças da natureza “ao seu próprio domínio”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformadas em meio de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. (Lukács, 2018, p. 286)

Ser humano e natureza, dessa forma, se dão mutuamente. A natureza é, portanto, “naturada” pelo ser humano, enquanto o ser humano é humanizado pela natureza, como afirmam Peto e Verissimo:

A categoria natureza, na concepção marxiana, possui uma determinação “ontológica”. Ela é condição necessária para a objetivação do trabalho e dos seres humanos, ou seja, naturaliza o ser social. Mas, concomitantemente, possui uma determinação histórica, ou seja, é humanizada pelo ser social. (Peto e Verissimo, 2018, p. 4)

A concepção de natureza expressada na obra marxiana representa um rompimento definitivo com o idealismo hegeliano que, apesar de ter tido o mérito de introduzir a dialética enquanto método do seu sistema filosófico, não entendia o movimento como inerente às coisas, mas da lógica que orienta a Ideia rumo ao Absoluto (seu processo de concretização). Esse rompimento aparece de forma latente já em seus escritos de doutoramento sobre a dialética antiga de Demócrito e Epicuro, mas amadurece posteriormente, em grande medida graças à contribuição de Feuerbach, para quem a natureza é concreta, ainda que separada do ser humano como uma dimensão exterior.

Assim, a atualização da potência da natureza e do ser humano se dá na atividade da realização de sua existência e, nessa perspectiva, há uma espécie de inseparabilidade fundada na práxis, mais especificamente no processo de trabalho. Esse processo, por sua vez, realiza-se segundo fins e exige do ser humano uma capacidade preditiva de idealizar o trabalho já objetivado, ou seja, o trabalho se expressa como uma atividade essencialmente *teleológica*. É justamente a capacidade de antecipar e de ir além da produção estrita às necessidades fisiológicas e reprodutivas que diferencia o ser humano dos outros animais; é no processo de trabalho, portanto, que se pode dar o salto ontológico da dimensão puramente orgânica para a dimensão social.

Dessa forma, o que é central na perspectiva de Marx não é o produto do trabalho, a objetificação propriamente dita da “coisa” produzida, mas o processo de objetificação. A partir dessa primeira objetificação dada pelo trabalho, temos a condição de compreender a complexificação das demais formas de objetificação (como a cultura, o direito, a ciência etc.), bem como das dimensões da sociabilidade humana. Portanto, é na potência do trabalho que se pode transformar a natureza e a si segundo fins que podem ir para além das necessidades mais imediatas e que permitem a estruturação de formas ainda mais complexas de objetivação. O trabalho é, portanto, a capacidade estritamente humana de se humanizar, de tornar-se ser social.

Se a dimensão ontológica do trabalho é o elemento fundante do ser social, e se esse ser apenas se humaniza socialmente pelo processo de trabalho e de suas complexificações objetivadas, como podemos explicar ser justamente o trabalho um dos grandes agentes da condição de sofrimento da classe trabalhadora nos dias de hoje? Nesse ponto, é importante entender que o centro do debate da obra marxiana é a compreensão do trabalho nas sociedades capitalistas, as quais têm na mercadoria sua forma mais bem-acabada de cristalização do potencial do trabalho, gerando consequências inéditas na história da humanidade.

É difícil estabelecer uma rede causal, do tipo quem gerou quem, mas importa-nos frisar que uma ordem de pequenas revoluções (como a Revolução científica, a Reforma protestante, o renascimento, etc.) criaram o solo fértil para grandes mudanças no estatuto religioso, jurídico, científico, moral, político, que possibilitou que o modo de produção capitalista tivesse condições de existir. Da mesma forma, também foi central o processo de acumulação primitiva que criou uma classe trabalhadora totalmente despojada, bem como a escravização no processo colonial, ambos processos criadores de excedentes capazes de inaugurar a indústria moderna, plenamente capitalista. Assim, nas palavras de Karl Marx:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o *processo histórico de separação entre produtor e meio de produção*. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (Marx, 2013, p. 786, grifo nosso)

Desta forma, o capitalismo enquanto modo de produção hegemônico se funda na apropriação privada e sistemática da natureza e dos meios de produção, destituindo as áreas comuns utilizadas pelos despossuídos e rompendo as relações feudais de produção. Aquele mundo que produzia segundo a ordem das necessidades – ainda que coexistindo com a propriedade privada de terras e de redes complexas de organização e opressão social – é radicalmente transformado desde os primórdios da Modernidade.

Tratado como um fator de produção, o ser humano foi rebaixado à condição de mercadoria, cuja potência de trabalho transforma-se em seu valor de uso para o capital industrial. A capacidade de transformação e objetificação típica da condição do ser social é sequestrada para os fins privados da produção da mercadoria, centro gravitacional ao redor do qual gira todo processo produtivo. A mercadoria é o produto acabado da indústria capitalista que se diferencia de qualquer outro objeto por ter valor de troca, isto é, apresentar na relação com outras mercadorias uma equivalência, a qual só pode ser dada pela “cristalização” do trabalho humano, o trabalho abstrato.

O processo de acumulação primitiva representou um divisor de águas na forma como a relação entre a natureza e o trabalho passaram a ser dados, ao reduzir o primeiro ao estatuto de propriedade privada e a liberalizar o segundo das amarras das relações de vassalagem. Aquele ser humano absolutamente vinculado à terra, que fundou sua existência material e simbólica no estatuto da coletividade do acesso e uso da terra, agora

é um indivíduo atomizado, expulso, liberado (e não livre). Esse indivíduo, desse modo, passa a adensar os centros urbanos e a formar um contingente com capacidade laboral tão grande que foi capaz de tornar a mercadoria força de trabalho cada vez mais barata, a ponto de ser remunerada nos limites mais basais de sua necessidade de sobrevivência.

Assim, o trabalhador, despojado de toda autonomia na produção e reprodução da sua vida, passa a pertencer à classe que só tem a sua capacidade de trabalho a vender. Logo, como declara Marx nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (Marx, 2004, p. 80)

Essa dinâmica do ser humano com o trabalho no modo de produção capitalista se desdobra em uma relação de estranhamento, seja pela dimensão produtiva – porque não há mais o controle do processo produtivo na lógica mercantil –, seja no produto do trabalho – porque a materialização do processo produtivo, a mercadoria, também não se encontra na sua esfera de apropriação. Aquela capacidade de trabalho que confere o salto ontológico do ser orgânico para o ser social, no modo de produção capitalista, transforma-se no processo de alienação, uma condição incoerente entre aquilo que pode ser e aquilo que factualmente é.

As crises que o capitalismo atravessou nesse par de séculos em que hegemonizou a forma de produção de riqueza têm sido superadas com a reorganização produtiva encampada pela burguesia, a detentora dos meios de produção. Dado que o trabalho vivo é um componente fundamental do processo produtivo, a reorganização também passa por ele. Consequentemente, existe um duelo permanente entre o capitalista e o salário, expressão mais imediata do preço da força de trabalho que se desdobra no aprofundamento da exploração e no aumento da mais-valia.

Sendo encarado como o fator variável nas relações de produção¹², o trabalho é o mais importante colchão de acomodação da queda das taxas de lucros decorrentes das crises capitalistas. Somente quando o trabalhador é despojado de todas as possibilidades de sobreviver sem vender a si e a sua força de trabalho que pode haver o barateamento e

¹² Consideramos como fatores fixos todo o trabalho cristalizado em forma de maquinário e insumos, enquanto os fatores variáveis são relacionados à reprodução do trabalhador que se expressa na forma do salário.

a massificação da forma-mercadoria. Assim, chegamos no centro de um conceito fundamental na teoria marxiana: a subsunção formal e real do trabalho ao capital.

De acordo com Kenia Miranda,

no estágio de subsunção formal o processo de trabalho não se altera significativamente, ou seja, possui características preexistentes. Já na forma especificamente capitalista, a subsunção real, o processo de trabalho está nas mãos do capitalista e na forma em que este organiza a cadeia produtiva. (Miranda, 2017, p. 199)

A complexificação das sociedades capitalistas originou uma aparente contradição entre o trabalho material e imaterial que desde então estratificou e hierarquizou o trabalho imaterial – em grande medida, intelectual – e o trabalho material, aquele que produz “coisas” propriamente ditas. Apesar disso, essa separação não explica como a reprodução do capital se desdobra. Na contemporaneidade, por exemplo, o trabalho imaterial caracteriza-se por produzir informações, conhecimentos, símbolos e desejos. Contudo, é fundamental reconhecer que o trabalho imaterial não nega o trabalho material, ao contrário, ele realiza a mercadoria. “Coisas” só são mercadorias e conseqüentemente só reproduzem o capital porque têm valor de uso. Esse é, em grande medida, simbólico e fruto das necessidades humanas.

Assim, tal cisão obedece a imperativos outros, a saber, os interesses do capital na maximização do mais valor. Tal processo acontece a partir dos processos de subsunção formal e real do trabalho ao capital. No contexto do trabalho plataformizado, para nos atermos a uma temática fundamental para esta tese, observamos com muita clareza como o trabalho imaterial, principalmente aquele do setor de serviços, é subsumido ao capital. Por um lado, muitas atividades laborais mantêm suas características técnicas básicas (um motorista de aplicativo continua dirigindo, um entregador continua transportando mercadorias), e poder-se-ia argumentar que o trabalho realizado por esses trabalhadores ainda é apenas formalmente subsumido ao capital. Em outras palavras, os trabalhadores nessas condições ainda teriam controle do processo de trabalho e somente despojariam dos meios de produção dos capitalistas.

Entretanto, quando a mediação tecnológica do trabalho plataformizado e controlado pelos algoritmos introduz elementos de controle, monitoramento e racionalização (os quais discutiremos com mais propriedade nas próximas seções), podemos caracterizar uma subsunção real. Em outras palavras: as plataformas digitais não apenas intermediam a relação entre trabalhadores e consumidores, mas reorganizam

os processos de trabalho através de algoritmos, sistemas de avaliação, mecanismos de precificação dinâmica e formas sofisticadas de controle comportamental.

Certamente compreendemos que o limite da compreensão do trabalhador sobre o seu processo de trabalho se estende apenas ao entendimento dos mecanismos de subsunção formal do trabalho. Até este momento, é possível haver, inclusive, uma autocritica dos grandes capitalistas (obviamente motivados pelos movimentos paredistas que eventualmente ocorrem), mas esse é o limite, sob o risco de as contradições entre o capital e o trabalho se tornarem insustentáveis.

Dessa forma, fica manifesta a importância dessa categoria na compreensão da dinâmica de superação das crises e como ela é central na construção de políticas públicas na educação. São os trabalhadores que devem acomodar, sobre seus próprios ombros, o aprofundamento sistemático das crises e os choques de austeridade e privatismo que dela decorrem. Para tanto, é dentro da escola que se deve formar o sujeito resiliente, que perde sistematicamente direitos, mas que segue sendo capaz de levantar todos os dias pela manhã e se submeter ao jugo da exploração. É de uma formação específica, alienada, de que falamos, mas também de uma ética que legitima cada papel social e que coloca no horizonte alternativas individualistas como as únicas possibilidades.

Para que o conjunto da classe trabalhadora siga sendo incapaz de romper com as amarras da exploração, não basta apenas extrair mais-valia a partir de um ritmo frenético de trabalho e de jornadas exaustivas. É preciso que haja uma ideologia correlata que tenha a função primordial de responsabilizar o trabalhador, mistificando as relações sociais de produção. Estamos falando da Teoria do Capital Humano, que funciona como um dispositivo ideológico que oculta os mecanismos de subsunção real do trabalho ao capital.

Na próxima seção, nos aproximamos da TCH, entendendo-a como a sistematização mais bem-sucedida de ideologia das classes dominantes para a classe trabalhadora. Nela, encontramos os pressupostos da noção de autorrealização a partir de uma falsa equivalência entre o capital e o trabalho. Entendemos ser a TCH ideológica porque mascara as relações sociais de produção e aponta o elemento individual como condição necessária e suficiente do progresso profissional e, por conseguinte, da ascensão social.

3.1.2 A Teoria do Capital Humano: o empresariamento do eu

A propaganda hegemônica, desde algumas décadas e em todas as suas modalidades, costuma creditar à educação a capacidade de transformação radical das condições de vida e existência das pessoas. Faz parte do movimento de construção do consenso sobre os dominados a pacificação generalizada desse entendimento, qual seja, a de que quanto mais recursos forem investidos em educação e formação, mais será refletido no salário e rendimento final das pessoas, de forma que, expandindo-se essa lógica para toda a sociedade, seria possível falar em equalização das condições materiais de existência pela via da educação formal ou informal. A esse escopo teórico chamamos Teoria do Capital Humano (THC).

O principal formulador da Teoria do Capital Humano é o ganhador do Nobel de economia Theodore W. Schultz¹³ que, ao se debruçar sobre as análises do crescimento econômico dos países desenvolvidos, inferiu a existência de uma suposta variável implícita: o grau de conhecimento e formação adquiridos pelos agentes econômicos, mais especificamente, os indivíduos. Essa variável passaria a ser considerada por ele como um fator de produção que recompensaria no aspecto macroeconômico as economias mais atentas à promoção da educação formal, ressaltando as diferenças entre países desenvolvidos e não desenvolvidos.

Os pressupostos de Schultz fundaram-se nos princípios da ciência positivista, de fundo radicalmente empirista e que possibilitaram a constituição de uma relação causal direta entre educação e produção de riqueza, dado que são variáveis isoladamente mensuráveis. Daí, puderam se derivar axiomas de teor abstrato com desdobramentos meramente analíticos que tautologicamente se reafirmam, mas que no final das contas denotam a essência dogmática da ciência econômica autonomizada das dimensões filosóficas e políticas. Schultz entende que a educação

está intimamente associada à cultura da comunidade a que serve e, em decorrência, o conceito de educação difere de uma comunidade para outra. O que a educação tem como constante [...] é o “ensino” e o “aprendizado”. Assim, educar significa, etimologicamente, revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial e latente; significa aperfeiçoar uma pessoa, moral e mentalmente, de maneira a torná-la suscetível de escolhas individuais e sociais e capaz de agir em consonância; significa prepará-la para uma profissão, por meio de instrução

¹³ Theodore Schultz ganhou o prêmio Nobel em economia junto com Arthur Lewis em 1979.

sistemática; e, por fim, significa exercitar, disciplinar ou formar habilidades, como, por exemplo, aperfeiçoar o gosto de uma pessoa. (Schultz, 1973, p. 18)

Podemos extrair algumas conclusões sobre o que significa educar na perspectiva desse autor: tornar o ser humano um capital a ser desenvolvido e que, como tal, pode gerar retorno financeiro. Além disso, podemos entender o profundo caráter instrumental da concepção de educação que é sempre alienada aos sujeitos do conhecimento. Assim, tanto a educação quanto a instrução¹⁴, na perspectiva de Schultz, são externas, submissas a uma teleologia da ordem dominante, atendendo a fins que são os objetivos de aprimoramento individual para o exercício de sujeitos econômicos e, secundariamente, a outros aspectos simbólicos da sociedade.

Nessa concepção, a educação é um elemento central no incremento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, na produção de riqueza de um país. A educação passou a ser entendida como um investimento como outro qualquer que o Estado tem o dever de prover, mas também as famílias e o próprio sujeito. Dessa forma, o nexos causal entre educação e crescimento econômico derivou em uma relação cujos axiomas invocam-se cientificamente, mas que se revelam dogmáticos na medida em que tornam a educação um fenômeno social não historicizado.

As críticas que surgiram posteriormente denunciaram as dificuldades na mensuração do peso da educação nos índices de desenvolvimento dos países e problematizaram o caráter mistificado dessas associações imediatas. Nesse ponto, precisamos fazer algumas observações que situam este trabalho em um campo crítico da teoria do capital humano sem que, contudo, desprezemos a importância da educação, sobretudo a formal, no processo de humanização do ser social. Entendemos que a educação tem uma tarefa civilizacional e que, a depender das possibilidades de surgimento de contra-hegemonias, poderá dar sua contribuição à tarefa de libertação humana do jugo do capital.

Seguindo com a problematização metodológica da teoria do capital humano que impõe limites à cientificidade desse conjunto de pressupostos, recorreremos à interpretação de Gaudêncio Frigotto (2006) e Dermeval Saviani (2021), dois grandes críticos

¹⁴ Educar e instruir, para Schultz, são processos diferentes: a instrução é o que se faz na escola e demais instituições oficiais de ensino. Já a educação tem uma perspectiva mais ampliada, o que faz com que cada um de nós possamos nos educar onde quer que estejamos e não apenas na escola ou universidade. (Schultz, 1973, p. 18)

brasileiros, em relação à aplicação da THC na educação. Para esses autores, a sustentação positivista da educação como um fator de produção, inicialmente reivindicada pelos teóricos da THC, não foi capaz de encontrar na realidade as correlações causais que poderiam estabelecer os eventos na dinâmica causa-efeito.

A metafísica da TCH parecia se adequar completamente aos anos dourados do capitalismo do pós-guerra, em que houve a transferência do capital da guerra de posições que devastou a Europa para o consumo enquanto *american way of life*. Nesse contexto, a demanda pelo trabalho especializado até poderia conduzir a falsas hipóteses, como a que fundamenta a THC, mas os anos de crise – e que perduram – estabeleceu uma nova dinâmica do trabalho, em que os trabalhadores precisaram competir cada vez mais pelos postos disponíveis. Saviani explica que

essa teoria [TCH] surgiu no período dominado pela política do Estado de bem-estar, que, na chamada era de ouro do capitalismo, preconizava o pleno emprego. Assim, a versão originária da teoria do capital humano entendia a educação como tendo por função preparar as pessoas para atuar num mercado em expansão que exigia força de trabalho educada”. (Saviani, 2021, p. 429)

Frigotto, por sua vez, destaca:

As tentativas de mensurar, em termos macro, a contribuição da educação para o crescimento econômico têm esbarrado, do ponto de vista da investigação, nas mais diversas críticas internas à teoria. [...]. Isso faz com que a teoria do capital humano *se desloque da esfera macroeconômica para a microeconômica*. (Frigotto, 2006, p. 44, grifo nosso)

Esse deslocamento teórico da esfera macroeconômica para a microeconômica é uma chave fundamental de compreensão das metamorfoses do discurso dos apologistas do capital humano, e veio a reboque da reconfiguração produtiva decorrente da crise.

No entanto, após a crise da década de 1970, a importância da escola para o processo econômico-produtivo foi mantida, mas a teoria do capital humano assumiu um novo sentido. O significado anterior estava pautado numa lógica econômica centrada em demandas coletivas, tais como o crescimento econômico do país, a riqueza social, a competitividade das empresas e o incremento dos rendimentos dos trabalhadores. O significado que veio a prevalecer na década de 1990 deriva de uma lógica voltada para a satisfação de interesses privados [...]. (Saviani, 2021, p. 430)

Essa mudança significativa da forma como se apresenta a TCH foi possível porque a ciência econômica, no alvorecer do neoliberalismo enquanto manifestação hegemônica do capitalismo, passou a construir uma epistemologia que entende a macroeconomia como o resultado do somatório das ações de indivíduos atomizados, radicalizando o individualismo e a racionalidade desse novo arquétipo de ser econômico genérico.

O homem, uma totalidade histórica e concreta, que se distingue dos demais animais e da natureza, e se constrói pelas relações sociais de trabalho (produção) que estabelece com os demais homens, no modo de produção

capitalista, reduz-se e transfigura-se num indivíduo abstrato, cujas características fundamentais são o egoísmo e a racionalidade. (Frigotto, 2006, p.65)

O sujeito do qual se fala nas versões atualizadas da TCH é estruturado a partir da radicalização do sujeito liberal, cartesiano, fundado na razão e que, a priori, é capaz de realizar boas escolhas a partir do domínio de suas paixões, algo reivindicado desde sempre pela doutrina liberal. O caráter de abstração desse ser humano genérico não é um entrave para a propaganda neoliberal, ao contrário, é uma demanda desta, justamente porque a ciência econômica dominante, que dispensa com veemência o caráter histórico das organizações sociais humanas, só pode ser propagandeada como ciência de forma metafísica.

O desdobramento, segundo a lógica formal, estabelecido pelos pressupostos da teoria do capital humano é a demonstração de que o sucesso ou o fracasso material é reflexo imediato de uma escolha racional em priorizar (ou não) a própria educação e, consequentemente, reproduzir condições menos degradadas de vida e de rendimentos financeiros. Assim, Frigotto destaca:

Se todos os indivíduos são livres, se todos no mercado de trocas podem vender e comprar o que querem, o problema da desigualdade é culpa do indivíduo. Ou seja, se existem aqueles que têm capital é porque se esforçaram mais, trabalharam mais, sacrificaram o lazer e pouparam para investir. (Frigotto, 2006, p. 61)

Nessa lógica, o capital, em sua versão de capital humano, é considerado análogo ao capital tradicionalmente concebido como resultado da valorização do valor, dependente da mercadoria e do trabalho abstrato para se objetivar. Essa confusão conceitual contribui fortemente na desorganização que o senso comum produz sobre a forma de funcionamento do modo de produção capitalista porque mascara a realidade material: o capital é nada mais que a revalorização do excedente produtivo oriundo da propriedade privada dos meios de produção.

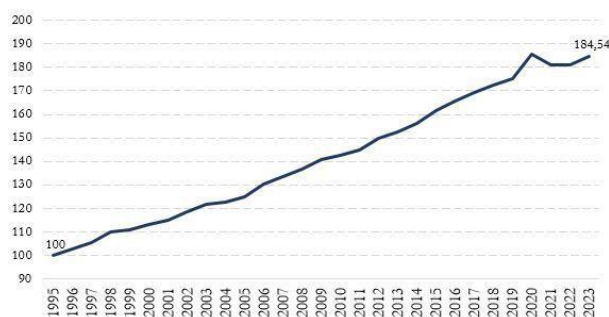
A teoria do capital humano apoia seus pressupostos dogmáticos sobre a figura do gerente, criação típica do taylorismo, que pode ser entendido como o dirigente do processo de produção, alguém que conhece as etapas do processo produtivo, não como o realizador do trabalho, mas seu supervisor. Esse estrato intermediário entre a massa subalternizada e os donos dos meios de produção é a personificação do sujeito do mérito, para quem a formação intelectual pode até resultar em um incremento de renda, mas que não generaliza sua condição para o conjunto da classe trabalhadora. É somente

vulgarizando o papel do gerente do processo produtivo que se pode enganar a classe trabalhadora, fazendo-a pensar que é possível que todos cheguem a um estrato intermediário de renda.

A fim de demonstrar empiricamente o caráter dogmático e ideológico das premissas do capital humano como elemento incrementador da produtividade do conjunto da classe trabalhadora e, por consequência, de sua renda, recorremos à matéria divulgada recentemente pelo blog da Fundação Getúlio Vargas intitulada “*Mensuração do capital humano e suas implicações sobre a produtividade da economia brasileira*”, com autoria de quatro economistas (Veloso *et al.*, 2024) ligados à instituição. Nessa matéria, os autores tentam analisar a relação entre o Capital Humano na série histórica de 1995 a 2023 e sua relação com a produtividade do trabalhador brasileiro, que está demonstrada nos dois gráficos abaixo relacionados. A título de melhor compreensão desses dados, é necessário fazer uma apresentação sumária dos índices abordados, a fim de que possamos entender em relação ao que foram apresentados esses dados.

Entende-se por ICH o *índice de capital humano* (que aparece no primeiro gráfico) e foi criado pelos autores de acordo com as métricas adotadas pelo *Bureau of Labour Statistics*¹⁵. Segundo os autores, esse índice demonstra como a classe trabalhadora brasileira incrementou seus níveis de formação e experiência no mercado de trabalho da população ocupada, expressando uma curva ascendente do ano de 1995 a 2023. Segundo os autores, esse incremento é resultado direto do aumento dos níveis de investimento estatal na formação primária, mas também de uma disposição individual para a formação voltada para o trabalho.

Gráfico 4 – Evolução do ICH – 1995 a 2023. Brasil. (Número índice: 1995 = 100)



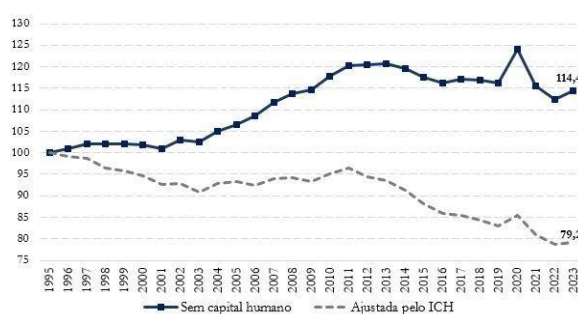
Fonte: Veloso *et al.*, 2024.

¹⁵ Estrutura do Departamento de Trabalho do governo dos Estados Unidos, responsável por criar as estatísticas referentes ao mundo do trabalho do país.

Outro fator importante descrito pelos autores e que está sinalizado no gráfico é o salto ocorrido nos meses mais agudos da pandemia da covid-19. Esta, segundo a hipótese aventada, expulsou do mercado de trabalho os trabalhadores menos escolarizados e experientes em um primeiro momento, mas estes foram compensados posteriormente, com o retorno gradual à normalidade, fazendo com que a reta de crescimento retomasse os patamares anteriores. Com esses dados, os autores puderam defender que os trabalhadores mais escolarizados e experientes permaneceram no mercado de trabalho nos dias incertos da pandemia, enquanto os menos preparados, segundo seus critérios, foram eliminados.

O Gráfico 2, por sua vez, introduz um novo índice, a PTF (produtividade total dos fatores). Esse índice, de acordo com os autores, é uma medida de eficiência dos fatores de produção que pode ou não incorporar ICH como variável. A primeira linha do gráfico 2 mostra a PTF sem a inclusão da variável capital humano e considera apenas o total de horas trabalhadas. Na segunda linha, inclui-se uma PTF produzida pelos autores do estudo, que engloba a variável capital humano. O resultado desse gráfico demonstra objetivamente a contradição da teoria do capital humano com a realidade no caso estudado: ao se considerar essa variável, a *PTF brasileira na série histórica cai*.

Gráfico 5 – Evolução da PTF – 1995 a 2023. Brasil. (Número índice: 1995 = 100)



Fonte: Veloso et al., 2024.

Os dois gráficos demonstram clara e distintamente que, de acordo com os dados e estudos resultantes da pesquisa de economistas da Fundação Getúlio Vargas, o nexos causal entre escolaridade e renda no Brasil é uma falácia. A escolaridade – e demais formações, o que chamam de capital humano – aumenta a produtividade do trabalhador por maior extração de mais-valia, mas não significa um aumento correlato na renda,

atingindo o coração da metafísica do capital humano enquanto possibilidades universais de ascensão social via escolarização.

Os autores tentam justificar esta gritante contradição com a velha cantilena da qualidade da educação, conforme descrevem:

Embora seja conhecido o fato de que a escolaridade média da população ocupada no Brasil cresceu nas últimas décadas, a queda do retorno da educação verificada no mesmo período, possivelmente relacionada à baixa qualidade da educação ou a ineficiências no processo de alocação da mão de obra em empresas ou setores (*misallocation*), poderia ter reduzido significativamente ou mesmo eliminado o impacto positivo da educação sobre o crescimento econômico. [...] No entanto, nossos resultados revelam que, mesmo levando em consideração a queda do retorno da educação, o capital humano foi o principal determinante do crescimento da produtividade do trabalho no Brasil entre 1995 e 2022. Isso sugere que políticas de melhoria do capital humano são fundamentais para o crescimento de longo prazo da economia brasileira. (Veloso *et al.*, 2024)

O sincericídio dos autores revela algo que está para além dos dados: o processo de escolarização brasileira tem aumentado as taxas de lucros da classe dominante ao mesmo tempo em que não está sendo revertida para melhorias nas condições de renda da maior parte da classe trabalhadora formalmente empregada. A falsa correlação entre escolaridade e renda é defendida a todo o custo, evocando a necessidade de qualificar a educação fornecida aos estratos subalternizados, o que na prática significa implementar o plano neoliberal nas escolas com mais profundidade.

O tema da qualidade da educação, por ser um assunto polissêmico, gera ambiguidades (justamente porque são capturados pela classe dominante) no público em geral. Essas ambiguidades, por sinal, contribuem para aprofundar a alienação da classe trabalhadora. Acompanhamos a visão de Kuenzer, que destaca que:

É preciso que o trabalhador se submeta ao capital, compreendendo a sua própria alienação como resultante de sua prática pessoal “inadequada”, responsabilize-se pelo seu eventual fracasso e encontre em si as estratégias de superação das suas penúrias materiais. (Kuenzer, 2005, p. 80)

Para encerrar essa discussão, também recorremos a Kuenzer e seus conceitos de *exclusão includente e inclusão excludente* (2005, p. 91) para relacionar educação e mundo do trabalho em suas novas dinâmicas, que diminuem os direitos sociais e trabalhistas, atacando a formalidade do trabalho a partir de reformas estruturantes para reincorporar a força de trabalho em maiores patamares de exploração. Isso se expressa na degradação dos direitos trabalhistas, no processo de terceirização, de pejotização, plataformação e

na própria regularização da autoexploração, como é o caso dos Microempreendedores Individuais (MEIs).

Kuenzer defende que a escola dual (cindida entre pobres e ricos) inclui de forma excludente – haja vista todas as inúmeras demandas dos trabalhadores da educação no que tange às condições de trabalho e ensino –, para incluir esse futuro trabalhador em patamares cada vez maiores de exploração e degradação da vida. Sendo assim, a TCH faz parte do projeto de precarização do trabalho e segue com o fôlego necessário para se manter atual e continuar a influenciar a forma como o trabalhador se enxerga e se coloca no mundo do trabalho.

3.1.3 O trabalho digital e as novas fronteiras da acumulação

O tema do trabalho digital tem ensejado debates importantes para a compreensão das novas formas de exploração do trabalhador, mas ainda restam incertezas sobre a sua natureza. A fim de “limpar o terreno”, nos propomos a iniciar essa seção pela indagação que questiona se o trabalho digital é fundamentalmente diferente das outras modalidades não digitais ou se trata de ser apenas o fenômeno que mistifica a forma industrial capitalista, a da extração de mais-valia a partir da forma-mercadoria. Para tanto, é preciso partir de uma definição, ainda que provisória, dado que a análise do fenômeno do trabalho digital ainda não esteja plenamente esgotada.

Entendemos por trabalho digital um conjunto de atividades laborais que não prescindem da mediação tecnológica digital, fundada com a expansão da internet. O trabalho digital faz uso das plataformas digitais, mas não se esgota nelas, dado que o trabalho digital é caracterizado pelos elementos organizadores dessa nova etapa da acumulação, enquanto as plataformas são essencialmente instrumentos de organização e gerenciamento do trabalho digital, conforme abordaremos com maior propriedade na próxima seção. Dessa forma, iremos tratar no presente tópico os atributos do trabalho digital enquanto estrutura da realização do ciclo da mercadoria do capitalismo na era digital.

Identificamos quatro modalidades de trabalho digital: o *plataformizado*, o *trabalho automatizado* (que visa a substituição da força de trabalho humana em tarefas repetitivas, como a área da robótica, desenvolvimento de softwares, sistemas de controle

etc.), o *teletrabalho* (que engloba o trabalho remoto e todos os que descentralizam a realização das tarefas laborais) e o *trabalho de dados*.

O trabalho digital, portanto, é um conjunto de relações sociais de produção que envolvem mecanismos cada vez mais sofisticados de inclusão de tecnologias no processo produtivo, bem como do controle do trabalho. Amorim, Cardoso e Bridi (2022) entendem as novas formas de produção contemporâneas como *capitalismo industrial de plataforma*, caracterização essa que, conforme defendemos anteriormente, entendemos como limitada. Na nossa visão, o conceito de *trabalho digital*, por ser mais amplo, permite-nos compreender melhor os novos patamares da exploração do trabalho de uma forma geral, observando que esses estão para além do fenômeno da plataformização.

Também discordamos da categorização de Nick Srnicek (2018), para quem o capitalismo na forma contemporânea do pós-crise de 2008 pode ser definido como *capitalismo de plataforma*, pelos mesmos motivos pelos quais entendemos as limitações de Amorim *et al.* (2022, p. 2), qual seja, a delimitação restritiva da análise. Assim, capitalismo industrial, trabalho digital e plataformização são categorias diferentes, que se complementam na tarefa de explicar a dinâmica da acumulação capitalista atual, mas não são idênticas, de modo que nos cabe a tentativa de explorar e delimitar, com a maior clareza possível no curso deste trabalho, os determinantes de cada uma, naquilo em que se aproximam e se distanciam.

É válido destacarmos a compreensão de que, apesar de o capitalismo globalizado ter expandido o setor de serviços e este ser o maior *locus* de inscrição do trabalho digital, o trabalho material – aquele realizado nas fábricas e que produz a mercadoria física – ainda não foi superado. Portanto, o trabalho digital desempenhado pelo setor de serviços, ainda que imaterial, *realiza* a mercadoria fabril, de forma que não existe um sem o outro. Além disso, o trabalho fabril é alvo da modalidade digital, como reconhecemos, por exemplo, no que se chamou de *indústria 4.0*¹⁶.

Ainda assim, o trabalho de Amorim *et al.* (2022, p.9-12) apresenta grande importância para a nossa tese, uma vez que propõe uma caracterização dos elementos constitutivos do que aqui entendemos como o trabalho digital¹⁷, tópico que pretendemos

¹⁶ A indústria 4.0 é entendida como as plantas fabris que incorporam no seu processo produtivo tecnologias digitais de ponta, tornando a produção cada vez mais otimizada e flexível.

¹⁷ É necessário reafirmar que Amorim *et al.* (2022, p. xx) não trabalham com a categoria *trabalho digital*, mas que esta autora reconhece na caracterização dada por eles ao conceito de plataformização uma contribuição importante, no sentido de dirimir as confusões teóricas na análise das diferentes categorias. Ou seja, o que os autores entendem como *plataformização*, a presente tese entende como *trabalho digital*.

abordar com maior profundidade. São eles: 1) *Infraestrutura e mediação digital*; 2) *dataficação*; 3) *gestão por metas gamificadas*; 4) *fragilização das relações trabalhistas* (Amorim *et al.* 2022, p. 9).

A infraestrutura e a mediação digital tratam tanto do desenvolvimento da estrutura de *hardwares* quanto a de *softwares*, que são condições de possibilidades do trabalho digital. A rede de servidores, computadores, cabeamentos, satélites, chips, semicondutores e todo o maquinário que possibilita que o ambiente virtual tenha algum nível de realidade compõe a face infraestrutural do trabalho digital. Ao mesmo tempo, a mediação digital trata dos softwares e aplicativos desenvolvidos para que se possa haver comunicação em rede e execução de tarefas remotamente ou não.

Cabe-nos fazer um importante destaque no que tange à questão infraestrutural do trabalho digital, desmistificando o discurso de eficiência a baixo custo para os trabalhadores, inclusive o custo ambiental. Na verdade, uma série de ambientes do planeta vêm sendo ameaçados pela extração predatória de metais, utilizados na produção de ligas metálicas para chips e placas, como cobre, ferro, alumínio, níquel, prata, estanho e, com destaque, os metais terras raras¹⁸. O custo ambiental da extração desses materiais, do gasto de energia com a construção e manutenção de *data centers*, bem como o consumo de água para a refrigeração de servidores, além do lixo eletrônico (de difícil descarte) também são elementos a se considerar quando pesados os custos do trabalho digital.

Quanto ao desenvolvimento e uso de *softwares*, uma mudança significativa vem acontecendo nos últimos anos, quando deixamos de comprar os produtos licenciados e passamos a alugar espaços em provedores que são popularmente chamados de “nuvem”. A terminologia sugere que os dados sejam alocados em espaços etéreos, quase metafísicos, quando na verdade estão alocados em gigantescos servidores que vêm sendo instalados mundo afora, consumindo toda ordem de recursos naturais disponíveis.

Assim, a forma de consumir música, livros, acessar serviços de correio eletrônico, armazenamento de arquivos e fotografias, trabalho colaborativo etc. passam por esses ambientes virtuais que não são mais uma forma de propriedade do usuário. A demanda pelos escassos recursos naturais também agrava os efeitos do aquecimento global,

¹⁸ Esse conjunto de 17 metais (lantânio, cério, praseodímio, neodímio, promécio, samário, európio, gadolínio, térbio, disprósio, hólmio, érbio, escândio, túlio, itérbio, lutécio e ítrio) são chamados popularmente como “terras raras” porque, como sugerido, são de difícil extração e tratamento. Esses elementos são utilizados em objetos de alta tecnologia e hoje interferem na ordem geopolítica global, porque têm o potencial de compor equipamentos que podem, inclusive, substituir a matriz energética suja, além de entrar na composição de *smartphones* e semicondutores. O maior produtor de metais terras raras do mundo é a China, sendo o Brasil o terceiro maior detentor de reservas desses metais (Brasil, 2023).

removendo do nosso horizonte civilizacional a superação do modo predatório da produção capitalista. Além disso, existe a discussão sobre a qual já nos debruçamos, acerca do esmaecimento do direito à privacidade enquanto parte significativa das informações sobre a nossa vida, que agora está sob proteção das grandes empresas de tecnologia.

Quanto ao debate em relação ao fenômeno da dataficação, recorremos a Srnicek (2018), para quem os dados – entendidos como qualquer informação captada pelos dispositivos digitais – têm se tornado uma importante mercadoria do capitalismo na era digital.

Dito de maneira simples, deveríamos considerar que os dados são a matéria prima que deve ser extraída, e as atividades dos usuários, a fonte natural dessa matéria-prima. Assim como o petróleo, os dados são um material que se extrai, se refina e se usa de maneiras distintas. Enquanto há mais dados, mais usos você pode dar. (Srnicek, 2018, p.42-43, tradução nossa)¹⁹

O avanço das tecnologias capazes de armazenar dados abriu um mercado ainda inexplorado, o da comercialização desses dados para fim de perfilamento do consumidor. Assim, a ida recorrente a uma farmácia possibilita traçar o perfil de um eventual usuário de um plano de saúde, fazendo com que operadoras tenham acesso privilegiado a informações sigilosas. Uma simples busca por informações sobre uma cidade turística pode se tornar o direcionamento para propagandas de agências de viagens ou companhias aéreas. Como estes, poderíamos citar inúmeros exemplos, mas o mais importante nesse debate é a parca regulamentação no uso dos dados, o que torna as pessoas absolutamente reféns de um tipo de patrulhamento que transforma até os atos mais prosaicos da vida em mercadoria.

Shoshana Zuboff, uma importante intelectual da universidade de Harvard, cunhou o conceito de *capitalismo de vigilância*²⁰ que tem na dataficação sua espinha dorsal. Ela afirma que “o capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência

¹⁹ No original “Dicho de manera simple, deberíamos considerar que los datos son la materia prima que debe ser extraída, y las actividades de los usuarios, la fuente natural de esta materia prima. Al igual que el petroleo, los datos son un material que se extrae, se refina y se usa de distintas maneras. Mientras más datos uno tiene, más usos le puede dar.” (Srnicek, 2018, p. 42-43)

²⁰ Na presente tese, não incorporamos o conceito de Zuboff pelas razões anteriormente explicitadas, quais sejam, a que optamos por não incorporar adjetivos ao capitalismo, por este se tratar do mesmo modo de produção desde seu surgimento na aurora da Modernidade. Entretanto, a contribuição de Zuboff é fundamental para o debate do processo de dataficação e os mecanismos refinados de vigilância desta etapa da acumulação capitalista.

humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais” (Zuboff, 2021, p. 21), isto é, no estágio do capitalismo na era digital, as informações tornam-se mercadorias, mas de um novo tipo, que fornecemos gratuitamente e que sequer podemos compreender seus mecanismos de coleta, uma vez que esbarram em patentes.

Ainda de acordo com Zuboff, esses dados são direcionados para o que chama de *mercados de comportamentos futuros* (Zuboff, 2021, p. 23), o que leva as empresas a construir um *superavit comportamental* (mesma referência) que se expressa na coleta e armazenamento de toda e qualquer interação humana com a máquina, nossas vozes, tempo de atenção e qual informação aparece na tela, quanto tempo *scrollamos* e quanto tempo nos atemos a uma informação, de modo que seja possível criar padrões que se encontram para além da compreensão do comportamento humano, mas de sua modulação.

Byung-Chul Han, em *Infocracia* (2022), também vai ao encontro da ideia de vigilância descrita por Zuboff quando afirma que o regime de mercadologização dos dados é puro patrulhamento disfarçado de liberdade:

A técnica digital da informação faz com que a comunicação vire vigilância. Quanto mais geramos dados, quanto mais intensivamente nos comunicamos, mais a vigilância fica eficiente. [...] Nos regimes de informação, as pessoas não se sentem, além disso, vigiadas, mas livres. Paradoxalmente, é o sentimento de liberdade que assegura a dominação. Nisso se distingue fundamentalmente o regime da informação do regime disciplinar. *A dominação se faz no momento em que liberdade e vigilância coincidem.* (Han, 2022, p. 13, grifo do autor)

A dataficação é a raiz do processo de plataformização (que abordaremos na próxima seção), porque é no perfilamento de grupos e no superávit de dados que se pode estruturar resoluções para problemas que nem mesmo o poder público tem capacidade de resolver rapidamente. Usamos a Uber como um exemplo fundamental de como a coleta sistemática de dados sobre como as cidades se deslocam pode virar um ativo, como quando a empresa estabelece parcerias com prefeituras, concedendo acesso aos seus bancos de dados em troca de subsídios²¹.

A gestão por metas gamificadas representa uma transposição da dinâmica dos jogos para o trabalho, o que representa mais uma sofisticada forma de controle sobre o

²¹ Em matéria divulgada pela *Época Negócios* (2019), a Uber procura prefeituras diversas ao redor do mundo como expansão de seus negócios, oferecendo informações obtidas pela coleta de dados de motoristas e usuários em troca de subsídios em locais onde a oferta de transporte público é baixa. Esse movimento certamente beneficia a Uber, mas não o cidadão comum, que perde a possibilidade de contar com a expansão de políticas públicas para o deslocamento via transporte de massas. As cidades ficam em países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Austrália.

trabalhador. Nessa nova forma de gestão, utilizam-se sistemas de pontuação, rankings e recompensas para manter o trabalhador engajado e em constante condição de sobretrabalho. Ao tornar o trabalho um jogo, o trabalhador perde de vista a sua capacidade de interpretar as relações de exploração tais como elas são, além de cooperar de maneira mais ativa e autorresponsável.

A contradição entre capital e trabalho desenrolam formas de resistências que não são necessariamente aquelas relacionadas aos movimentos paredistas que são mais difundidos no senso comum. Existem resistências que são mais difusas, mais discretas e que se traduzem em uma maior morosidade na execução das tarefas laborais, as conhecidas “operações tartaruga”. Ao longo da história do capitalismo, a figura do gerente tem exatamente essa função, a de supervisionar o ritmo do trabalho, fustigando os mais morosos. Além disso, sabemos que o que chamamos *taylorismo* é um conjunto de práticas gerenciais que visam aumentar a produtividade a partir do preenchimento desses “vazios” de trabalho.

Assim, a gestão por metas gamificadas acaba por representar novas modalidades de preenchimento desses vazios, ainda que as estratégias dos trabalhadores de burlarem a supervisão sempre se renovem. Woodcock e Johnson (2023) propõem duas formas antagônicas de gamificação que aparecem, não por acaso, na luta de classes: a *gamificação de cima* e a *gamificação de baixo*. Nesses conceitos, os autores explicam que a gamificação de cima é aquela à qual nos referimos quando analisamos o trabalho digital pela via da dominação, enquanto a gamificação de baixo é enxergada como as formas de resistências empregadas pelos trabalhadores que possibilitam hackear o sistema e torná-lo mais permeável a conquistas laborais.

Gamificação de cima, portanto, também envolve uma elite (acadêmica ou dominante) que decide impor elementos de jogo na vida de outras pessoas, pretendendo melhorar suas experiências sem engajamento ou diálogo genuíno; isso é o que tradicionalmente tem sido chamado simplesmente de ‘gamificação, dominando o termo e forçando qualquer visão divergente para as margens. Isso é uma corrupção do conceito original [...] (Woodcock; Johnson, 2023, p. 117)

Assim, o que os autores entendem como *gamificação de cima* se desvela como uma corruptela da concepção original de gamificação (tornar aqueles elementos da vida não tão atraentes mais lúdicos e aprazíveis, como nos jogos²²) e se desdobram em

²² Os autores em questão não têm uma visão negativa da gamificação quando direcionada de forma ativa pelos sujeitos aos seus campos de interesse, o que não necessariamente reflete a visão defendida por esta tese.

mais uma ferramenta de gerenciamento do trabalho e modelagem do comportamento. Em contrapartida, os autores trabalham com a noção de *gamificação de baixo*, como defendem:

Enquanto a gamificação de cima coopta jogadores para dentro das pressões neoliberais, encontrando novas maneiras de encorajar pessoas a trabalhar, um potencial alternativo seria desempenhar exatamente o papel oposto. Isso significa não aperfeiçoar o trabalho através da adição de elementos de jogo, mas sim miná-lo através destes elementos, cujos objetivos não são os da atividade de trabalho (Woodcock; Johnson, 2023, p. 120)

Essa ação de “minar” o processo de trabalho a partir da própria gamificação é explicada pelos autores como *contragamificação* (2023, p. 120), ou *gamificação de baixo* como forma de resistência ao trabalho gamificado. Essas formas de resistências instalam-se nas fissuras e brechas das falhas processuais e possibilitam que o trabalhador possa tomar de volta o tempo de trabalho que lhe fora tirado. Além disso, exige um certo grau de coletividade, à medida que quanto mais os trabalhadores estejam afinados na função de hackear o sistema de trabalho, mais bem-sucedidos serão.

De forma a exemplificar como a gamificação é inserida nos currículos escolares das escolas públicas brasileiras, trazemos à luz o Ginásio Educacional Tecnológico (GET), da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. O GET se vende como uma “nova concepção de escolas do século XXI”, no que se refere a uma modalidade de ensino que incorpora metodologias ativas, dentre elas a gamificação, que terão que

utilizar como estratégia de aprendizagem elementos próprios da linguagem e da sistemática utilizada nos jogos, em contextos que não sejam jogos fechados, com o objetivo de promover motivação e o engajamento dos participantes, através da competição, da mudança de nível, dos desafios, da superação, entre outros. (Prefeitura do Rio, s.d.)

Com esse exemplo, pretendemos ratificar a hipótese de que a escola é um *lócus* privilegiado da formação para o mundo do trabalho, porém não qualquer formação, mas uma que expressa os verdadeiros interesses das classes dominantes, ainda que nessas escolas, tal currículo, pretensamente disruptivo, seja implementado de forma desigual, aprofundando a exploração do trabalho docente, alienando da compreensão das intencionalidades das tecnologias.

Por fim, terminamos a caracterização do trabalho digital reintroduzindo sumariamente o tema da fragilização das relações de trabalho, sensivelmente no pós-crise de 2008, que funcionou como um catalisador das derrotas da seguridade do trabalho mundo afora. No Brasil, a resposta da burguesia na reacomodação dos patamares de

exploração foi a aprovação da Reforma Trabalhista, da Lei das Terceirizações e de uma nova Reforma da Previdência, no bojo do golpe que derrubou Dilma Rousseff, em 2016.

Também mencionamos o movimento de desindustrialização da economia brasileira pós 2008 como um dos elementos centrais do deslocamento de grande contingente da força de trabalho para o setor de serviços, este com características de maior flexibilização e informalidade. Assim, compreendemos que desatar os nós da formalidade e colocar o trabalhador em permanente risco de subsistência é um dos fatores importantes do incremento do trabalho digital, que não prescinde da flexibilidade e autoexploração do trabalho.

Para resumir o esforço que almejamos de caracterizar o fenômeno do trabalho digital em sua essência, apresentamos o quadro abaixo:

Quadro 1 - Resumo geral sobre o trabalho digital

TRABALHO DIGITAL		
ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	CARACTERÍSTICAS	CONSEQUÊNCIAS SOCIO-AMBIENTAIS
Infraestrutura e Mediação digital	Criação de hardwares e softwares que servem de substrato para o trabalho humano.	Aprofundamento da exploração de recursos naturais; maior consumo de energia e água para o funcionamento de <i>data centers</i> e mega servidores.
Dataficação	Processo de intensificação da coleta de dados e sua mercadologização.	Aumento do controle e vigilância sobre as pessoas; redução da privacidade; venda de informações sigilosas; vazamento de dados.
Gestão por metas gamificadas	Transposição das dinâmicas dos jogos para o trabalho.	Superexploração do trabalhador; fragilização da organização trabalhista.
Fragilização das relações trabalhistas	Aprofundamento do processo de flexibilização das leis trabalhistas, o que gera um excedente de mão de obra para o trabalho digital e plataformizado.	Superexploração do trabalhador; diminuição dos direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados; risco de fragilização da previdência social; maiores índices de adoecimento laboral.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo apresentado uma caracterização do trabalho digital como forma de ser do trabalho no capitalismo na era digital, seguimos nossa investigação sobre as categorias de análise, partindo para a categoria *plataformização*. Essa categoria, a qual trabalhamos de forma sumária nesta seção, será melhor problematizada na próxima, em que a compreendemos no que se refere à sua relação com o trabalho digital.

3.2 A Plataformização enquanto a materialização mais sofisticada do trabalho digital e suas implicações para a classe trabalhadora

Por plataformização, compreendemos o processo de organização do trabalho digital mediado pelos aplicativos e plataformas digitais cuja dinâmica vem transformando radicalmente o mundo do trabalho espaço-temporalmente. De acordo com Srnicek (2018, p. 44), as plataformas surgiram quando foi possível manejar uma quantidade potencialmente infinita de dados coletados pelos usuários desses recursos tecnológicos, transformando esses dados em mercadoria.

A economia plataformizada é a expressão fenomênica do capitalismo digital pós-crise de 2008, cujo cerne da reestruturação produtiva está intimamente acompanhado na reorganização do trabalho que mina a estabilidade do vínculo empregatício e recoloca no lugar uma dinâmica de profunda instabilidade e mistificação das relações de trabalho.

Com relação às plataformas, podemos compreendê-las assim como Ferrario e Santana:

As plataformas são infraestruturas digitais que funcionam como intermediários entre diferentes usuários: clientes, anunciantes, provedores de serviços, produtores, distribuidores e objetos materiais. Entre as características particulares das plataformas, é possível destacar: 1) garantem aos usuários a possibilidade de construir seus próprios produtos, serviços e espaços de transações; 2) produzem e dependem de efeitos de rede, ou seja, quanto maior o número de usuários presentes nas plataformas mais valiosas elas se tornam, resultando em tendências monopolistas; 3) as plataformas geralmente utilizam subsídios cruzados entre diferentes ramos do negócio; 4) a partir de sua posição intermediária, as plataformas ganham não só acesso a mais dados, mas também o controle e direção sobre as regras do jogo, ou seja, sua arquitetura “aprisiona” seus distintos grupos de usuários. (Ferrario; Santana, 2019, p. 3)

As plataformas digitais só puderam se desenvolver enquanto infraestrutura de trabalho porque preencheram o espaço ocioso deixado pelo desmantelamento do estado fordista no centro do capitalismo. É no alvorecer da economia de compartilhamento (*gig economy*) que as porosidades na segurança do trabalho e nos vínculos começaram a se

tornar permeáveis à flexibilização das relações empregatícias ainda nos países centrais. Na medida em que as plataformas se apresentaram como simples intermediárias de negócios entre pessoas, elas mistificaram as relações de trabalho e revestiram o trabalho realizado por e nessas plataformas de uma névoa que possibilitaram o escape do regulamento jurídico das relações do trabalho realizado das formas mais tradicionais.

Enquanto instrumentos organizadores do trabalho na reorganização capitalista pós-crise de 2008, as plataformas digitais ainda são um fenômeno novo que, aqui no Brasil, ganharam um novo dimensionamento no contexto da pandemia da covid-19. Indubitavelmente, defendemos que o caráter de inexorabilidade das plataformas na dinâmica do trabalho é colocado em novos patamares, abrangendo todas as dimensões e níveis de formação do trabalhador.

Gonsales (2020, p. 130-132) apresenta sete tipos diferentes de organização do trabalho digital plataformizado, que nos auxiliam a compreender melhor a teia de organizações que estruturam o trabalho digital plataformizado, resumidos no próximo quadro a seguir:

1) *Microtrabalhos digitais*: são trabalhos que têm por grande finalidade alimentar os algoritmos das Inteligências Artificiais, entendendo que essas tecnologias que pretendem mimetizar a forma de raciocínio e tomada de decisão humana precisam ser capazes de captar as nuances e idiossincrasias do comportamento humano, o que apenas se pode fazer a partir de seres humanos reais. Como exemplos, citamos a PiniOn, a Kwai, Clickworker etc.

2) *Macrotrabalhos digitais*: são aqueles que recorrem ao trabalho esporádico, os *freelancers*, mas altamente qualificados, como o trabalho dos roteiristas, tradutores, designers, programadores etc. Esses trabalhadores são contratados para trabalhos remotos, que podem ser realizados em qualquer lugar do mundo; são os chamados *nômades digitais*. Esses trabalhadores são recrutados por plataformas como as brasileiras Catho, Workana e a global LinkedIn.

3) *Plataformas organizadoras do trabalho local*: são as empresas que organizam trabalhadores presencialmente, como é o caso da Uber, iFood, Cabify etc. Essas empresas representam a maior concentração de trabalhadores digitais no Brasil, o que poderemos verificar na próxima seção, quando abordaremos o perfil do trabalhador plataformizado no Brasil.

4) *Plataformas organizadoras do trabalho qualificado presencial*: são plataformas para a contratação de trabalhadores qualificados, como médicos,

enfermeiros, psicólogos, professores etc. Essa modalidade de plataformização atinge diretamente os profissionais qualificados autônomos, já que fora das plataformas suas oportunidades de trabalho são drasticamente reduzidas. Encontramos essa modalidade de plataformização no *Talent.com.br*, *Hiring.com.br*, dentre outras.

5) Empresas que não fazem parte da plataformização direta, mas que recorrem a esses recursos para o controle de seus trabalhadores efetivos.

6) Criadores de conteúdos em plataformas, como *youtubers* e toda sorte de influenciadores digitais. Esse serviço é indiretamente remunerado e dado pela capacidade de o profissional gerar engajamento sobre seu conteúdo e angariar a fidelização de seu público. As plataformas possibilitam a monetização dos conteúdos, mas a fatia mais importante da remuneração desse trabalho vem de parcerias com empresas. Essa modalidade de trabalho plataformizado vem ensejando grandes debates, como a exploração do trabalho digital infantil, limites éticos e a promoção em larga escala de casas de apostas e jogos de azar. Além disso, profissionais liberais hoje identificam uma necessidade de apresentar a si e ao seu trabalho nas redes sociais, produzindo conteúdos de forma gratuita.

7) Plataformas que intermediam negócios comerciais entre pessoas, como o Airbnb, Mercado Livre, eBay, dentre outros. Nessa modalidade, não existe a contratação do trabalho de terceiros e podemos considerar que seja o coração do que ficou conhecido como a *economia do compartilhamento (gig economy)*. Nos países do centro do capitalismo, a economia do compartilhamento foi a maior impulsionadora do trabalho digital e das jurisprudências avessas à regulamentação do trabalho.

Quadro 2 - Sistematização dos tipos de trabalho digital plataformizado

Tipos de trabalhos plataformizados	
Microtrabalhos digitais.	<i>PiniOn, Kwai, Clickworker</i> etc.
Macrotrabalhos digitais.	<i>Catho, Workana e LinkedIn</i> etc.
Plataformas organizadoras do trabalho local.	<i>Uber, iFood, Cabify</i> etc.
Plataformas organizadoras do trabalho qualificado presencial.	<i>Talent.com.br, Hiring.com.br</i> etc.
Plataformas de controle do trabalho de efetivos.	<i>Insightful, Traqq, Monitask</i> etc.
Criação de conteúdo.	Redes sociais, como <i>Facebook, Instagram, Youtube</i> , dentre outros.
Intermediadoras de negócios.	<i>Airbnb, Mercado Livre, eBay</i> etc.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gonsales, 2020, p. 130-132.

Essa categorização sumariamente apresentada amplia o nosso olhar sobre o fenômeno da plataformização como nova forma de exploração, organização e controle do trabalho digital. Esse controle, por sinal, é exercido por empresas privadas que passam a acumular um poder sobre a vida das pessoas que nem o panóptico de Foucault daria conta de pensar. Ainda que defendamos que os agentes privados são os grandes organizadores do trabalho digital plataformizado, o protagonista é, sem dúvidas, o Vale do Silício, junto de suas cinco empresas representadas pelo acrônimo GAFAM (*Google, Amazon, Facebook – hoje Meta –, Apple e Microsoft*).

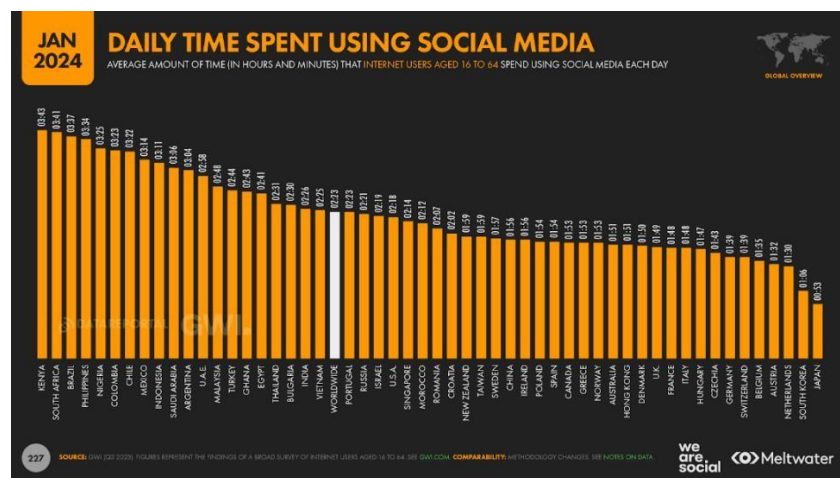
Sobre os trabalhadores plataformizados, observamos que quanto mais afastado do centro do capitalismo está o usuário das plataformas, mais do seu tempo é destinado às redes sociais, plataformas que são melhor compreendidas hoje a partir da dimensão do trabalho e da política. Entendemos que as redes sociais, pelo seu caráter de maior capilaridade nos mais diversos estratos sociais, também funcionam como a antessala do uso massificado das plataformas digitais. O consumo das redes sociais desde a infância alfabetiza as pessoas no manejo adequado de todo o labirinto algorítmico, além de naturalizar a dimensão digital e plataformizada como uma dimensão legítima da vida humana. Assim, o consumo acrítico das redes sociais abre as portas para a vida mediada pelas plataformas digitais e, quanto mais precarizada é a vida, maior a tendência de consumo desses dispositivos.

Para ratificar o que expusemos, apresentamos o gráfico abaixo, produzido pelo *DataReportal*²³, que mostra o ranking de tempo gasto nas redes sociais ao redor do mundo. Nele, podemos conferir dados importantes que reforçam a hipótese acima afirmada. Países do centro do capitalismo são os que menos dispensam tempo nas redes sociais, enquanto os da periferia são os que mais gastam. A média mundial em 2024 (descrita pela barra em branco) é de duas horas e vinte e três minutos diárias nas redes sociais; o país que menos passa tempo em redes sociais é o Japão, com cinquenta e três minutos diários, enquanto o que mais passa tempo é o Quênia, com três horas e cinquenta e três minutos diários despendidos em redes sociais.

²³ O *DataReportal* é uma *think tank* que coleta dados sobre o uso das redes, como quantidade de usuários ao redor do mundo, quantidade de dispositivos móveis com uso de internet, informações sobre uso de aplicativos etc.

O Brasil, como é de se imaginar, possui uma posição de destaque no ranking em questão, ocupando a terceira posição, com a impressionante média de três horas e trinta e sete minutos diários de consumo de redes sociais. Podemos, desse modo, deduzir que o trabalhador brasileiro é absolutamente ambientado com a dinâmica da plataformização a partir das redes sociais, de modo que esse sujeito, quando plenamente formado, aceitará com menos resistência o trabalho digital plataformizado.

Figura 1: Tempo despendido em redes sociais por dia no mundo



Fonte: DataReportal, 2024.

Dessa forma, na próxima seção, pretendemos apresentar de forma sumária alguns aspectos quantitativos do trabalho plataformizado no Brasil, incorporando neste debate atravessamentos sociais que nos permitem dar um rosto para esse trabalhador. Defendemos, até aqui, que em todos ramos e setores do mercado de trabalho existe algum nível de inserção de plataformas, mas aqueles ramos mais precarizados são os característicos da realidade brasileira, a saber, o setor de serviços. É essa caracterização que vai nos auxiliar a localizar no tempo e no espaço sobre qual trabalhador estamos falando quando falamos em trabalho digital e plataformização nas estratégias de privatização da educação engendradas na contemporaneidade.

2.3.1 Aspectos sociespaciais do trabalho plataformizado no Brasil

Conforme defendido por Antunes (2020, 2018), a maior parte do trabalho digital plataformizado hoje está alocado no setor de serviços, o que sinaliza que aquele imaginário propagandeado de que seriam as indústrias e o setor fabril os grandes

fomentadores dessa modalidade de trabalho não se concretizou. Muitos, inclusive, defendem que a expansão do trabalho digital (dentre outros fatores) seria um dos principais responsáveis, em última instância, pelo fim do trabalho, hipótese essa que desde já rechaçamos²⁴. Assim, observamos que estamos muito longe do fim do trabalho como componente fundante da formação de valor, e a expansão das plataformas digitais vem ampliando as possibilidades de extração do mais-valor, sobretudo no setor de serviços.

Para traçar um panorama mais geral sobre a composição social e demográfica do trabalho plataformizado em serviços, recorreremos a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério Público do Trabalho e a UNICAMP em 2023 cujos resultados trazem informações preciosas para a compreensão da morfologia do trabalho digital por plataformas no Brasil contemporâneo. Esses dados foram extraídos a partir de amostra de trabalhadores que vivem do trabalho digital em plataformas como *única fonte de renda ou de renda principal*, excluindo os eventuais trabalhadores que possuam vínculo como trabalhador do setor militar ou do funcionalismo público.

Figura 2: Plataformas digitais utilizadas.



Fonte: IBGE, 2023.

²⁴ Diversos autores têm trabalhado com a hipótese do fim do trabalho vivo na geração de valor e, dentre os que mais se destacam, está Robert Kurz, para quem a evolução das forças produtivas no componente tecnológico acabariam por suprimir a necessidade da força de trabalho humano na formação de riqueza. Nossa hipótese, que procura trabalhar sustentada nos dados empíricos, demonstra que o avanço tecnológico reproduz o valor *a partir* do trabalho vivo de homens, mulheres e crianças.

Pelos dados fornecidos pela pesquisa, uma parcela significativa do segmento plataformizado da classe trabalhadora ocupa-se com o trabalho de entregas de alimentos, encomendas ou no transporte individual, denotando a baixa necessidade de escolarização ou especialização no desempenho dessas tarefas. Além disso, esses trabalhadores precisam ser os donos dos meios de produção, isto é, serem proprietários (no limite, locatários) dos automóveis, motocicletas ou bicicletas, responsabilizando-se, inclusive, pela sua manutenção, internalizando os custos do tempo disponibilizado para a realização dessa manutenção (que toda e qualquer máquina precisa passar). Assim, o nível de externalização dos custos da produção para o trabalhador é altíssimo.

A Figura 2 a seguir também fornece informações importantes quanto à composição do trabalho plataformizado no Brasil, este majoritariamente masculino, com baixas possibilidades de proteção social e de baixa escolarização.

Figura 3 - Composição do trabalho plataformizado no Brasil



Fonte: elaborado pela autora a partir de IBGE, 2023, p. 1.

Uma informação relevante que consta no relatório e está destacada na Figura 2 é a apresentação do nível de escolarização – nível médio completo ou superior incompleto – dos trabalhadores plataformizados, os quais apresentam nível de escolarização superior à média dos trabalhadores não plataformizados no Brasil – 61,3% dos primeiros e 43,1%

dos segundos (IBGE, 2023, p. 5). Esse dado sinaliza a relevância do estabelecimento de patamares mínimos de educação formal, o que podemos compreender como fruto das demandas intrínsecas do manuseio de aplicativos que exigem um nível de proficiência que pode ser incorporado pela escolarização.

Outro dado relevante trata da composição de gênero e sexualidade dos postos de trabalho plataformizado que podemos interpretar conjuntamente com a demonstração da caracterização desse tipo de trabalho. Compreendendo que quase 70% dos postos de trabalho plataformizados são voltados para o serviço de transporte de passageiros e entregas em geral, observamos que os mais diversos atravessamentos sociais e de gênero contribuem para a relativamente baixa participação feminina no trabalho plataformizado. Dinâmicas sociais como o machismo e a violência urbana, bem como a maior responsabilidade com o trabalho doméstico acabam por desestimular as mulheres a compor as fileiras deste tipo de plataformização.

Em relação às mulheres, o microtrabalho plataformizado é o mais incidente porque é aquele que pode ser realizado dentro de casa e de forma concomitante ao cuidado dos filhos e das tarefas domésticas. O microtrabalho plataformizado, conforme já caracterizamos, é central para o treinamento das Inteligências Artificiais, porque é o responsável pelo refinamento dos dados e diminuição dos vieses que reproduzem preconceitos de raça, gênero, sexualidade, religioso, dentre outros, fatores que configuram a discriminação algorítmica.

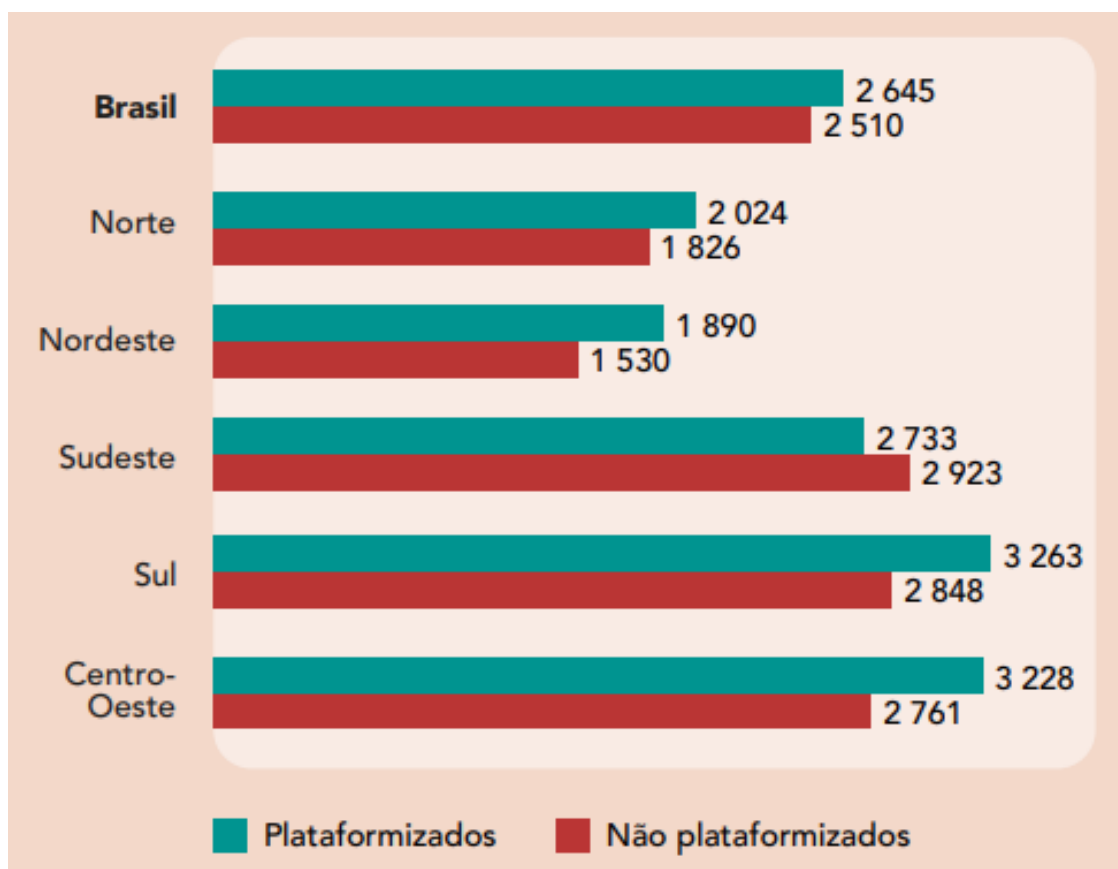
O que a pesquisa compreende como trabalhadores por “conta própria” pode ser interpretado como parte do imenso contingente populacional da força de trabalho de reserva que pressiona o custo do trabalho cada vez mais para baixo. Entretanto, observadas as diferenças regionais, a pesquisa aponta que o rendimento médio dos trabalhadores plataformizados²⁵ entrevistados é maior que o salário mínimo vigente²⁶, ainda que a diferença média de horas trabalhadas seja consideravelmente diferente – 46 horas para os trabalhadores plataformizados e 39,5 horas para os trabalhadores não plataformizados (IBGE, 2023, p. 6).

²⁵ Pesquisa realizada pelo Digital Platform Labor, uma *think thank* que produz dados sobre o trabalho plataformizado em países da Europa, África e América Latina, revelou que o microtrabalho digital é realizado majoritariamente por mulheres que, em grande medida, trabalham em dedicação exclusiva. Os rendimentos médios para o trabalhador quando da publicação do relatório é em média de R\$ 582,71 (Ferraz & Costa, 2024).

²⁶ Em 2025 o salário mínimo nacional é R\$1518,00.

Assim, temos que uma multidão de homens e mulheres, na sua maioria escolarizados, vem se submetendo a escalas de trabalho extenuantes – e muitas vezes concomitantes a outros vínculos trabalhistas – e obtém renda média um pouco acima do salário mínimo, como demonstra a Figura 3 a seguir.

Figura 4 - Rendimento médio mensal real das pessoas ocupadas por condição de trabalho por meio de plataforma digital de serviço no trabalho principal



Fonte: IBGE, 2023.

Conhecendo melhor a face desse tipo de trabalhador, compreendemos que o trabalho digital assume uma dupla função: expandir as taxas de extração da mais-valia sem dúvidas é a principal, mas não podemos também deixar de assentir que é preciso acomodar em algum lugar esse imenso contingente populacional desalentado, sob riscos de fraturas na sempre tão instável hegemonia burguesa. Diversos pesquisadores no Brasil e no mundo vêm se esforçando para descrever essa nova *morfologia do trabalho*

(Antunes, 2018) como efeito da recomposição burguesa frente às crises do capitalismo, em especial, a crise de 2008.

A expansão digital também serve como ampliação de mercado que, para ocorrer, necessita de um aprofundamento da condição de alienação do trabalhador do conjunto de sua classe. Se, nos primórdios da era toyotista, a produção de mercadorias passou a ser afinada com a demanda por elas – produção *just-in-time* –, com a expansão do trabalho digital e da plataformização, o trabalhador, ele mesmo, é um trabalhador *just-in-time* (Abílio, 2020), demandado e remunerado na medida da necessidade. Assim, todos os poros e interstícios inerentes a uma jornada de trabalho não são pagos, ainda que esse trabalhador esteja inteiramente disponível para a plataforma. Ainda de acordo com a autora, destacamos que

a uberização consolida a redução do trabalhador a um trabalhador *just-in-time*, a um *autogerente subordinado*, que arca com os riscos e custos de sua própria produção sendo utilizados na exata medida das demandas do mercado [...]. Não se trata apenas de mais um passo na eliminação de direitos: trata-se da redução do trabalhador a um fator de produção que deve ser usado na exata medida das demandas do capital. (Abílio, 2020, p.112, grifo da autora)

Moldado o quadro social e de gênero do trabalho plataformizado e dos sujeitos desse trabalho, bem como das exigências que giram em torno dessa dinâmica e de que tipo de expectativas se exigem dele, temos as bases para a compreensão da escola como um espaço privilegiado para a formação desse sujeito que tanto será o trabalhador plataformizado do futuro quanto o consumidor dos serviços prestados por elas. Assim, temos essa dupla dimensão da importância da escola na sedimentação da hegemonia do capitalismo na era digital: formar e conformar.

A atualização da pedagogia política da burguesia em torno do trabalho digital e plataformizado passa pela escola, formando e conformando estudantes e profissionais da educação. A rotina escolar, já acentuadamente orientada pela via gerencialista, vem passando pela repaginação digital e precisa contar com o engajamento de todos os atores sociais nela atuantes. Tal necessidade exige uma intervenção de caráter estrutural e fortemente impositiva, gerando efeitos que se desdobram para a saúde laboral e sobrecarga dos professores e estudantes.

A próxima seção pretende avançar sobre o debate da plataformização nas escolas públicas, uma vez identificada como espaço privilegiado de construção da hegemonia burguesa, bem como seus desdobramentos sobre o trabalho pedagógico e a saúde mental de professores e estudantes. Também pretendemos jogar luz sobre como os mecanismos

de privatização também se espraiam pelas políticas de plataformização do trabalho pedagógico, discutindo como a gestão escolar é uma importante via de assentamento do consenso sobre esse trabalho.

2.3.2 Plataformização e educação digital na educação pública brasileira

A utilização de plataformas digitais nos espaços de ensino formal vem se tornando uma realidade cada vez mais presente no cotidiano das escolas, ainda que o Brasil seja um país relativamente atrasado nessa introdução, em comparação com países do centro do capitalismo. Partindo da hipótese ora levantada, de que a privatização digital cumpre a dupla função – de privatização da educação pública e de moldar comportamentos –, podemos localizar a ampla mobilização empresarial em torno da produção de *startups* voltadas para a incorporação das TICs nas escolas, as quais ficaram conhecidas pelo seu acrônimo da língua inglesa, as *EdTechs* (*Educational Technologies*).

Ainda de acordo com Saura *et al.*, temos que:

A transformação digital da educação é, em si, uma expressão ambígua e ampla composta de dois processos: digitalização e datificação. A digitalização pode ser entendida como a implementação de qualquer tecnologia digital que seja incluída nos processos, práticas e políticas educacionais. A datificação, por sua vez, refere-se aos modos como as práticas, comportamentos e ações educacionais produzem conhecimento e informação digital por meio de sua transformação em dados. (Saura *et al.*, 2024 p. 2)

Em um primeiro movimento, identificamos que a plataformização atendeu mais ao trabalho da gestão escolar com a substituição progressiva do material burocrático físico para o digitalizado, em um processo que vai ao encontro da lógica gerencial para o ambiente escolar e que preza pela suposta eficácia dos moldes empresariais. Entretanto, o que se aprofunda desde a pandemia é justamente a consolidação das *EdTechs*, modalidade de plataformas educacionais que se dedicam às chamadas soluções educacionais, incidindo muito fortemente sobre o currículo e metodologias pedagógicas.

A presença de plataformas educacionais não é uma novidade aportada no Brasil a partir de 2020 pelas estratégias de ensino remoto, uma vez que elas já existiam e ocupavam espaço anteriormente nos sistemas públicos de ensino. Como exemplo, recorremos aos dados de García e Adrião (2023) que mapearam a presença da plataforma educacional da *Google* lançada em 2014, a ferramenta *Classroom*, que em 2020 já era conveniada com mais de 70% dos estados brasileiros, conforme demonstra o quadro abaixo, que destaca os recursos contratados do *Google* pelos governos dos Estados e do Distrito Federal.

Quadro 3 - Convênios entre estados da federação e a plataforma Google

Estado	2020	2021	Recurso conforme declarado
Amazonas	Não	Sim	<i>Google Sala de Aula</i>
Acre	Sim	Sim	<i>Google Classroom</i>
Amapá	Não	Não	_____
Roraima	Não	Sim	<i>Google Classroom e Meet</i>
Rondônia	Sim	Sim	<i>Google Classroom</i>
Pará	Sim	Sim	<i>Google for Education</i>
Tocantins	Não	Não	_____
Alagoas	Sim	Sim	<i>Google sala de aula</i>
Bahia	Sim	Sim	<i>Google sala de aula</i>
Ceará	Sim	Sim	<i>Google sala de aula</i>
Maranhão	Sim	Sim	<i>Google sala de aula e meet</i>
Paraíba	Sim	Sim	<i>Google sala de aula</i>
Pernambuco	Sim	Sim	<i>Google for Education</i>
Piauí	Não	Sim	<i>Google sala de aula e meet</i>
Rio Grande do Norte	Sim	Sim	<i>Google for Education</i>
Sergipe	Sim	Sim	<i>Google Sala de Aula</i>
Mato Grosso	Não	Sim	<i>Google for Education</i>
Mato Grosso do Sul	Sim	Sim	<i>Google Sala de Aula</i>
Goiás	Sim	Sim	<i>Google Sala de Aula</i>
Distrito Federal	Sim	Sim	<i>Google Sala de Aula</i>
Espírito Santo	Sim	Sim	<i>Google for Education</i>
Minas Gerais	Sim	Sim	<i>Plataforma Google</i>
Rio de Janeiro	Sim	Sim	<i>Google Classroom</i>
São Paulo	Sim	Sim	<i>Google for Education</i>
Paraná	Sim	Sim	<i>Google Classroom; Google Meet</i>
Santa Catarina	Sim	Sim	<i>Google Sala de Aula</i>
Rio Grande do Sul	Sim	Sim	<i>Google Sala de Aula</i>

Fonte: García; Adrião, 2023, p. 93.

Até a pesquisa divulgada no ano de 2023 pelas autoras, apenas dois estados brasileiros – Amapá e Tocantins – não possuíam nenhum tipo de convênio com o governo estadual. Isso demonstra que esses atores do grande empresariado global já estavam presentes na mediação da educação dos jovens em um momento tão delicado para a educação quanto o período vivido desde a pandemia. Nesse sentido, as estratégias de dataficação e comoditização, peculiares dessa nova etapa de acumulação capitalista, já estavam se consolidando com significativa facilidade nessa frente fundamental aos interesses do capitalismo de uma forma geral, além de representarem possíveis mercadorias capazes de gerar lucro a partir do fundo público.

Ainda que a plataforma *Classroom* – a exemplo de tantas outras – tenha tido um *boom* de acesso e utilização no auge do isolamento, justamente porque favoreceu os encontros remotos, o uso dessa ferramenta pelos gestores do sistema público de ensino

não foi abandonado mesmo depois do fim da emergência sanitária, dado que essa ferramenta pode servir de substrato para o avanço da Educação à Distância, ou até mesmo para a implementação de novas modalidades de ensino, como a Educação Híbrida²⁷.

Em um segundo momento do processo de privatização escolar, que se complementa ao primeiro, observamos o movimento mais incisivo sobre o currículo e as metodologias pedagógicas, muito em função da lacuna deixada pelo isolamento social na aprendizagem durante a pandemia. O Brasil tem problemas históricos na consecução das garantias educacionais à sua população, problemas esses que ensejam debates profundos e que organizam a luta pelo direito à educação dos mais variados atores sociais. Nos últimos anos, porém, vem ganhando força a tese de que a solução de todos esses problemas passa necessariamente pela mediação tecnológica, abrindo espaço para que as *EdTechs* penetrem no imaginário do conjunto da sociedade como o próprio horizonte da qualidade e equidade dos serviços educativos.

Como forma de melhor compreender os movimentos do segmento empresarial construtor de *EdTechs* dedicados a investir sobre a educação a partir das chamadas soluções educacionais, recorreremos aos dados divulgados pelo CIEB²⁸ (Centro de Inovação da Educação Brasileira), uma das principais *hubs* de educação e tecnologia do país que vem promovendo uma verdadeira investida sobre a sociedade civil e política para a construção do consenso sobre o que discutimos ser os *imaginários sociotécnicos mercantilistas* apontados por Saura, Cancela e Parceriza. De acordo com os autores (2023, p. 22), esses imaginários “são as imagens econômicas e políticas projetadas pelos atores políticos privados da indústria tecnológica [...] que têm como objetivo fazer os novos mercados tecnológicos mais atrativos”.

²⁷ Essa modalidade de ensino já encontra amparo legal desde o governo Bolsonaro, a partir da portaria 865, de 8 de novembro de 2022, que prevê a instituição da Rede de Inovação para a Educação Híbrida e de um Observatório Nacional da Educação Híbrida. Cabe ressaltar que o movimento pela instituição da Educação Híbrida tem sido transversal aos governos Bolsonaro e Lula, o que demonstra que o Ministério da Educação vem sendo sequestrado pelos atores da frente social-liberal (Todos Pela Educação), grande defensor da proposta.

²⁸ Abordaremos novamente o CIEB no capítulo 4, ao discutirmos sobre quando este agente privado estabeleceu parceria com o Grupo Globo e a Fundação Roberto Marinho para a realização da primeira edição do Festival LED.

O relatório *Guia Edutech*, lançado no final do ano de 2022, traz dados importantes sobre o nível de adoção de tecnologias na educação pública brasileira²⁹. Esse relatório é estruturado em quatro dimensões – *visão, competência, recursos educacionais digitais e infraestrutura* –, cada qual explorando uma vertente do debate sobre a implementação das TICs no âmbito das escolas públicas brasileiras. Sobre essas dimensões, explica o relatório:

Uma escola que possui visão estratégica e planejada para o uso da tecnologia na educação, expressa em seu currículo e nas práticas pedagógicas, com gestores/as e docentes com competências digitais desenvolvidas, com recursos educacionais digitais selecionados e alinhados ao currículo, e com a infraestrutura adequada. Com isso, é capaz de oferecer ensino híbrido, integrando momentos presenciais e online, utilizando tecnologias digitais para ampliar o tempo, o espaço e o ritmo de aprendizagem dos/as estudantes. (CIEB, 2022, p. 12)

Esses quatro parâmetros alinham as expectativas sobre as escolas para que haja uma massiva alfabetização digital, oriunda de uma necessidade autoidentificada – na medida em que são as próprias escolas e sistemas de ensino que responderam o questionário –, de forma que sejam esses mesmos atores agentes de uma conformação baseada no solucionismo tecnológico, ideologia que preconiza a superação dos problemas de aprendizagem pela preponderância da via tecnológica. Outro ponto importante destacado pelo relatório é o horizonte assentado no ensino híbrido, modalidade essa que abrigará todo o volume de parafernálias tecnológicas que estarão disponibilizadas no mercado.

A Figura 4 a seguir oferece uma síntese dos resultados encontrados na análise dos dados obtidos via questionário aos diretores. Nela é possível observar como as dimensões do uso de tecnologias é incorporado pelas unidades escolares a partir de quatro parâmetros: emergente, básico, intermediário e avançado.

Figura 5 - Resultado da pesquisa realizada sobre o grau de utilização de ferramentas tecnológicas pelas escolas públicas

²⁹ Uma importante observação sobre a coleta de dados dessa pesquisa se deve ao fato de ela ter tido suporte do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) digital, um programa do Governo Federal. Os profissionais da educação tinham acesso ao formulário via *website* do programa. Dessa forma, observamos uma cooperação direta entre o Ministério da Educação – ainda no governo Bolsonaro – e o CIEB. O relatório foi construído com a participação de 104.219 escolas (CIEB, 2022), o que equivale a 75% das escolas públicas brasileiras, revelando um amplo alcance dessa pesquisa suportada pelo Ministério da Educação.



Fonte: CIEB, 2022, p. 19.

A primeira constatação do relatório aponta o gargalo da *infraestrutura* ao acesso de equipamentos e, principalmente, a questão da conectividade. São dados como esses que subsidiam e fortalecem o estabelecimento de políticas públicas como a que deu origem à lei 14180/2021, a Política de Inovação Educação Conectada, e aos movimentos institucionais e privados de acompanhamento da expansão das políticas de conectividade nas escolas, como as que subsidiaram esse relatório. Para esses atores, a infraestrutura é o primeiro problema a ser superado, porque sem a garantia de que todas as escolas tenham conexão de internet e computadores atualizados, é impossível prosseguir com o projeto de avanço da privatização digital sobre a educação pública. De acordo com o relatório,

A secretaria de educação não disponibiliza política de uso de equipamentos e acesso à internet, e, por sua vez, a escola não possui regulamento para esse fim. O acesso à internet é limitado à equipe administrativa que compartilha em um computador. Docentes e estudantes não possuem acesso a dispositivos para uso pedagógico. (CIEB, 2022, p. 20)

A linha adotada por esses agentes é a da responsabilização dos sistemas educacionais pela inclusão de infraestrutura digital, o que em um primeiro momento nos parece claro. Entretanto, aquilo que precisa ser iluminado é a dinâmica de interesses nesse amplo mercado, praticamente inexplorado. Enquanto intelectuais coletivos, o CIEB traça seus próprios parâmetros do que seja uma escola com infraestrutura adequada e, pela natureza das relações entre público e privado na dinâmica das novas formas de privatização escolar, esses parâmetros passam a nortear as políticas públicas, como mostra a Figura 6:

Figura 6 - Parâmetros que norteiam as políticas públicas.

	Nível emergente	Nível básico	Nível intermediário	Nível avançado
Estudante	Nenhum dispositivo ou uma proporção maior que 8 estudantes por dispositivo	8 estudantes por dispositivo (uso semanal)	5 estudantes por dispositivo (uso 2x na semana)	2 estudantes por dispositivo (uso diário)
Docente	Não há equipamento disponível	01 equipamento para cada 08 docentes por turno.	01 equipamento para cada 05 docentes por turno	Cada docente possui 01 equipamento

Fonte: CIEB, 2022, p. 48.

Assim, de acordo com essa organização, para que o Brasil possa ser reconhecido como um país avançado na utilização de infraestrutura digital, é necessário que docentes e discentes tenham acesso a dispositivos quase que individualmente, em frequência diária, sedimentando as bases de uma real e consistente abertura de mercado pela via institucional. Isso significa dizer que esses agentes encontram no Brasil as condições ideais para a aposta no setor, o que pode se dar pela via institucional, como aponta o relatório, mas também pela construção de consenso, algo do que falaremos mais adiante.

Ainda que o gargalo infraestrutural seja apontado como o mais sensível, os demais índices também merecem atenção, de acordo com o CIEB. Na escala por eles apontada, os *Recursos Educacionais Digitais* (RED) também se mostram enquanto uma limitação que precisa ser corrigida via pactuação institucional com as empresas de tecnologias educacionais. Esses RED são propriamente os *softwares* educacionais, as verdadeiras mercadorias a serem massificadas no cotidiano escolar. De acordo com o CIEB, nesse quesito, as escolas brasileiras ainda estão em patamar básico, o que significa que

é necessário identificar as demandas pedagógicas e administrativas no sentido de realizar uma curadoria responsável, com seleção e organização adequadas. As secretarias de educação podem, ainda, considerar as preferências das escolas para verificar as possibilidades de aquisição de RED de forma conjunta. (CIEB, 2022, p. 40)

Do mesmo modo como se faz no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), os profissionais das escolas são estimulados, a partir desse parâmetro, a realizar a curadoria das ferramentas e aplicativos a serem utilizados, o que pode aumentar as expectativas de concorrência entre as empresas, com o estímulo à expansão desse tipo de negócio em larga escala. Além disso, a implantação massiva de tecnologias digitais, descolada de uma legislação que garanta o sigilo e privacidade no uso de dados, também

coopera para o incremento do mercado datafocado com a pavimentação de nichos de mercados derivados.

Na avaliação sobre competências digitais, é mensurada a capacidade de manejo de tecnologias digitais pelo conjunto dos profissionais de educação, o que também ensinaria o estabelecimento de parcerias com as mesmas empresas, de forma a garantir a proficiência digital e tecnológica dos agentes de manejo desses aparatos. Esse descritor ensina abordar o debate da educação tecnológica dos profissionais da educação, na medida em que são os principais intelectuais difusores da ideologia solucionista, ainda que ajam sem completa consciência dos serviços prestados.

Os professores e demais profissionais da educação são insistentemente avaliados pelo conjunto da sociedade como corresponsáveis (junto aos governos) pelo fracasso escolar. Isso ocorre, em grande medida, porque os docentes seriam supostamente malformados, ensinando a prática assediadora da formação continuada. Não é que seguir estudando e se qualificando seja desimportante, o problema reside no fato de que esse profissional só consegue prosseguir sua formação continuada quando esta é oferecida e estimulada – com abono de ponto, por exemplo – pelos gestores do sistema educacional. O profissional que deseja seguir se especializando com algum grau de autonomia precisará enfrentar mais uma jornada de trabalho acadêmico, sem grandes estímulos, muitas vezes sofrendo assédio de toda ordem e tendo sua capacidade de produção intelectual reduzida.

Entretanto, na perspectiva induzida pelos agentes da classe dominante, essas formações devem ser orientadas para as competências digitais – com toda a ordem de contradições que essa dimensão exprime – e com apoio e estímulo institucional. Esses profissionais são orientados a se formarem segundo a lógica gerencial em espaços geralmente custeados pelo poder público, com abono de ponto, sob a orientação intelectual de agentes nunca críticos. Nesses espaços, as *EdTechs* podem servir de aliados importantes dos gestores orientados para a lógica da privatização digital sem grandes questionamentos.

Esse aprendizado para o mercado, portanto, aportará na escola através de uma via privilegiada: os próprios professores. Esses profissionais são fundamentais para o avanço da privatização digital e precisam estar convencidos de que as soluções educacionais desenvolvidas pela via tecnológica realmente propiciam avanço na democratização do acesso ao novo mundo digital. Dessa forma, eles podem cooperar para a equalização das condições de aprendizado entre os estudantes, auxiliando na redução do fracasso escolar,

além de conferir a oportunidade de avanço da implementação do ensino híbrido, conforme já mencionamos em passagens anteriores.

Por fim, a dimensão da *visão* é avaliada como a mais bem assentada de todas no conjunto das escolas brasileiras analisadas, o que sinaliza que o convencimento coletivo sobre a importância das TICs na escolarização e estruturação dos currículos está se consolidando. Sobre o parâmetro da *visão*, o relatório

refere-se à percepção do potencial de uso de tecnologias digitais na educação, ou seja, como os integrantes escolares enxergam as tecnologias e seus impactos nos processos de ensino, de aprendizagem e na gestão. Essa dimensão diz respeito ainda se essa visão está expressa nas práticas pedagógicas e no currículo da rede de ensino.

De acordo com o material produzido pelo CIEB, que em grande medida fala sobre como o avanço da digitalização está sendo percebido pela classe dominante e pelos agentes de Estado – lembrando que a pesquisa foi realizada com o auxílio do FNDE via PDDE digital –, percebemos que esses agentes ainda têm bastante espaço para avanço nas estratégias de privatização digital. Tal fato ainda ensejará esforços equivalentes na compreensão desse processo, principalmente na tarefa de criar as condições possíveis para o surgimento de críticas e projetos autônomos. Sobre posicionamentos críticos, não pudemos identificar movimentos de classe massivos de disputa de consciência sobre o professorado, ainda que haja posicionamentos e movimentos incipientes pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE).

Sobre essas movimentações, ainda dispersas e bastante centralizadas na direção de alguns sindicatos, destacamos os trabalhos realizados pela entidade que representa os profissionais da educação do estado do paraná (APP-Sindicato), que não por acaso é o estado brasileiro mais avançado na implementação da plataformização e privatização das escolas. O atual governador do estado, Ratinho Junior, vem implementando políticas que avançam com as parcerias público-privadas, expandindo o uso compulsório de plataformas digitais, além do programa “Parceiro da Escola”, que visa entregar à iniciativa privada a gestão das escolas públicas.

Sobre esse processo, a APP-Sindicato produziu um importante relatório, que contou com a participação de professores de todo estado e pôde indicar em que passo anda a privatização escolar no estado. As informações contidas nesse documento ajudam a entender como essas medidas adotadas no Paraná podem ser sobrepostas a outros estados, e como a via institucional das secretarias de educação são importantes correias

de transmissão do projeto de privatização³⁰. Sobre o relatório intitulado *Percepção dos professores sobre a plataforma da educação no estado do Paraná*³¹, divulgado no ano de 2023, podemos extrair importantes informações que podem orientar a análise das formas de resistência (ou não resistência) oriundas desse contexto.

Um dos dados mais relevantes dessa pesquisa é o grau de aprovação das plataformas educacionais: 52% dos profissionais sindicalizados aprovam o uso das plataformas. Dentre os motivos alegados para esse grau de aprovação, estão: proporcionar acesso às tecnologias, auxiliar os professores nas funções pedagógicas e contribuir para a aprendizagem dos estudantes. Segundo esses profissionais, as plataformas são positivas porque adequam o cotidiano da escola para um mundo impregnado na digitalização da vida. Dos pouco mais de 40% que reprovam o uso das plataformas, os principais motivos de queixas focam na compulsoriedade de utilização. Logo, caso a forma de implementação dessa política fosse um pouco mais consensual e autônoma, é possível que os índices de aprovação subissem (APP-Sindicato, 2023).

O que esse breve recorte pode fornecer como dado empírico para a extração de conclusões que importam a esta tese é o entendimento de que a hegemonia em torno da consolidação da privatização digital escolar e da digitalização do cotidiano escolar está se assentando em bases sólidas sobre o professorado. O mais impactante nessa constatação é que esse consenso vem se consolidando sob métodos absolutamente autoritários, incluindo perseguições políticas, imposição de determinadas agendas sem o devido debate e exportação dessa agenda para o restante do país.

O empresariado tem um projeto de privatização digital claro, e o tem implementado sem grandes resistências, seja porque uma parcela significativa apoia a modalidade digital de trabalho docente, seja porque ainda não é capaz de acumular instrumentos objetivos e subjetivos para estruturar não apenas a resistência, mas o horizonte de novas possibilidades. Como já estamos observando, o aumento da

³⁰ Renato Feder foi secretário de educação do primeiro mandato do governador Ratinho Junior (2019-2022) e desde 2023 é secretário de educação do estado de São Paulo, onde vem implementando política semelhante àquelas do estado do Paraná. Outra informação digna de nota é que Feder é acionista da Multilaser, empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação que produz mercadorias educacionais fornecidas aos sistemas públicos de ensino.

³¹ A pesquisa foi realizada com 300 professores sindicalizados de todo estado do Paraná. As entrevistas foram realizadas por telefone com questões estimuladas, de respostas múltiplas e questões abertas. De todos os entrevistados, 93% já teve acesso às plataformas digitais.

exploração do trabalho tem acarretado altos índices de adoecimento e, com isso, a consequente incapacidade para organização e luta.

É apenas na medida em que a comunidade escolar enfraquece, adocece, é perseguida e assediada que se pode alijar dela a capacidade de reflexão e contraposição. Assim, o processo de plataformação compulsória deprime, adocece e mata³² professores que, por sua vez, formam o trabalhador também adoecido. É dessa forma que o neoliberalismo hoje se impõe, como um modo de produção e reprodução da vida que se sustenta a partir de um conjunto de pessoas despossuídas de sonhos de emancipação, adoecidas pela incapacidade de reação e que só podem contar com a sua capacidade de custear as medicações que tornarão a vida possível.

3.3 O processo de privatização e seus movimentos de renovação no capitalismo na era digital

O processo de transferência e exploração de bens e serviços sociais da esfera pública para a privada é o que caracteriza o fenômeno da *privatização*³³, que se

³² Neste ponto, prestamos homenagem às professoras Silvaneide Monteiro Andrade e Rosane Maria Bobato que no ano de 2025 morreram na escola, durante o expediente, após serem assediadas a garantir o engajamento de estudantes nas plataformas utilizadas pela Rede Estadual de Educação do governador Ratinho Junior.

³³ Nos mais variados eventos e debates dos quais participamos, fomos questionados acerca do porquê fizemos a opção pelo uso da categoria *privatização*, em detrimento da categoria *empresariamento* da educação, o que nos trouxe a salutar necessidade de imergir com mais qualidade em ambas as categorias para melhor fundamentar as escolhas feitas por esta autora. Motta e Andrade caracterizam o fenômeno do empresariamento como o “progressivo protagonismo assumido por frações empresariais na educação brasileira nos últimos trinta anos” (Motta & Andrade, 2019, p. 2), e partem dos mesmos referenciais teóricos e metodológicos dos quais partimos. Porém, nossa opção por utilizar a categoria da privatização veio de algumas opções teóricas e analíticas, as quais destacamos: 1) a categoria privatização é uma categoria que é capaz de descrever o movimento do nosso objeto no real, ou seja, não é ideológica; 2) não entendemos que o conceito de privatização seja contraditório com a perspectiva ampliada do Estado aportada dos escritos de Gramsci, na medida em que a unidade do conceito também apresenta as suas determinações internas, as quais definimos como *momento da mediação*, como a dialética hegeliana nos apresenta: “A coisa e o existente são imediatamente um e o mesmo. Mas, pelo fato de que a existência não é a primeira imediação do ser, mas tem nela o momento da mediação, a sua determinação como coisa e a distinção de ambos não constituem a transição, mas verdadeiramente uma análise, e a existência como tal contém no momento da sua mediação essa distinção em si, que é a diferença entre a *coisa em si* e a existência exterior” (Hegel, 1812, Cap. 1 – A Existência Concreta). Dessa forma, o momento privado – assim como o momento público – constitui a unidade do Estado no sentido ampliado enquanto um fenômeno (a coisa existente), ao mesmo tempo que mantém entre si uma tensão dialética. 3) Na medida em que nossos principais referenciais teóricos no debate da digitalização e seus desdobramentos na educação fazem uso da categoria *privatização* em seus trabalhos, dado que partimos dessa identificação na análise do nosso objeto, entendemos que o caráter científico e de rigidez teórica do nosso trabalho não seria prejudicado.

desenrolou como a possibilidade mais imediata de externalização da produção capitalista desde a crise da década de 1970. Ainda que esse processo tenha se desenrolado de maneiras distintas no centro e na periferia do capitalismo, sua essência se mantém no intuito de avançar sobre o fundo público, tornando em mercadorias tanto o patrimônio público quanto o pleno exercício de direitos sociais (como a educação e saúde), de modo que, assim, consiga expandir as possibilidades de valorização do valor.

O privatismo é um elemento fundamental do neoliberalismo, essa modalidade do capitalismo que radicaliza a presença do setor privado em todos os âmbitos da vida. Desde o estado estrito até a sociedade civil, a difusão de uma ideologia que comporte a noção de *privatização da vida* culminou na ampla aceitação da existência de um empresariado moralmente elevado, que questiona sistematicamente as capacidades do Estado em garantir um equilíbrio estável entre políticas monetárias e fiscais – ou, em outras palavras, condições para o lucro do setor privado – e a ampla concessão de direitos sociais. Nesse sentido, o grande empresariado em nível mundial está alinhado ao longo das décadas, tanto para garantir as condições de possibilidade do incremento permanente das suas taxas de lucro quanto para o estabelecimento da paz social em um cenário de estabilidade necessário para as trocas no mercado.

Assim, os interesses do grande empresariado na educação pública, que atende a classe trabalhadora mais pauperizada, não são difusos e, na realidade brasileira, são bem representados pelo Movimento Todos Pela Educação³⁴, na frente que qualificamos como *social liberal*³⁵. Essa Frente representa os interesses do grande empresariado brasileiro e concentra significativa capacidade técnica e política para a implementação da agenda de seus interesses, seja nos espaços institucionais, seja na propaganda midiática, travestindo esses interesses particulares em geral. Além disso, são os principais tradutores da agenda dos interesses do grande capital para a educação pública brasileira.

Em tempos recentes, a privatização tem na frente digital um amplo espaço de ocupação, seja pela extensividade do uso de plataformas digitais, seja pelo

³⁴ Descreveremos com maior propriedade o MTPE no capítulo 3 desta tese.

³⁵ Partimos da fundamentação de Rodrigo Castelo, para quem o social-liberalismo é uma “variante ideológica do neoliberalismo, que surgiu para recompor o bloco histórico neoliberal dos pequenos abalos sofridos pelo capitalismo durante a crise conjuntural dos anos 1990” (2013, p. 27). Castelo, ainda, destaca: “De acordo com essa visão, não haveria uma disputa estabelecida entre liberalismo e socialismo pela supremacia, com choques e lutas entre as ideologias, mas sim uma tentativa de construção de um meio-termo no qual as duas concepções de mundo pudessem ter suas aspirações e interesses plenamente representados em uma suposta nova síntese” (*ibid.*).

estabelecimento de novas formas de existência e remodelação de espaços e tempos em decorrência do uso massivo das redes sociais. A ampla e acrítica aceitação coletiva do ideário empresarial na vida resulta de décadas de construção de um consenso privatista, que tem na figura do empresário bem-sucedido – hoje também transmutado na figura do *influencer* digital – o próprio arquétipo humano, centro de toda busca subjetiva por amparo e sucesso profissional.

Na esteira do expansionismo empresarial em relação à formação subjetiva do trabalhador – que mobiliza também uma expansão do consenso generalizado sobre as formas de privatização, em última instância, do fundo público –, observamos que a educação formal vem sendo um importante espaço de disputa ao longo das décadas de neoliberalismo global. Assim, cabe-nos melhor compreender de que maneira a lógica privatista vem invadindo o espaço-tempo escolar, com o intuito de remodelar a formação de docentes e discentes, impactando a capacidade coletiva de assimilação das permanentes reformulações da dinâmica capitalista e sua busca incessante por lucro.

O debate sobre privatização escolar pode ser apreendido por diversas abordagens, porém, a que mais se aproxima das referências teóricas e metodológicas que apontamos nesse trabalho é a abordagem trazida por Saura (2023), que trabalha com o par dialético formado pela privatização de dois tipos: *analógico* e *digital*. Desse modo, é possível destacar que a de tipo analógico trata das formas mais conhecidas e debatidas ao longo do tempo, que discorrem sobre as intervenções mais clássicas do gerencialismo e privatismo no espaço escolar. A de tipo digital, por sua vez, é aquela que se faz por meio da mediação das TICs, impactando sobremaneira a dinâmica do espaço-tempo escolar. Esse tipo de privatização foi aprofundada no Brasil a partir da pandemia da covid-19. Trataremos melhor sobre cada uma dessas modalidades de privatização nas seções a seguir.

2.2.1 Privatização escolar analógica

A privatização escolar não é uma temática nova nos estudos sobre a evolução das políticas públicas para a educação brasileira. No rastro das mais diversas normativas tácitas impostas aos Estados em desenvolvimento pelo receituário neoliberal do Consenso de Washington, a educação brasileira, ainda no seu processo embrionário de democratização, foi sequestrada por uma agenda alheia aos interesses mais centrais da população subalternizada. Esses interesses, que vinham sendo discutidos por décadas pelos movimentos sociais ligados à democratização efetiva da educação como um direito,

foram substituídos por uma agenda focada em expressar os interesses mais imediatos da grande burguesia em nível global.

De acordo com Adrião e Garcia (2015, p.437), existem cinco aspectos do cenário empresarial que caracterizam uma transposição dos manuais gerenciais para uma nova dinâmica escolar. São eles: 1) incentivo à participação dos professores na elaboração de seu próprio trabalho³⁶; 2) incentivo à autonomia das esferas hierarquicamente inferiores; 3) descentralização; 4) introdução de instrumentos de avaliação externa; 5) realocação de espaços de formação docente.

Essa forma “clássica”³⁷ de privatização vem cumprindo um papel importante para a expansão dos grupos e agentes privados sobre o cotidiano escolar, incidindo sobre a rotina, currículo, trabalho docente e processos avaliativos e mensuração quantitativa. De acordo com Saura, Cancela e Parceriza (2023, p.12), essa investida que se constrói há décadas e que tem na virada neoliberal sobre o Estado seu marco fundador pode ser compreendida como *privatização analógica*.

Ainda na categorização dos marcos mais fundamentais das formas pioneiras (e que se seguem aos dias de hoje) de privatização escolar, os autores distinguem dois modos de privatização analógica, uma como *exoprivatização* e outra como *endoprivatização* (Saura *et al.*, 2023, p. 13). A primeira remete-se e tenta analisar os movimentos dos grupos empresariais no flanco educacional da guerra de posições³⁸, os produtos, serviços e processos gerenciais que são espalhados para as escolas públicas, bem como as

³⁶ Ainda que a propaganda do uso indiscriminado das inteligências artificiais prometa realizar todo o trabalho burocrático do professor, bem como a de elaboração dos materiais de trabalho, a curadoria humana de todo esse conteúdo produzido é imprescindível. Assim, os professores seguem em dinâmica de elaboração do próprio trabalho, que vem sendo aprofundado pela introdução massiva de tecnologias digitais nas escolas.

³⁷ Inserimos aspas em *clássica* porque identificamos novos movimentos privatizantes após as eleições de 2022, mais especificamente no estado de São Paulo, que vem inaugurando uma nova forma de privatização analógica, a saber, a de tornar a própria escola um ativo a ser capitalizado. O projeto Novas Escolas prevê, só em 2025, a licitação para a construção e manutenção de 33 escolas pela iniciativa privada, cuja contrapartida é a administração de toda a atividade não-pedagógica, isto é, a que envolve o recebimento e gestão das verbas públicas (Estado de São Paulo, s.d.). Esse é um processo novo, e não temos a pretensão de esgotá-lo neste trabalho, mas sim apontar que o fenômeno da privatização analógica não estabelece uma relação de precedência e esgotamento cronológico com a privatização digital, de modo que podem, portanto, acontecer concomitantemente.

³⁸ Extraímos o conceito de “guerra de posições” da obra de Gramsci, para quem as democracias liberais modernas acumulam força e capital em tempos de paz, através de movimentos estratégicos que acabam por eclodir nos flancos das batalhas da guerra de enfrentamento clássicos propriamente ditos. É o modelo das guerras dos países imperialistas do século XX (primeira e segunda guerra).

articulações intraclasse e com o aparelho de Estado para a viabilização de suas iniciativas.

A subcategoria endoprivatização, por sua vez, nos permite compreender como a lógica privatista tem se inserido no cotidiano escolar de forma orgânica, destacando como a comunidade escolar vem assimilando e refletindo a hegemonia. Essa dinâmica envolve “ênfase nas lógicas de ação, nas tarefas e nas práticas cotidianas que são incorporadas na escola pública por meio de processos que emulam o setor privado” (Saura *et al.*, 2023, p. 13). Além disso, podemos destacar que essa categorização também pode ser uma importante ferramenta de análise dos processos de competição e ranqueamento entre as escolas e sistemas educativos, que possibilitam a instituição de sistemas de bonificação (como o pagamento de um 14º salário, praticado pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro) e estruturando desequilíbrios entre as unidades escolares.

A categoria da privatização de tipo analógico, tanto na modalidade exo quanto endodigital, tem sido mobilizada metonimicamente na maior parte dos trabalhos que identificamos que estudam os processos de privatização escolar. Fazemos essa caracterização porque é muito difundida uma ideia específica de privatização, restando um “vazio” interpretativo das suas atualizações. Entretanto, as novas formas de privatização demandam a ampliação da análise dessa categoria, exigindo maior clareza nas modalidades digitais de apropriação da escola e da dinâmica de ampliação intramuros da escola.

Após a pandemia da covid-19, identificamos com mais clareza no Brasil uma invasão digital sem tanta resistência por parte da comunidade escolar, que sempre teve no professorado a última linha de resistência contra a digitalização, seja por compreensão dos riscos que a massificação das tecnologias de forma acrítica apresenta, seja para evitar o sobretrabalho. Porém, o senso de urgência imposto pela pandemia não deixou alternativas frente à necessidade da manutenção do contato com os educandos. Assim, vemos claramente como a pandemia teve um papel catalisador para essa alfabetização digital compulsória que está em curso no Brasil. Portanto, nos resta a tarefa de compreender esse processo como algo estruturante da educação brasileira nos próximos anos.

2.2.2 Privatização escolar digital

Partimos da contribuição de Saura *et al.* (2023, p.14) para melhor compreendermos as justaposições das dinâmicas digitais sobre as formas de privatização analógica, compreendendo que a partir de 2020 encontramos uma situação de aprofundamento da incorporação tecnológica. Se anteriormente era a gestão escolar o principal substrato da privatização de tipo digital, com a massificação das plataformas de gerenciamento e controle do trabalho, atualmente, experimenta-se que todas as dimensões do processo de escolarização são o horizonte.

Saura *et al.* (2023, p.14-28) destaca quatro dinâmicas de privatização digital que são observáveis no aprofundamento das disputas de hegemonia: 1) Novas formas de governança pública global; 2) Mercados tecnoeducativos; 3) Imaginários sociotécnicos; 4) Endoprivatização educativa digital. Esses quatro componentes analíticos agregam unicidade a uma ação privatista aparentemente disforme, seja porque ainda são recentes e carecem de volume de estudos descritivos e analíticos, seja porque a forma de atuação desses setores apresente descompasso entre suas intenções e ações.

Ao tratar sobre *novas formas de governança pública global*, os autores entendem que as reformulações das redes de governança global, administradas em última instância pela classe dominante, a depender das necessidades do processo acumulativo, orientam os atores econômicos e sociais nas direções que lhes convêm, sendo, portanto, a ponta de lança dos processos privatizantes sobre a educação. Sobre elas,

As redes políticas de governança digital são novas formas de governo compostas por conjuntos de atores políticos humanos (corporações de tecnologia, bancos, organizações internacionais, *think tanks*, fundações filantrópicas, lobbies, empreendedores, *startups*, *edu-business*...) e atores políticos não humanos (softwares, aplicativos, plataformas digitais e uma infinidade de ferramentas tecnológicas baseadas em *big data* inteligente, Inteligência Artificial, etc. [...]) que se unificam e trabalham conjuntamente para pensar, decidir, configurar e pôr em prática as políticas educativas que estão transformando a escola por dentro. (Saura *et al.*, 2023, p. 15)

Essas redes de governança global apostam no solucionismo tecnológico como elemento ideológico mais preponderante de suas investidas, oferecendo suporte político – podendo, inclusive, compor conselhos, ministérios, secretarias de educação etc. – e técnico. A prerrogativa do solucionismo tecnológico em voga é que a mediação tecnológica na educação pode oferecer saídas para os problemas educativos contemporâneos, principalmente sobre as questões de defasagem na aprendizagem e formação de competências digitais.

Os *mercados tecnoeducativos* expressam as mais novas tendências de mercantilização de um capitalismo digital e plataformizado no campo da educação escolar. Mecanismos de dataficação e coleta de dados possibilitam quantificar o trabalho docente, os índices de aprendizagem, horas de acesso ou qualquer outra informação passível de extração cujos dados podem ser comercializados ou utilizados pelas empresas portadoras das patentes da forma como desejam. Assim, existe um compartilhamento compulsório – e que em grande parte das vezes escapa dos mecanismos legais de regulação de dados – de informações que emergem do trabalho escolar que garante que os agentes privados possam ser formuladores de políticas públicas ou ações de propaganda de cunho privatizante.

Essas ações privatistas – gestadas a partir de dados que são acessados de forma privilegiada por meio da atividade dos educadores e estudantes às novas formas de trabalho digital – cooperam de forma sinérgica para o avanço da construção do consenso sobre a privatização digital das escolas, na medida em que apontam para a formação de jovens alfabetizados digitalmente. Esses jovens, como futura força de trabalho, chegam ao mercado instrumentalizados nos conhecimentos e competências digitais, sendo também os futuros consumidores.

Dos *imaginários sociotécnicos* compreende-se o conteúdo ideológico enformado pelas redes de governança. É o que de fato seduz e atrai nas utopias digitais, em que são depositadas as esperanças de revoluções e de avanços coletivos a partir das soluções plataformizadas. Sobre os imaginários sociotécnicos, temos que:

A inovação tecnocientífica constantemente demandada pelo desenvolvimento capitalista obriga a geração de novos imaginários para projetar e materializar as mudanças econômicas e políticas necessárias para levar a cabo as reformas educativas globais. [...]. Por imaginários sociotécnicos, costuma-se compreender os avanços da ciência e da tecnologia que conformam “visões de futuro desejável” sustentadas “coletivamente”, que se estabilizam nas instituições e expressam modos de vida e “ordem social compartilhada”. (Saura *et al.* 2023, p. 21)

Saura *et al.* (2023) ainda descrevem dois tipos diferentes de imaginários sociotécnicos: os imaginários sociotécnicos *programáticos* e os *mercantilistas*. O primeiro trata de um movimento de agenda global da nova governança que reforça a conexão entre digitalização e trabalho (Saura *et al.*, 2023, p. 22) e o caráter disruptivo e revolucionário da Inteligência Artificial nesse contexto. O segundo tipo, por sua vez, parte da investida dos atores globais não humanos, mais especificamente as *Big Techs*, com a

propaganda de sua tecnologia sobre as escolas, que revela uma forma bastante peculiar de promoção do fetichismo tecnológico.

A *endoprivatização digital*, assim como na sua vertente analógica, é o produto mais bem-acabado da investida privatizante, porque resulta no sucesso efetivo da construção dessa hegemonia, agora mediada e intensificada pelas plataformas educacionais. São os mecanismos de endoprivatização digital que garantem que o gerencialismo, o controle do trabalho docente e a mercantilização da educação, dentre tantos outros elementos já abordados, repercutam na escola e se infiltrem, se mesclam, tornando a comunidade escolar ativamente cooperativa.

Ao longo do tópico em que levantamos uma discussão sobre a categorização do conceito de privatização, intentamos expandir sua análise para a compreensão de suas morfologias atualizadas, isto é, procuramos entender como o componente da digitalização renova os modos de investida sobre a escola, tornando-a um espaço seguro para a formação de um sujeito sobre as prerrogativas neoliberais, de forma a destacar a mercadologização do próprio cotidiano escolar, a partir da coleta e venda de dados, bem como evidenciar a mercantilização de mil e uma plataformas digitais.

À despeito de as formas analógicas de privatização encontrarem mais resistências nas fissuras deixadas pelo grande empresariado sobre a escola, a privatização digital, ao contrário, tem encontrado um caminho fértil por onde percorrer. A comunidade escolar vem aceitando uma educação mediada pelas TICs sem polêmicas, como algo natural da evolução da própria sociedade. Assim, entendemos como uma ação como Movimento LED, objeto empírico do nosso trabalho, pôde surgir e pautar o debate público sobre educação no Brasil, justamente porque trabalha sobre as premissas aqui abordadas e que serão mais propriamente aprofundadas no capítulo 4.

4 INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E PLATAFORMAS: OS EIXOS DA RENOVAÇÃO DA PEDAGOGIA EMPRESARIAL DA FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO ENQUANTO ELO DA CORRENTE EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO

Nos capítulos anteriores, intentamos estabelecer uma relação entre a atuação da burguesia na construção de suas pedagogias políticas e o processo de avanço das mais diversas formas de privatização da educação pública em curso no Brasil. No presente capítulo, propomo-nos a imergir no trabalho da Fundação Roberto Marinho para melhor compreender qual é o seu papel específico nessa dinâmica.

Entendemos que os mais variados Aparelhos Privados de Hegemonia que atuam sobre a educação brasileira o fazem a partir de uma agenda de interesses, obviamente privados, que emergem das orientações mais gerais dos grandes fomentadores de crédito e dos intelectuais orgânicos da burguesia em nível global. Entretanto, nossa hipótese sobre esse aspecto repousa sobre a ideia de que essa atuação obedece uma espécie de divisão do trabalho que organiza os APHs da burguesia em diferentes segmentos, a fim de que haja uma melhor implementação das orientações mais gerais.

Nessa rede intrincada de organizações, que nem sempre revela seus interesses privados, precisamos ir além do que está dado, sem perder do horizonte as bases conceituais e metodológicas que referenciam este trabalho. Primeiramente revelamos, a partir de Bianchi (2006), a existência um associativismo burguês na educação que é sistematizado pelos empresários, intelectuais e demais figuras que orbitam as grandes organizações empresariais. Configurada esta relação umbilical, será necessário destacar qual é o papel específico de dois agentes fundamentais para este trabalho: o Todos Pela Educação (TPE) e a Fundação Roberto Marinho (FRM).

Ainda que o Todos não seja um objeto específico desta tese, entendemos ser importante dedicar um esforço de síntese para a descrição do trabalho dessa importante frente porque, na medida em que seja uma organização que traduz os interesses mais imediatos daquilo que vem de fora do Brasil, acaba por ser o agente que estabelece essa divisão tácita do trabalho empresarial na educação. Portanto, não nos parece exagerado assegurar que exista uma íntima relação entre a produção do TPE e da FRM manifestada não apenas na governança institucional, mas também na afinidade de projetos de ambos os aparelhos, os quais identificamos a partir das categorias de conteúdo oriundas dos materiais de mídias digitais dessas organizações.

Dessa forma, extraímos três categorias de conteúdos que nortearão a nossa análise: *inovação, educação profissional e plataformas*, conforme explicitamos na metodologia. Essas categorias de conteúdo aparecem como convergências nos materiais digitais dos dois APHs, como os manuais e *websites*, e permitem-nos inferir uma delimitação mais clara do trabalho da FRM no sentido de avançar com o projeto privatizador da escola pública e expandir o trabalho digital e plataformizado, característico do capitalismo na era digital.

4.1 A Fundação Roberto Marinho e o associativismo burguês na educação

A compreensão do Estado de forma integral, a partir da obra de Gramsci, que, conforme demonstramos, se expressa no momento público - determinado, dentre tantos outros atributos, pela burocracia e pelo monopólio da coerção - e pelo momento privado - representado pelas organizações dos agentes privados, dentre eles, o empresariado - instrumentaliza esta pesquisa analítica acadêmica, porque nos possibilita isolar fenomenicamente a Fundação Roberto Marinho em função de compreendê-la não só como um fenômeno em si, mas também como parte de um imbricado nó de interesses privados que podem determinar os rumos das políticas públicas para a educação no Brasil. E esse nó de interesses, como a metáfora sugere, simboliza um emaranhado de organizações empresariais, nem sempre inteiramente confluentes na forma, mas organizadas em torno da agenda privatizante, o verdadeiro conteúdo da intenção e da ação empresarial sobre a educação pública.

O início dos anos 2000 evidenciou o que parecia impossível: a eleição do ex-metalúrgico do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, em sua quarta tentativa no pleito. Sem dúvidas foi um momento histórico, mas que só pôde acontecer sob as bênçãos do empresariado, esse já enraizado no governo Fernando Henrique Cardoso e institucionalizado a partir das reformas neoliberalizantes de Bresser-Pereira. Foi preciso que a chapa de Lula se apoiasse sobre os ombros do simpatizado empresário mineiro José Alencar como candidato a vice, além da fundamental Carta aos Brasileiros³⁹, que garantiu o apoio do grande empresariado no Brasil.

³⁹ A Carta aos brasileiros foi um documento em que Lula se comprometeu com a manutenção das políticas fiscais e monetárias do governo anterior e com a garantia dos contratos e da segurança jurídica. O tempo mostrou que Lula nunca foi uma real ameaça aos interesses da alta burguesia no Brasil, mas a construção desse documento alterou o humor de setores empresariais ainda claudicantes e foi um verdadeiro balde de água fria sobre os setores esperançosos nas profundas transformações sonhadas e construídas há gerações.

O primeiro governo Lula (2003-2006) criou e ampliou políticas públicas para a educação, as quais analisamos sob as lentes do método materialista histórico-dialético, que enxerga nas contradições aparentes a verdadeira expressão dos interesses de classe em jogo. Nesse bojo, um movimento fundamental foi a ampliação do antigo FUNDEF⁴⁰ para o FUNDEB⁴¹ em 2007, que ampliou o espectro do financiamento pelo Fundo para toda a educação básica (incluindo a educação infantil e o ensino médio, fases antes não contempladas) e expandiu a complementação federal de recursos em busca de melhor equilibrar a distribuição de verbas entre os territórios brasileiros.

Porém, o FUNDEF (e posteriormente o FUNDEB) foi criado com problemas estruturais, sendo o maior deles a desproporção na partilha dos impostos entre os entes federativos, já que a União possui a menor responsabilidade na complementação de recursos que compõem o fundo, sobrecarregando os estados, entes que mais contribuem (a partir do ICMS) e os que menos recebem, já que o número de matrículas no ensino médio, de responsabilidade dos estados, (o número de matrículas é um importante critério na determinação da partilha) é inferior a dos municípios. Essa pode ser uma das explicações - não é tarefa desta tese esgotar essa complexa questão - para a disparidade de salário entre docentes dos estados e dos municípios, sendo dos primeiros sensivelmente mais rebaixados que dos segundos na maior parte do país⁴².

O ensino superior também foi fortemente impactado pelas reformas estruturais do primeiro governo Lula. Houve uma sensível expansão de vagas, nas universidades públicas, a partir da Reforma Universitária (REUNI), que promoveu um crescimento histórico de matrículas e construção de novos *campi* (muitos em estruturas precárias, como a utilização de contêineres improvisados para salas de aula) e a sobrecarga de trabalho do corpo docente a reboque do maior número de matrículas nas IES. Nesse movimento, às faculdades e universidades privadas foi dado o PROUNI, um verdadeiro presente que factualmente transferiu parte importante dos recursos da educação e ampliou a renúncia fiscal para os conglomerados privados, tornando-se alguns deles o que são hoje⁴³.

⁴⁰ FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

⁴¹ FUNDEB: Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

⁴² Apesar da Lei n° 11738, também conhecida como a Lei do Piso, estabelecer patamares mínimos de remuneração para todos os profissionais do magistério desde 2008, vários estados e municípios seguem desrespeitando a lei a partir da judicialização de brechas legais que, para serem pacificadas pelo judiciário, levam anos.

⁴³ O PROUNI é um programa do governo federal que possui a finalidade de custear bolsas de estudos em faculdades e universidades privadas, “comprando” as vagas ociosas dessas instituições e garantindo não

A boa vontade das políticas públicas dos primeiros anos do governo PT com a educação superior privada, além de possibilitar a expansão quantitativa das verbas indexadas para a educação pública, catalisaram a organização empresarial em torno da pauta da intervenção privada, sendo o movimento mais importante desse processo a criação do Todos Pela Educação (TPE) em 2006. O TPE, sem dúvidas, é a mais importante frente empresarial formuladora e executora de políticas públicas educacionais na história do país, além de organizadora de sua classe, e que dispõe da Fundação Roberto Marinho⁴⁴ como uma das principais signatárias (trataremos do TPE com lentes mais ampliadas na próxima seção).

Com essa introdução, invertemos a ordem clássica de exposição e partimos da realidade concreta da forma como se apresenta para a categoria que possibilita sua análise. Isso quer dizer que, partindo da atuação do empresariado, na perspectiva do Estado Integral na materialidade, podemos compreender, junto a Bianchi (2006), como o empresariado brasileiro vem cooperando para a construção de um projeto de educação que reforça a “vocação” para a dependência e para o boicote a todo e qualquer projeto desenvolvimentista que torne o Brasil um Estado autônomo, soberano e independente dos interesses imperialistas.

Remetendo-se a Lei Geral da Acumulação de Marx⁴⁵ (2007, p.118), Bianchi (2006) se propõe a responder a uma pergunta fundamental: “O que faz com que esse fosso [ação concorrencial] seja transposto e produza ação coletiva empresarial?”. Assim, partindo de dois conjuntos de referenciais teóricos, o primeiro de Mancur Olson (1971) e o segundo de Offe e Wiesensthal (1984), denuncia o caráter essencialista de ambos. O primeiro conjunto indica o protagonismo da ação individual do empresariado e o segundo enfoca a análise sociológica das redes sociais estabelecidas entre eles.

O exame do essencialismo de Olson instou Bianchi à observação de um suposto

apenas sua saúde financeira, mas também a ampliação delas como um ativo em conglomerados gigantesco, como a Kroton e a Anhanguera (que posteriormente se fundiram, tornando-se o maior grupo de educação privada do Brasil). Além disso, subsidiou-se a expansão da modalidade EAD por esses grupos empresariais.

⁴⁴ José Roberto Marinho, herdeiro do conglomerado Globo e membro do Conselho Curador da Fundação Roberto Marinho, consta como membro fundador do Todos Pela Educação.

⁴⁵ Na lei geral da acumulação capitalista, Marx explica que a competição entre capitalistas gera uma tendência à concentração e a centralização do capital. A concorrência força os capitalistas a reduzirem custos e aumentarem a produtividade a partir da introdução de novas tecnologias e organização da produção, aumentando a composição orgânica do capital (capital constante em relação ao capital variável). Dialeticamente, a concorrência tende a ser uma ameaça para o próprio capitalismo porque leva à formação de oligopólios/monopólios, destruindo potencialmente o livre mercado (Marx, 2013).

voluntarismo da ação empresarial, no qual os empresários, cada um de acordo com seus interesses individuais, se organizam e espontaneamente estabelecem redes de atuação e de interesses afins, o que seria condição necessária e suficiente da organização empresarial. Assim, Bianchi destaca:

É a partir dessa distinção entre grupos grandes e pequenos que Olson afirma a existência de um alto grau de organização dos interesses empresariais. Fragmentada em uma série de “indústrias” (setores), a comunidade empresarial estaria dividida em frações relativamente pequenas, mas capazes de organizarem-se voluntariamente, a fim de terem o seu próprio *lobby*, influenciando fortemente os governos. Na medida em que formam grupos pequenos, constituídos por grandes unidades (as empresas), facilmente associam-se de maneira voluntária e fariam fluir “natural e necessariamente” o poder político para as mãos daqueles que controlam os negócios e as propriedades (Bianchi, 2006, p.118).

Na avaliação de Bianchi, o espontaneísmo da ação empresarial que parte da perspectiva de Olson denota que o caminho da organização privada é mediado por interesses imediatos, e deve-se mais a fatores intrínsecos à atividade empresarial de tal ou tal empresário que às dinâmicas conjunturais, sociais e econômicas que permeiam essa ação. O caráter essencialista dessa visão revela-se nas disposições “naturais” da ação empresarial, desprezando-se todas as determinações que fujam desse escopo.

Por outro lado, temos o diálogo com a obra de Claus Offe e Helmut Wessenthal (2007, p.119) que fazem o caminho oposto e apostam no espelhamento da organização empresarial a partir de uma comparação com a organização dos trabalhadores, principalmente os sindicatos. Os autores debatidos destacam três formas principais de associativismo empresarial: a firma, a cooperação informal e a associação dos empregadores. Essas formas organizacionais convergem na estrutura de organizações formais que canalizam o escopo dos interesses particulares e dão maior envergadura coesiva para os agentes do empresariado.

Tendo sido apresentados os termos sobre os quais Bianchi faz a sua crítica aos modelos de organizações empresariais entendidas como essencialistas, suas palavras sumaria-nas como:

Os indivíduos de Olson (1971) e as classes sociais de Offe e Wessenthal (1984) guardam entre si relações semelhantes ao jogo de bilhar no tabuleiro da história. São unidades sociais completamente independentes, portadoras, cada uma, de interesses e capacidades organizativas e políticas previamente definidas. Calculando, a partir de suas essências seu comportamento, seria

possível prever com exatidão posições futuras - políticas e organizativas - que essas unidades assumiriam (Bianchi, 2007, p.122).

O determinismo inerente às posturas idealistas da análise da atuação empresarial condiciona a uma espécie de “astrologia” dessa ação, sobre a qual qualquer movimentação coletiva seria previsível, cabendo ao cientista social apenas interpretá-las e predizê-las. Nota-se que a crítica de Bianchi resgata o método materialista histórico-dialético, mudando o foco para o próprio movimento, incorporando, a partir da perspectiva da luta de classes, a percepção de que o empresariado não é uma unidade e que essa ação também é permeada por disputas que manifestam as reais possibilidades de organização e de atuação coesa.

Assim, se é ao próprio movimento das coisas que precisamos posicionar a lente da análise da atuação empresarial, compreendemos, juntamente à Bianchi, que a manifestação do movimento das coisas é manifestação de relações de forças contextuais, que se dispõem, de acordo com o autor, em três momentos:

- 1) Relações de forças objetivas: diz respeito ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, ao lugar das diferentes frações do capital no processo de reprodução geral e à materialidade dos grupos sociais;
- 2) Relações de forças político-ideológicas: permitem estimar o grau de homogeneidade, autoconsciência e organização dos vários grupos sociais em três dimensões, a econômico-corporativa, a solidariedade de interesses econômicos sem relação de identidade política e a dimensão estritamente política que indica a passagem da esfera da estrutura para a superestrutura;
- 3) Relações de forças estratégicas (Bianchi, 2006, p. 124).

Com isso, temos um cenário que se expressa nas tensões e na capacidade de superação como as verdadeiras bússolas da ação empresarial. Dessa forma, os objetivos mais imediatos de cada empresário, agindo de forma egoísta, afins com seus próprios interesses, lança sobre a realidade os germens da organização que não podem ser datados tampouco previstos. Em cada dinâmica estrutural e superestrutural existe um escopo de possibilidades e impossibilidades que só podem ser analisadas no tempo e no espaço dados como condições indispensáveis.

Assim, a Fundação Roberto Marinho tanto expressa os interesses privados de um universo limitado de donos e acionistas, quanto disputa um projeto de sociedade que dialogue com esses mesmos interesses. Tal qual a FRM, existe uma miríade de empresários que fazem uso dos mesmos dispositivos para se colocar frente à sociedade civil como os portadores das mais importantes visões de mundo e de sociedade e com isso

imprimirem a chancela da visão empresarial compromissada com os avanços sociais às suas marcas, camuflando seus interesses privados nos universais.

A figura mitológica do empresário comprometido com as questões sociais está no cerne da própria origem da FRM, na medida em que seu patrono, um pioneiro da filantropia privada no Brasil, pensa na Fundação que leva seu nome para ser uma espécie de baluarte da educação e cultura ainda nos dias em que o país vivia sob a batuta do regime ditatorial dos militares. Essa “vocação” esteve sempre alinhada com as orientações mais vanguardistas do capital para a formação da classe trabalhadora. É nesse mesmo espírito que, em 2006, a interseção de interesses entre as mais variadas fundações e institutos encontra nas reformas educacionais do primeiro governo Lula a oportunidade de formação de uma frente empresarial para organizar a vontade coletiva das mais variadas frações empresariais no campo da educação, conforme já abordado, o Todos Pela Educação.

É justamente porque a FRM é signatária e membro fundador do TPE, que se torna importante trazê-lo para a circunscrição analítica desta tese, compreendendo o Todos, não só como o elemento organizacional, mas principalmente como a ponta de lança da ação política pública e da disputa por hegemonia. Além disso, seu trabalho permitiu que os mais variados segmentos da ação privatista pudessem se organizar a partir de nichos de atuação em uma espécie de ação complementar, estruturada em nível local e global⁴⁶. Nessas quase duas décadas de existência da Frente, constatamos que sua ação visa influenciar diretamente as ações governamentais, justamente atuando no vácuo de um Sistema Nacional de Educação que possa factualmente dar unicidade nas políticas públicas educacionais brasileiras.

De forma a demonstrar como o associativismo empresarial se dá na realidade, observamos, por meio do quadro 4 quem são os personagens que compõem a estrutura da governança institucional e que dão vida à engrenagem ao Todos Pela Educação:

Quadro 4 - Governança do movimento Todos Pela Educação (continua)

Governança	Agente da sociedade civil	Vínculo
------------	---------------------------	---------

⁴⁶ O Todos Pela Educação compõe a Rede Latino Americana pela Educação (REDUCA), composta por organizações empresariais na educação de 14 países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e República Dominicana) e foi lançada em 2011 em Brasília com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Presidente Executiva	Priscila Cruz	Todos Pela Educação
Conselho Deliberativo	Ana Amélia Inoue	Superintendente do Itaú Educação e Trabalho. Diretora do Instituto Acaia
	Binho Marques	Ex-governador do Acre (PT)
	Eduardo Vassilli de Vassimon	Banco Itaú
	Giovanni Harvey	Consultor privado (Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial)
	Nina Beatriz Stocco Ranieri	Pesquisadora da USP
	Paula Louzano	Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Diego Portales (Chile)
	Paulo Sergio Kakinoff	CEO da Porto Seguro
	Ricardo Ubiraci Sennes	Diretor - Prospectiva Consultoria Brasileira de Assuntos Internacionais
	Priscila Cruz	Todos Pela Educação TT
Conselho Consultivo	Ana Maria S. Diniz D'Avila	Família Diniz (Grupo Pão de Açúcar)
	Ana Amélia Inoue	Superintendente do Itaú Educação e Trabalho Diretora do Instituto Acaia
	Antônio Jacinto Matias	Consultor privado e ex-vice-presidente da Fundação Itaú Social
	Fernando Luiz Abrucio	Professor e pesquisador da FGV
	Jair Ribeiro da Silva Neto	Presidente da Associação Parceiros da Educação ⁵⁵ e da Casa do Saber
	Maria Lucia Meirelles Reis	Presidente do Instituto Ana Rosa
	Mozart Neves Ramos	Professor-colaborador da USP
	Rodolfo Villela Marino	Vice-presidente do Itaúsa
Conselho	Américo Mattar	CEO Tellescom
	Anna Maria Temoteo Pereira	Vice-presidente da ONG Despertar

Fiscal	Gilberto Bagaiolo	Sócio na PrincewaterhouseCoopers
--------	-------------------	----------------------------------

Fonte: Elaborada pela autora a partir da *website* do Todos Pela Educação, 2025.

A partir dos dados coletados e sistematizados, podemos constatar que a Frente Todos Pela Educação abriga uma série de agentes do setor privado, muitos deles ligados à filantropia e ao setor financeiro, mas, além disso, convergem atores que são intimamente relacionados ao setor público, quer sejam servidores de cargos eletivos, quer sejam professores-pesquisadores de universidades públicas. E o que esses dados nos trazem? O que podemos extrair da revelação desses nomes e de suas funções na sociedade? Inferimos disso que a sociedade civil que o Todos Pela Educação representa é uma sociedade civil específica, composta por representantes dos altos escalões de bancos, institutos, ONGs e agentes tomadores de decisão em empresas privadas.

Quais são os interesses, no campo da educação pública, que uniriam Itaú, Gerdau, Grupo Pão de Açúcar, dentre outros, senão os que confluem seus interesses na formação da força de trabalho do futuro? O que esse aglomerado de intelectuais e dirigentes do grande empresariado quer quando investem tempo e recursos para pensar a educação? Sabe-se que há muito tempo a burguesia superou a noção de filantropia, com relação à agenda de suas Fundações e Institutos, e atuam diretamente na construção de hegemonia, de exercício de poder político e econômico. Roberto Marinho quando fundou a organização que leva seu nome, pensou nela como “uma experiência pioneira [...] uma futura condição de ‘banco de modelos’, uma fornecedora, para entidades públicas e privadas, de matrizes de atuação nas mais diversas áreas” (Finguerut; Sukman, 2008, p.11).

Tendo demonstrado empiricamente os laços associativos do grande empresariado na atuação no campo da educação, que envolvem o Todos, e como seus interesses se entrelaçam com a Fundação Roberto Marinho, tomamos um dos mais recentes documentos de referência do TPE para avançar na análise da ordem lógica da atuação empresarial no Brasil, em especial, da Fundação Roberto Marinho.

4.2 TPE: Coalizão Global pela Educação e Coalizão Global da Educação

É absolutamente imprescindível tratar cuidadosamente do TPE para compreender a atuação empresarial na educação no Brasil, na contemporaneidade, porque, apesar de

não representar todo o empresariado, certamente representa todo o *grande empresariado*⁴⁷ e seus interesses na formação escolar da população brasileira. A dinâmica da organização do documento mais recente, o *Educação Já 2022*, aponta para essa abrangente frente empresarial como o eixo de gravitação da apresentação do consenso e da organização da atuação empresarial, orientando as políticas públicas para o Ministério da Educação até as Secretarias de Educação. Assim, com esse documento, o TPE revela, adapta, sintetiza e regurgita tudo aquilo que vem de fora e que está alinhado às diretrizes mais gerais do capitalismo para a educação na mais recente etapa de acumulação.

No contexto da crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19, as Nações Unidas estruturaram a Coalizão Global de Educação no sentido de ampliar as diretrizes a serem seguidas pelos atores locais para a manutenção dos níveis de aprendizagem mundo afora. De acordo com as Nações Unidas,

A Coalizão Global de Educação é uma plataforma de colaboração e intercâmbio para proteger o direito à educação durante e além desta ruptura sem precedentes. Ela reúne mais de 150 membros da ONU, sociedade civil, universidades e setor privado para garantir que a aprendizagem nunca pare. Os membros da Coalizão se unem em torno de três eixos principais: conectividade, professores e gênero (Nações Unidas Brasil, 2020).

Uma vez identificado o gargalo da conectividade nos países em desenvolvimento, a UNESCO conseguiu ser um ponto de convergência, durante a pandemia, para a atuação de diversos atores (muitos deles não ortodoxos, como a multinacional do ramo cosmético Dior) no sentido de fornecer a infraestrutura de acesso a materiais pedagógicos e a plataformas de interação entre alunos e professores. Destacamos nesse contexto a atuação da Microsoft, Huawei, IBM, Coursera e Wordskills Internacional (Nações Unidas Brasil, 2020). O público-alvo de boa parte desses agentes, em atuação direta, são os países africanos e do oriente médio, locais onde existe uma fragilidade estrutural na implementação das políticas públicas voltadas para a digitalização e o ensino remoto.

Já no Brasil, conforme afirmamos, a tarefa tem sido delegada ao Todos que, com a sua capacidade de organização do grande empresariado brasileiro, tornou-se a correia

⁴⁷ Ratificam o documento Educação Já 2020 as seguintes organizações: Fundação Roberto Marinho, Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais - FGV, Conectando Saberes, D3e - Dados para um Debate Democrático na Educação, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Telefônica Vivo, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Instituto Natura, Instituto Península, Instituto Sonho Grande, Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho, Itaú Social, Movimento Colabora Educação, Movimento Pela Base, Movimento Profissão Docente e Transformative Learning Technologies Lab (TPE, 2022, p.2).

de transmissão mais imediata das políticas internacionalmente adotadas para a mitigação dos impactos nos níveis de aprendizagem dos estudantes brasileiros. Como vimos, o TPE é um grande aglomerado de organizações e intelectuais orgânicos ligados ao empresariado que traduz, pensa e influencia a implementação das políticas públicas de necessidade da classe dominante e é, a partir dessa motivação, que analisaremos a versão mais recente dessas diretrizes, reveladas no documento Educação Já 2022.

- Esse documento, que foi divulgado para o grande público ainda em 2022, é a síntese mais recente da direção adotada pela Frente, desde a pandemia da COVID-19, e possui relevância para esta tese na medida em que foi assinado também pela Fundação Roberto Marinho. Além disso, o documento apresenta tanto um panorama atual do cenário educacional no contexto da saída da pandemia, com dados quantificados e uma projeção para além dela, quanto uma crítica contundente à gestão Bolsonaro no Ministério da Educação que, apesar de serem extensas, valem a pena serem citadas com o objetivo de enriquecer a discussão deste trabalho (TPE, 2022, p. 10-11). O MEC abdicou de sua atuação de coordenador nacional da Educação Básica, assumindo a postura de pouco diálogo e até de enfrentamento com estados e municípios desde o início da gestão Bolsonaro;
- Na pandemia, a ausência de coordenação se tornou ainda mais explícita, com a inexistência de ações articuladas entre União, estados e municípios e a postura de atribuir toda a responsabilidade pelo enfrentamento dos efeitos da pandemia na educação aos entes subnacionais;
- As trocas na alta gestão são constantes [...];
- As interferências constantes ao trabalho técnico das autarquias vinculadas, como o Inep e a Capes, geram crises institucionais sem precedentes [...];
- O Ministério tem apresentado baixas taxas de execução orçamentária, tendo chegado, em 2020, ao menor valor gasto na Educação Básica;
- Nas discussões sobre o Novo Fundeb, em 2019 e 2020, o Ministério da Educação foi absolutamente omissivo, a poucos dias da votação no Congresso, enviou propostas equivocadas e que colocaram em risco a tramitação da pauta;
- Os esforços do MEC para a implementação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais que o Conselho Nacional de Educação aprovou para a formação inicial e continuada de professores foram anunciados apenas no 3º ano de gestão e são extremamente tímidos;
- No auge da pandemia, a única temática educacional elencada na agenda legislativa de prioridade do governo Bolsonaro foi a educação domiciliar (*homeschooling*). Além disso, o governo federal vetou o PL da conectividade e foi ausente nas discussões legislativas sobre os Projetos de Lei Complementar do Sistema Nacional da Educação;
- O Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) foi totalmente descontinuado para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental logo no início da gestão;
- Via Decreto Presidencial (10.502/2020), o governo federal instituiu a Política Nacional de Educação Especial, regredindo para um paradigma antigo e já ultrapassado de segregação de estudantes em classes e escolas especiais;
- Não foram apresentadas definições quanto à atualização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), à luz da BNCC e de eventuais reformulações do Ideb, cujas metas foram até 2021;
- Houve grande atraso para a apresentação de calendário para a implementação do Novo Ensino Médio e o início das ações de apoio técnico aos estados, que

só começaram em 2021, esbarram na falta de diálogo entre o MEC e as secretarias;

- A Política Nacional de Alfabetização (PNA) tem importantes insumos conceituais, mas suas ações são tímidas, desarticuladas da Base Nacional Comum Curricular e desalinhadas com esforços já existentes em estados e municípios.

As críticas contundentes ao MEC do governo Bolsonaro são um ponto fora da curva na forma de atuação do TPE ao longo de sua história, marcada por uma postura de aparência neutra e suprapartidária, ainda que permeada de ideologia, como vimos esclarecendo. Acontece que a falta de um direcionamento claro na atuação do Ministério da Educação - ou um direcionamento em muito desalinhado com os projetos centrais do TPE - atrasaram a implementação plena das reformas estruturantes que sempre foram reivindicadas pela Frente, como o caso do Novo Ensino Médio.

Essa manifesta desarticulação do Ministério da Educação, por outro lado, abriu espaço para que o TPE pudesse se colocar, diante da opinião pública, como os sujeitos da racionalidade, no debate educacional, quando comparadas às idas e vindas de um governo mais preocupado com o aspecto moral das políticas educacionais. Percebemos que o TPE, por exemplo, traça críticas à educação domiciliar e à militarização das escolas públicas, sob argumento de que tais programas não refletem a resolução de problemas estruturais do país, ainda que não tenham se posicionado contra esses programas que seguiram crescendo durante todo o governo Bolsonaro.

Apesar das críticas detalhadas no documento, o trabalho do TPE se manteve pujante, mesmo no governo de extrema direita que, com todas as suas crises e disputas, deixou o Ministério da Educação em frangalhos (só nesse espaço de quatro anos, foram quatro ministros nomeados para a pasta). A pandemia, nesse aspecto, possibilitou que a coordenação dos esforços de equalização do acesso ao ensino remoto fosse dirigida pela Coalizão (representada no Brasil pelo TPE), que instrumentalizou o Conselho Nacional, de Educação, ocupando assentos importantes, como o tradutor técnico das diretrizes oficiais para estados e municípios.

Ainda que o período de dois anos letivos de escolas públicas fechadas tenha sido uma catástrofe escolar de dimensões ainda pouco estudadas, o vácuo deixado pelo governo Bolsonaro aumentou a legitimidade do TPE ante à opinião pública, catalisando importantes projetos que se desenrolam nos dias de hoje, como o ensino híbrido e o aprofundamento da plataformização na educação. Nesse sentido, o lançamento do documento Educação Já, em 2022, demonstrou que foi possível ocupar o espaço deixado

pela total falta de projeto do governo Bolsonaro, mas, além disso, lançou também as sementes das políticas educacionais que vêm germinando no governo Lula 3.

A reformulação da agenda do TPE, expressa no Educação Já e oriunda de críticas contundentes ao governo Bolsonaro, alicerçou-se em premissas de caráter liberais, aos moldes das ações mais ortodoxas do empresariado brasileiro, as quais, ao longo da história, partem das orientações globais do grande capitalismo financeiro, conforme reiteradamente demonstramos. Esclarecemos que esse documento é extenso e que pretendemos tratá-lo com o maior rigor possível, destrinchando, a cada seção, o que entendemos ser a tradução das orientações internacionais gerais sobre as quais tanto falamos. Em suma, defendemos que nesse debate o TPE pretende ser o porta-voz de todo o grande empresariado brasileiro na estruturação de um novo Sistema Nacional de Educação (SNE) - instrumento previsto desde a Constituição Federal, passando pelo último Plano Nacional de Educação (prorrogado até dezembro de 2025) - e busca exercer influência sobre o PLC 235/2019, que institui o SNE e encontra-se em tramitação no Congresso.

O documento é dividido em quatro eixos-chaves: 1) *contexto geral da educação no Brasil*; 2) *novas premissas de orientação do trabalho do TPE*; 3) *ações para mitigar os efeitos imediatos da pandemia na Educação Básica* e 4) *construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica*. O primeiro eixo, diagnóstico, aponta para o engodo de sempre: o problema da evasão escolar no Ensino Médio como consequência principal de uma deficiência na estrutura dos currículos, considerados defasados e pouco conectados com a dimensão digital da vida. Além disso, reafirma a falta de coordenação entre os entes federados como a principal causa da tragédia educacional nos meses de pandemia, focando na dimensão da recomposição das aprendizagens, a principal estratégia de ação para os próximos anos.

Detemo-nos com mais atenção no eixo das novas premissas (segundo eixo), porque elas demonstram como o TPE tenderá a se comportar nos próximos anos. Esse eixo do documento apresenta cinco premissas básicas de debate que orientam as propostas dessa frente sobre as quais problematizamos, desmascarando o caráter ideológico da pretensa universalidade, inclusive, realçada no nome “Todos”. Listamo-nas a seguir:

“*Qualidade para poucos não é qualidade*” (TPE, 2022, p.12) - É dessa forma que nos é apresentada a primeira premissa do novo documento, como se a ideia de qualidade fosse a mesma para toda e qualquer pessoa interessada no debate sobre educação. Esse não é um debate novo e pode ser considerado uma das principais lacunas deixadas pela

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (a definição clara de *qualidade*), pois o uso dos recursos públicos - parte dos objetivos implícitos da atuação empresarial na educação - é alvo de disputas frequentes entre os diversos atores sociais, criando uma espécie de clivagem que possibilita à “qualidade” tornar-se um conceito polissêmico, o que, por sua vez, paralisa o debate.

Apesar da polissemia do conceito de qualidade da educação ser uma dificuldade para a construção de sínteses analíticas, concordamos com o TPE em um aspecto inicial apontado neste eixo: *a educação brasileira é estruturalmente desigual*. A partir de todo o debate categorial que fizemos, partimos da mesma premissa do TPE quando ele aponta que mais recursos e esforços devem ser dirigidos aos grupos em níveis mais sensíveis à desigualdade social. Contudo, divergimos de suas conclusões, justamente porque entendemos que a qualidade da qual falam é uma que atende aos requisitos da reprodução do sistema capitalista e não uma que atenda às necessidades dos grupos subjugados, referenciadas nos interesses mais gerais da classe trabalhadora, que podem ser expressos em: repartição justa das riquezas produzidas socialmente, maior segurança no trabalho e avanço dos direitos sociais e previdenciários, fato que certamente está longe dos interesses do empresariado.

“*Educação antirracista como condição de transformação*” (TPE, 2022, p. 13) é a segunda premissa do novo documento e a que escancara o *modus operandi* do recorrente sequestro liberal e da ressignificação das pautas dos subalternos quando essas não podem ser derrotadas. Isso ocorre, por exemplo, com os anos de denúncia das mazelas causadas pela escravidão e seu espólio social que não puderam mais ser ignorados e assim a pauta da negritude vem recebendo uma atenção nunca antes experimentada no Brasil. Ainda que haja certos avanços na representação amostral dos sujeitos oprimidos no topo da pirâmide social e econômica, esses avanços são permeados por contradições insuperáveis e materializados na ascensão social de poucos que, metonimicamente, passam à representação possível de um todo, tornando-se consequentemente uma ideologia que coopera para a perpetuação do sistema de opressão.

A grande questão evidenciada é a de que não existe possibilidade de superação do racismo (ou da homofobia, do machismo, dentre outros modos de opressão estruturais), como forma de organização e exploração de estratos marginalizados, sem a superação do modo de produção que dele se beneficia. Em outras palavras: não existe educação verdadeiramente antirracista que efetivamente potencialize a libertação do povo negro de forma desconectada da perspectiva anticapitalista. E, se na visão hegemônica não se pode

mais negar a escolarização à população negra e periférica, que sejam os liberais a construir o novo glossário da rebeldia. Assim, a educação antirracista sob a perspectiva do TPE fala de qualquer coisa, menos da raiz do problema. A educação antirracista dos capitalistas é uma educação que muda tudo para que nada mude estruturalmente.

A terceira premissa carrega uma espécie de autoproclamação e legitimação social de sua agenda, sob a égide de ser o espaço para a participação de uma pluralidade de atores sociais. O “*Não há saída fácil para problemas complexos*” (TPE, 2022, p.13) não é senão um apontamento que reforça a necessidade da parceria do poder público e dos agentes privados (que somente reforça o caráter integral do Estado em nossa perspectiva) para conferir unidade de ação em que cada personagem pode atuar, definidos como “esforços intersetoriais” pelo TPE. Essa premissa reforça a demanda do TPE por arranjo e espaço em qualquer criação de um Sistema Nacional de Educação que venha a ser estruturado futuramente em cumprimento às legislações vigentes.

A quarta premissa, “*Mudanças significativas e duradouras na Educação dependem, acima de tudo, de pessoas*”, resulta do entendimento de que as TICs não substituirão os profissionais da educação, sobretudo os professores. Se é assim, então resta saber qual é o papel central das TICs e qual é o papel central dos profissionais da educação. Somente pessoas possuem capacidade criativa, somente pessoas agem segundo fins intrínsecos e coletivos, somente pessoas são capazes de estabelecer metas e chegar a elas, somente pessoas podem educar, e a classe dominante sabe disso. Nesse sentido, as tecnologias não são ferramentas que substituirão pessoas, mas são fatores de produção que extrairão o mais valor com mais intensidade (como toda tecnologia subjugada aos fins do capital) e que, para cumprir essa função, precisarão ser incorporadas e naturalizadas no cotidiano escolar.

Por fim, a última premissa presente no documento, “*O Brasil tem muito a aprender com o Brasil*”, evidencia a abstração tanto do primeiro quanto do segundo “Brasil”, o que ajuda a Frente a manter a autoproclamação que, no fundo, reivindica a importância do acúmulo teórico e prático do conjunto de APHs que a compõem. Além disso, é a premissa que mais nos importa ao abordarmos o papel do Movimento LED, por exemplo, que tanto se reivindica como experiência legítima, no debate educacional, quanto se entende como agente capaz de promover as “melhores iniciativas” em educação país afora.

Sintetizamos, com base em nossa análise, as novas premissas de atuação do TPE no Quadro 5:

Quadro 5 – Novas premissas do trabalho do TPE

Qualidade para poucos não é qualidade	Importância de se seguir pautando o debate sobre a qualidade da educação requerida pelos agentes da burguesia.
Educação antirracista como condição de transformação	Sequestro da pauta antirracista de verniz liberal.
Não há saída fácil para problemas complexos	Autoproclamação e legitimação dos agentes privados no debate das políticas públicas educacionais.
Mudanças significativas e duradouras na Educação dependem, acima de tudo, de pessoas	Precedência do trabalho vivo sobre as tecnologias (trabalho morto).
O Brasil tem muito a aprender com o Brasil	Reforço da legitimidade do debate feito pelos agentes privados ao falar sobre uma visão romantizada do que seja o Brasil.

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de TPE, 2022.

No terceiro eixo, o documento debate as ações necessárias para mitigar (e não solucionar) os efeitos da pandemia sobre a aprendizagem das crianças e adolescentes na Educação Básica apresentadas em quatro partes fundamentais: *enfrentamento do abandono e da evasão escolar; realização de ações de acolhimento e suporte emocional; recomposição de aprendizagens e promoção da inclusão digital*. Esse último eixo aponta para as ações que factualmente serão apresentadas na dinâmica laboral dos intelectuais do TPE. São medidas concretas que tornam o debate mais acessível ao grande público, o que deixaremos mais claro nas linhas que se seguem.

O abandono e a evasão escolar não são problemas novos no Brasil, sobretudo no ensino médio. Parte da solução desse problema, sob a ótica do Todos, já vem sendo implementada a partir do Novo Ensino Médio, que prevê uma adequação curricular que esvazia a dimensão do conhecimento sistematizado para dar lugar à aquisição de competências para a solução de problemas imediatos, assim antecipando os desafios do mundo do trabalho.

Entretanto, o problema da evasão não é apenas um problema de currículo, como

ora desenhamos, mas sobretudo de desigualdade social, causa parcialmente admitida pelos agentes da grande burguesia. Assim, os adolescentes e jovens são alijados da formação escolar por imperativos outros, sobretudo, a necessidade de trabalhar e sustentar suas famílias. Por isso, o documento também aponta para a necessidade de continuidade das políticas de transferência de renda às famílias, de concessão de bolsas aos estudantes⁴⁸, da expansão e consolidação de programas de segurança alimentar via escola e da conscientização das famílias e estudantes sobre a importância da escola (TPE, 2022, p.15).

Nesse sentido, reforçamos que a visão do Todos centraliza o problema do currículo nas proposições de superação do funil estrutural do ensino médio, ainda que reconheça publicamente a necessidade de manutenção desses adolescentes e jovens a partir da concessão de benefícios financeiros. Assim, o fundo público deve estar a serviço *do currículo empregado pela REM* e a derrota imposta aos setores organizados que no governo Lula 3 não foram capazes de conseguir revogar a reforma, mesmo com amplos setores da sociedade civil em completo apoio⁴⁹, mostrou a dimensão da influência do TPE no Ministério da Educação .

A segunda função do terceiro eixo aponta para a importância do desenvolvimento das competências socioemocionais desde a pandemia, momento em que crianças e jovens foram completamente desassistidos em função do isolamento social (TPE,2022, p.16). Apesar de soar progressiva a atenção dada à saúde mental, a escola não é exatamente o melhor local para acolhimento e tratamento do adoecimento mental do adolescente, seja porque os próprios profissionais da educação estejam adoecidos em várias ordens, seja porque não têm formação profissional para o suporte de questões que muitas vezes são graves e exigem acompanhamento clínico. Ainda assim, esperam que sejam os professores e os demais profissionais da escola a suportar as demandas emocionais de crianças e jovens adoecidos, ansiosos, depressivos, com ideação suicida e uma série de outras questões que demandam um manejo profissional adequado.

Ainda que o documento aponte para a necessidade do estabelecimento de

⁴⁸ O presente documento foi produzido em 2022, antes da implementação do programa Pé-de-Meia que só foi instituído em 2024 pela Lei nº 14818.

⁴⁹ A CONAE, instituída no ano de 2023 para formular o novo Plano Nacional de Educação, pediu o fim do Novo Ensino Médio e da BNCC para que se pudessem pensar propostas alternativas que contemplassem um debate amplo nos mais diversos setores da sociedade. Ainda assim, não foi capaz de levar ao documento final a ser votado pelo Congresso tais demandas que, inclusive, ecoaram desde os trabalhadores da educação de base. Porém, houve um recuo parcial que gerou uma tímida reformulação curricular, em uma espécie de “novo” Novo Ensino Médio.

parcerias com a área da saúde, não é da natureza do trabalho pedagógico e, por conseguinte, da escola, lidar com tal demanda da forma como tem sido imposta, o que implica sobrecarregar os profissionais da educação e colocar sob suas responsabilidades algo que não pode ser resolvido pela escola. Frente a essa impossibilidade estruturante, investe-se no “enxugar gelo” e no enfoque comportamental, substituindo o tratamento adequado na sucateada rede de saúde pública pelas estratégias comportamentais de identificação de gatilhos e de construção de modelos de atitudes autorresponsáveis.

A dimensão da recomposição das aprendizagens (TPE, 2022, p.16) é a única que objetivamente chega próxima da função primordial da escola: a tarefa civilizatória da criação de condições mínimas da expansão do conhecimento teórico e prático. Ainda assim, o enfoque nas aprendizagens reforça o caráter pragmático e mínimo da aquisição de conhecimentos enquanto tarefa da escola, de forma que seja na medida suficiente para atender as demandas do mundo do trabalho na atual etapa de acumulação.

Essa tarefa se traduz na enxurrada de avaliações diagnósticas (todas elas produzidas por agentes externos à escola), na entrada massiva de tecnologias educacionais em espaços sem a infraestrutura necessária para um uso proficiente do material, na reorganização dos currículos em função da recuperação escolar de crianças e jovens que ficaram com lacunas na formação - aqui colocando-se mais uma tarefa para o professor que terá que recuperar aprendizagens de forma concomitante aos alunos sem defasagem - dentre tantas outras parafernalias que expressam um solucionismo esvaziado de soluções reais.

A “cereja do bolo” fica para a dimensão da promoção da inclusão digital (TPE, 2022, p.17) que é a expressão material do já abordado tecnosolucionismo digital. Vimos nos esforçando, no curso deste trabalho, para caracterizar a importância da inclusão digital nos espaços escolares, apontando para o mundo do trabalho digital e plataformizado. Aqui cabe-nos destacar que a referida inclusão digital é permeada de contradições estruturantes que se expressam no grau de proficiência e uso acadêmico dos dispositivos tecnológicos. Assim, é a um determinado tipo de inclusão digital de que falamos, uma que é subordinada à divisão do trabalho entre classes sociais, dependente das tecnologias do centro do capitalismo e que determinará o *como* a classe trabalhadora se apropriará do avanço tecnológico oriundo da revolução digital.

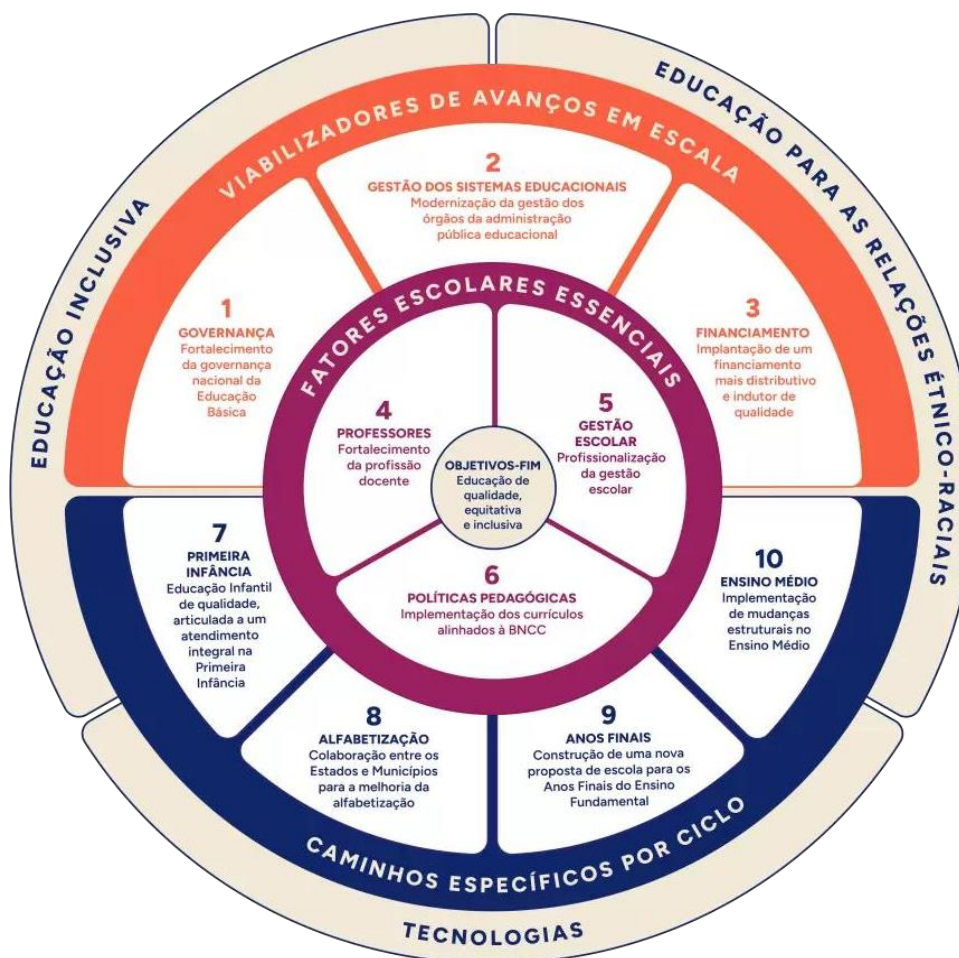
Nessa perspectiva, a escola passa a assumir tarefas que estão para além da função da produção e reprodução de conhecimentos, para ser o principal ponto de ancoragem de políticas públicas amplas. Tais políticas até então tem garantido o acesso e a permanência

de crianças e jovens na escola, mas seus professores seguem ainda mais explorados, com capacidade reduzida de pensar criticamente sobre o currículo com o qual trabalham e reproduzem e que trabalham apenas o mínimos dos conhecimentos historicamente produzidos em nome de uma escola que é incapaz de se autonomizar em seu projeto político pedagógico, lotada de adolescentes e jovens que precisam aprender a aprender e a empreender, nos limites estreitos de suas possibilidades materiais.

Apesar de tudo o que ora debatemos ser de fundamental importância para o nosso trabalho e, portanto, de imprescindível análise, a seção que trata da necessidade de instituição de um Sistema Nacional de Educação, regulamentado em forma de lei, é o clímax do Educação Já 2022 e, não por acaso, é a seção mais extensa do documento. Nela, o TPE elenca, de forma sistematizada, cada proposta em dez eixos principais: *governança; gestão dos sistemas educacionais; financiamento; professores; gestão escolar; políticas pedagógicas; primeira infância; alfabetização; anos finais e ensino médio*. Tais eixos estão sintetizados no infográfico contido no documento Educação Já 2022, na figura 7.

Não é pertinente, dada a circunscrição analítica deste trabalho, pormenorizar cada eixo dessa seção para além do que já está descrito e ilustrado no infográfico, todavia, utilizamo-nos desses eixos para chamar a atenção para os pontos elencados e amalgamar à nossa hipótese central de que existe uma demanda de escola que está para além de seus muros e que precisa ser formada por um conjunto de atributos muito bem pensados e propostos.

Figura 7 - eixos para a proposta do TPE para o Sistema Nacional de Educação



Fonte: TPE, 2022, p.20

Uma característica bem marcada, em documentos do TPE, e que se repete no discutido aqui é a autopromoção. A Frente se reconhece implicitamente como a única entidade da sociedade civil capaz de pensar e propor políticas públicas educacionais. Somente ignorando todos os agentes públicos e privados que também debatem políticas públicas, tais como universidades e sindicatos de trabalhadores da educação, que se pode pretender ser o tal documento um orientador de “planos educacionais dos próximos governos estaduais e federais, além de oferecer subsídios para orientar a agenda educacional nacional ao longo dos 10 anos” (TPE, 2020, p. 12).

Quadro 15 - Resumo das ações do TPE contidas no documento Educação Já 2022 (continua)

	Mudanças significativas e duradouras na educação dependem, acima de tudo, de pessoas
PREMISSAS QUE ORIENTAM AS PROPOSTAS DO EDUCAÇÃO JÁ 2022	O Brasil tem muito a aprender com o Brasil
AÇÕES PARA MITIGAR OS EFEITOS IMEDIATOS DA PANDEMIA DA COVID-19	Enfrentamento do abandono e da evasão escolar
	Realização de ações de acolhimento e suporte emocional
	Recomposição de aprendizagens
	Promoção da inclusão digital
RECOMENDAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA SISTÊMICA	Governança
	Gestão dos sistemas educacionais
	Financiamento
	Professores
	Gestão escolar
	Políticas pedagógicas
	Primeira infância

	Alfabetização
	Anos Finais
	Ensino Médio

Fonte: Elaborada pela autora a partir de TPE, 2022.

Para encerrarmos a análise sobre o Educação Já 2022, reforçamos que o TPE segue sendo o farol de onde as demais fundações e institutos bebem as inspirações de suas próprias pedagogias políticas, tanto porque fazem parte dessa Frente quanto porque o TPE já se instituiu como referência legítima para o público leigo. Portanto, retomamos aqui em parte nosso objeto, a saber, a pedagogia política da Fundação Roberto Marinho e o Movimento LED, a fim de se estabelecer a conexão lógica e material entre os personagens caracterizados neste trabalho.

Na próxima seção, trataremos de analisar a pedagogia política da Fundação Roberto Marinho expressa em seus documentos referenciais, extraíndo deles a essência de suas orientações. Perguntas como: *que tipo de formação pretendem esses agentes?; qual é o público-alvo das ações realizadas por esses agentes?; como esses agentes intervêm na realidade?* e outras, orientarão as próximas linhas. Além disso, como resultado da interseção dos documentos do TPE e da FRM, pudemos extrair algumas categorias de conteúdos que também estarão sob o escrutínio deste trabalho.

4.3 A pedagogia política da Fundação Roberto Marinho como estratégia de consenso sobre o trabalho digital e plataformizado

Tivemos a oportunidade de estudar os trinta primeiros anos de atuação da Fundação Roberto Marinho (FRM), quando produzimos a dissertação de mestrado (Rodrigues, 2020), e nesse trabalho, a caracterizamos como um Aparelho Privado de Hegemonia (APH) ligado ao Grupo Globo. Destacamos que, como uma das organizações empresariais ligadas à educação mais longevas do Brasil, a FRM possui relevância, no debate educacional, pelo que já fez e segue fazendo e, também, por se mostrar capaz de mobilizar o maior conglomerado de comunicação do país para alavancar seus projetos e

intervenções políticas organizadas e mantidas na ordem do dia.

No ano de 2024, a relação entre a Globo e a Fundação Roberto Marinho tornou-se ainda mais umbilical, quando esta passou a integrar as Organizações Globo Participações S.A. (*holding* que controla as empresas do Grupo Globo), dando um caráter prático ainda mais privatizante que antes, quando a Fundação gozava de maior autonomia administrativa e era mantida por pessoas físicas, Roberto Marinho, nos primórdios, e, após sua morte, seus filhos. Ainda de acordo com seus documentos,

Assim, de acordo com os materiais com os quais trabalhamos, destacamos os quatro trabalhos citados que organizam centralmente a pedagogia política da Fundação: Telecurso (do qual desdobramos a Metodologia Telessala e a escola da Fundação Roberto Marinho); Canal Futura e Aprendiz Legal (que desdobramos no Qualifica, na Maleta Juventudes e no Crescer sem Violência) e co.liga (e, a mais recente, Co.educa).

[...] a FRM forma redes e utiliza estratégias de distribuição e implementação que envolvem marcas, como o Telecurso, a plataforma de comunicação educativa Futura, o programa de aprendizagem profissional Aprendiz Legal e a escola digital de cultura, tecnologia e economia criativa co.liga (GLOBO, 2024).

Os projetos citados *não representam todos os projetos operados pela FRM*, contudo foram os escolhidos para serem avaliados e divulgados no último Relatório de Atividades da FRM (2022) e, portanto, fornecem dados consolidados sobre a efetividade da atuação da APH na sociedade civil e política. Dessa forma, apresentamos sumariamente os projetos citados no referido documento na Tabela abaixo.

Quadro 6 - Principais trabalhos da FRM

PROJETO	PÚBLICO-ALVO	DESCRIÇÃO	PARCERIAS
Futura	Professores, gestores e estudantes; Público em geral	Canal de TV educativa com mais de 25 anos de existência. Sua programação abrange conteúdos que podem ser usados em escolas como formação complementar de professores e estudantes.	Fundação Bradesco; FIESP-SESI; SENAI-SEBRAE; Itaú Social

Aprendiz Legal	Adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos.	Programa voltado para a ampliação da inserção dos jovens no mercado de trabalho, amparado pela Lei nº 10097/2000 (Lei do jovem aprendiz).	Gerar (ONG); Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE); CIEDS (ONG)
co.liga	Público jovem em geral	Plataforma de promoção de cursos gratuitos, conexão entre empresas e mercado de trabalho e constituição de <i>network</i> .	Organização dos Estados Interamericanos (OEI); Motiva
Qualifica	Jovens e adultos	Programa voltado para jovens e adultos, implementado nas redes de ensino como módulo independente (que pode compor o V itinerário formativo – Formação Técnica Profissional – do NEM) ou articulado ao Telecurso.	Qualifica em complementação ao Telecurso: Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, Secretaria Municipal de Educação de Salvador, Secretaria Estadual de Educação de Goiás, Secretaria Municipal do Rio de Janeiro e Secretaria Municipal de Educação de Esteio (RS)
Unidade escolar da FRM	Adolescentes e jovens em situação de distorção idade-série	Escola mantida pela FRM.	-----
Incluir para Transformar	Professores das redes públicas conveniadas	Formação dos professores das redes públicas conveniadas que serão os mediadores do Telecurso.	Secretarias de educação parceiras

Maletas Juventudes (Futura)	Juventudes; Coletivos de jovens; Educadores; Profissionais de saúde e do judiciário.	A Maleta Futura, composta por indicações de fontes audiovisuais, com ênfase em diferentes recortes temáticos, tem como objetivo estimular reflexão, engajamento e conscientização junto a diferentes públicos. As instituições que aderem ao projeto passam a contar com o apoio da equipe do Futura em sua implementação, estabelecendo uma rede de instituições articuladoras, que multiplicam as formações em seus territórios.	Instituições que aderem ativa, como as instituições do sistema socioeducacional.
Crescer sem violência	Crianças, adolescentes e famílias	Mobilizar pessoas para prevenir e enfrentar as diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes; Trabalhar a Autoproteção com diferentes faixas etárias; Ajudar famílias e educadores a reconhecerem a existência do problema.	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA); Gestores públicos locais

Fonte: Fundação Roberto Marinho, 2022.

Com a sistematização dos trabalhos acima, podemos observar que a forma como a FRM trabalha é aparentada àquela do TPE, nas quais se estabelecem parcerias com os mais diversos atores da sociedade civil e política a fim de conferir maior organicidade e capilaridade aos projetos. O que todos esses trabalhos possuem em comum é a intervenção direta da FRM no debate público e sua legitimidade como um ator de influência. Levando em consideração que a Fundação seja um braço de um conglomerado

mediático muito maior, é certo que ela exerça um trabalho de *branding*⁵⁰ do próprio grupo Globo.

A forma como analisaremos o trabalho da Fundação partirá das categorias de conteúdos, conforme descritas na metodologia, e não pela descrição de cada projeto individualmente. Entendemos que dessa forma podemos estabelecer um caráter de unicidade em torno dos projetos que constam (ou não) na tabela e debatê-los pelas características mais universais que os atravessam. Assim, faremos o debate das categorias de conteúdos *inovação*, *educação profissional* e *plataformas*, entrelaçando aquilo que é possível inferir dos documentos escolhidos, sempre à luz das categorias de análise.

4.3.1 Inovação na educação, o novo solucionismo

É um dado bastante sintomático encontrar 567 referências ao índice *inovação* nas buscas na *website* da Fundação Roberto Marinho⁵¹. Essa situação aponta para a relevância dessa categoria de conteúdo na visão desse agente privado. Entretanto, enfrentamos dificuldades para extrair dessas referências - tanto na *website* quanto em outros documentos - o que factualmente significa inovação na educação em sua visão particular. A falta de uma definição clara, nas fontes primárias, joga luz ao não dito: que a inovação, na sua perspectiva, na realidade, é uma categoria ideologizada que, no debate educacional, aponta para outros sentidos.

Se inexistisse uma definição a contento do paradigma da inovação no contexto educacional reivindicado pela FRM e de quais são esses horizontes, precisamos nós mesmos estabelecer um substrato teórico para sustentar o debate, o qual manifestamos no questionamento da importância e da tarefa da inovação para esses agentes privados de hegemonia. Um primeiro movimento certamente pode ser compreender como a inovação acontece no setor produtivo, um imperativo da dinâmica concorrencial entre os capitalistas.

O que esse axioma apresentado por Marx, no *Capital*, pretende explicar é que a disrupção, a inovação tecnológica, é um componente fundamental da produção, na medida em que pode estabelecer vantagens competitivas frente aos concorrentes e

⁵⁰O termo, importado da área de marketing, refere-se à série de políticas de gestão de uma empresa para que se alcance uma boa imagem pública da marca.

⁵¹O número em questão foi extraído dos mecanismos de buscas da *website* da FRM em setembro de 2025, mês de fechamento desta tese (Fundação Roberto Marinho, 2025).

aumentar as chances dos capitalistas detentores das patentes dessas inovações de dominar um dado mercado. Esse mecanismo de funcionamento de mercados é absolutamente correlato ao par ideológico antigo/moderno em que uma mercadoria inovadora, que pode resolver problemas (ou não), passa a metonimicamente representar a inovação como um todo.

A inovação, nessa perspectiva, é um dos requisitos do desenvolvimento tecnológico, entendido como a progressiva complexidade do arcabouço científico capaz de originar novas técnicas produtivas e que exige qualificação cada vez maior do trabalhador para o seu manejo. Assim, entendemos a qualificação técnica como uma primeira dimensão da inovação que requer um acúmulo da capacidade racional humana não apenas para produzir uma nova tecnologia, mas também para manejá-la.

Como afirma Quintanilla (2012):

[...] a introdução de uma inovação no mercado se apresenta agora como um processo complexo que implica não somente operações de pesquisa e desenvolvimento, produção e venda de um artefato (um produto), senão também processos logísticos de fornecimento de materiais, organização das redes de distribuição, formação de pessoal e de usuários etc., algo que podemos resumir na ideia de uma inovação social associada à inovação técnica (Quintanilla, 2012, p.103, tradução nossa)⁵².

A inovação como prerrogativa do desenvolvimento tecnológico é parte do que o mesmo autor vai chamar de “sistemas técnicos” (Quintanilla, 2012, p.112), como já mencionamos no capítulo anterior, que, por sua vez, só adquirem forma na sociedade quando incorporam o aspecto cultural. Dessa forma, todo sistema técnico em ato é um *sistema sociotécnico*, justamente, porque sem a dimensão humana não existe tecnologia. Assim, na perspectiva mercantilista da vida, a inovação é um componente central da evolução dos sistemas sociotécnicos, tanto por fazer evoluir uma dada tecnologia quanto por se imprescindível que essa mesma tecnologia seja difundida na sociedade e a ela seja incorporada.

O debate de Quintanilla aportado nesta tese contribui para entendermos a inovação como uma importante dimensão do processo produtivo, aquele capaz de produzir mercadorias. É possível quantificá-la, patentear-la e reproduzi-la. O conhecimento

⁵²No original: [...] la introducción de una innovación en el mercado se presenta ahora como un proceso complejo que implica no sólo operaciones de investigación y desarrollo, producción y venta de un artefacto (un producto), sino también procesos logísticos de aprovisionamiento de materiales, organización de las redes de distribución, formación de personal y de usuarios, etc., algo que podemos resumir en la idea de una innovación social asociada a la innovación técnica (Quintanilla, 2012, p.103).

requerido para inovar tecnologicamente gira na esfera científica e técnica, no sentido estrito de produzir uma resposta a uma necessidade e ser capaz de difundi-la no corpo social. Ainda de acordo com esse autor,

Às mudanças que se introduzem na produção de riquezas ou de bem estar social e que têm sua origem na criação ou assimilação de conhecimentos e sua aplicação, chamamos *inovações*. Portanto, nesse contexto, entendemos por *inovação o processo que consiste em criar ou assimilar conhecimentos e aplicá-los para gerar riqueza ou bem estar social de uma forma nova* ⁵³ (Quintanilla, 2012, p.126, tradução nossa).

Com o autor, pretendemos estabelecer tal circunscrição, na qual a ideia de inovação poderia ser entendida como uma categoria de análise de fenômenos materialmente dados e, portanto, quantificáveis, e quais são as dimensões da cultura absorvidas pelos aspectos característicos dos sistemas sociotécnicos. Ao transferir a ideia de inovação para o campo da educação, com todas as suas particularidades, corre-se o risco de cometimento de um vício de origem, já que a natureza da prática educativa difere fundamentalmente daquela relacionada à esfera da produção. Essa transposição só se sustentaria se a lógica subjacente à inovação implicasse tratar a educação como uma mercadoria, passível, portanto, de um processo produtivo. Essa parece ser, em nossa interpretação, a perspectiva adotada pela Fundação Roberto Marinho: a educação como um espaço sujeito à inovação, desde que concebida, especialmente no setor público, como um alvo constante da intervenção de interesses privatistas.

Uma vez delineadas as dimensões mais amplas desse debate como ponto de partida, é necessário compreender o que está em jogo quando o discurso da inovação na educação se consolida como um novo pensamento hegemônico, orientando políticas públicas educacionais em escala global. Ao reconhecer que a inovação é, no capitalismo, uma prerrogativa do desenvolvimento tecnológico submisso à lógica mercantil, percebemos que, no campo educacional, essa noção passa a funcionar como instrumento de propaganda e base ideológica para uma aceitação passiva das transformações sociais decorrentes da mercantilização da educação e de seus impactos nas dinâmicas do mundo do trabalho.

⁵³No original: A los cambios que se introducen en la producción de riqueza o de bienestar social y que tienen su origen en la creación o asimilación de conocimientos y su aplicación los llamamos *innovaciones*. Así pues, en este contexto, entendemos por *innovación el proceso que consiste en crear o asimilar conocimientos y aplicarlos para generar riqueza o bienestar social de una forma nueva* (Quintanilla, 2012, p.126, grifo do autor).

Entendemos que a incorporação acrítica da noção de inovação aos currículos escolares, a partir das inúmeras atualizações legislativas do campo educacional, está diretamente ligada a uma reatualização (um pouco menos “afascistada”) do futurismo⁵⁴

- uma corrente de pensamento que projetou um futuro constantemente melhor - e que orienta os investimentos públicos e privados para essa direção. Esse movimento guarda como objetivo, ainda que de forma implícita, reduzir a resistência natural que os seres humanos apresentam diante de mudanças, uma vez que essa resistência, enraizada em dimensões inconscientes e instintivas, representa um obstáculo à rápida disseminação das tecnologias inovadoras que chegam ao mercado em ritmo acelerado.

Portanto, a questão da inovação logo se transmuta na questão da *mudança* e de como é preciso preparar as pessoas para ela. E as mudanças podem ser recebidas de tantas maneiras quantas civilizações e culturas existirem no mundo, fato que, de acordo com Huberman (1973, p.?), impede que se criem teorias exatas sobre como as inovações podem ou não ser incorporadas pelas escolas. Apesar das dificuldades, o autor tenta traçar uma distinção entre a inovação “neutra” (aquela que não impacta a evolução da escola como um todo, a exemplo da instalação de um novo laboratório de línguas) daquela que factualmente melhoraram a educação, como a incorporação de tecnologias disruptivas no contexto escolar.

Sendo assim, a inovação na educação e nos sistemas educativos, em primeira instância, incorpora a dimensão de necessidade de acomodação das transformações do mundo da produção. Além disso, busca estender o consenso para que as mudanças do mundo produtivo e do capitalismo, por extensão, encontrem solo fértil dentro das escolas e formem as novas gerações de trabalhadores. Nesse sentido, Huberman sumariza:

A inovação é, portanto, uma operação única cujo objetivo é fazer com que uma determinada mudança seja instalada, aceita e utilizada. Há duas observações a serem feitas a esse respeito. Primeiro, mudanças deliberadas desse tipo parecem ocorrer raramente, talvez porque as organizações prefiram a estabilidade e raramente estejam equipadas com os mecanismos necessários para reformas internas. Segundo, à medida que as autoridades educacionais se interessam mais por inovações, mais experimentos serão tentados, mas a maioria pode não ser concluída. Para se enquadrar no escopo de nossa

⁵⁴O futurismo foi um movimento artístico e literário que surgiu na Itália no início do século XX, oficialmente inaugurado com o Manifesto Futurista por Filippo Tommaso Marinettino. Esse movimento propunha um rompimento radical com as referências culturais e artísticas do passado e exaltava o futuro, em uma época em que o capitalismo industrial atingiu o seu auge. No Brasil, o futurismo exerceu muita influência no pensamento literário e artístico, ainda que bastante específica, na incorporação de elementos culturais tipicamente brasileiros em uma tentativa de encontrar o arquétipo brasileiro ideal. Assim, o futurismo brasileiro sintetizou as ideias europeias com uma suposta brasilidade, em busca de instituir a verdadeira identidade brasileira.

definição, uma inovação deve perdurar, ser amplamente utilizada e não perder suas características iniciais. O sistema educacional é frequentemente tentado a mudar a aparência para evitar mudar a substância⁵⁵ (Huberman, 1973, p.8-9, tradução nossa).

A partir dessa passagem, podemos inferir que o gargalo da inscrição e perenidade da inovação nas escolas reside na eficácia das metodologias de aferição dos resultados pretendidos, ou seja, se uma inovação provoca a mudança esperada ou não. Essa brecha, ao contrário de desestimular as emulações sobre inovação nas escolas, entendendo suas limitações estruturais, alimenta dois novos mercados: o de soluções educacionais (aqueles que transformam a inovação em mercadoria educacional) e o de avaliações externas (aquele que afere a eficácia dessas mercadorias educacionais).

A inovação como ideologia prepara o terreno social para as reformas educacionais ao estabelecer uma relação de identidade entre o novo, o progresso e o bem, invocando o futuro como um tempo idílico em que tudo o que for renovado prosperará.

Reformar gera sensação de movimento, que é apresentado como sinônimo de inovação e que parece provocar por si mesmo a mudança, a melhoria da oferta educacional e acaba justificando a existência de reformadores. O próprio conceito de reforma coloca um problema semântico, pois cobre ações de ordens e orientações político-ideológicas variadas (Rossi, 2005, p.944).

A associação imediata entre inovação e reformas não é algo menor, ao contrário, é uma construção segundo fins de classe. Tomando como exemplo a Reforma do Ensino Médio, (imposta, sem debates amplos na sociedade, por um governo pouco legítimo em 2016), temos um texto que apresenta um currículo supostamente inovador, com a intenção clara de esvaziar o programa curricular anterior em nome de uma proposta mais adequada à evolução das necessidades da acumulação capitalista e do mundo do trabalho. A inovação, que tomou a forma de redução da carga horária das disciplinas do núcleo comum e inventou os itinerários formativos, mostrou-se, com o tempo, uma tragédia pedagógica que aprofundou o fosso da desigualdade escolar, mas que, nem com toda

⁵⁵No original: L'innovation est donc une opération d'une seule pièce dont l'objectif est de faire installer, accepter et utiliser un changement donné. Il y a deux observations à faire à cet égard. En premier lieu, les changements délibérés de ce genre semblent se produire rarement, peut-être parce que les organisations préfèrent la stabilité et sont rarement dotées des mécanismes nécessaires pour les réformes internes. En second lieu, étant donné que les autorités chargées de l'éducation s'intéressent davantage aux innovations, plus d'expériences seront tentées mais la plupart risquent de ne pas être menées à leur terme. Pour tomber dans le champ d'application de notre définition, une innovation doit durer, être largement utilisée et ne pas perdre ses caractères initiaux. Le système d'enseignement est trop souvent tenté de changer les apparences pour ne pas changer le fond (Huberman, 1973, p.8-9).

pressão de professores e estudantes, pôde ser plenamente derrubada até o presente.

Outra associação bastante difundida é entre a inovação na educação e a modernização dos sistemas escolares, cada vez mais pressionados a organizar um aprendizado a partir de competências e de criatividade para a resolução de problemas que giram em torno do mundo do trabalho e da versatilidade do trabalhador, que precisa ocupar diversas funções ganhando a mesma remuneração. O discurso apologeta da inovação, no contexto escolar, frequentemente silencia as vozes dissonantes, não por adesão espontânea do professorado, mas pela falta de instrumentos teóricos críticos que o debate enseja, além da imposição de uma sobrecarga de trabalho que vem alargando o horizonte da exploração do trabalho docente e se impondo via tecnologia.

No Brasil, a dialética passado/futuro está na raiz da nossa revolução burguesa, que projetou no porvir o horizonte do projeto nacional de superação das mazelas do subdesenvolvimento. Houve uma sobreposição da ideia de novo com a de progresso que se expressou na educação, no século passado como, a no movimento Escola Nova e nas reformas modernizadoras da educação do mesmo período. A identidade entre futuro e progresso também mobilizou o imaginário popular no sentido de acomodação de uma espera interminável por um porvir nunca atualizado. Nessa perspectiva, Rossi esclarece que a

[...] educação destinada ao progresso fez da coincidência entre o novo e o alheio um valor absoluto. A ideia de modernidade e de desenvolvimento permitiu que os republicanos brasileiros, influenciados pelo positivismo, desprezassem a diversidade cultural com o critério que opunha modernos e atrasados, futuro e passado. As ideias de normalização e exclusão podem ser admitidas simultaneamente se pensarmos na possibilidade de existência de um sujeito – o público escolar – que resistia à escolarização e um determinado tipo de Projeto de Escola (Rossi, 2005, p.943).

Considerando as dimensões ideológicas da inovação na educação que ora apresentamos, verificamos que os materiais da FRM oferecem uma confirmação empírica dessas dimensões. O trecho abaixo foi extraído dos referenciais curriculares de humanidades de seus materiais de Ensino Médio:

As propostas de **inovação** para o Ensino Médio buscam colocar o jovem no centro da vida escolar, promovendo uma aprendizagem significativa e que estimule seu desenvolvimento integral, por meio do incentivo ao protagonismo e à responsabilidade por suas escolhas futuras (FRM, s.d., p.36).

Partindo desse excerto, problematizamos a finalidade da inovação na qualidade de

categoria ideológica para os estudantes do ensino médio com base na formação preconizada pela Fundação Roberto Marinho, que estimula um suposto desenvolvimento integral.

Para dialogar com essa noção de formação integral, fazemos referência à escola unitária de Antonio Gramsci (Martins, 2021), a qual deve se propor a superar a cisão entre trabalho intelectual e manual, teoria e prática, e cuja perspectiva incorpore a dimensão de totalidade da categoria trabalho no processo de humanização dos sujeitos. Assim, o trabalho (e não o emprego circunstancial, característico das sociedades capitalistas) é o próprio princípio educativo da sociedade, capaz de superar o sistema capitalista de produção e fazer da educação um processo que verdadeiramente humaniza o ser humano.

As prerrogativas de formação escolar elaboradas e oferecidas pela FRM, ao contrário do que preconiza a escola unitária de Gramsci, dispõe na perspectiva individualista o seu horizonte formativo. Nesse sentido, as inovações educacionais devem apontar para a formação do indivíduo atomizado, aquele que exerce a cidadania na democracia consentida pela burguesia, a qual é absolutamente avessa à qualquer proposta de mudança basilar na sociedade. Assim, não é o ser humano aprendiz que produz a inovação no seu fazer pedagógico integral/unitário, mas a inovação que molda o ser humano ideal ao conjunto da sociedade burguesa, qual seja, um que trabalhe na medida das necessidades do mundo produtivo.

Da plataforma virtual de formação, a co.liga, importante mercadoria educacional da FRM, temos que:

Já a co.liga aposta no potencial da juventude para a agência em cultura, tecnologia e economia criativa, oferecendo formação gratuita em áreas como design, audiovisual, música, moda e tecnologia. Mais do que capacitação gratuita, a co.liga conecta talentos, empreendedores e profissionais em redes colaborativas, estimulando **inovação**, criatividade e geração sustentável de renda (FRM, 2025, p.20, grifo nosso).

A plataforma co.liga, uma das mais novas mercadorias da FRM, é voltada para as juventudes, principalmente a periférica, fornecendo uma série de cursos que formam para o mercado de trabalho pela via principal da empregabilidade e do empreendedorismo. A inovação, nesse contexto, serve aos interesses do mercado na medida em que direciona a capacidade criativa desses jovens para a autoexploração e alocação em uma dinâmica de mercado de trabalho esvaziada de direitos e garantias sociais. Aqui também identificamos a inovação a serviço da economia dos “bicos”, em que esses jovens podem

seguir trabalhando nas horas livres sem nenhum tipo de garantias e direitos. Hoje, a plataforma conta com quase 80 mil jovens cadastrados e mais de 100 empresas parceiras (co.liga, 2025), fato que a coloca em uma posição indubitável de referência para as juventudes em situação de desemprego.

Por fim, apontamos a forma como a ideologia da inovação aparece empiricamente nas unidades escolares da FRM, todas no estado do Rio de Janeiro. Voltada para a modalidade de educação mais historicamente negligenciada, a educação de jovens e adultos, a proposta de inovação como ideologia contribui para mascarar a precarização do processo educativo, através da economia de recursos, com a redução de professores à condição exclusiva de mediadores.

A Unidade Escolar é a instituição de ensino da Fundação Roberto Marinho voltada à oferta de Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental –Anos Finais e Ensino Médio), com base no Telecurso® e na Metodologia Telessala™ Incluir para Transformar. A proposta pedagógica combina flexibilidade, **inovação** e protagonismo, criando um ambiente de aprendizagem que valoriza trajetórias de superação e estimula o desejo de superação (FRM, 2025, p.75, grifo nosso).

A metodologia telessala é a mercadoria educacional que viabiliza o Telecurso, amplamente difundido no Brasil há décadas, cuja sobrevida expõe a persistência da problemática do fracasso escolar,⁵⁶ que é apontado, em grande medida, nos índices de distorção idade-série. A individualização do fracasso, revelada no trecho citado, é uma demonstração empírica de como a ideologia neoliberal se apresenta aos estudantes. Essa ótica estimula as “trajetórias de superação” e os “desejos de superação” como as maiores estratégias de recuperação da escolaridade para aqueles e aquelas que foram deixados para trás pelo sistema educacional.

Dessa forma, a inovação tecnológica⁵⁷ representada pela metodologia telessala serve para intensificar o controle sobre o processo de trabalho pedagógico, padronizando conteúdos e métodos, distanciando-o assim do horizonte emancipatório. Cabe esclarecer que historicamente a EJA não foi criada para promover a correção de fluxo, e sim para a garantia de direitos educacionais a todos. Essa modalidade precisa ser trabalhada como um espaço de formação crítica e construção coletiva de conhecimento e não de

⁵⁶Compreendemos que a questão do fracasso escolar é mais complexo e envolve debates amplos que estão para além dos índices e métricas estabelecidos pelos sistemas de ensino, contudo, citamos o fracasso escolar de forma ampla apenas para situar o debate em patamares menos abstratos.

⁵⁷O Telecurso é uma tecnologia educacional reconhecida pelo MEC, além de ser currículo referenciado para o Exame de Certificação de Competências para Jovens e Adultos (ENCEEJA).

incorporação acrítica de inovações tecnológicas, nesse caso, representado pela própria metodologia.

A análise empreendida na presente seção permitiu denunciar o caráter ideológico que permeia o discurso da inovação na educação, na medida em que este opera como mecanismo de legitimação da transposição de lógicas próprias da inovação tecnológica para o campo educacional. Tal movimento não só obscurece as especificidades dos processos formativos, como também contribui para a consolidação de uma racionalidade gerencial voltada ao alinhamento da escola às demandas do mercado. Nesse contexto, a Fundação Roberto Marinho configura-se como um intelectual orgânico de destaque na difusão dessa perspectiva, como se pôde constatar a partir do exame de seus materiais e relatórios, que funcionam como instrumentos de consolidação dessa agenda.

4.3.2 Educação profissional e o trabalhador de novo tipo

Levando-se em consideração as especificidades do sistema capitalista de produção, a especialização técnica do trabalhador é um requisito fundamental na composição das forças produtivas. Ainda que o setor privado tenha historicamente delegado ao Estado o custeio dessa formação para tornar as suas margens de lucro ainda maiores, como defendemos de forma central nesta tese, ele não abriu mão de disputar os sentidos dessa formação, assim a educação profissional não está alheia a essa intervenção privada.

Para limparmos o terreno de possíveis confusões teóricas, precisamos diferenciar o que seja a educação profissional e o ensino técnico. A educação profissional foi estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e constitui uma *modalidade educacional* que abrange diferentes níveis e formas de preparação para o trabalho e é definida como uma modalidade que “integra diferentes formas de educação, trabalho, ciência e tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (Brasil, 2004). Assim, a educação profissional é o fio condutor da Reforma do Ensino Médio e de seus itinerários formativos, estes de perspectiva curricular tão ampla. Já o ensino técnico hoje é entendido como uma possível etapa da educação profissional, exclusiva do ensino médio, que pode também ser considerado um itinerário formativo dessa etapa de formação escolar de acordo com a REM.

Compreendemos que as bases da consolidação do ensino técnico no Brasil antecedem a institucionalização da educação profissional, muito embora, atualmente, o

primeiro esteja inserido na segunda. Assim, seguimos a análise da educação profissional como uma categoria de conteúdo mobilizada pela Fundação Roberto Marinho em sua pedagogia política como reflexão, tanto da evolução das políticas públicas voltadas à formação para o trabalho, quanto dos sentidos atribuídos ao ensino técnico e à educação profissional ao longo do tempo.

O ensino técnico e profissional (em sentido *lato*) no Brasil é datado como tendo surgido no início do século XX, com as primeiras escolas profissionais em 1906, em atendimento à necessidade de formação de mão de obra na jovem república (Brasil, 2008). Essas escolas eram incipientes (apenas quatro unidades no estado do Rio de Janeiro) e voltadas para uma política assistencialista, porque eram direcionadas à profissionalização de jovens pobres. Entretanto, foi apenas com a constituição de 1937 que a formação técnica ganha envergadura institucional e passa a ser garantida como política pública. Foi ainda durante o governo Vargas (1942) que se criou o sistema S, sendo o SENAI o mais antigo de todos.

Com Kubitschek, o Estado passou a investir fortemente em infraestrutura, consolidando o setor automobilístico na industrialização nacional. O Plano de Metas (popularmente conhecido pelo slogan 50 anos em 5), ao prever o desenvolvimento da indústria nacional, foi o primeiro instrumento oficial a indexar o percentual de 3,4% do investimento privado na educação pública para que se pudesse mitigar o impacto orçamentário do custeio da formação de mão de obra capacitada no país (Brasil, 2008).

Apesar disso, foi apenas, com o início dos governos autoritários instituídos após o golpe de 1964, que a formação técnica e profissional ganhou um novo impulso. É preciso lembrar que o processo de construção do golpe foi feito a partir de um alinhamento estreito entre os militares brasileiros e o empresariado com os Estados Unidos, no auge da doutrina Monroe, que, dentre tantos outros dispositivos, considerou a América Latina como um território de influência exclusiva dos Estados Unidos. Esse alinhamento esteve para além da perspectiva econômica e incorporou princípios educativos daquele país, como já tivemos a oportunidade de melhor desenvolver quando incorporamos o debate sobre Teoria do Capital Humano (THC).

A concepção da educação como objeto de investimento público, porém de intervenção privada, é a grande contribuição da THC para a pedagogia política do grande empresariado na década de 1970. Contudo, não podemos negligenciar o papel importante da incorporação da psicologia behaviorista às propostas educacionais do período, “que busca tratar o ser humano como um organismo, enfocando a sua forma de reagir ao meio

ambiente natural, isto é, seu *comportamento* e não sua consciência” (Saviani, 2021, p.371). Assim, entendemos que foi uma escolha circunstancial a opção de fazer do ensino em geral, sobretudo sensivelmente o técnico, um ensino *tecnicista*.

Por esta razão, costuma-se classificar o modelo de educação do governo ditatorial dos militares como tecnicista, principalmente porque a Lei nº 5692, promulgada em 1971 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) consagrou o ensino técnico obrigatório como pedagogia oficial do regime, além de transpor dispositivos de aferição da eficiência industrial para a educação. De Saviani, temos uma importante definição de pedagogia tecnicista:

Com base no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. [...] Para tanto, era mister operacionalizar os objetivos e, pelo menos em certos aspectos, mecanizar o processo. Daí a proliferação de propostas pedagógicas, tais como o enfoque sistêmico, o microensino, o telensino, a instrução programada, as máquinas de ensinar etc (Saviani, 2021, p.382).

Dessa contextualização, entendemos que a pedagogia tecnicista esteve na raiz da difusão do ensino primário e secundário do pós golpe e, não coincidentemente, está na espinha dorsal da mercadoria mais importante da Fundação Roberto Marinho: o Telecurso. A primeira edição dele data de 1978 e se apresentou como um recurso disponível para suplementar a oferta de vagas em instituições oficiais de ensino. De acordo com Rodrigues (2020), essa mercadoria se consolidou no mercado e no Ministério da Educação, sendo um forte indício desse processo a realização de um seminário sobre o Telecurso como experiência de sucesso realizado na Escola Superior de Guerra e que contou com presença de Roberto Marinho e do reitor da Universidade de Brasília (Rodrigues, 2020, p.108).

Apesar de a década de 1980 ter representado o ocaso da ditadura militar (ainda que de forma gradual e segura) e de ter produzido uma nova constituição sob fins muito distintos das orientações anteriores, o tecnicismo na condição de ideologia escolar persiste com uma nova roupagem, o *neotecnicismo*. Isso se deve à crise iniciada nos anos 1970, que reconfigurou a lógica da produção em escala global e alterou as exigências em relação à formação para o trabalho. Enquanto no modelo fordista, a estreita correspondência entre produção e demanda gerava a rigidez da qualificação técnica, no cenário pós-crise, a flexibilização produtiva exigiu, por sua vez, um trabalhador

igualmente flexível.

No campo das ideias, a flexibilização produtiva regurgitou o pós-modernismo inspirado na obra mais importante de Jean-François Lyotard, *A condição pós-moderna*, que criticou aquilo que o autor chamou de *metanarrativas* para explicações da realidade. Nesse conjunto de supostas metanarrativas estão, dentre outras, o iluminismo e o marxismo. A obra desse autor é fundante do pós-estruturalismo e expressou o entusiasmo com o avanço tecnológico que se desdobrou na crença generalizada de que o avanço tecnológico por si é sinônimo de redução das desigualdades sociais.

Saviani sumariza essa transição entre rigidez e flexibilidade da seguinte forma:

Se o moderno se liga à revolução centrada nas máquinas mecânicas, na conquista do mundo material, na produção de novos objetos, a pós-modernidade centra-se no mundo da comunicação, nas máquinas eletrônicas, na produção de símbolos. Isso significa que antes de produzir objetos se produzem os símbolos; ou seja, em lugar de experimentar, como fazia a modernidade, para ver como a natureza se comporta a fim de sujeitá-la aos desígnios humanos, a pós-modernidade simula, em modelos, por meio de computadores, a imagem dos objetos que pretende produzir (Saviani, 2021, p.427).

Na verdade, a crise das metanarrativas se desdobrou na crise da ciência moderna, um dos pilares estruturantes do sujeito cartesiano típico da modernidade. Enquanto isso, no mundo produtivo, o capitalismo sobreviveu às custas de uma readequação da produção, e seu correlato, no campo das ideias, formou o sujeito neoliberal, absolutamente convergente à acomodação de tantas mudanças e que, quase como numa atitude neurótica e autodestrutiva, responsabiliza-se pelos seus eventuais fracassos, ainda que esses sejam puramente resultados da aplicação dos paradigmas neoliberais à vida.

Dessa forma, a legislação brasileira sobre a educação profissional pode ser compreendida para além de uma mera adesão ao paradigma neoliberal, embora se mantenha fortemente permeada por ele. Ainda que a legislação não se restrinja ao ensino técnico, não se configura, por outro lado, como expressão do trabalho enquanto princípio educativo semelhante ao da escola unitária proposta por Gramsci. Ao contrário, a educação profissional no Brasil revela-se marcada pela lógica neoliberal, que orienta suas diretrizes e finalidades. Essa característica também pode ser intensificada pela incorporação de experiências formativas advindas de espaços informais de educação, o que acentua sua permeabilidade a ideologias diversas e reforça sua função adaptativa aos interesses do mercado.

Ainda em construção com Saviani, o trabalhador de tipo neoliberal só tem no

horizonte as possibilidades que ele próprio é capaz de produzir, em um contexto de mundo do trabalho cujos aspectos de formalidade e de segurança vêm se desfazendo reforma após reforma. Assim,

E o que ele [trabalhador] pode esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do *status* de empregabilidade. A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. [...] A teoria do capital humano foi, pois, refuncionalizada [...] assumindo a forma de neoprodutivismo (Saviani, 2021, p.430).

Na perspectiva do trabalhador, a adesão quase acrítica aos novos imperativos do mercado acabou se tornando uma espécie de estratégia intuitiva como alternativa ao desalento, na medida em que seus instrumentos de luta e resistência, como os sindicatos e associações de trabalhadores, também foram fortemente abalados pelas reformas e propagandas neoliberais. Se é a empregabilidade o horizonte desse trabalhador, é também a sua responsabilidade tornar sua formação escolar (mas não apenas) um ativo em uma conjuntura em que cada um se torna um concorrente a ser superado.

A apropriação do ensino profissional sob a ótica neoliberal, que orientou a Reforma do Ensino Médio, resultou na incorporação, à legislação, de dispositivos que se configuram como distorções no campo educacional, ao apresentarem-se como alternativas para inserir os jovens em um mercado de trabalho marcado por crises recorrentes e aprofundadas. Nesse contexto, a retórica em torno da suposta obsolescência do currículo tradicional, associada à evasão escolar, funciona como mecanismo de ocultamento de uma realidade estrutural: a permanência de um contingente expressivo de jovens que, além de estudantes, continuam a exercer o papel de provedores de suas famílias.

Podemos entender, portanto, que seja uma falácia o vínculo necessário entre currículo e evasão escolar no Ensino Médio, presente nos novos documentos e que se manifestam, por exemplo, pela instituição do projeto de vida como componente curricular obrigatório. À medida em que as oportunidades de trabalho estável e qualificado têm sido cada vez mais escassas, torna-se imperativa a tarefa de *coaching* do professor, que se torna um aconselhador, um profissional que possui a missão impossível de extrair de realidades difíceis possibilidades quase universais de ascensão social pelo trabalho duro.

Todavia, não se trata de qualquer trabalho duro, mas um trabalho duro empreendedor, instável, autoexploratório e mimetizado de empreendedorismo, como se

todo o empreendimento se erguesse a partir do grau de voluntariedade de seu proponente e que diminuiu a importância da disponibilidade de capital que pode se transformar em mais capital. Assim, para que a noção de empreendedorismo pudesse ter algum eco nas camadas populares foi necessária muita propaganda e a presença de uma escola que, de alguma maneira, consentisse com essa condição de completa falta de perspectiva de horizonte profissional de seu alunado.

É a partir desse cenário de desalento generalizado, compartilhado não apenas pelos professores, que se observa o processo de apropriação do sentido da educação profissional pela Fundação Roberto Marinho, ao reduzi-la à noção de inclusão produtiva. Nesse movimento, as transformações do mercado de trabalho são apresentadas como desdobramentos inevitáveis da suposta evolução natural da dinâmica produtiva, marcada por crescente automação. A juventude, por sua vez, é interpelada a internalizar essa lógica em permanente atualização, de modo a ajustar-se às exigências do mundo produtivo e a garantir sua inserção considerada adequada.

Nesse contexto, não tratamos apenas da aquisição dos conteúdos programáticos dos currículos vigentes, mas também da capacidade de atuar na dinâmica flexível do mundo do trabalho. Assim, não é acaso o surgimento de soluções universais de estruturação curricular que formará o trabalhador apto à sobrevivência, por isso destacamos a *pedagogia das competências*.

Essa pedagogia se transformou no eixo estruturador da nova BNCC e exigiu da formação escolar a qualificação nos limites mínimos das necessidades do mercado de trabalho (destacamos aqui a ênfase dada às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática) e que todo o currículo gire em torno da formação dos predicados de um trabalhador de novo tipo (Neves, 2005): competente (em vez de qualificado), dócil e aquiescente ao projeto neoliberal como horizonte último da própria História.

Em diálogo com Acácia Kuenzer, entendemos que os predicados do trabalhador adequado ao trabalho, nesta nova etapa da acumulação capitalista, são destacados na passagem abaixo:

A mudança da base eletromecânica para a base microeletrônica, ou seja, dos procedimentos rígidos para os flexíveis, que atingem todos os setores da vida social e produtiva nas últimas décadas, passa a exigir o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, tais como: análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade diante de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir

a pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente e assim por diante (Kuenzer, 2005, p.86).

Podemos entender, assim, que a pedagogia das competências é um dispositivo refinado da orientação pedagógica adequada aos tempos de neoliberalismo e esvaziamento de uma formação profissional e técnica crítica. Ela fragmenta o conhecimento e desvaloriza a formação teórica, responsabiliza indivíduos por questões estruturais da sociedade, subordina a educação às demandas do mercado, além de fragilizar as relações trabalhistas que são fundadas na qualificação de seus trabalhadores (Ramos, 2002).

Das bases curriculares da Fundação Roberto Marinho, extraímos:

Das muitas inovações que a Base [BNCC] trouxe, destacamos três características: a perspectiva de que os estudantes tenham na escola um desenvolvimento integral, equilibrando aspectos do aprender, do saber fazer, do saber ser e do saber conviver, contemplados nas dez competências gerais da educação básica; a progressão das aprendizagens e do desenvolvimento individual e coletivo, ao longo de cada ano e etapa escolar; e a finalidade dos conhecimentos escolares no desenvolvimento do protagonismo do estudante, bem como em seu projeto de vida (FRM, s.d., p.6).

As matrizes curriculares da FRM partem das dez competências gerais da BNCC⁵⁸ e acrescentam um tipo de competência que não é diretamente mencionada nos documentos oficiais: as *competências socioemocionais*. Magalhães e Rodrigues (2022, p.14) propõem uma conexão intrínseca entre as dez competências da BNCC com as competências socioemocionais, mobilizadas, sobretudo, no contexto pós-pandemia da COVID-19, para dar corpo a sua perspectiva de educação integral, conforme descreve o Quadro abaixo:

Quadro 7 - Relação entre as dez competências gerais da BNCC e as competências socioemocionais

Competências gerais da BNCC	Competências socioemocionais mobilizadas
-----------------------------	--

⁵⁸ As dez competências gerais da BNCC são, nesta ordem: conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania.

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.	Curiosidade para Aprender (para valorizar o conhecimento e continuar aprendendo); Respeito e Responsabilidade (para usar o conhecimento na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva).
Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.	Curiosidade para Aprender (para abordar ativamente a ciência, a pesquisa e a reflexão); Imaginação criativa (para investigar causas e hipóteses e gerar novas soluções para problemas importantes).
Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	Interesse Artístico (para apreciação de várias manifestações artísticas e culturais e participação em produções artísticas e culturais).
Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.	Iniciativa Social (para expressar e compartilhar suas próprias experiências, ideias e sentimentos com os outros); Empatia (para produzir significados que levam à compreensão mútua).

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.	Iniciativa Social e Responsabilidade (para se comunicar com outras pessoas e divulgar informações de maneira ética); Imaginação Criativa (ao utilizar as habilidades computacionais para produção de conhecimento e resolução de problemas).
Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.	Determinação, Organização, Foco, Persistência e Responsabilidade (para ter objetivos claros e saber como alcançá-los; ter habilidade de fazer escolhas com autonomia); Assertividade (para conhecer suas preferências e fazer escolhas adequadas a elas).
Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.	Empatia, Respeito e Assertividade (para negociar e defender adequadamente as ideias e os direitos humanos); Responsabilidade e Autoconfiança (para o consumo responsável e o cuidado de si e dos outros), além de habilidades envolvidas em Pensamento Crítico (híbrida).

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.	Autoconfiança, Tolerância ao Estresse e Tolerância à Frustração (para cuidar de sua saúde física e suas emoções, envolvendo a resiliência emocional e a autoconsciência).
Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.	Empatia (para ajudar a entender as experiências e pontos de vista de outras pessoas), Respeito (para aceitar a diversidade de outras pessoas sem preconceito), e Confiança (para se envolver totalmente no diálogo e cooperar com as outras pessoas, independentemente de qualquer diferença na história de vida).
Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Empatia, Respeito e Confiança (para a ação coletiva com base em princípios inclusivos e de apoio); Iniciativa Social, Determinação e Responsabilidade (para se envolver com as ações e praticar o exercício da boa cidadania em uma sociedade diversa); Tolerância ao Estresse (para que tudo isso ocorra juntamente com resiliência emocional).

Fonte: IAS, 2020, adaptado pelos autores.

As competências socioemocionais são apresentadas como solução para o incremento da autonomia e para o manejo das próprias frustrações ante a falta de estrutura de trabalho e a precariedade das relações trabalhistas como condição estruturante da educação pública brasileira e são fundamentais para o projeto de educação para a classe trabalhadora. Ao manejar seus afetos pela via comportamental, aliada às décadas de construção da ética do sujeito neoliberal, que se responsabiliza pelo seu sucesso ou seu fracasso, tem-se o combo completo: uma perspectiva educacional que forme para o aprofundamento da exploração do trabalho e para o manejo autônomo do sofrimento psíquico.

Essas premissas que apontam adesão imediata à BNCC, com suas dez competências gerais e as competências socioemocionais a elas associadas, vão compor o escopo do que se entende como *desenvolvimento integral* na perspectiva da FRM, que

sinaliza:

Podemos afirmar, assim, que o propósito central da educação escolar é ensinar para que o estudante aprenda a resolver os problemas da vida e os desafios contemporâneos, dos mais simples aos mais complexos, utilizando como meios os conhecimentos aprendidos nas áreas de conhecimento e seus componentes curriculares (FRM, 2020, p.13).

Portanto, para a FRM, os conhecimentos socialmente construídos, ao longo da história, são *meios* e não *fins*, sendo a escola a responsável por fazer um uso instrumental deles com a finalidade precípua de resolução de problemas. E quais problemas são esses? Havemos de perguntar e responder: são exatamente aqueles gerados pelas contradições insuperáveis resultantes das relações entre capital e trabalho.

Em resumo, a educação profissional, como categoria de conteúdo extraída dos documentos analisados, sintetiza parte fundamental do programa pedagógico da FRM por ir além do programa de ensino técnico de caráter tecnicista e por incorporar a pedagogia das competências em suas mercadorias digitais. Além disso, ela tem sido uma grande propagandista dessa pedagogia nos documentos oficiais, como a BNCC, dos quais podemos extrair competências socioemocionais correlatas. A formação para o trabalho, na ótica da FRM, é aquela que formará sujeitos ativamente submissos, que é o trabalhador ideal para o conjunto do empresariado.

4.3.3 As plataformas da FRM como modernizadoras necessárias do seu projeto de ensino e do mundo do trabalho

Ao entender a plataformização como uma categoria de análise e empreender uma tentativa de compreensão da forma como ela vem organizando o trabalho digital, na contemporaneidade, defendemos que esse processo se atualiza na educação com objetivos bastante semelhantes: esvaziar a autonomia docente, aumentar o sobretrabalho e controlar esse trabalho com mecanismos cada vez mais sofisticados.

Para que esse processo se consolide, torna-se necessário desmontar as resistências que ainda possam emergir. Isso pode ocorrer pela via da exaustão laboral dos docentes – fragilizando sua capacidade de organização coletiva –, pela construção de uma representação idealizada das plataformas como instâncias inexoráveis da modernização educacional ou, de modo mais coercitivo, mediante a vinculação da remuneração e de eventuais sanções laborais ao uso contínuo e obrigatório dessas ferramentas.

No que tange à representação ideal das plataformas como soluções educacionais eficientes, vemos, no discurso corrente, uma importante articulação entre a ideologia da inovação, a praticidade do uso das plataformas e principalmente a suposta democratização do acesso a elas, à medida em que as políticas públicas de digitalização das escolas vêm sendo ampliadas. Ainda assim, existe um longo caminho a percorrer para que as plataformas se assentem não apenas na dinâmica do trabalho, mas que também sejam capazes de absorver e mercantilizar todas as dimensões da vida humana.

A Fundação Roberto Marinho tem uma importante participação no processo de plataformização da educação, ainda que seu nicho, nesse segmento específico, não seja a educação formal. Podemos afirmar com segurança que o produto que mais alavancou a atuação da FRM ao longo do tempo, o Telecurso, é uma das plataformas educacionais mais antigas do país, que se estabeleceu quando a internet não passava de um projeto da área militar.

Apesar de o Telecurso seguir como uma ferramenta em uso, em escolas próprias ou em esquema de parcerias público-privadas com secretarias de educação, hoje são as plataformas co.educa e o.liga que representam bem o que a FRM entende por plataformas educacionais. A primeira é voltada para professores e estudantes e reúne conteúdos curriculares e materiais de apoio pedagógico, e a segunda é direcionada para adolescentes e jovens e concentra cursos de formação de curta duração para o mercado de trabalho. Falaremos com mais detalhes sobre como cada plataforma funciona.

Segundo sua *website*, a co.educa “é um espaço virtual de consulta e partilha, que provoca a comunidade educativa a (re)pensar e a potencializar processos de aprendizagem” (co.liga, 2025a). Cada professor ou estudante, ao se cadastrar na plataforma, pode produzir, selecionar ou armazenar seus conteúdos para que possa servir de fontes de pesquisas para planejamento das aulas ou mesmo como recurso pedagógico auxiliar.

A co.educa reúne material de todas as áreas de conhecimento do ensino fundamental, médio e EJA e disponibiliza acesso facilitado a diversos tipos de mídias, como podcasts, cursos, trilhas, jogos etc. A plataforma é bastante extensa e apresenta diversidade de temas, reunindo acervos da própria FRM, do Canal Futura e da FAPESP, fato que certamente confere um caráter de institucionalidade à plataforma, gerando maior confiança na fonte. É digno de nota que o necessário processo de cadastramento, para a utilização de todas as funcionalidades da plataforma, reforça o processo de dataficação com informações sobre acessos e formas de uso que podem virar mercadoria, na medida

em que a FRM possui parceria com o Google for Education desde a pandemia da COVID-19.

A proliferação dessas plataformas como a co.educa retira do professor o papel de curadoria sobre os elementos que compõem o seu planejamento, na medida em que terceiriza a função para a plataforma. Apesar de não entendermos o uso dessas plataformas como uma questão moral, de educadores descompromissados com o processo educativo e com a formação crítica de seus educandos, a organização estruturante do trabalho pedagógico vem aumentando o grau de responsabilização docente pelos processos educativos, restando cada vez menos tempo (e/ou disponibilidade física e mental) para se pensar a prática de forma crítica. São nessas fissuras que as plataformas se vendem como esperança de redução do trabalho e garantia de possibilidade de conclusão do interminável trabalho pedagógico e burocrático exigido cada vez com mais intensidade.

O funcionamento de plataformas, como a co.liga, também pode nos ajudar a compreender como a intensificação do seu uso eleva a mais-valia absoluta dos professores, já que a “economia de tempo”, gerada pelas plataformas, pode ser revertida em maior tempo de trabalho com turmas, tantas delas superlotadas, ou até mesmo para a redução de pessoal especializado, na medida em que pode ser produzido por plataformas. Além disso, também existe um aprofundamento da mais-valia relativa quando a produtividade de conteúdo intelectual, ainda que de baixa qualidade é gerado, retroalimentando o imperativo da plataforma na prática docente.

Também destacamos como esse tipo de plataforma possibilita a subsunção real do trabalho pedagógico ao capital, reestruturando o trabalho docente em função da métrica empresarial, como o engajamento de estudantes, gamificação do aprendizado, remodelamento do trabalho pedagógico, a partir de resultados oferecidos pelas plataformas, e a mercantilização do conhecimento, pois cada aula gravada, por exemplo, pode se tornar uma mercadoria. A propaganda empresarial sobre as plataformas impede de se gerar essa problematização, na comunidade escolar, e elas acabam se enraizando no cotidiano da escola e se passando por ferramentas aliadas do professor e do estudante quando, na verdade, contribuem para mistificar a contradição entre capital e trabalho, aprofundando a exploração do trabalho docente e do futuro trabalhador, o estudante.

Para o segmento estudantil, a FRM também oferece os serviços da plataforma co.educa, conforme debatemos, mas também uma segunda, a plataforma co.liga, esta mais voltada para a educação profissional pela via da inclusão produtiva. Essa outra

plataforma, oferecida gratuitamente pela FRM, se apresenta como uma “escola virtual” de cursos e de oportunidades profissionais, conectando pessoas entre si ou a partir de editais de parcerias com ONGs, empresas e até mesmo prefeituras (co.liga, 2025a).

A co.liga oferece 55 cursos divididos em nove categorias - artes visuais, temas transversais, música, multimídia, design, patrimônio cultural, tecnologia, gastronomia e moda - além de mentorias voltadas para a juventude. Essa plataforma está intimamente relacionada com a predisposição da FRM com a educação profissional e mobiliza todo o léxico das categorias de conteúdo que extraímos dos materiais da FRM, como inovação, tecnologia, plataformas etc.

De acordo com a *website* da co.liga, são mais de 80 mil jovens cadastrados, tendo sido já distribuídos mais de 32 mil certificados de conclusão de cursos (co.liga, 2025b). Todos esses jovens, para ter acesso ao material, aos cursos e aos editais, precisam ser cadastrados, situação que gera uma maior amplitude de coleta de dados e expansão da marca da FRM e da Globo. Esse enorme contingente de jovens que utiliza a plataforma para aumentar a sua empregabilidade contribui para a renovação da marca Globo a novos patamares, agora mais conectados com a face digitalizada da economia e capaz de dialogar com as juventudes de forma direta.

Os editais lançados pela plataforma co.liga, em parceria com diversos atores da sociedade civil e política, funcionam como uma grande seção de classificados de empregos precarizados, principalmente, na área de produção de eventos. São mais de 40 editais já lançados em parceria com a Fundação Itaú, Pretahub, Sistema S, dentre outros. O quadro abaixo sistematiza alguns desses editais, relacionando o caráter da contratação, a formação requerida desse trabalhador e o valor da remuneração.

Quadro 8 - Editais de seleção constantes na plataforma co.liga

Edital	Público-alvo	Regime de Contratação	Valor da Bolsa / Remuneração/ Premação
co.liga + Fundação Itaú (São Paulo/SP)	Estudantes	Freelancer	R\$1.200 e adicional de R\$ 200 para auxílio transporte/ alimentação nos dois dias de evento

co.liga + Prefeitura de Senador Canedo (GO)	Formação em Memória, Patrimônio e Cultura	Bolsa	R\$ 400,00
co.liga + World Creativity Festival	Estudantes	Experiência formativa + trabalho no evento	Não informado
Edital co.cria	Formação em Design	Formação e premiação de projetos selecionados	Prêmios em dinheiro: 1º lugar R\$ 5.000; 2º R\$ 3.000; 3º R\$ 2.000
Edital World Creativity Day (WCD)	Formação audiovisual + produção de curtas	Formação + bolsa	R\$ 500,00
Edital Juventudes Alagoanas	Projetos culturais executados por OSCs	Premiação de Projetos selecionados	R\$ 50.000 para cada OSC selecionada
co.liga + MICBR	Estudantes aptos a trabalhar em festivais e eventos culturais	Bolsa	R\$ 1.400,00
co.liga + Canal LIKE	Assistente de edição de vídeo	MEI	R\$ 1.500 por mês + alimentação
co.liga + Instituto Equatorial	Pessoas entre 18 e 59 anos	Formação e premiação de projetos selecionados	Bolsa de R\$ 300,00 durante a formação e três projetos selecionados: 1º lugar: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); 2º lugar: R\$ 3.000,00 (três mil reais); 3º lugar: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de co.liga, 2025c.

O quadro acima apresentou sumariamente nove editais de seleção diferentes para estabelecer um panorama qualitativo mais geral do tipo de trabalho oferecido pela

plataforma. Ilustrativamente, destacamos o último edital que consta no quadro, realizado em parceria com o Instituto Equatorial⁵⁹. Esse edital selecionou 300 pré-projetos, para o desenvolvimento de trabalhos na área socioambiental, elaborados por candidatos de sete estados brasileiros (Alagoas, Amapá, Goiás, Maranhão, Pará, Piauí e Rio Grande do Sul), que deverão participar de cursos, mentorias e aulas magnas a fim de disputar três prêmios em dinheiro destinados aos projetos mais bem avaliados.

A expansão de editais e chamadas públicas, como a exemplificada acima, é frequentemente celebrada como um passo decisivo para a inclusão produtiva, a mobilização das juventudes e o fortalecimento da “economia criativa”, no entanto, cabe lançar uma leitura crítica que problematize essa dinâmica à luz dos marcos da plataformização do trabalho e da precarização no atual capitalismo da era digital. Esses editais tendem a reforçar a ideologia do esforço individual, retirando o foco das estruturas de exploração do trabalho e do meio ambiente e criando o cenário ideal para a desresponsabilização do sistema capitalista e de seus administradores, os verdadeiros destruidores das condições de sustentabilidade do planeta.

Além disso, esse tipo de expansão de propostas laborais segue afinada com o processo de plataformização do trabalho, na qual a promessa de autonomia e flexibilidade mascara condições reais de instabilidade, fragmentação e ausência de garantias de proteção ao trabalho, à semelhança da propaganda feita por empresas como a Uber e a Ifood. A crescente exigência de elaboração de propostas, relatórios, prestação de contas, indicadores de impacto, orçamentos e narrativas de “impacto socioambiental” transforma os candidatos e realizadores de projetos em produtores de trabalho intelectual em série. No edital em questão, e também em todos os outros acima relacionados, a produção é sub-remunerada, com bolsas e premiações eventuais, sujeita a processos de seleção altamente competitivos e sem garantias de continuidade.

Em muitos casos, quem participa desses processos se vê diante de uma rotina de trabalho frenética com as múltiplas mentorias, aulas magnas e afins, lidando com eventuais transformações de finalidades, objetivos ou outras correções de rotas no projeto, originadas pelas demandas das formações. Além disso, esse tipo de trabalho é realizado com forte pressão por prazos e avaliação, muitas vezes sem reconhecer o tempo

⁵⁹ O instituto Equatorial é um APH ligado ao Grupo Equatorial, empresa de fornecimento de energia de estados do Norte e Nordeste do Brasil.

despendido nas formações como tempo de trabalho ou sem que ele seja considerado como parte de uma carreira ou trajetória de pesquisa sustentável no tempo.

Por fim, tendo compreendido a importância das plataformas para a construção do projeto educacional e para a inserção no mundo do trabalho pela FRM e observado como esse projeto se concretiza na realidade, avançamos para a próxima etapa de trabalho dessa frente, a mais audaciosa dos últimos anos – a realização do Movimento Luz na Educação (LED). Entendemos ser esse um movimento audacioso: parte por ter o país inteiro como dimensão do seu alcance e parte pelo montante oferecido como premiação aos projetos, cujo valor ultrapassa a casa dos milhões de reais. Na discussão, o diálogo com as categorias de conteúdo que constam no presente capítulo reaparecem, demonstrando a validade e a correspondência com a realidade da metodologia adotada.

Dessa forma, o diálogo orgânico entre Globo e Fundação Roberto Marinho, presente no Movimento LED, reforça os vínculos estruturais entre essas duas frentes de atuação, fator que nos autoriza a compreender esse Movimento como um capítulo de um todo, como um projeto maior e mais completo de intervenção nas práticas sociais educativas, com a intenção de se legitimar como um dos atores mais relevantes do debate educacional no país e capilarizar sua marca.

5 O MOVIMENTO LED COMO A MAIS NOVA ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO DA PEDAGOGIA POLÍTICA DO GRUPO GLOBO/FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Ao longo dos quase cinquenta anos da ação organizada na educação pelo Grupo Globo, instrumentalizada pela Fundação Roberto Marinho, a intervenção dessa fração burguesa, na educação pública, vem se materializando em uma reformulação da política interna da *holding* a reboque da transição digital da economia. Além disso, o conteúdo dessa ação também vem se alinhando aos debates dos setores da sociedade entendidos como progressistas que, como já foi abordado nesta tese, incorporam pautas de opressão a partir da perspectiva liberal e reproduzem o capitalismo de forma mais acessível a alguns indivíduos das classes subalternas.

A conjunção entre a forma capitalista digital e o conteúdo aparentemente progressista, articulados pelo Movimento LED, origina uma contradição da ação dessa fração empresarial, que apenas pode ser entendida como tal de modo superficial. É preciso imergir na contribuição dos pensadores da Terceira Via e na atualização do neoliberalismo de abordagem social para compreender como é possível que uma articulação aparentemente antagonica possa se manifestar na realidade como um projeto viável de construção de hegemonia.

Dessa forma, é necessário fazer uma discussão preambular do Movimento LED a partir do que se categoriza como a *direita para o social* (Martins, 2010), cuja forma de intervenção neoliberal, em dado momento histórico, entende ser necessário estabelecer patamares mínimos de sobrevivência dos mais empobrecidos e de participação social controlada, a fim de mitigar os desdobramentos revolucionários decorrentes do aprofundamento sistemático das desigualdades sociais.

Portanto, esse capítulo se organiza de modo a, primariamente e de forma sumária, apresentar a discussão da Terceira Via sob a perspectiva crítica, principalmente convocando seu principal proponente, Anthony Giddens, para somente depois abordar o Movimento LED e seus desdobramentos na realidade. Assim procedendo, entendemos ser viável fazer as interseções possíveis entre o debate das categorias de análise, que apresentam a forma de ser do capitalismo na era digital, e as categorias de conteúdos, que expressam o substrato do trabalho desses agentes em específico, bem como seu horizonte de expansão.

5.1 A Direita para o social e os mecanismos de captura da consciência crítica dos subalternos

O entusiasmo enunciado pelos teóricos pós-modernos que julgaram superada a forma industrial fordista gerou um clima geral de possibilidade de superação das desigualdades sociais e econômicas pela via da cultura, da linguagem e das novas tecnologias digitais. Essa recalibragem do capitalismo por uma forma neoliberal mais suavizada na aparência caracterizou a Terceira Via, cujo autor mais produtivo desse período é Anthony Giddens. Para ele, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, ao longo da história, culminou no inevitável surgimento de fatores sociais e econômicos que caracterizaram essa condição de superação dos Estados de Bem-Estar Social no centro do capitalismo.

Sobre a Terceira Via, André Martins *et al.* comentam que

Para a Terceira Via, o mundo mudou muito nas últimas décadas e as sociedades se redefiniram, fazendo surgir uma “ordem social pós tradicional” que se consolidou com a Guerra Fria. A ordem social pós tradicional seria formada a partir de três fenômenos fundamentais: a “crise da tradição”; a “cultura cosmopolita”, impulsionada pela globalização intensificadora; e o “novo individualismo” expresso pelas mudanças ocorridas na vida cotidiana e na cidadania (Martins *et al.*, 2010, p.106).

Giddens (1999) propõe, em sua obra mais conhecida, que a superação do regime dos soviéticos representou a derrocada final de todo horizonte histórico que não seja determinado pelo capitalismo como modo de produção hegemônico, em que o fluxo livre de capitais, nunca antes testemunhado na história humana, precisou se assentar nas bases fundamentais descritas na citação acima. Essa incontornável condição era o substrato com o qual as pessoas precisaram lidar e a consequência mais imediata é a redefinição do papel dos Estados Nacionais, conduzindo a um suposto esfacelamento dos nacionalismos e que acomoda as identidades nacionais possíveis sobre o consumo e o individualismo.

Sobre o referido contexto histórico, Martins *et al.* explicam que:

O que importa é a natureza mesma destas novas identidades que estão sendo construídas nessas sociedades. Sem dúvida, tais identidades na “sociedade pós-tradicional” ou, simplesmente, no “novo mundo” reforçam, atualizando, os valores clássicos do liberalismo: liberdade, igualdade e fraternidade. A liberdade é agora traduzida no novo individualismo; a fraternidade, por sua vez, materializa-se no processo de globalização e a igualdade é representada,

simultaneamente, pela aceitação das diferenças culturais e pelo rechaço ao antagonismo de classe. Esses valores foram condensados no projeto político da Terceira Via como as três principais determinações da nova sociedade (Martins *et al.*, 2010, p.119).

Desse momento histórico resultou o fortalecimento de um estrato da burguesia muito interessada na construção de uma nova hegemonia que se originou da ideologia da Terceira Via: a esquerda para o social. Ao estado coube ocupar-se de desregular os mercados a fim de garantir o livre trânsito de mercadorias e de capitais, além de garantir a participação cada vez mais orgânica do empresariado na tomada de decisões sobre as políticas sociais (a partir de parcerias, participação em conselhos, nos ministérios e secretarias etc.), dentre elas, a educação.

Às camadas populares, desamparadas pelo Estado e privadas da perspectiva de um projeto de sociedade alternativo ao capitalismo, que segue se mantendo como horizonte aparentemente intransponível, restou a mobilização política no campo moral e ético. Esse campo é representado tanto pela instrumentalização política de dogmas religiosos em forma de pânico moral quanto, paradoxalmente, pela contestação das tradições que deles derivam. Nesse processo, emergem setores da esquerda que deslocam a centralidade da luta de classes para as disputas em torno das transformações de costumes, priorizando as lutas contra as opressões específicas em detrimento da crítica às contradições estruturais do capitalismo.

Outra marcante referência nesse debate foi Zygmunt Bauman, um sociólogo polonês que se colocou como um importante intérprete dessa fase do capitalismo. Ele é reconhecido pelo seu esforço de propor categorias analíticas para pensar a subjetividade na pós-modernidade, essa etapa que, supostamente, deixou o paradigma moderno da rigidez para trás. Com isso, acabou sendo um importante tradutor do espírito do tempo desses anos anteriores à crise de 2008 em que toda a propaganda de superação da modernidade parecia ser o único substrato a partir do qual se poderia pensar.

[...] a novidade da abordagem pós-moderna da ética consiste primeiro e acima de tudo não no abandono de conceitos morais caracteristicamente modernos, mas na rejeição de maneiras tipicamente modernas de tratar seus problemas morais (ou seja, respondendo a desafios morais com regulamentação normativa coercitiva na prática política e com a busca filosófica de absolutos universais e fundamentações na teoria). Os grandes temas da ética - como direitos humanos, justiça social, equilíbrio entre cooperação pacífica e autoafirmação pessoal, sincronização da conduta individual e do bem-estar coletivo - não perderam nada de sua atualidade. *Apenas precisam ser vistos e tratados de maneira nova* (Bauman, 1997, p.8, grifo nosso).

O pensamento de Bauman contribuiu muito para o deslocamento da crítica social, antes baseada em pressupostos históricos e materiais, principalmente, pelos campos de esquerda, para a preponderância de uma epistemologia da ética e da moral entendidas como a “maneira nova” de se estabelecer contato com temas que concernem à condição humana. Ainda que Bauman não tenha sido um propagandista do relativismo moral, em uma espécie de vale-tudo, quando o tema é as ações humanas, o caminho que sua crítica à ética da Modernidade tomou acabou subsidiando um debate absolutamente abstrato, manifesto nas inúmeras alegorias de existências “líquidas”⁶⁰ que perfilam os títulos mais conhecidos de suas obras.

Entretanto, o que as décadas de capitalismo neoliberal têm demonstrado é que a própria identidade virou uma mercadoria e, como tal, perfeitamente ajustável ao gosto do cliente. Enquanto os subalternos se distraem com o gasto da energia de contestação, na luta pelas liberdades individuais de forma absolutamente desligada das dimensões de classes, a acumulação de capital segue imune e, ainda, mercantilizando a opressão e tornando a construção de alternativas ao sistema capitalista um sonho impossível de ser sonhado coletivamente.

Assim, a direita para o social é um refinamento da ação da classe dominante que vem dando tão certo que a crise de 2008 e seus desdobramentos não puderam fazê-la desaparecer. No caso do Grupo Globo e da Fundação Roberto Marinho, a ação socialmente responsável sob a perspectiva da direita para o social é um dos pilares de sua atuação nos dias de hoje, fato que vem renovando a sua legitimidade no debate público. Além disso, nossos referidos atores não apenas se legitimam no debate público como referência de inclusão e representatividade, mas também pautam o debate público possível e mercantilizam as subjetividades.

Compreendendo que a direita para o social traduziu o neoliberalismo em novos termos para torná-lo mais palatável e que, para tanto, compatibilizou (e potencializou) o processo crescente de acumulação de capital, com a concessão de algum nível de espaço, para os segmentos oprimidos da classe trabalhadora, como as mulheres, a negritude, a população LGBTQIA+ etc., identificamos três dimensões das consequências sobre a

⁶⁰ Em referência às obras escritas pelo autor nas quais o adjetivo *líquido* caracteriza a vida, o amor, a vigilância e a própria Modernidade. Essa adjetivação remete à característica fundamental dos líquidos, materiais sem forma definida, que se adaptam aos receptáculos onde estão, diferentemente dos sólidos, firmes, constantes. A dimensão líquida da vida sugere que a efemeridade e a mutação são a nova essência das relações humanas.

imobilização da resistência social possível ao capitalismo, as quais explicitaremos a seguir:

1) Esvaziamento da radicalidade das questões de opressão

O que chamamos de questões de opressão são as pautas dos segmentos, identificados como “minorias”, que exigem maiores direitos e participação política na sociedade, que se desdobram na luta pela autonomia e pela sobrevivência desses segmentos, muitas vezes, subalternizados. Essas demandas são justas e a luta pela emancipação de todas as pessoas é necessária.

Entretanto, quando essas questões aparecem desassociadas das contradições entre capital e trabalho, elas perdem sua capacidade de verdadeira emancipação e são apresentadas como questões de “diversidade”, “representatividade” e “equidade”. O racismo, por exemplo, é deslocado de sua dimensão histórica e de classe – um elemento estruturante do capitalismo brasileiro – e passa a ser apresentado como um problema moral, no qual algumas pessoas sem senso de coletividade e preconceituosas praticam atos racistas como se fossem casos isolados.

Então, se o racismo pode ser entendido como um desvio moral dos indivíduos, seja em sua vida pública seja em sua privada, acabar com ele é uma questão de esclarecimento, solução que pode perfeitamente ser incorporada pelo empresariado como uma política de responsabilidade social, uma vez que essa forma de abordagem do problema não é contraditória com o regime de acumulação. Dessa forma, a alguns indivíduos negros é permitido acessar estratos superiores da pirâmide social (e não sem contradições) para que assim eles sejam os modelos de representatividade para o conjunto da população negra, situação que, no final das contas, imobiliza qualquer pauta que questione as origens e os determinantes da exclusão racial. De forma similar, a opressão de gênero, de homofobia, dentre outras, são resumidas à questão de “respeito à diversidade” e não de igualdade de condições de existência.

2) Mercantilização da Resistência

Outra importante dimensão da absorção das pautas de opressão pelo empresariado é que se tornou possível fazer da identidade uma mercadoria em que, por exemplo, mulheres se tornam empoderadas pelo consumo de produtos cada vez mais nichados, a diversidade racial vira política de *blackwashing*⁶¹ e de representatividade, o consumo da

⁶¹ *blackwashing* é um termo incorporado do inglês, porque não encontramos correlatos na língua portuguesa, que se refere às estratégias adotadas pelo empresariado para tornar suas marcas mais “negras”,

população LGBTQIA+ é instrumentalizado no *pinkmoney*⁶². A mercantilização da ação desses segmentos neutraliza a capacidade de radicalização e faz a ação política ser mediada pelo consumo e pela performance.

3) Transformismo de lideranças

Tivemos a oportunidade de esclarecer na nota 10 o que entendemos como transformismo, um conceito extraído das obras de Antonio Gramsci que denunciou a adesão de elementos dos estratos subalternos ao programa das classes dominantes. Entendemos que essa dimensão da atuação da direita para o social é a mais relevante no Movimento LED, na medida em que o financiamento de projetos, prêmios em dinheiro e exposição midiática cria um estrato intelectual que replica os interesses da classe dominante.

Essas pessoas mobilizadas pelo LED, as premiadas com dinheiro ou não, são chamadas de *embaixadores* e são responsáveis por percorrer estados e municípios, país afora, fazendo propaganda do Movimento LED, seja a partir dos apoios institucionais, seja participando de eventos e palestras. Assim, de forma consciente ou não, todos os responsáveis pelos projetos selecionados são multiplicadores da ideia de que a direita para o social – representada, no caso específico, pela Globo e pela Fundação Roberto Marinho – é agente da democratização e da melhoria da educação pública no Brasil.

De forma a desatar os nós lógicos que embaçam a visão crítica, quando concentramos esforço analítico na compreensão da ação do empresariado socialmente responsável, a próxima seção se propõe a interpretar o Movimento LED à luz das nossas categorias de análise, extraíndo, tanto das fontes materiais quanto da nossa experiência empírica, elementos de desvelamento da essência dessa política empresarial. Assim, deixamos claro que o Movimento LED é uma ação sustentada pela frente social-liberal, de esquerda para o social, que contribui para a alienação da população em geral, mas mais especialmente dos profissionais da educação, da dimensão crítica de sua prática.

5.2 O Movimento LED

Ressaltado o trabalho cooperativo entre Globo e Fundação Roberto Marinho, que ficou ainda mais orgânico com a incorporação da Fundação à *holding* que controla todo

indo de políticas de contratação de mão de obra especializada, passando pela publicidade, até a criação de nichos de venda de produtos para pessoas pretas e pardas.

⁶² O *pinkmoney*, ou dinheiro rosa, refere-se ao consumo da comunidade LGBTQIA+.

o Grupo Globo, entendemos que os projetos educativos dos dois CNPJs estão cada vez mais fusionados, e o Movimento LED é a materialização desse processo. O Movimento, lançado em dezembro de 2021, conta com apenas quatro edições até o momento (2022, 2023, 2024 e 2025). Esse fato impõe o significativo desafio de estabelecer as bases para a análise apresentada nesta seção, por ser uma fonte material ainda em construção. De acordo com os seus organizadores, o Movimento LED é “Uma iniciativa da Globo e da Fundação Roberto Marinho que visa iluminar e disseminar as práticas inovadoras que transformam a educação no Brasil” (Globo, 2022).

Figura 18 - Metas para o trabalho na educação que constam no relatório ESG da Rede Globo.

Educação como vetor de transformação do país			
Apoiar ativamente a educação como vetor de transformação do Brasil.			
Metas 2030	Status 2024	Temas materiais	ODS
Seremos um ponto de encontro, espaço de troca de experiências e referência entre formadores de opinião e interessados em educação.	Prêmio LED: 2.301 iniciativas inscritas Desfile LED: 2.396 iniciativas inscritas; Festival LED Rio: 8.000 participantes presenciais; Festival LED Belém: 2.500 participantes presenciais; Comunidade LED: 22 encontros realizados e 58 horas de capacitação (formação coletiva e mentorias individuais).	Responsabilidade social e corporativa; e Diálogo com stakeholders	1 10 16 4 11 17
Atuaremos na construção de alianças estratégicas para viabilizar campanhas e projetos de impacto em educação.	Consolidamos o conselho curador do Movimento LED e desenvolvemos o Movimento Educa 2030.	Responsabilidade social e corporativa; e Diálogo com stakeholders	1 10 16 4 11 17
Sistematizaremos iniciativas formando um acervo de casos de sucesso que possam também ser inspiradores em outros contextos.	Banco de boas práticas já soma 39 metodologias compartilhadas na Comunidade LED.	Responsabilidade social e corporativa	1 10 16 4 11 17
Fortaleceremos os diversos atores da educação por meio de narrativas e representações positivas de professores, gestores e estudantes de forma transversal em nossas multiplataformas.	O Especial LED alcançou 175 milhões de pessoas.	Responsabilidade social e corporativa; e Diálogo com stakeholders	1 10 16 4 11 17
Engajaremos marcas parceiras por meio da criação e difusão, em conjunto, de narrativas que promovam a educação.	Festival LED contou com dois parceiros comerciais, 29 parceiros institucionais e um novo modelo de parceria junto ao Sesi Nacional.	Responsabilidade social e corporativa; e Diálogo com stakeholders	1 10 16 4 11 17
Organizaremos eventos relevantes sobre qualidade da educação.	LED por aí, agenda de ativação em eventos estratégicos, marcou presença em três eventos e impactou mais de 16 mil pessoas.	Responsabilidade social e corporativa; e Diálogo com stakeholders	1 10 16 4 11 17
Produziremos, como prioridade estratégica, conteúdos únicos sobre educação para diferentes públicos por meio de nossas diversas plataformas, também envolvendo parceiros do mercado publicitário.	10.410 minutos de produção de conteúdo com foco em educação no jornalismo na TV aberta e na Globonews.	Responsabilidade social e corporativa	4 11 17
Envolveremos nossas áreas e canais para que se comprometam com entregas anuais que ajudem a tangibilizar o conhecimento sobre educação de qualidade e caminhos para alcançá-la.	Envolvemos a área de Produtos Digitais da Globo e nos reunimos com os profissionais de marketing das emissoras afiliadas, por meio do Conexão LED e MKT Day, respectivamente.	Responsabilidade social e corporativa; e Diálogo com stakeholders	4 11 17
Articularemos para que as plataformas da Globo e da Fundação Roberto Marinho trabalhem em sintonia, compartilhando soluções e metodologias por meio de seus conteúdos.	A categoria “Educação” está disponível no Globoplay e já soma 45 trilhões de minutos, o que representa 237 horas de programação.	Responsabilidade social e corporativa;	1 10 16 4 11 17
Apoiaremos o Canal Futura pela área de Negócios Globo para que ele, pela sua atuação em comunicação educativa, torne-se uma alternativa no mercado publicitário para marcas comprometidas com educação.	Realizamos Road Show dos produtos ligados ao Canal Futura para a área comercial da Globo. Além disso, realizamos um trabalho de revisão da estratégia de marca do canal.	Responsabilidade social e corporativa; e Diálogo com stakeholders	1 10 16 4 11 17
Engajaremos nosso público interno em ações, plataformas e produtos de ambas as organizações.	Iniciamos um piloto para promover duas interações de colaboradores Globo nos projetos impactados pelo Movimento LED. Além disso, contamos com a participação de colaboradores na Comunidade LED e estimulamos a presença no Festival LED.	Responsabilidade social e corporativa; e Diálogo com stakeholders	4 11 17 10 16

Fonte: Globo, 2024.

A incorporação da Fundação ao Grupo Globo deu um tom ainda mais empresarial à instituição, situação que já vinha sendo observada desde o início da década de 2020. Com isso, as práticas de governança e transparência empresariais adotadas pela Fundação favoreceram o acesso a dados antes mais restritos. Esse conjunto de ações que orientam uma gestão mais transparente faz parte da estratégia de avanço da hegemonia, construindo

maiores vínculos de confiança com a sociedade civil, atitude que, certamente, contribui para o estabelecimento da sua legitimidade no debate público educacional.

O resumo do relatório de governança ESG⁶³, divulgado no balanço de 2024 pela Globo e que consta na figura 18, estabelece seis critérios básicos da atualização de governança empresarial: 1) impacto social do conteúdo; 2) diversidade e inclusão; 3) desenvolvimento e bem-estar dos colaboradores; 4) biodiversidade e consciência ambiental; 5) governança transparente e responsável; e 6) educação como vetor de transformação no país. Observamos que esse documento menciona explicitamente a tarefa da educação, isso sugere uma intervenção empresarial ainda mais qualificada, convocando a Fundação Roberto Marinho para esse *front* de forma ainda mais relevante.

O Movimento LED, de acordo com a nossa interpretação, tem se colocado como um produto extremamente refinado da atuação conjunta da Globo e da FRM, e coloca literalmente nas ruas o que esse grupo sempre soube produzir de melhor: hegemonia. Assim, entendendo a educação como uma frente essencial na luta de classes, em tempos de capitalismo da era digital, a disputa *in loco* pela concepção de educação, no imaginário da classe trabalhadora (sensivelmente entre trabalhadores da educação e estudantes), revela-se como um movimento inédito da iniciativa privada no Brasil e, conseqüentemente, como um fenômeno novo para as lentes de análise dos intelectuais da educação.

A figura 18 também apresenta importantes números sobre o Movimento LED em suas três primeiras edições⁶⁴, das quais destacamos os mais de 2.300 projetos inscritos no Prêmio LED, os mais de 8.000 participantes presenciais no Festival LED, na edição da Praça Mauá no Rio de Janeiro, e os 2.500 participantes presenciais, na edição de Belém do Pará, no final do ano de 2024. Além disso, o relatório destaca que o LED ocupou 10.410 minutos na grade de programação da Globo e de empresas afiliadas.

Da mesma forma que o Movimento LED foi capaz de levar para as ruas um conjunto de ideias e projetos alinhados às perspectivas privadas para a educação, ele também possibilitou a produção de conteúdo digital. Como podemos observar no relatório ESG, criou-se a aba *educação* na Globoplay, um dos maiores atores das plataformas de *streamings* no Brasil. Além disso, segue oxigenando o Canal Futura, o maior canal de televisão sobre educação mantido por agentes privados no país. Portanto, o LED é um

⁶³ A sigla ESG vem da língua inglesa e significa *Environmental, Social and Governance* e traduzimos como Ambiental, Social e Governança.

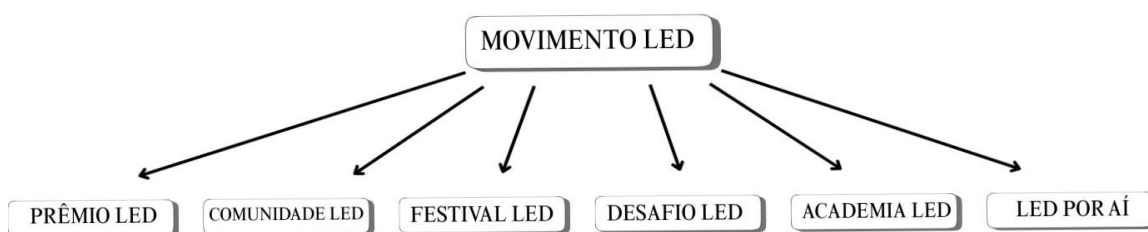
⁶⁴ Os números da quarta edição sairão no ano de 2026, data posterior à defesa desta tese.

trabalho verdadeiramente realizado em uma via de mão dupla: leva às ruas o trabalho dos intelectuais da burguesia na educação e recebe um vasto material digitalizável para alimentação de suas plataformas e expansão da hegemonia.

De forma a entender melhor como o Movimento LED atua, recorreremos às informações coletadas pela pesquisadora *in loco*, em duas edições do Festival LED (2024 e 2025), e também aos materiais disponibilizados pela organização das ações nas quatro edições, mais especificamente à sistematização de dados da *website* do Movimento, ao regulamento e ao formulário de inscrição para o Prêmio LED do ano de 2026, o mais recente até o momento.

O Movimento LED hoje é composto por seis ações diferentes: Prêmio LED, Comunidade LED, Festival LED, Desafio LED, Academia LED e LED Por aí.

Figura 9 - O Movimento LED



Fonte: Elaborado pela autora.

Essa teia de ações, que muitas vezes se confundem, são complementares entre si, sendo o Prêmio LED a porta de entrada dos participantes principais, e o Festival LED a sua maior vitrine, seja por acontecer em um importante espaço público da capital fluminense, gratuitamente para o público, seja por reunir parte importante do *staff* da Globo e outras figuras públicas. Pela imagem acima, observamos que o Movimento LED é um grande guarda-chuva, capaz de abrigo diversas ações complementares entre si, que intervêm na realidade, incorporando pessoas comuns e seus projetos ao leque de ação social do próprio grupo Globo.

As demais ações, apesar de serem de dimensões menores, não o são em relevância. Nossa hipótese é a de que tantos desdobramentos da ação do Movimento LED possui o horizonte de agregar cada vez mais as pessoas comuns, popularizando a ação como um todo. Essa popularização se torna uma importante ferramenta empresarial, porque nenhum dos projetos laureados se propõe a resolver estruturalmente os problemas da educação no Brasil, mas oportunizam a percepção de que algo pode ser feito para resolver

problemas pontuais. E essa não é uma característica menor do LED, mas ao contrário, pois faz dessas pessoas ordinárias, comuns, vetores organizados da ação empresarial de forma ativa, orientando e dirigindo as capacidades criativas delas com a finalidade de valorizar cada vez mais a marca Globo.

A seguir, vamos abordar cada uma das ações que compõem o Movimento LED, sistematizando ao máximo as informações disponibilizadas pela organização e estabelecendo uma análise orientada pelos referenciais teóricos e metodológicos estruturantes deste trabalho. Entretanto, não destinamos seção específica para discutir as ações Academia LED e LED Por Aí, porque a primeira ainda está em sua primeira edição e existem poucos dados disponibilizados nas fontes primárias, e a segunda por se tratar da sistematização da agenda de eventos em que os organizadores do Movimento LED participam e/ ou apoiam.

Assim, para o debate sobre o Prêmio LED, o Festival LED e o Desafio LED, exploramos a inserção de imagens, quadros, fotografias e outros recursos de fontes primárias e secundárias, porque o Movimento LED com suas quatro edições ainda não é amplamente estudado por pesquisadores brasileiros, tornando a tarefa analítica do presente trabalho ainda mais relevante. Intentamos, dessa forma, traçar um panorama mais completo possível sobre essa importante frente de atuação do Grupo Globo e da FRM a partir das categorias de análise e de conteúdo trabalhadas nesta tese.

5.2.2 Prêmio LED: regulamento e formulário de inscrição

De todos os momentos do Movimento LED que apresentamos, o Prêmio LED é seu coração, é o motor que dinamiza todas as outras etapas porque incide sobre uma participação popular qualificada e com os maiores prêmios. São professores, estudantes, empresas, ONGs (e seus quadros) que se organizam para colocar em prática projetos que, ao serem selecionados, tornam-se vitrines das virtudes de si e do Grupo Globo, o que certamente é um fator mobilizador da energia criativa de seus participantes.

O prêmio atua em três categorias – *educadores inovadores, estudantes inovadores, empreendedores e organizações inovadoras* –, atingindo todos os níveis do sistema educacional, seja na educação formal, seja na informal. Nele participam projetos que estão inseridos no contexto da educação básica, educação profissional ou técnica, educação não formal e ensino superior com foco em formação de professores. O Movimento LED começa a divulgar os projetos publicamente (a partir de seus

representantes) em sua etapa semifinal, quando 60 projetos são selecionados internamente e divulgados ao grande público. Desses, 15 projetos passam para a final, dos quais são premiados, pelo júri técnico, dois em cada categoria (totalizando seis projetos) e um pelo voto popular (a partir de 2023) em programa da grade da TV Globo.

Cada projeto vencedor é contemplado com um prêmio de 200 mil reais, além da incorporação desses projetos vencedores, através de seus representantes, na grade de programação da TV Globo. Essas pessoas passam a receber o título de *embaixadores* do LED, figuras públicas na sociedade civil (Globo, 2025). Organizam o prêmio LED a Fundação Roberto Marinho, a Globo e a Fundação ponteAponte⁶⁵, esta última é uma *think tank* que presta consultoria técnica nas etapas preliminares do Prêmio e que seleciona os projetos nas suas mais diversas etapas posteriores.

O quadro 9 mostra os atores envolvidos na realização do Prêmio LED, agentes que vão desde instituições privadas até atores da sociedade política, com destaque para o Todos Pela Educação e a Fundação Bradesco, estes, agentes parceiros da FRM em outros projetos. Também chamamos atenção para a UNDIME e a CONSED, associações de agentes públicos dirigentes das políticas educacionais locais, compondo o quadro associativo das parcerias entre sociedade civil e política.

Quadro 9 – Organograma do Prêmio LED em 2025

ORGANIZADORES	Globo, Fundação Roberto Marinho e ponteAponte (consultoria técnica)
CONSELHO CONSULTIVO	Ashoka, Atlas da Juventude, CIEB (Centro de Inovação para a Educação Brasileira), Cojovem, Divers.SA, Fundação Bradesco, Instituto Papo Reto, ITS (Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio), OEI (Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura), OIJ (Organismo Internacional de Juventude para Iberoamérica), Porto Digital, Preta Hub, Todos pela Educação, UNESCO, Unicef e Vozes da Comunidade
APOIO INSTITUCIONAL	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)

Fonte: Elaborado pela autora.

⁶⁵ A ponteAponte é uma empresa que presta consultoria técnica a empresas da área de filantropia e negócios sociais que se define como “[...] empresa [que] surgiu do sonho de construir pontes entre a sociedade civil e os demais setores, apoiando a construção de alianças que nos levem a um mundo mais justo, inclusivo e sustentável.” (PONTEAPONTE, s.d.)

A ampla parceria com APHs ligados à construção de políticas públicas para as juventudes sugere que as questões fundantes a serem identificadas pelo Prêmio LED são: a cooptação dessa parcela da população para seu ideário de sociedade e o mapeamento das formas de organização dos seus projetos. A ênfase na juventude da periferia também é uma marca das organizações que prestam consultoria ao Prêmio, indicando que o horizonte do mundo do trabalho, que vai acolher esse contingente gigantesco da força de trabalho, é um elemento fundamental da vitrine do Prêmio LED.

Para que um projeto possa ser selecionado e concorrer ao prêmio LED, ele precisa obedecer a quatro atributos fundamentais: *inovação*, *impacto*, *escalabilidade* e *replicabilidade* e a *consistência metodológica*. É importante também ressaltar que os projetos inscritos que *já estão em andamento* têm uma vantagem competitiva, porque assim se torna possível a aferição de resultados, ainda que preliminares. O que essa etapa de seleção realiza, em suma, é a admissão de projetos que já funcionam, eliminando o risco de serem selecionados aqueles que não sejam razoáveis ou irrealizáveis no mundo real e, além disso, diminui consideravelmente os custos da seleção, porque já existem resultados comprovados a serem catalogados.

Resumimos os critérios exigidos para os projetos selecionados pela organização do Prêmio LED no quadro 10:

Quadro 10 – Critérios de seleção de projetos aptos a concorrerem ao Prêmio LED 2026

CRITÉRIOS	CONTEÚDOS
INOVAÇÃO	As iniciativas serão avaliadas pela capacidade de: 1) oferecer novas respostas, abordagens e/ou melhorias a processos em seu contexto específico de território ou causa; 2) promover soluções e aprendizagens significativas para as demandas do processo educacional identificadas, que possibilitem o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para aplicação do conhecimento.

IMPACTO	As iniciativas serão avaliadas pela capacidade de apresentar propostas que tenham solidez, promovam transformação social e impacto positivo – especialmente em públicos de maior vulnerabilidade – e demonstrem resultados relevantes na área da Educação.
ESCALA E REPLICABILIDADE	Será avaliado o potencial – metodológico, tecnológico, de processos e de articulação de redes e de replicabilidade – das iniciativas em outros contextos. Já a escalabilidade é entendida aqui não apenas como possibilidade de impactar mais pessoas ou regiões, mas também como o potencial de inspirar outras transformações sociais.
CONSISTÊNCIA METODOLÓGICA	As iniciativas serão avaliadas pela sua prática metodológica e por possuir processos claros de monitoramento e avaliação dos resultados.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de Globo, 2025, p.8-9.

Esses critérios também podem ser entendidos como evidências da plausibilidade das categorias de conteúdos que emergiram dos documentos analisados no capítulo 3 e, também, servem para reforçar as conclusões às quais chegamos naquela oportunidade. A inovação é a categoria na ordem do dia e, no LED, ela se desdobra para absorver sem filtros a criatividade dos trabalhadores da educação e dos estudantes, operando um passo ambicioso para construir um legado metodológico da agenda da Globo e da FRM, fator expresso nos critérios de replicabilidade e impacto.

Do formulário de inscrição a ser preenchido pelos candidatos ao prêmio LED, encontramos os requisitos de cada critério apontado no quadro 10. Esses requisitos explicitam quais são os conteúdos esperados para os projetos selecionados, e isso pode sinalizar as inclinações que subjazem aos objetivos mais importantes da cooptação dessas iniciativas orgânicas. Percebemos que a seleção é rigorosa e técnica para privilegiar os projetos mais bem estruturados com maior capacidade de perenidade, exigindo dos candidatos capacidade organizacional, técnica e de mobilização de pares.

Além disso, é possível pensar na adoção de uma dinâmica de retroalimentação: ao mesmo tempo em que as ideias que chegam manifestam problemas reais vivenciados pelas comunidades escolares e demais espaços de educação não formal, a resolução desses problemas passa necessariamente pelo crivo ideológico dos critérios do LED cujas ações são traduzidas em iniciativas absolutamente moldadas pelas possibilidades oferecidas, em última instância, pelo Grupo Globo e pela Fundação Roberto Marinho.

A seguir, faremos um esforço para debater os critérios de admissibilidade dos projetos pela organização do Prêmio LED na intenção de melhor esclarecer as intenções que subjazem à seleção. Assim, pretendemos ter um substrato teórico mais bem estruturado para a análise dos projetos vencedores das quatro etapas do Prêmio (2022-2025) na próxima seção. A partir da análise de como as categorias de conteúdo aparecem no Prêmio LED, é possível ter um panorama mais coerente da dinâmica interna do trabalho da Globo e da FRM no campo da educação através desse flanco.

Do critério *inovação*, espera-se que os projetos apresentados incorporem novas tecnologias, mas não necessariamente. O que é fundamental nesse quesito é a resolução de problemas locais de forma inovadora, partindo da mediação tecnológica ou não. Outro elemento fundamental trazido por esse critério é a capacidade de se apresentar de forma disruptiva, um dos pilares da ideologia da inovação. Propor-se a resolver problemas antigos de formas novas é o centro do projeto a ser avaliado de uma forma geral. A disrupção é uma espécie de fetiche da ideologia da inovação, porque a ideia que se pretende passar é a de que qualquer coisa que se apresenta como nova pode ser entendida como boa.

A associação entre novo e bom não é algo menor, porque parte de vieses cognitivos que recuperam e se assentam na visão positivista da História, na qual o avanço científico e tecnológico se institui como o único paradigma para a resolução dos problemas enfrentados pela humanidade. Já tivemos a oportunidade de discutir neste trabalho o conteúdo ideológico da inovação na educação e, portanto, não pretendemos nos estender na temática nesta seção, mas somente identificar esta importante categoria de conteúdo no Prêmio LED.

O critério *impacto* condiciona o projeto pleiteante a deixar claras as dimensões quantitativas do seu alcance (quantas pessoas atinge, por exemplo) e as qualitativas e em que medida ele pode ser apresentado como um projeto da FRM ou, até mesmo, como uma eventual política pública, por sua relevância social. Nesse critério, também é avaliado se o projeto se propõe a resolver problemas reais e o nível de diferença que ele faz na vida do público-alvo selecionado. Em suma, o impacto deve-se à capacidade da iniciativa produzir resultados concretos, mensuráveis e relevantes no contexto social a que se propõe incidir.

Os critérios *escala e replicabilidade* referem-se à capacidade do projeto de expandir seu alcance e beneficiar um número maior de pessoas, bem como à possibilidade de ser adaptado e implementado em diferentes contextos socioculturais e institucionais.

A dimensão da escala está relacionada à abrangência do projeto, tanto em termos de público atendido quanto de territórios contemplados, dando prioridade a iniciativas que conseguem ampliar progressivamente sua atuação sem perder a capacidade de gerar resultados. Já a replicabilidade envolve a existência de metodologias, estratégias e materiais que possam ser apropriados por outras instituições (inclusive as públicas) ou comunidades, garantindo que o impacto não se restrinja ao contexto de origem. Assim, esse critério valoriza projetos capazes de combinar inovação pedagógica com potencial de difusão, contribuindo para a disseminação de práticas aplicáveis em diferentes cenários educacionais.

O critério *consistência metodológica* diz respeito à clareza, coerência e fundamentação teórico-prática das estratégias propostas para alcançar os objetivos da iniciativa. Avalia-se, nesse sentido, se há uma articulação lógica entre diagnóstico do problema, definição de metas, planejamento das ações, escolha dos recursos e mecanismos de acompanhamento e avaliação. Um projeto metodologicamente consistente para a organização deve apresentar não apenas um alinhamento com referenciais ora mencionados, mas também demonstrar adequação ao contexto em que é implementado, assegurando a viabilidade das práticas sugeridas e a capacidade de replicação. Assim, esse critério busca identificar projetos que expressem rigor na elaboração e solidez nos procedimentos adotados, de modo a garantir tanto a qualidade da execução quanto a credibilidade dos resultados alcançados.

O quadro 11 resume os critérios acima descritos com base no formulário de inscrição do Prêmio LED de 2025.

Quadro 11 - Sistematização dos critérios da avaliação qualificatória dos projetos (continua)

AValiação Qualificatória	
CRITÉRIO: INOVAÇÃO Qual das alternativas melhor reflete a maneira como a sua iniciativa intervém na realidade de forma inovadora?	• Tecnologias: a iniciativa desenvolve metodologias, materiais didáticos ou atividades inovadoras que têm como objetivo melhorar a aprendizagem por meio da aplicação de tecnologias; • Resoluções de conflitos: a iniciativa desenvolve soluções inovadoras para problemas do dia a dia que impactam a aprendizagem; • Processos de aprendizagem: a iniciativa promove um ambiente de constante aprimoramento do ensino e da aprendizagem, sobretudo para contribuir com a redução das desigualdades estruturais; • Estratégias disruptivas: a iniciativa desenvolve estratégias inovadoras que têm como foco a mudança da forma de pensar e fazer.
CRITÉRIO: IMPACTO Como o seu público principal acessa a iniciativa?	• O acesso é totalmente gratuito; • O acesso é por meio do pagamento de um valor social; • O acesso é pago, mas a iniciativa trabalha com sistema de cotas ou bolsas sociais; • O acesso é integralmente pago, de acordo com a precificação de mercado, sem sistema de cotas ou bolsas sociais.

CRITÉRIO: IMPACTO A iniciativa atende a um ou mais desses públicos?	• Crianças e adolescentes; • Pessoas com deficiência; • Pessoas idosas; • LGBTQIAP+; • Mulheres; • Pessoas negras; • Pessoas refugiadas e/ou migrantes; • Comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, varzeiros, caiçaras etc); • Não atende a nenhum desses públicos.
CRITÉRIO: ESCALA E REPLICABILIDADE Considerando o potencial de escala e replicabilidade da iniciativa, qual das fases reflete melhor seu estágio atual?	• Os líderes dominam todas as etapas do processo e atuam diretamente no dia a dia, fazendo com que cada ação aconteça corretamente (centralização do conhecimento na liderança); • As etapas de funcionamento encontram-se sistematizadas, documentadas e compartilhadas com todos os integrantes (conhecimento sistematizado); • Algumas etapas da metodologia já são compartilhadas e adotadas por outras iniciativas que atuam no mesmo campo (influência e referência no campo de atuação); • Equipe, metodologia e materiais retratam fielmente a prática do dia a dia e podem ser aplicados, com pequenas adaptações, em diferentes contextos (maturidade de sistematização);

CRITÉRIO: CONSISTÊNCIA METODOLÓGICA Qual das alternativas melhor representa o tipo de metodologia usado no desenvolvimento da iniciativa?	• A metodologia prioriza o controle e o planejamento: etapas identificadas e organizadas antes da execução (metodologia clássica); • A metodologia prioriza uma visão ampla do projeto, com foco no resultado: permite adaptações a diferentes contextos e com ciclos curtos de desenvolvimento (metodologia ágil, adaptativa); • A metodologia prioriza o controle dos processos: possibilita adequações periódicas e tomadas de decisão velozes (metodologia híbrida: elementos da clássica e da ágil); • A metodologia prioriza pesquisa bibliográfica extensa, delimitação de tema, problema, justificativa e objetivos (metodologia com foco acadêmico).
---	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir do formulário de inscrição do Prêmio LED.

Os critérios exigidos nos projetos reafirmam o rigor na seleção, o que resulta na identificação de sujeitos intelectualmente maduros e capazes de traduzir o projeto educacional do Grupo Globo em trabalho na realidade concreta. Dado que o Movimento LED ainda seja relativamente novo, é difícil mensurar o nível de capilaridade desse ideário, mas, se seguir nesse ritmo, teremos algo grande em um futuro próximo, tão bem-sucedido quanto é o Telecurso, projeto que grande parte do país sabe o que é e já teve acesso pelas diversas mídias da Globo.

Outra confirmação de hipóteses debatidas por esta tese, que o regulamento confirma, é o sequestro da pauta de opressões por essa fração da direita para o social. Já defendemos que o empresariado socialmente responsável captura metodologicamente as pautas de opressão e as mercantiliza, obscurecendo as questões estruturais, para, na verdade, imobilizá-las. Isso fica manifesto no formulário de inscrição, no qual a existência de critérios de prioridade, na avaliação dos projetos que concorrem ao LED, obedece a cartilha da pauta identitária: aqueles projetos elaborados por pessoas negras, mulheres, deficientes, comunidades tradicionais ou que tenham essas pessoas como público-alvo (Globo, 2025, p.10) têm preferência no processo seletivo.

Os projetos finalistas e vencedores não são patenteados pelos organizadores do Prêmio LED, mas seus propositores, os detentores dos direitos autorais, passam a ser organicamente vinculados à Globo que, apesar de não deter os direitos sobre a produção intelectual dos finalistas, condiciona a participação dos embaixadores a compromissos expressos no regulamento. Tais compromissos aparecem como:

- Participar de encontros e momentos de mentoria e potencialização promovidos pelas instituições organizadoras, como o Festival LED - Luz na Educação;
- Ter disponibilidade para compartilhar aprendizados e conhecimentos sobre a iniciativa;
- Contribuir para a sistematização e disseminação das metodologias utilizadas na iniciativa, com o objetivo de inspirar a sua aplicação em outros contextos e compartilhar conhecimento com a sociedade;
- Participar da Comunidade LED - Luz na Educação, plataforma que conecta estudantes, empreendedores, educadores, criadores de conteúdo, especialistas, gestores escolares interessados em educação;
- Indicar um novo porta-voz representante caso o porta-voz que submeteu a iniciativa tenha que se desligar, pelo motivo que for (Globo, 2025, p.17).

Assim, embora não tenhamos encontrado em fonte alguma qualquer espécie de contrato ou até mesmo a menção a um, é possível afirmar que, mesmo que os projetos não sejam de propriedade intelectual dos organizadores do LED, seus participantes são atrelados ao LED, disponibilizando sua imagem e oferecendo um caráter de organicidade a todo o Movimento. Essas pessoas egressas, em grande medida, dos estratos subalternizados da população constituem-se como propaganda valiosa para a marca LED, na medida em que sugerem um caráter de acessibilidade, que qualquer pessoa com o projeto certo pode conseguir.

Na sequência, continuaremos debatendo o Prêmio LED, agora a partir da apresentação sistematizada dos projetos vencedores nas quatro últimas edições. Dessa forma, pretendemos desenhar um quadro qualitativo das pessoas selecionadas e quais são os projetos efetivamente escolhidos, além de elaborar um mapeamento do que já foi premiado até hoje, quais regiões são mais representadas e as hipóteses possíveis que explicam esse cenário. Assim, teremos um retrato mais fiel possível daquilo que a Globo e a FRM já puderam construir ao longo desses quatro anos de Prêmio LED.

5.2.3 O Prêmio LED: uma análise qualitativa e quantitativa da premiação

Conforme argumentamos, o Prêmio LED representa a materialização da apropriação da capacidade criativa de seus participantes. Não se trata, nesta tese, de minimizar a relevância intrínseca dos trabalhos e projetos desenvolvidos, mas de problematizar criticamente o modo como são mobilizados e colocados a serviço, ainda que de forma não intencional por parte de seus propositores, da legitimação da Globo e da Fundação Roberto Marinho no debate educacional. Dessa maneira, tais iniciativas contribuem para a mediação de uma agenda voltada à afirmação e ao reforço da posição hegemônica dessas instituições no campo.

Os materiais do prêmio LED sinalizam, de forma clara, que a tarefa dos seus proponentes é a resolução de problemas singulares, locais, a partir de uma intencionalidade universalizável, a fim de que a Globo e a FRM sejam as detentoras de uma espécie de *know how* de boas práticas na educação. O trecho abaixo, extraído do formulário de inscrição do Prêmio LED, diz que:

Embora existam avanços a serem celebrados, ainda é possível identificar os desafios que ocorrem no campo educacional, como a evasão escolar, a falta de infraestrutura adequada nas escolas, a formação de professores, entre outras. Nesse contexto, o Prêmio busca amplificar e potencializar as iniciativas realizadas por pessoas e suas comunidades que, mesmo diante de desafios, promovem experiências de aprendizagem para a população brasileira dentro e fora dos muros das escolas (Globo, 2025, p.3).

Além disso, observamos uma tendência do Prêmio de abranger territórios ainda pouco explorados pela ação privatizante na educação, justamente pelos gargalos de infraestrutura digital que apresentamos mais à frente nesta seção. Por esta razão, esses territórios representam as maiores possibilidades de expansão do mercado empresarial digital, sobretudo na educação. Assim, sustentando-se na alta capacidade de penetração no território brasileiro, através da TV Globo, a propaganda do Prêmio LED se permeabiliza por uma vasta amplitude territorial, sendo acessível aos mais distantes rincões do país, e pode atingir um estrato populacional ainda não plenamente integrado ao país pelo acesso e uso da internet.

Tendo analisado os critérios de seleção dos proponentes ao Prêmio LED, nos debruçamos nesta seção sobre seu conteúdo material, com base em *quem são* essas pessoas e *sobre o que* falam esses projetos. Esse movimento é importante no fluxo das ideias deste trabalho, porque dá conta de delinear com mais clareza a forma e o conteúdo do Prêmio, já que ele constituirá o portfólio de iniciativas mais gerais para esse representante da burguesia.

O Quadro 12 sistematiza as informações mais relevantes referentes aos sete vencedores do Prêmio LED 2025, com o objetivo de estabelecer uma visão geral do perfil dos premiados. Nele, indicamos as principais características obtidas a partir das fontes primárias, incluindo o nome do projeto vencedor, o representante responsável, sua profissão, a cidade e o estado de origem, bem como a categoria da premiação e o tipo de conteúdo mobilizado. Essas informações permitem compreender a diversidade regional, institucional e profissional presente entre os vencedores, revelando como distintas iniciativas se distribuem pelo território nacional e se vinculam a diferentes áreas de atuação.

Além disso, reunir esses elementos de forma comparativa possibilita identificar padrões relevantes, como a predominância de projetos voltados à inovação educacional e o destaque de profissionais vinculados à educação e ao empreendedorismo social. As informações que não puderam ser confirmadas com segurança foram omitidas, de modo a garantir a fidedignidade da sistematização apresentada. Dessa forma, o quadro contribui para uma análise mais sólida do conjunto de vencedores, subsidiando interpretações fundamentadas sobre o alcance e o impacto do prêmio. Optamos por inserir os quadros que sistematizaram as informações das outras edições nos apêndices 1, 2 e 3.

Quadro 12 - Vencedores do Prêmio LED 2025

VENCEDORES DO PRÊMIO LED 2025					
Projeto	Representante	Profissão do representante	Cidade e UF do projeto	Categoria da premiação	Categoria de conteúdo mobilizada
Astronomia no Sertão	Genilson Vieira Martins	Professor do Instituto Federal do Maranhão	Grajaú - Maranhão	Educadores Inovadores	Inovação
Alfagaris (Projeto de extensão)	Sandra Nívia Soares de Oliveira	Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana	Feira de Santana - Bahia	Educadores Inovadores	Inovação

Escrevendo na Quebrada	Allan Anjos Dantas dos Santos	Professor e Diretor Institucional	São Paulo - São Paulo	Empreendedores/Organizações Inovadoras	Inovação
Inovação e Sustentabilidade: A construção de uma política de sobrevivência com o Ser-Tão	Arnobson dos Santos Costa	Geógrafo, professor e coordenador de políticas de Educação do Campo	Irecê - Bahia	Empreendedores/Organizações Inovadoras	Inovação
Lumus	Paloma Brito Coutinho	Biotecnologista e empreendedora	Vitória da Conquista - Bahia	Estudantes Inovadores	Inovação
Oásis	Felipe Rodrigues Soares	Estudante e fundador do projeto	Santana - Amapá	Estudantes Inovadores	Inovação
Redes e Afetos	Josafá Rebouças	Cientista, inventor e educador	Ceará	Voto Popular	Inovação

Fonte: Elaborado pela autora a partir da *website* do Movimento LED.

Poderíamos analisar as informações contidas nesse quadro de diversas formas, mas o que dela nos interessa extrair é o perfil geral dos premiados e as regiões do país mais premiadas porque essas informações podem apontar as prioridades do Grupo Globo a partir de aspectos qualitativos⁶⁶. Como o perfil dos candidatos vencedores do prêmio LED nas quatro edições é bastante semelhante na forma e no conteúdo, utilizamos, para fins de exposição, o quadro referente ao último Prêmio apenas e acrescentamos (apêndices 1, 2 e 3) os quadros com os dados dos anos anteriores que também foram utilizados para fins dessa análise.

Observamos que a maior parte dos projetos submetidos à categoria professores inovadores vêm de instituições públicas, seja da Educação Básica, seja do Ensino Superior, ainda que houvesse a possibilidade de participação de professores ligados à

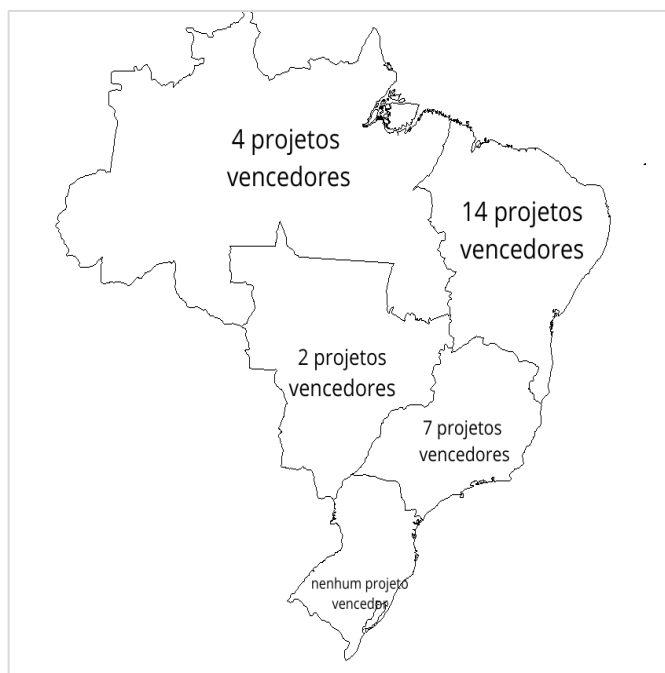
⁶⁶ Nossa intenção inicial era produzir uma sistematização mais completa, que abrangesse não só os vencedores, mas também os semifinalistas (totalizando 15 projetos a cada ano), a fim de que pudessemos obter um universo amostral maior, porém não encontramos os dados completos sobre todos os semifinalistas nas fontes primárias, tampouco pudemos atestar a confiabilidade dos resultados das buscas elaboradas sobre essas informações em fontes secundárias. A única edição em que o LED divulgou dados dos estados dos semifinalistas foi a do ano de 2023 e, portanto, esse é o único quadro que foi possível construir e que se encontra no apêndice 4.

iniciativa privada no concurso. Esse perfil de premiados fortalece o foco do LED no professor de instituições de ensino públicas, além de abrir caminhos para a construção de hegemonia, quando cada educador, subjetivamente, entende que esse prêmio é um caminho legítimo e possível de se construir, contribuindo assim para enfraquecer a resistência à ação empresarial sobre a educação.

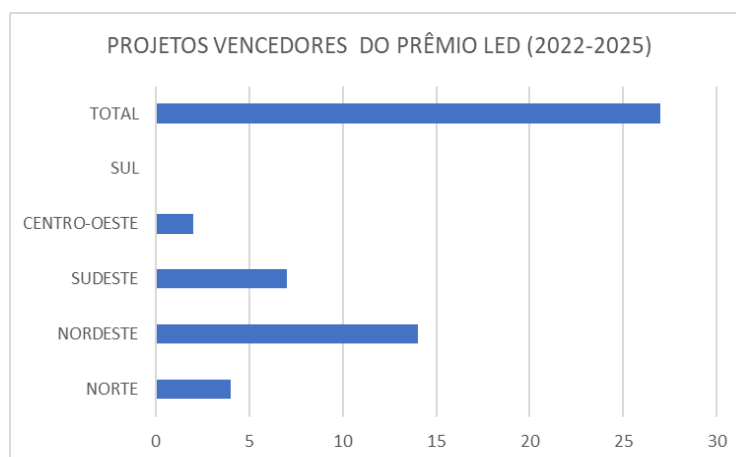
Outra inferência relevante extraída da análise qualitativa dos projetos refere-se aos públicos-alvo contemplados pelos vencedores em suas propostas, que, ano a ano, se deslocam para regiões interioranas em detrimento das grandes capitais. Esse dado pareceu-nos, em um primeiro momento, bastante contraintuitivo, na medida em que sejam os grandes centros urbanos e as capitais dos estados as áreas mais infraestruturadas (sobretudo no aspecto da conectividade) e, de forma proporcional, com problemas mais desafiadores na educação. Assim, destacamos que esse direcionamento pode contribuir para uma menor ênfase em problemas estruturais presentes nas zonas mais populosas do país e que demandam políticas públicas de longo prazo, por serem suas dinâmicas tão complexas quanto são seus territórios. Contudo, ressaltamos que, tanto em áreas urbanas quanto em contextos interioranos, é imprescindível assegurar o direito universal de crianças e jovens ao acesso e à permanência na educação.

Já sobre os aspectos quantitativos oriundos da sistematização dos dados dos premiados, também pudemos fazer inferências importantes sobre os caminhos que os agentes privados vêm adotando através de seus resultados. Nesse ponto, o esforço, enfrentado ao longo de todo o trabalho, foi extrair desses dados correlações e nexos de causalidade à luz do debate categorial, contudo, sem perder do horizonte o teor analítico que joga luz sobre caminhos e possibilidades hermenêuticas e sem a pretensão de dar respostas definitivas sobre as reais intenções dos agentes privados investigados.

Sendo assim, apresentamos os dados dos vencedores do Prêmio LED em duas partes: primeiro com a sua distribuição territorial de forma ilustrativa, a fim de facilitar a percepção visual das proporções entre territórios e projetos contemplados com o prêmio; e, segundo, pela forma como as categorias de conteúdo emergem dos prêmios, para que possamos estabelecer um nexos lógico entre a produção teórica produzida pela FRM e da prática social implementada na realidade pela Globo. Dessa forma, pretendemos tanto chamar a atenção para a distribuição da premiação pelo território do país quanto mostrar como o projeto mais geral dos agentes privados se desdobra na realidade.

Figura 10 - Distribuição dos projetos vencedores do prêmio LED (2022-2025)

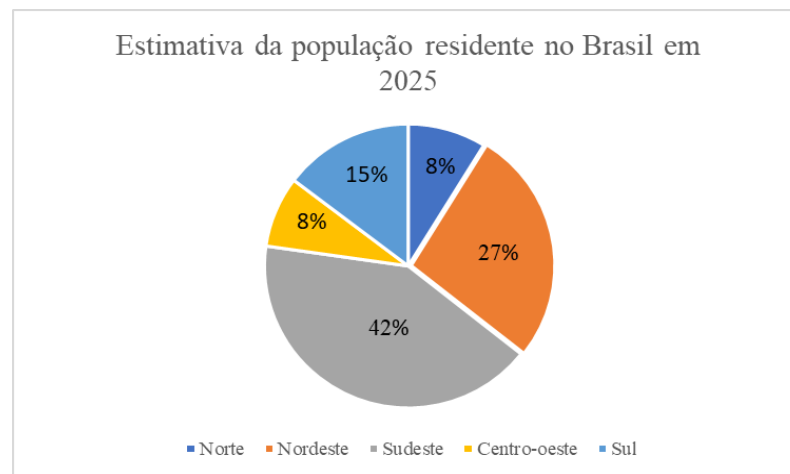
Fonte: Elaborado pela autora a partir da *website* do Movimento LED, 2025.

Gráfico 6 - Projetos vencedores do prêmio LED (2022-2025) por região

Fonte: Elaborado pela autora a partir da *website* do Movimento LED, 2025.

A partir das informações levantadas nas fontes primárias, identificamos um total de 27 projetos contemplados com a premiação de 200 mil reais. Embora esse número não represente um universo muito amplo, já que foram realizadas apenas quatro edições, ele permite extrair elementos relevantes para a análise. Um primeiro dado a destacar é a distribuição regional dos projetos premiados: a região Nordeste aparece em primeiro lugar, seguida pela região Norte, como indicado no Gráfico 6. De acordo com o Censo de 2022, essas duas regiões concentram 35% da população brasileira, mas, em contrapartida, já receberam cerca de 67% dos prêmios concedidos, nas quatro edições, somando 18 projetos contemplados.

Gráfico 7 - População residente no Brasil por região



Fonte: Elaborado pela autora a partir de IBGE, 2025.

O fato de que a região mais populosa do país e com maior infraestrutura digital não ser a que mais teve projetos contemplados com a premiação provocou-nos certo estranhamento, porém, se procurarmos entender esses dados, sob à luz das categorias de análise, temos que as regiões Norte e Nordeste são aquelas onde o trabalho digital ainda precisa se expandir, principalmente a partir do investimento público em infraestrutura digital. Assim, encontramos um caminho mais coerente com a realidade quando pensamos na necessidade de construção de hegemonia, como também na de ampliação do mercado consumidor para as TICs.

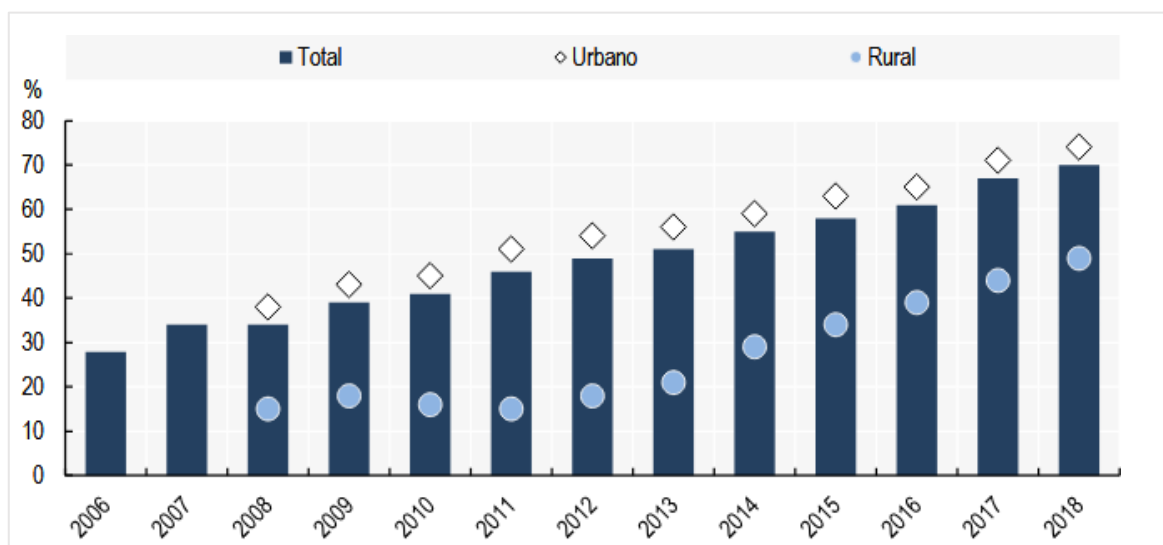
É ao deslocar o foco dos grandes centros e capitais, onde os processos de digitalização já se encontram em estágio mais consolidado, que identificamos as regiões Norte e Nordeste como os territórios com maior potencial para a expansão digital no país. Nessas áreas, conforme dados do Censo de 2022, ainda se concentram as maiores

extensões territoriais do Brasil, todavia, simultaneamente, persistem os mais baixos índices de conectividade. De acordo com informações da Anatel (2025), apenas 34% da população residente em áreas rurais dessas duas regiões possui algum tipo de acesso à internet, sendo as escolas, nesse contexto, um importante polo de conectividade em áreas mais remotas.

Em relatório publicado pela OCDE em 2020, intitulado *A Caminho da Era Digital no Brasil*, foi constatado que existe uma disparidade significativa no uso da internet entre as regiões rurais e urbanas no Brasil (Figura 10), uma evidência clara de que a conectividade ainda atua como um verdadeiro gargalo infraestrutural em muitas localidades. Apesar de essas proporções estarem diminuindo ao longo do tempo, o fato permanece: as regiões menos urbanizadas enfrentam maiores obstáculos no acesso à rede, o que limita não apenas o uso, mas também o acesso às mercadorias digitais.

Mesmo quando o olhar se volta para as áreas urbanizadas dessas mesmas regiões, as evidências apontam para uma persistente defasagem estrutural no Norte e Nordeste em relação ao restante do país, conforme destacado também pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Essa condição ressalta como essas regiões ainda têm espaço para um avanço significativo nos índices de conectividade e acesso às mercadorias digitais.

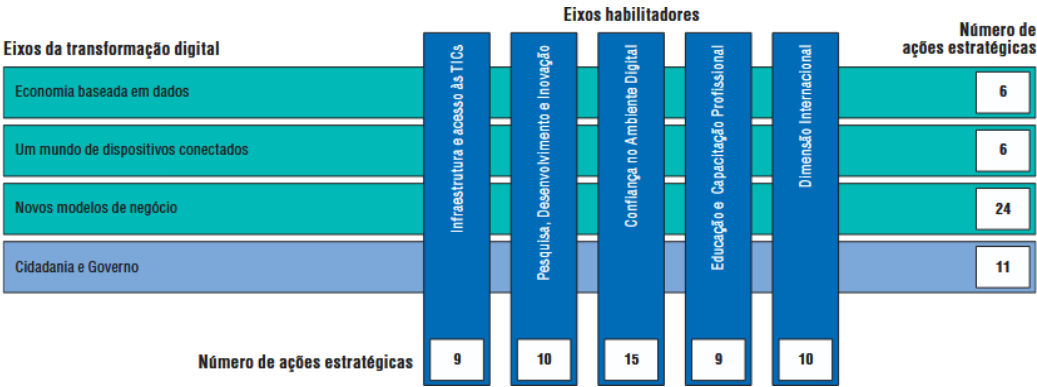
Figura 11 - Proporção de indivíduos que usaram a internet nos últimos três meses no Brasil (2016-18)



Fonte: OCDE, 2020, p.98.

Esse quadro de desigualdade estrutural dos índices de conectividade entre as regiões brasileiras certamente se configura como um impedimento ao avanço do trabalho digital no conjunto do território brasileiro e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de negócios, na medida em que essa espécie de “vazio” digital pode significar novos mercados se implementadas as políticas públicas corretas. Nesse sentido, destacamos as ações do Governo Federal para expandir as bases infraestruturais nessas regiões, conforme demonstra a figura 11 extraído da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (2022-2026), o E-digital.

Figura 12 - Eixos da transformação digital na Estratégia Brasileira para a Transformação Digital



Fonte: Brasil, 2022, p. 12.

No campo dos eixos habilitadores, destacamos dois componentes que nos interessa, especialmente, pelo seu caráter de complementaridade na discussão estabelecida por esta tese: o da *infraestrutura e acesso às TICs* e o da *Educação e capacitação profissional*, porque são os mais mobilizados pelo Prêmio LED em nossa avaliação. A seguir, demonstramos os desdobramentos desses eixos, a partir de seus objetivos gerais e específicos, extraídos do E-Digital:

Figura 13 - Objetivo geral e objetivos específicos dos Eixos Habilitadores da E-Digital

Eixo Habilitador	Objetivo geral	Objetivos específicos
A. Infraestrutura e acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação	Ampliar o acesso da população à internet e às tecnologias digitais, com qualidade de serviço e economicidade.	• Levar redes de transporte de dados de alta capacidade a todos os municípios brasileiros; • Expandir as redes de acesso em banda larga móvel e fixa, em áreas urbanas e rurais; • Disseminar as iniciativas de inclusão digital.

Fonte: Adaptado de Brasil, 2022, p.16.

O primeiro eixo aponta para o que vimos afirmando, que até o ano de 2026, todos os municípios brasileiros deverão estar conectados à internet banda larga e, conforme pudemos verificar com dados empíricos no decorrer deste trabalho, os maiores alvos dessa política pública seguem sendo as regiões Norte e Nordeste, com destaque ao Programa Norte Conectado⁶⁷ que, de acordo com o Ministério das Comunicações,

[...] tem a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial, visando atender às políticas públicas de telecomunicações, educação, pesquisa, saúde, defesa e do judiciário, e ainda outras políticas públicas que venham a se integrar ao escopo do Programa (Brasil, 2025).

Assim como a região Norte, a região Nordeste também tem seu programa análogo: o Nordeste Conectado. Esse programa específico não é tão ambicioso em números quanto o primeiro, mas revela a mesma preocupação com a conectividade em regiões mais afastadas dos grandes centros. Segundo o programa,

Os objetivos do programa serão alcançados por meio da implantação de equipamentos para promover o tráfego de dados ao longo da rede de fibra óptica da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), [...]. Dessa forma, universidades federais, institutos federais e unidades de pesquisa poderão usufruir de uma rede de alta velocidade, conectadas a outras instituições no Brasil e no mundo, além de escolas (municipais e estaduais) e praças públicas, através de parcerias com provedores privados, fomentando a economia e desenvolvimento local (Brasil, 2020).

Os dois programas, apesar de suas diferenças, são duas políticas públicas que só existem de forma específica para essas duas regiões do país, sendo as demais regiões

⁶⁷ De acordo com o programa implementado pelo Ministério das Comunicações, O Norte Conectado contará com 8 infovias, 12 mil quilômetros de extensão, R\$ 1,3 bilhão de investimento em todo o projeto, 10 milhões de pessoas beneficiadas, 59 municípios atendidos do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, 68 milhões de árvores preservadas, já que não será uma rede típica de telecomunicações (enterrada ou posteadas) (Brasil, 2025).

contempladas por políticas de conectividade diluídas em outros programas, como o PAC das cidades, por exemplo. No excerto acima, observamos mais uma vez a relação entre parcerias privadas e educação, reforçando a hipótese do viés de expansão mercadológica da ação privatista na educação, manifesto no Prêmio LED.

Já o segundo eixo, referente às expectativas para a educação mais explicitamente, revela-nos elementos que já vimos apontando, mas também informações novas, conforme consta na figura 13. A seção do relatório E-Digital que aborda os objetivos para a educação traz pistas investigativas interessantes que atestam a intencionalidade da ligação da expansão digital no país de forma associada com o setor privado.

Figura 14 - Eixo habilitador D do documento E-Digital

Eixo Habilitador	Objetivo geral	Objetivos específicos
D. Educação e capacitação profissional	Formar a sociedade para o mundo digital, com novos conhecimentos e tecnologias avançadas, e prepará-la para o trabalho do futuro.	• Conectar escolas públicas, urbanas e rurais, com acessos de banda larga, e disponibilizar equipamentos para acesso a tecnologias digitais;
		• Incorporar as tecnologias digitais nas práticas escolares, com desenvolvimento do pensamento computacional entre as competências dos estudantes;
		• Reforçar as disciplinas matemática, ciências, tecnologias e engenharias e as trilhas de formação técnica para atuação em setores da economia digital, com foco no empreendedorismo; e
		• Promover o aprimoramento das formações inicial e continuada dos professores, no que se refere ao uso da tecnologia em sala de aula.

Fonte: Brasil, 2022, p. 40.

As ações governamentais no centro da estratégia de expansão digital nas escolas, resumidas na Figura 13 apontam para o estímulo de políticas públicas que prevejam a conexão de maior qualidade nas escolas urbanas e sobretudo nas rurais, a incorporação de tecnologias digitais no processo educativo, reforço à cultura STEAM⁶⁸ e à educação empreendedora e a capacitação de professores para o manejo das tecnologias. De forma a acelerar a implementação de todas essas políticas, o setor privado é convocado a dar a sua contribuição em forma de atuação simbiótica e coordenada, situação observada nos trechos abaixo:

⁶⁸ O acrônimo STEAM vem da língua inglesa e significa *Science, Technology, Engineering, Arts e Mathematics*, traduzidas na ordem: ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática.

O amplo acesso pode ser viabilizado por meio de ações que fomentem programas focados na universalização do acesso à internet em alta velocidade e no uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. Por fim, é necessário estimular a oferta de cursos e capacitações para os profissionais, por meio de *parcerias entre academia, setor privado e setor público*, de modo a preparar o trabalhador brasileiro para a transformação digital do setor produtivo (Brasil, 2022, p.40, grifo nosso).

A participação do setor privado será imprescindível para suprir a demanda do setor, principalmente na oferta de cursos de curta duração. A formação envolve duas frentes: • Upskilling, processo de atualização para as demandas digitais voltado para os profissionais brownfield, ou seja, que já atuam no mercado e que possuem experiência no setor; e • Skilling, processo de formação integral para as demandas digitais, voltado para os profissionais greenfield, isto é, os novos profissionais atuantes no mercado, com maior engajamento digital, porém sem experiência na área (Brasil, 2022, p.45).

O documento, ao abordar o pensamento computacional (uma habilidade focada na resolução de problemas de forma análoga aos computadores) e à cultura STEAM, estabelece remissão imediata a uma importante categoria de conteúdo sobre a qual trabalhamos, a inovação. As metodologias supostamente inovadoras em questão são mais um movimento no sentido do reforço da formação para o mercado em tempos de expansão digital do capitalismo.

Fomentar o interesse dos estudantes pelo conteúdo e formação em STEAM é importante nos médio e longo prazos, considerando a demanda crescente do setor. Assim, reitera-se a importância da sinergia entre sociedade, empresas, universidades e instituições públicas em todas as suas esferas, para a resolução da lacuna de profissionais no setor. Também é importante reformular os cursos, em todos os níveis de ensino, para que o cidadão tenha contato com novos conteúdos desde sua formação inicial. Além disso, há necessidade de investimentos públicos e privados em bolsas de ensino e pesquisa, para a formação de profissionais cada vez mais capacitados (Brasil, 2022, p.46).

Dessa forma, a sinergia público-privado segue a mesma lógica de subordinação e apropriação do conhecimento socialmente produzido, principalmente pelas universidades, aos interesses do grande capital, reforçando o caráter de subsunção da ciência e da tecnologia a lógicas que nem sempre convergem para os interesses mais gerais da sociedade. Além disso, segue reforçando a captura dos currículos de escolas e universidades para as novidades de última hora, aprofundando a exploração docente e a dos futuros trabalhadores que serão formados de forma míope, apenas enxergando as dimensões mais superficiais da realidade.

Assim, a aparente digressão que realizamos, deslocada da ordem lógica da exposição do Prêmio LED, cumpre a função de evidenciar, em chave analítica e sustentada por dados empíricos, a estreita correlação entre as regiões mais contempladas

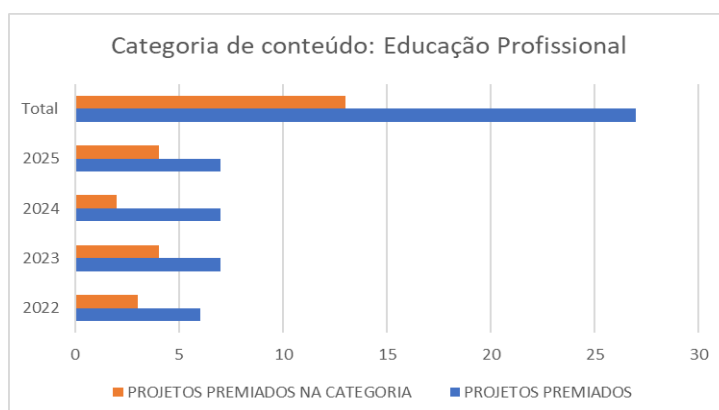
pela premiação e a expansão das políticas públicas de infraestrutura digital no país. Tal sobreposição de informações, longe de ser acidental, aponta para uma dimensão mais profunda, na medida em que indica a intenção da FRM e do Grupo Globo de disputar parcelas desse processo de expansão por meio do Movimento LED.

Por fim, faremos um último paralelo, neste turno, entre o Prêmio LED e as categorias de conteúdo extraídas dos materiais da FRM, estabelecendo um vínculo orgânico entre esse conjunto de materiais teóricos e a política mais geral do Grupo Globo para a educação no Brasil. A partir da metodologia da análise de conteúdos, pudemos extrair dos materiais selecionados três importantes categorias: a *inovação*, a *educação profissional* e as *plataformas*. Neste momento, pretendemos compreender como essas categorias de conteúdo se articulam com o teor dos projetos contemplados pela premiação, questão que sinalizamos no Quadro 12.

A *inovação* foi a primeira categoria de conteúdo que identificamos e que, não casualmente, aparece como primeiro critério de seleção do Prêmio LED, conforme apontamos na seção anterior. Todos os projetos precisam ser inovadores, entendendo aqui a inovação como também sinônimo de inédito, seja para não incorrer em risco de plágio, seja para conferir os ares de novidade às iniciativas. Dessa forma, temos que, nesse quesito, a inovação é uma categoria de caráter universal e necessário, sendo os 27 projetos premiados enquadrados no critério.

A categoria de conteúdo *educação profissional* aparece em 13 dos 27 projetos, algo em torno de 50% das propostas premiadas. A forma como o conteúdo dos projetos premiados entende a educação profissional está circunscrita ao debate que realizamos no capítulo 3, no qual caracterizamos o que os documentos da FRM expressavam ideologicamente. O que os projetos premiados propõem é a inserção de segmentos subalternizados ao mercado de trabalho sob uma perspectiva do capitalismo na era digital que aprofunda ainda mais as desigualdades. Assim, temos o reforço às ações históricas da FRM na inserção de trabalhadores no mercado de forma desigual, o que certamente contribui para o reforço do exército de reserva, formado a reboque de uma perspectiva crítica e emancipadora.

O Gráfico 8 sistematiza a relação entre projetos vencedores que se enquadram na categoria de conteúdo e o total de projetos premiados a cada ano e no geral:

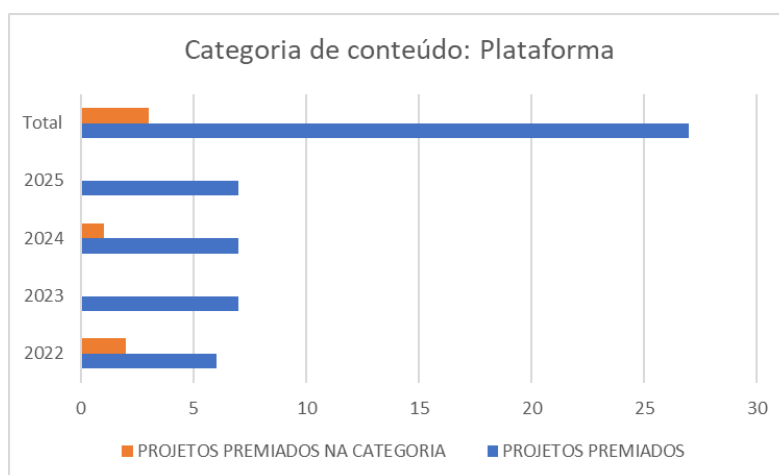
Gráfico 8 - Relação entre a categoria de conteúdo educação profissional e o Prêmio LED

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Em todos os anos relacionados, vemos um equilíbrio de propostas premiadas que se enquadram nessa categoria, revelando que, para os agentes privados em questão, o público jovem e em situação de defasagem idade-série ainda é muito importante na construção de sua pedagogia política. Desde o Telecurso, observamos que se mantém essa tendência, agora turbinada pela ação mais coordenada desses agentes que expressam intenção de se colocarem como personagens essenciais na divisão do trabalho empresarial na educação sob o capitalismo na era digital.

Com relação à categoria de conteúdo *plataforma*, observamos uma relação entre ela e o quantitativo de projetos premiados muito diferente da categoria anterior, que, à primeira vista, poderia aparentar uma certa contraditoriedade com o debate que vimos travando. Não obstante, as plataformas serem um importante produto a ser enunciado como elemento estruturante do cotidiano escolar na perspectiva digital do capitalismo, elas podem ser entendidas como tecnologias de alto custo (*High Tech*) e ainda inacessíveis em grande parte do território brasileiro.

Gráfico 9 - Relação entre a categoria de conteúdo plataforma e o quantitativo de projetos premiados



Fonte: Elaborado pela autora.

No escopo dos projetos premiados, pudemos constatar que apenas três deles incorporam algum tipo de uso de TIC em sua implementação. De acordo com a nossa elaboração das categorias de análise e de conteúdos, somos levados a inferir que a baixa presença de tecnologias de alto custo sinaliza tanto a possibilidade de maior participação das populações mais atrasadas no acesso à internet de qualidade quanto a possibilidade de expansão mercadológica das tecnologias de alto custo.

Essa caracterização das categorias de conteúdos, na avaliação dos projetos vencedores, aponta para a inovação na educação enquanto proposta motriz da ação privatizadora na educação, levando-nos a entender a FRM e a Globo como agentes importantes da implementação da agenda privatizadora da educação no país. A categoria educação profissional nesses projetos aparece como mais um atestado empírico da vocação desses agentes, ao longo de quase cinquenta anos, para incidir sobre o estrato jovem da sociedade, especialmente aquele com um percurso escolar interrompido. Já a categoria plataforma revela as lacunas a serem preenchidas na perspectiva de atualização da atuação desses agentes em tempos de capitalismo na era digital.

Assim, no esforço de pintar um quadro mais racional dessa frente de atuação do Movimento LED, pretendemos deduzir os movimentos mais fundamentais desse agente, no seio da sociedade civil, que visam expandir o projeto de educação das classes dominantes a partir da inabalável marcha da sociedade brasileira rumo a sua transição digital. E, na medida em que essa transição indica ser um projeto que convida os setores privados a participar, parece-nos claro o papel da FRM e da Globo de contribuir para a expansão de um ideário que as consolidem como agentes legítimos do debate e que, ao mesmo tempo, garanta mercado consumidor de toda a mercadoria educacional digital a

ser produzida. Em outras palavras, nossos agentes, por meio do Prêmio LED, consolidam, ano a ano, a hegemonia da classe dominante para a educação no Brasil.

5.2.4 A Comunidade LED

Quando o Movimento LED foi lançado em 2022, a chamada Comunidade LED funcionava como uma plataforma interativa, na qual pessoas comuns poderiam se comunicar e compartilhar informações, ou seja, a Comunidade LED foi criada para ser uma rede social, mas também um espaço para a divulgação dos projetos envolvidos no Prêmio LED em suas mais diversas etapas. Com o tempo, a função de rede social ampla foi perdendo espaço para a tarefa de vitrine dos projetos, tornando-se, assim, um “banco de boas práticas” (Globo, 2025).

Ao voltarmos ao regulamento do Prêmio LED, encontramos menção à comunidade LED, principalmente no que tange às atribuições dos embaixadores junto à Globo, manifesto nos objetivos específicos da premiação:

Fortalecer e mobilizar a Comunidade LED - Luz na Educação, criando conexões entre organizações, escolas, empreendedoras(es), educadoras(es), estudantes e criadoras(es) de conteúdo que pensam e implementam processos e promovem conteúdos educacionais relevantes para o avanço do campo educacional do país (Globo, 2025, p. 4).

Enquanto embaixadores do Prêmio LED, essas pessoas têm a tarefa de fortalecer o papel social da ação, além de serem propagandistas, oxigenando a participação popular e criando vínculos orgânicos com a organização do Movimento. Assim, essas pessoas são escaladas para capilarizar seus projetos e multiplicá-los (mediante parcerias) na sociedade civil. Elas são recorrentemente vistas, na grade de programação da Rede Globo, apresentando seus projetos, nos mais variados programas, e incentivando a participação de outras pessoas.

Os embaixadores podem ser propagandistas do LED em espaços onde qualquer propaganda oficial não consegue chegar com tanta facilidade: o chão da escola⁶⁹. Enquanto pessoas comuns, os embaixadores aproximam, criam empatia e, acima de tudo, podem tornar o LED mais um elemento do cotidiano escolar. Os embaixadores são

⁶⁹ Como já apontamos, os projetos selecionados podem acontecer no âmbito dos espaços formais ou informais da educação, mas naquilo que nos cabe debater, restringimo-nos a apontar os impactos do LED sobre a escola pública.

devidamente treinados e capacitados pelo time de intelectuais vinculados à Globo para conseguir identificar e orientar novos projetos, replicando os conhecimentos adquiridos em uma etapa de mentoria que acontece após a seleção dos 15 projetos finalistas de cada edição.

Pudemos observar esse movimento *in loco* ao participar de uma das oficinas do Movimento LED em 2025 (Anexo 3), em que a designer de experiências de aprendizagens contratada pelo LED, Manu Bezerra, ensinou e deu dicas sobre como estruturar um projeto para concorrer ao Prêmio LED. Essa é a principal intelectual que capacita os projetos finalistas, o que tornou sua oficina ainda mais interessante para a compreensão do prêmio LED e de seus requisitos.

Figura 14 - Oficina *Do insight ao verbo: prepare seu projeto para o LED*, ministrada por Manu Bezerra



Fonte: Elaborada pela autora

Na mencionada oficina, participaram alguns finalistas do Prêmio LED de 2024, cuja função específica naquele momento era supervisionar a execução das tarefas propostas, colocando em prática os conhecimentos que adquiriram ao longo de sua experiência com a premiação. Naquele momento, fomos orientados com precisão sobre os requisitos mais importantes a serem observados na elaboração do projeto e o que seria observado em cada um deles. Assim, nesta oportunidade, pudemos ter acesso, em

primeira mão, a informações não abertamente reveladas, qualificando nossa análise posterior na etapa de escritura da presente tese.

Além da participação dos embaixadores e de seus projetos, a Comunidade LED vem sendo utilizada como mais uma plataforma de expansão do ensino mediado por tecnologias, oferecendo, dessa vez, uma Trilha Formativa para Projeto de Vida e Sustentabilidade, em parceria com as plataformas 1Mio e Co.liga:

Chamada de jornada de projeto de vida e sustentabilidade, a trilha abre com uma formação-base dividida em três temas: “Como criar um currículo alinhado ao seu projeto de vida”, “Entenda os desafios das crises climáticas e descubra como agir diante desse cenário” e “Entenda o papel da política e desenvolva habilidades de liderança. (Globo, 2025).

Essa iniciativa, em específico, é voltada para as competências socioemocionais e ao projeto de vida, atendendo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). A instituição, criada no pós-guerra para a mediação de conflitos e garantia dos direitos humanos em um mundo cindido pelas guerras, vem atravessando uma crise inédita de confiança, fruto das contradições irreconciliáveis que emergem de sua própria existência. Ao fim e ao cabo, as metas da ONU são sempre inatingidas, mas são apresentadas como o horizonte último das necessidades de um capitalismo cada vez mais conciliável.

Ao reivindicar os ODS das Nações Unidas, a proposta de Projeto de Vida aportada pelo LED é uma que tem como limite a reprodução do sistema capitalista como fim da história, cabendo à juventude subalternizada a administração dos sonhos individuais em um mundo incerto, além de transferir à tecnologia e à inovação as expectativas de resolução pacífica dos conflitos de classe. Assim, é transferida à educação uma atribuição que não é dela, a de salvar o capitalismo das mazelas produzidas pelos desdobramentos de sua própria reprodução. Apenas o fim do capitalismo pode ser a solução para os problemas sociais insuperáveis produzidos pelo capitalismo.

A existência de mais um flanco de ensino plataformizado nos afluentes da FRM e da Globo demonstram como esses agentes vêm tentando se apresentar como uma referência em ensino e trabalho digital nos dias atuais. Parte significativa da ação do Grupo Globo se dá de forma plataformizada, tornando indissociável a ideia de inovação na educação das plataformas digitais, aspecto que reforça nosso argumento de que a dupla via da construção de hegemonia e exploração de novos mercados são as bússolas dessa ação planejada. Seguramente essa movimentação repagina a atividade desse grupo

privado na educação, mantendo em seu cerne a intencionalidade de sempre: a privatização da educação segundo seus próprios fins.

Dessa forma, a Comunidade LED, ao expressar a aparência de acessibilidade da iniciativa à todas as pessoas razoavelmente capacitadas e com o projeto pronto para ser explorado, exerce hegemonia da forma como a Globo, historicamente, sempre soube exercer. E além disso, ocupa um espaço concreto na promoção de iniciativas replicáveis que pode servir como referência a qualquer pessoa, tornando replicável, na essência, a marca do grupo empresarial e seu ideário.

5.2.5 *O Festival LED*

Ainda no setor da promoção dos projetos eleitos como os vencedores em seus critérios, o Festival LED representa a maior das vitrines desta autopromoção porque, além de ocupar o espaço público com sua marca, mobiliza um vasto arsenal de artistas, jornalistas e tantas outras figuras públicas ligadas direta ou indiretamente à Globo e à FRM. O Festival aconteceu, nas quatro edições, em dois dias, na Praça Mauá, na cidade do Rio de Janeiro (com uma edição extra em Belém do Pará em 2024), com a participação de parceiros, além do Museu de Arte do Rio e do Museu do Amanhã, ambos administrados pela FRM.

O Festival LED ocorre em um espaço público carregado de simbolismo, visto que, nos últimos anos, essa área passou por intensas intervenções urbanísticas promovidas pelo poder público, que a transformaram em um polo de especulação imobiliária e de efervescência cultural. Nesse sentido, não surpreende a participação e o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro na realização do evento, seja pela cessão do espaço e pelo fornecimento de segurança (com a restrição à circulação de ambulantes), seja pela mobilização da equipe da Secretaria Municipal de Educação (SME/RJ) para a sua execução.

As imagens abaixo mostram como os totens e tendas se espalham pela praça pública, gerando a curiosidade dos transeuntes, reforçando ainda mais a penetração da marca junto à população.

Figura 15 - Totem do Festival LED na Praça Mauá



Fonte: Elaborada pela autora

Legenda: Totem do Festival LED na Praça Mauá, no epicentro da zona de revitalização da região portuária do Rio de Janeiro, tendo ao fundo o edifício A Noite e o VLT.

Figura 16 - Vista da Praça Mauá, onde ocorre o Festival LED



Fonte: Elaborada pela autora.

Legenda: Praça Mauá durante o Festival LED, com as tendas dos parceiros Fundação Bradesco e SEBRAE e ao fundo a fachada do Museu do Amanhã.

Figura 17 - Vista da Praça Mauá com o totem de 100 anos da Globo



Fonte: Elaborada pela autora

Legenda: Totem comemorativo aos 100 anos da marca Globo na Praça Mauá, local de realização do Festival LED.

A parceria entre Globo e Prefeitura do Rio, na realização do Festival LED, é mais uma evidência empírica do Estado no sentido ampliado, em que público e privado se confundem, não porque a ação seja tão sinérgica que turva a capacidade de distinguir quem é quem no jogo político, mas porque esse seja o próprio modo de ser em sociedades de capitalismo avançado. Assim, não se trata de uma simples colaboração entre agentes público e privado, como entidades autônomas, atuando em prol da melhoria da educação, mas de um arranjo que expressa o próprio funcionamento das sociedades capitalistas, nas quais o Estado ultrapassa suas funções estritamente administrativas e repressivas para articular-se organicamente com os interesses de frações dominantes da sociedade civil.

O conteúdo do Festival LED também merece uma análise à parte, pois o cronograma é repleto de palestras, mesas e oficinas que debatem uma ampla gama de assuntos, que vão das inovações tecnológicas, no campo da educação, às pautas de opressão a partir do paradigma da direita para o social. O Quadro 13 sistematiza as informações sobre as mesas de abertura das quatro edições.

Quadro 13 - Mesas de abertura das quatro edições do Festival LED

Edição	Mesa de abertura	Principais palestrantes
1ª edição (2022)	A ponte para o futuro vem do passado: uma educação crítica e antirracista	Conceição Evaristo, Emicida, Angela Figueiredo e mediação de Aline Midlej.
2ª edição (2023)	Educação no Brasil: um desafio coletivo	André Lázaro, Lilia Schwarcz, Elisa Lucinda e mediação de Regina Casé.
3ª edição (2024)	Educação como caminho para a liberdade: uma conversa com Angela Davis	Angela Davis e mediação de Aline Midlej.
4ª edição (2025)	Reescrevendo o mundo com Chimamanda Ngozi Adiche, uma página de cada vez	Chimamanda Ngozi Adiche , Conceição Evaristo e mediação de Aline Midlej.

Fonte?: website do Festival Led

A participação de figuras públicas de peso, que representam debates fundamentais na sociedade a partir das desigualdades sociais, raciais e de gênero, é mais um elemento a confirmar a captura do debate público, tornando-o mais palatável e com o horizonte de desmobilização de processos emancipatórios verdadeiros. O filtro da teia de interesses da Globo, no final das contas, dociliza a resistência necessária, impondo um limite invisível àquilo que pode ser ou não debatido, não apenas pelas palestrantes, mas pelo senso comum progressista, de uma forma mais geral.

5.2.6 O Desafio LED

O Desafio LED é mais uma premiação do escopo do Movimento LED, mas com diferenças importantes do seu análogo Prêmio LED. O Desafio é voltado exclusivamente

aos estudantes, seja de nível superior ou não, que produzem mercadorias aplicáveis à resolução de problemas pontuais, adequadas ao cotidiano escolar e com potencial de se transformar em políticas públicas. Os critérios condicionados aos projetos do Prêmio LED também se aplicam ao Desafio, porém, como não existem categorias de participantes, todos os cinco projetos finalistas no ano saem premiados com dinheiro.

O Desafio LED também contou com quatro edições, e, da mesma forma como trabalhamos o Prêmio LED, sistematizamos os dados mais relevantes para que possamos extrair conclusões amparadas na realidade. Não obstante as semelhanças entre as duas modalidades de premiação, nossa lente de análise se volta para as diferenças entre eles, na medida em que esse movimento pode revelar a articulação entre ambos e seu caráter de complementaridade de objetivos.

A primeira e mais significativa diferença, como já havíamos abordado, é a participação exclusiva de estudantes, especificidade que mobiliza um público bastante diferente daquele do Prêmio, em que pese haver a categoria de estudantes na premiação principal. Esses estudantes, massivamente oriundo do ensino superior, muitos de universidades públicas, oferecem uma participação ainda mais qualificada dos projetos, além de um caráter de institucionalidade mais forte. Apesar disso, os vencedores do Desafio ganham uma premiação menor e não são considerados embaixadores da Comunidade LED.

Uma segunda diferença, que pode ser uma consequência da primeira, é a participação massiva de projetos apresentados como plataformas ou aplicativos diretamente. Ao contrário do Prêmio LED, em que identificamos uma lacuna de projetos aplicados a partir de plataformas digitais, o Desafio LED possui uma presença ostensiva de projetos cujos serviços são ofertados a partir de plataformas, como podemos observar no Quadro 14.

Em quatro edições, 11 projetos se identificam diretamente como plataformas⁷⁰ ou aplicativos, em um universo de 25 finalistas⁷¹, revelando quantitativo bastante diferente daquele que obtivemos no Prêmio LED. Abaixo relacionamos os finalistas/premiados

⁷⁰ Não consideramos como plataformas projetos que se apresentaram como “ecossistemas”, “clube de assinaturas” ou qualquer outra caracterização que não se declare explicitamente como uma TIC. Assim, o número de projetos que concorrem ao Desafio LED como plataformas digitais pode ser ainda maior.

⁷¹ A primeira edição do Desafio LED contemplou 10 projetos, ainda que só tenhamos considerado para fins estatísticos os cinco primeiros colocados. Fizemos essa escolha, porque foi o padrão que se seguiu nas edições seguintes.

pelo Desafio LED em 2025, constando os dados referentes às edições anteriores nos apêndices 5, 6 e 7.

Quadro 14 - Finalistas do Desafio LED – 4ª edição/2025

Projeto premiado	Prêmio	Projeto	Vínculo Institucional do finalista
1º Lugar: Plataforma Te Guio	85 mil reais	Propõe uma plataforma dedicada a promover a inclusão de crianças que se encaixam no espectro autista. O propósito é fortalecer redes de cuidado, reduzir estigmas e ampliar oportunidades para que todas as crianças possam se desenvolver em sua plenitude.	Faculdade Estácio São Gonçalo - Rio de Janeiro
2º Lugar: Útero Pop	85 mil reais	Trata-se de uma iniciativa de educação menstrual voltada para meninas e pessoas a partir de 8 anos. Aborda, de forma gentil e acessível, o início da saúde do útero, com o objetivo de promover o autoconhecimento, o respeito e o cuidado com o próprio corpo, fortalecendo a autoestima e quebrando tabus desde cedo.	R2 formação pedagógica - São Paulo
3º Lugar: Jogo Lendas Matemáticas	60 mil reais	Propõe a criação de um jogo físico, com tabuleiros e cartas, para tornar o ensino da matemática mais acessível e divertido. A ideia é transformar o aprendizado em uma experiência lúdica, estimulando o raciocínio, a confiança e o prazer de aprender.	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

4º Lugar: Plataforma QG Uni	40 mil reais	Criação de uma plataforma para conectar estudantes a opções de moradia acessível, segura e acolhedora, facilitando o acesso ao ensino superior. O projeto tem o objetivo de apoiar trajetórias acadêmicas, reduzindo barreiras financeiras e promovendo oportunidades para que mais jovens realizem o sonho de cursar a faculdade.	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
5º Lugar: Acessibilidade sobre as águas	30 mil reais	É uma iniciativa voltada à formação de professores ribeirinhos do Amazonas com foco na educação inclusiva, adaptada às realidades locais. Tem o objetivo de promover o direito à aprendizagem para todos os alunos, com atenção especial à acessibilidade em Libras, Braille e metodologias pedagógicas que respeitam a diversidade.	Faculdade Estácio Amazonas

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Globo, 2025.

Cabe ressaltar que todos esses projetos já existem e concorrem ao Desafio para fins de expansão do produto. Assim, a existência de tantos projetos que constam como plataformas digitais demonstra que aquilo que o Prêmio LED não consegue captar com eficiência é incorporado pelo Desafio, fazendo com que essa seja uma frente, com seu arsenal dedicado à tecnologia e inovação, voltada para a mercadologização direta de produtos que podem ser literalmente vendidos como políticas públicas.

Como reforço a esse argumento, destacamos a participação do Secretário Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro, o deputado federal licenciado Renan Ferreirinha, como jurado do Desafio LED nas duas últimas edições (2024 e 2025). Essa participação demonstrou um afinado alinhamento entre o que o Desafio LED propõe e a institucionalidade, representada pelo atual secretariado, a partir de uma sinergia expressa pelas avaliações e perguntas feitas pelo secretário ao longo dos eventos de premiação.

A participação da SME/RJ (não podemos esquecer que é a responsável pela maior rede pública de ensino da América Latina) no Movimento LED de forma mais ampla

também demonstra alinhamento de princípios educacionais pelas políticas públicas para a educação da cidade do Rio de Janeiro, principalmente pelas escolas transformadas em GETs (Ginásios Educacionais Tecnológicos).

Essas escolas se fundam a partir da metodologia STEAM e de forma bastante alinhada à política nacional de conectividade a qual descrevemos. Até junho de 2025, mais de 250 GETs foram inaugurados, com previsão de expansão para 500 novas unidades até 2028 (SME, 2025). Essas escolas representam a ponta de lança do projeto educacional da cidade e, de acordo com secretário Renan Ferreirinha:

A reflexão que fazemos aqui, é a mesma que fizemos na criação dos GETs, Ginásios Educacionais Tecnológicos, que tem uma educação menos conteudista, e mais uma educação mão na massa. *O que a gente tenta apresentar para os alunos com a abordagem STEAM é como você consegue construir com o que você tem a disposição.* A gente tenta fazer dos GETs o CIEP do século XXI. Uma escola de tempo integral onde os alunos pensam mais nessa construção e nessas trocas e a partir disso conseguem compreender o seu protagonismo e as noções de democracia (SME, 2025, grifo nosso).

Dessa passagem é possível entender melhor o que é a abordagem STEAM na vida real: fazer o que é possível com o que se tem. A precariedade se torna sinônimo de possibilidades de ser criativo e se cristaliza como uma barreira intransponível à chegada de recursos suficientes para estruturar os projetos pedagógicos das escolas. A tecnologia, a inovação, o pensamento computacional são instrumentalizados para fazer da escola da precariedade a escola possível.

De forma a concluir o presente trabalho, diante dos impactos econômicos e sociais decorrentes da crise estrutural da dinâmica do trabalho no Brasil, tornou-se evidente que a classe dominante assumiu um papel decisivo na construção e na disseminação de práticas educativas voltadas à reprodução do trabalho precarizado, expressas por meio de uma escola que, de forma simbólica, glamoriza a precariedade. Nesse contexto, o Movimento LED e a mobilização da dimensão criativa das pessoas comuns operam como mecanismos complementares, legitimando e incorporando as novas exigências do capitalismo na formação humana. Tal articulação evidencia a forma como o sistema econômico contemporâneo vem se organizando em torno de uma lógica autofágica, que absorve, explora e instrumentaliza os saberes e a criatividade individuais para a manutenção de suas dinâmicas de poder e desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que entendemos como capitalismo na era digital é a expressão fenomênica mais atualizada dos desdobramentos de uma crise de caráter estrutural que se arrasta há pelo menos cinquenta anos. Os rearranjos das frações da classe dominante que dirigem o sistema vem resultando no aprofundamento da exploração do trabalhador com a finalidade última de preservar suas taxas de acumulação. Assim, assistimos o desmonte do Estado de Bem-Estar Social nos Estados Unidos e Europa e a hegemonia do neoliberalismo enquanto forma de ser do capitalismo atual. Como consequência, o papel do Estado e sua burocracia têm a prerrogativa de criar as condições formais dessa expansão a partir de reformas do aparelho burocrático-estatal, além da mobilização do aparato coercitivo sempre que necessário.

Nessa dinâmica, as demandas da educação também se atualizaram para seguir cumprindo papel central nas sempre renovadas dinâmicas do capitalismo neoliberal, sendo uma evidência empírica dessa percepção termos a educação um direito social que tem avançado nas últimas décadas, seja pela universalidade ao acesso às escolas, seja no financiamento público. Assim, coube-nos investigar, na medida das nossas possibilidades, a tarefa da educação pública a partir dos objetivos mais gerais de setores organizados da burguesia, mas mais especificamente, do conglomerado midiático Globo e seu braço para a educação, a Fundação Roberto Marinho.

Ao caracterizarmos, a partir de Mészáros, a crise do capitalismo nos últimos cinquenta anos como uma crise estrutural, deduzimos que existe um *continuum* lógico e real, sempre tendo no horizonte as características mais gerais do sistema capitalista, que podemos sumariamente expressar como sendo as de sempre, produzir mais capital, não importa a que custo. Com Gramsci, compreendemos que a forma de organização política a que chamamos Estado existe em uma dinâmica de dupla face, em que o aparato burocrático-repressivo é indissociável das organizações privadas que atuam na sociedade de maneira intencional, a sociedade civil organizada, a exemplo de nosso objeto.

No decorrer da produção desta tese, observamos uma repaginação da atuação da Fundação Roberto Marinho, sensivelmente a partir do ano de 2022, momento em que o mundo estava saindo da pandemia da covid-19 e que tantas lacunas foram deixadas na formação escolar das crianças e jovens mundo afora. Entendendo que essa repaginação

tão abrupta da FRM veio à reboque das políticas de aprofundamento da digitalização escolar para a garantia do ensino remoto (preconizadas pelo Banco Mundial, OCDE, dentre tantos outros atores), foi preciso encontrar em sua reorganizada atuação as novas determinações, agora atendendo aos imperativos do capitalismo na era digital.

Sem sombras de dúvidas que as dezenas de milhares de crianças e adolescentes fora das escolas catalisou a inserção das TICs no contexto escolar, com baixíssima resistência do professorado, na medida em que, ou se manjava os apetrechos digitais, ou corria-se o risco de contaminação por um vírus potencialmente mortal, em anos em que a política institucionalmente defendida era a chamada imunidade de rebanho. Nosso objeto renovou seu arsenal de mercadorias educacionais e mergulhou fundo no processo de plataformização, movimento que anteriormente era incipiente e focado no Telecurso, uma plataforma de tele-ensino com quase cinquenta anos de existência.

Tendo situado nossa problemática inicial, a da readequação da nossa análise frente ao movimento do nosso objeto na realidade, entendemos o momento histórico da crise de 2008 como o marco conjuntural mais fundamental para a compreensão da digitalização como nova fronteira da acumulação capitalista. O conjunto de eventos que decorreram da eclosão da crise determinou que a austeridade fiscal fosse a agenda principal da reação dos governos locais aos efeitos da crise e atacou ainda mais os direitos do trabalho, a partir da ampliação das demissões, reformas trabalhistas e a inserção massiva das plataformas na realização do trabalho.

No Brasil, a política de austeridade fiscal que veio à reboque da crise atacou em cheio o coração do governo Dilma Rousseff, este já balançado pela captura da consciência de parte significativa da classe trabalhadora para uma pauta de extrema direita alinhada com os direcionamentos neoliberais para o Brasil. Ainda que seu governo tivesse investido esforços em uma neoliberalização mais aprofundada, Dilma jamais seria capaz de implementar as reformas necessárias ao contingenciamento do fundo público de forma ampla, dada a ampla rejeição da base do Partido dos Trabalhadores. E assim foi construído um golpe institucional-parlamentar, “com STF, com tudo” (Folha de São Paulo, 2016), articulado pelo vice-presidente Michel Temer cujo objetivo exclusivo de seu governo-tampão foi aprovar Emendas Constitucionais que reformasse o Estado e ampliasse sua capacidade de exploração da classe trabalhadora, como foi o caso da Emenda Coconstitucional 95, o “Teto de Gastos”.

Foi com esse panorama externo e interno que contextualizamos a renovação do trabalho da FRM, ainda que a tarefa da caracterização do nosso objeto ainda apresentasse lacunas. Há o fenômeno do trabalho digital, das plataformas, da Inteligência Artificial, dentre tantos outros processos ainda insuficientemente debatidos a partir da perspectiva materialista e que ganharam envergadura na esteira da crise. Assim, entendemos a atualização da pedagogia política da Fundação Roberto Marinho em um laço de indissociabilidade com a renovação das formas de exploração do trabalho, o que possibilitou-nos extrair nossas categorias de análise, partindo do materialismo histórico-dialético como fundamentação teórico-metodológica mais essencial.

Ao observar nosso objeto inicial com as nossas fundamentações categoriais, observamos que, além de uma profusão de novas mercadorias digitais, existia algo ainda mais novo e, dado seu caráter de ineditude, não poderíamos deixar de abordar nesta tese: o Movimento LED. O que inicialmente causou certo incômodo foi a presença ostensiva da Rede Globo nos materiais de divulgação, o que logo sugeriu que é ela a organizadora principal do Movimento. Assim, uma questão se apresentou: qual é, em realidade, o objeto desta tese? A Fundação Roberto Marinho e seu novo posicionamento de mercado ou a Rede Globo na organização do Movimento LED?

O esforço empreendido para responder essa questão partiu das conclusões a que obtivemos ainda em nossa dissertação, a de que o Grupo Globo se comportava na sociedade de forma análoga a um partido, organizando sua classe, e que, por isso, não era possível entender a FRM de maneira isolada (Rodrigues, 2020, p55). Ainda assim, havia uma lacuna que nos incomodava: se a atuação de ambas é tão sinérgica, por que manter as duas entidades separadamente nos documentos do LED (a FRM e a Globo)? Esta lacuna apenas pôde ser melhor interpretada e ultrapassada quando tivemos acesso ao último relatório ESG da Globo em que consta uma importante informação: a incorporação da FRM à *holding* que controla o Grupo Globo, o que tornou possível compreender a FRM como mais uma empresa do grupo, não mais voltada à filantropia, mas à ação empresarial.

Dessa forma pudemos estabelecer com mais clareza o objetivo geral deste trabalho, a saber, a compreensão da nova pedagogia política da FRM nessa dimensão empresarial e de que maneira passa a dialogar com as demandas colocadas para o trabalho digital nessa nova fase de acumulação capitalista. Sendo assim, passamos a encarar a Fundação Roberto Marinho com o braço de formulação da pedagogia política empresarial

do grupo enquanto a Rede Globo, a via de capilaridade e expansão regional desse projeto.

A escolha das referências teórico-metodológicas que pavimentaram o presente trabalho possibilitaram encarar nosso objeto a partir de uma espécie de “virada copernicana” (ao exemplo da ótica kantiana) quando partiu das categorias de análise e de conteúdo para enfrentar um objeto em processo de mudança porque permitiu-nos abstrair os elementos de permanência e caracterizá-los como aqueles mais estruturais. Assim, foi possível relacionar o esforço empreendido pela FRM em uma dinâmica de divisão do trabalho empresarial em que o nosso objeto se especializa na produção e difusão de plataformas educacionais, o que dialoga fortemente com o contexto de digitalização do trabalho e da exploração do trabalhador.

Ao analisarmos os documentos da Fundação, deparamos-nos com os fundamentos teóricos mais essenciais desse grupo, sendo o fortalecimento da inovação enquanto ideologia, na medida em que atua em duas dimensões: a do fortalecimento da hegemonia do grupo privado e a da produção de mercadorias educacionais disruptivas. Além disso, observamos que o nicho das juventudes segue sendo o público-alvo do trabalho da FRM, haja vista a educação profissional ainda se manter como a modalidade da educação preponderante no conteúdo de seus materiais.

Já as plataformas apareceram como a principal novidade do trabalho da FRM, categoria identificada nos materiais analisados, bem como no lançamento das plataformas co.liga e co.educa, voltadas para as juventudes que estão dentro e fora das escolas, tornando o trabalho digital um fundamento da interpretação desse agente privado na apresentação de suas novas mercadorias digitais. O estudo documental do material teórico da FRM a partir da análise de conteúdos também reposicionou nossa abordagem do Movimento LED, de onde concluímos que, de um lado precisará avançar sobre as estratégias de plataformização (a partir do mapeamento do Prêmio LED) e de outro, reforçar aquilo que já vem sendo feito (a partir do Desafio LED).

A relação umbilical do Movimento LED com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro se revelou na ocupação do espaço da Praça Mauá e no apoio institucional em que seu principal quadro, o próprio secretário municipal de educação, foi jurado por duas edições seguidas do Desafio LED. Assim, é possível deduzir que, em caso de maior expansão do Movimento LED pelo território brasileiro, se fará mobilizando as parcerias

com a sociedade política, podendo-se ampliar as possibilidades de influência sobre as políticas públicas locais.

A expansão do Movimento LED para as regiões Norte e Nordeste do Brasil vem se dando pelo Prêmio LED, principal ação do escopo do Movimento. Constatamos que mais da metade das premiações são oriundas dessas duas regiões que, não casualmente, são os maiores vazios de conectividade à internet e alvo das maiores ações focalizadas em construção de infraestrutura digital no país. Entendemos que o movimento direcionado para essas regiões que compõem as maiores fronteiras de expansão digital do Brasil também obedecem aos imperativos de reserva de mercado porque um amplo contingente populacional passará a contar com internet de banda larga em alguns anos.

Com esses resultados pudemos avançar sobre a interpretação das estratégias mobilizadas por esse importante agente privado, na dinâmica de divisão do trabalho empresarial na educação, para além das aparências. O discurso salvacionista do empresariado segue vivo e mais forte que nunca porque a estrutura material de acomodação do trabalho digital encontra-se em expansão (enquanto demanda do próprio capital), além de encontrar barreiras subjetivas de aceitação das TICs cada vez mais enfraquecidas.

Sendo assim, constatamos que o enfrentamento ao projeto de privatização escolar na atual conjuntura passa necessariamente pela compreensão das determinações fenomênicas, mas também essenciais, do capitalismo na era digital, manifesto, sobretudo, pela plataformização como mais nova forma de controle do trabalho docente e aumento da exploração. Essa pesquisa, portanto, pôde dar sua contribuição pontual que se deteve sobre um objeto específico sem perder do horizonte as dimensões de totalidade.

Entretanto, enfrentamos uma série de dificuldades impostas pelas limitações materiais da pesquisadora e do objeto. A primeira, em sua rotina de vida, também compõe as fileiras do trabalho docente cada vez mais proletarizado e que, além de encarar os atravessamentos de gênero que impõe sobretrabalho doméstico na tarefa de cuidados. É certo que o trabalho acadêmico exige disponibilidade de tempo para ser realizado com a profundidade demandada, o que se desenrola com mais desafios na medida em que a condição de exploração de classe se acumula com a opressão de gênero e raça.

Quanto ao objeto, nossa limitação se deu mais especificamente pelo reposicionamento de mercado da FRM que ficou mais claro apenas nos últimos dois anos,

o que se manifesta no reduzido universo de materiais disponibilizados ao longo do tempo previsto para a redação final da tese. Além disso, foi preciso observar com bastante atenção os limites das inferências possíveis na interpretação do Movimento LED, a fim de que não colocássemos a expectativa de confirmação de nossas hipóteses acima daquilo que se pôde encontrar na realidade efetivamente.

Além disso, não foi possível empreender esforço em uma sistematização de dados sobre o Desafio LED da forma minuciosa como fizemos com o Prêmio LED, o que poderia fornecer elementos mais sólidos para o debate das hipóteses, além de indicar novos caminhos para a pesquisa. Da mesma forma, também não foi possível fazer um debate de mais fôlego sobre a Academia LED que, apesar de estar em sua primeira edição, poderia indicar as estratégias do LED para se consolidar como referência acadêmica nos cursos de jornalismo.

Ainda assim, acreditamos que fomos exitosos na tarefa a que nos propusemos, conforme os objetivos previamente estabelecidos, porque foi possível evidenciar a consistência teórica e metodológica alcançada ao longo do trabalho. A articulação entre as categorias analíticas e de conteúdos e o referencial conceitual permitiu uma leitura aprofundada do trabalho da Fundação Roberto Marinho, produzindo interpretações que dialogam criticamente com o campo da educação. Dada a densidade e a amplitude das informações sistematizadas, consideramos que a tese constitui uma contribuição significativa para as ciências da educação, tanto pela relevância empírica dos dados quanto pela coerência de sua elaboração analítica, podendo, portanto, servir como referência para investigações futuras que pretendam aprofundar ou ampliar a compreensão das dinâmicas aqui exploradas.

Esta tese encerra um importante ciclo de estudos sobre a Fundação Roberto Marinho ao longo de, pelo menos, seis anos completos. Consideramos ter sido possível produzir um valioso compêndio sobre o trabalho desta Fundação até os dias de hoje, ensejando que essa modesta contribuição seja de valor para os esforços laborais que dela partem ou, até mesmo, para trabalhos futuros desta autora. Os processos de aprofundamento da exploração do trabalho pela via da plataformização estão apenas em seu alvorecer e muito ainda precisará ser investigado.

A frente do trabalho docente amplamente plataformizado é também um fenômeno novo que precisa ser mais densamente investigado, haja vista a profusão de aplicativos

pedagógicos e os governos que fazem promover adesão compulsória a esses apetrechos. Os casos do estado do Paraná e de São Paulo, hoje sob governos de extrema direita, são a ponta de lança desse processo que certamente se expandirá para todo o país, impondo sobretrabalho e catalisando processos de adoecimento laboral em uma categoria já absolutamente massacrada pelas péssimas condições de trabalho nas escolas brasileiras.

Assim, as reflexões desenvolvidas ao longo desta tese evidenciam a urgência de aprofundar o debate sobre as transformações no trabalho docente diante do avanço da plataformização e da privatização escolar de tipo digital em trabalhos futuros. A incorporação crescente de plataformas nas dinâmicas pedagógicas e administrativas das redes de ensino redefine os modos de organização, controle e avaliação do trabalho, instaurando novas formas de dependência tecnológica e de regulação orientadas pela lógica privatista. Esse processo tensiona as frágeis fronteiras entre o público e o privado, introduzindo no espaço escolar valores simbólicos e práticas que se alinham mais à eficiência e à produtividade do que à formação integral e emancipatória.

Nesse contexto, o trabalho docente emerge como expressão paradigmática das novas formas de precarização e desprofissionalização que atravessam o mundo do trabalho em sua dimensão digitalizada. As condições de intensificação, vigilância e flexibilização que marcam a docência em ambientes plataformizados desafiam os sindicatos e movimentos sociais a repensarem estratégias de resistência e de reconstrução de sentidos para o trabalho docente. Assim, as perspectivas futuras apontam para a necessidade de acompanhar criticamente os desdobramentos dessa integração entre tecnologia, gestão e pedagogia, contribuindo para a formulação de alternativas que preservem o caráter público, ético e emancipatório da educação pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just-in-time*. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. p.111-124. São Paulo: Boitempo, 2020.

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, T. (2015). **Mudanças organizacionais na gestão da escola e sua relação com o mundo empresarial: aprofundamento da privatização na educação básica brasileira?** Educação: Teoria e Prática, 25 (50) 432-448. Disponível em, [Vista do Mudanças organizacionais na gestão da escola e sua relação com o mundo empresarial: aprofundamento da privatização na educação básica brasileira? \(unesp.br\)](https://www.unesp.br/revistas/educacao/2015/50/432-448) Acesso em 04 ago. 2024.

AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana Claudia; BRIDI, Maria Aparecida. **Capitalismo industrial de plataforma: externalizações, sínteses e resistências**. *Caderno CRH*, 35, e022021. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.49956> Acesso em 13 de jul. 2025.

ANATEL – AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. *Regiões Norte e Centro-Oeste têm os maiores aumentos de conectividade em 2023*. Brasília: Anatel, 17 abr. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/regioes-norte-e-centro-oeste-tem-os-maiores-aumentos-de-conectividade-em-2023?utm_source=chatgpt.com

ANATEL – AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. *Meu Município – Índice Brasileiro de Conectividade*. Brasília: Anatel. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/meu-municipio/indice-brasileiro-de-conectividade> Acesso em 19 set. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo, PEDEX, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3 reimp. da 1ª ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zigmund. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

BIANCHI, Alvaro. **Revolução passiva: o futuro do pretérito**. Rev. Crítica Marxista, São Paulo, v.23, n.23, p. 34-57, 2006.

BORDALLO, Alan. **Indígenas protestam contra lei que inviabiliza educação presencial nas aldeias do Pará**. Agência Pública, 17 jan. 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/01/indigenas-protestam-contralei-que-inviabiliza-educacao-presencial-nas-aldeias-do-para/>. Acesso em: 7 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, Brasília, DF, p. 18, 26 jul. 2004. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm . Acesso em 1 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Histórico da educação profissional no Brasil.** Brasília: MEC/SETEC, 2008. Disponível em https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf Acesso em 1 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). *Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital): ciclo 2022-2026.* Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2022. 98 p.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Minerais estratégicos:** Terras raras são utilizados para produção de turbinas eólicas e carros híbridos. 18 out. 2024. Disponível em <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/minerais-estrategicos-terras-raras-sao-utilizados-para-producao-de-turbinas-eolicas-e-carros-hibridos> Acesso em 30 jun. 2025.

BRASIL. Ministério das Comunicações. *Nordeste Conectado.* 23 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/nordeste-conectado> Acesso em 21 set. 2025.

BRASIL. Ministério das Comunicações. *Norte Conectado.* Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/norte-conectado> Acesso em 20 set. 2025

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo:** auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA (CIEB). **Relatório Guia Edutec** - Diagnóstico do Nível de Adoção de Tecnologia nas Escolas Públicas Brasileiras em 2022. São Paulo: CIEB, 2022. E-book em pdf. Disponível em [Guia EduTec | CIEB](#) Acesso em 17 set. 2024.

CRARY, Jonathan. **Capitalismo tardio e os fins do sono.** São Paulo: Ubu, 2016.

CO.EDUCA. **Sobre. co.educa.** Disponível em: <http://coeduca.digital/sobre> . Acesso em: 7 set. 2025.

CO.LIGA. **Novo site da co.liga no ar.** Disponível em <https://coliga.digital/pt-BR> Acesso em 31 jul. 2025a.

CO.LIGA. **Sobre a escola. co.liga.** Disponível em: <https://coliga.digital/sobre> . Acesso em: 7 set. 2025b.

CO.LIGA. **Oportunidades.** Disponível em: <https://coliga.digital/pt-BR/oportunidades> Acesso em 13 set. 2025c.

D'ANDREA, Carlos. **Imaginários Sociotécnicos e plataformização:** em disputa o(s) futuro(s). In. SANTOS, Luiza Carolina; KAHRAWI, Issaaf; SOUZA, Ana Luiza de Figueiredo; D'ANDREA, Carlos; ARAUJO, William (org.). *Imaginários Sociotécnicos e Plataformas Digitais*. São Paulo: Intercom, 2024. Disponível em https://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/02_imaginarios_sociotecnicos_e_plataformas_digitais_03_09.pdf Acesso em 15 jun.2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOCA, Geralda. **Brasil criou 2,86 empregos formais em 2010.** O Globo, Agência Brasil. Rio de Janeiro, 11 mai. 2011. Economia. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-criou-286-milhoes-de-empregos-formais-em-2010-2771402> Acesso em 31/05/2025.

Época Negócios. **Uber faz parcerias com prefeituras para oferecer corridas a preço de passagem de ônibus.** 16 ago. 2019. Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/08/uber-faz-parcerias-com-prefeituras-para-oferecer-corridas-preco-de-passagem-de-onibus.html> Acesso em 01 jul 2025.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Novas escolas.** Secretaria de Parcerias e Investimentos. Sem data. Disponível em <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/ppp-educacao-novas-escolas/> Acesso em 07 de jul. de 2025.

FERRARIO, Marcela N., SANTANA, Carlos H. V. **Capitalismo de Plataformas, corrosão democrática e a consolidação do cibertariado no Brasil.** Dez. 2019. Disponível em: [https://enep.sep.org.br/uploads/1621_1615826238_FerrarioSantana-final_revisado_\(final\)_SEP1503_pdf_ide.pdf](https://enep.sep.org.br/uploads/1621_1615826238_FerrarioSantana-final_revisado_(final)_SEP1503_pdf_ide.pdf). Acesso em: 21 ago. 2024.

FERRAZ, Deise Brião; COSTA, Marli Marlene M. da. **Microtrabalho na inteligência artificial:** direitos fundamentais das mulheres e a ética do cuidado. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v.11, n.2, mai-ago 2024. Disponível em <https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/807/354> Acesso em 07 jul. 2025.

FINGUERUT, Silvia; SUKMAN, Hugo (org.). **Fundação Roberto Marinho:** 30 anos. 2. Ed. Rio de Janeiro: Goal, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. Gravação mostra Romero Jucá falando em pacto para deter Lava Jato: “Com o Supremo, com tudo”. São Paulo, 23 maio 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml> Acesso em 13 out. 2025.

FONTES, Virgínia. **As lutas de classes vistas pelo seu avesso**: a subversão reacionária. Rev. Práxis e Heg Popular, Marília, SP, v.6, n.8, p.57-80, jun. 2021. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/12812/8342> Acesso em 23 jul. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 41. ed., 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Matriz Curricular Ensino Médio**: Linguagens e suas tecnologias. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em <https://telecurso.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/solucao/matrizes-curriculares> Acesso em 25/05/2025.

_____. **Efetividade e impacto das soluções educacionais da Fundação Roberto Marinho (2019-2022)**. Disponível em <https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/publicacao/efetividade-e-impacto-das-solucoes-educacionais-da-frm-2019> Acesso em 20 jul. 2025.

_____. **Relatório de Atividades 2024**. Disponível em <https://www.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/publicacao/relatorio-de-atividades-2024> . Acesso em 20 de jul. de 2025.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Busca: inovação**. Fundação Roberto Marinho. Disponível em: <https://www.frm.org.br/busca?termo=inova%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 7 set. 2025.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/362805972/Anthony-Giddens-A-Terceira-Via-pdf> Acesso em 16 ago. 2025.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GLOBO. **Movimento LED – Luz na Educação**. *Somos Globo*, 06 jun. 2022 (atualizado em 10 jan. 2024). Disponível em: <https://somos.globo.com/movimento-led-luz-na-educacao/> Acesso em 05 set. 2025.

GLOBO. **Relatório ESG 2024**: fazer diferença todo dia. Rio de Janeiro: Globo, 2024. Disponível em: https://s3.glbimg.com/v1/AUTH_181ecc4c353545aaa3c24808d6e5977d/somos-globo/GLO_relan24-PT.pdf. Acesso em: 10 ago. 2025.

GLOBO. **Conheça os vencedores da 4ª edição do Desafio LED** – Me dá uma luz aí! *Somos Globo*. 23 jun. 2025. Disponível em: <https://somos.globo.com/movimento-led-luz-na-educacao/noticia/conheca-os-vencedores-da-4a-edicao-do-desafio-led-me-da-uma-luz-ai.ghhtml> Acesso em 26 set. 2025.

GLOBO. **Bem-vinda(o)!** Prêmio LED – Luz na Educação 2026. Disponível em: <https://us.castitreach.com/ag/globoselfservice/premioled2026/welcome.html> Acesso em 26 set. 2025.

GLOBO. **Comunidade LED. Somos Globo.** Disponível em: <https://somos.globo.com/movimento-led/comunidade-led/> Acesso em 26 set. 2025.

GLOBO. **Conheça a Trilha Formativa de Sustentabilidade.** *Somos.* 8 set. 2025. Disponível em: <https://somos.globo.com/movimento-led/comunidade-led/noticia/conheca-a-trilha-formativa-de-sustentabilidade.ghtml> Acesso em 25 out. 2025.

GOOGLE Brasil. **PL das Fake News pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira** [print de tela]. 27 abr. 2023. Disponível em: <https://blog.google/intl/pt-br/novidades/iniciativas/pl2630-2/> Acesso em 15 out. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Caderno 13 (1932-1934)**: notas sobre a política de Maquiavel / Antonio Gramsci. Tradução Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: International Gramsci Society – Brasil (IGS-Brasil), 1.ª ed., 2024. ISBN 978-65-83079-02-2. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/17787871724c480cb4cb1925e634fc4f?fileName=Caderno%2013.pdf> Acesso em 20 out. 2025.

GUIOT, André Pereira. **Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2006.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: Digitalização e a crise da democracia.** Petrópolis: Vozes, 2022.

HARVEY, David. **Condição pós moderna.** 16ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A Ciência da Lógica.** Livro II: A Doutrina da Essência. Segunda Seção: A Aparência (ou seja: O Fenômeno). Capítulo 1 – A Existência Concreta. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/hegel/1812/logica/19.htm> Acesso em 25 out. 2025.

HUBERMAN, Michael. **Comment s’opbrent les changements en éducation: contribution à l’étude de l’innovation.** Paris: UNESCO, 1973. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137710> Acesso em 28 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022.** IBGE, 2023a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas.** Agência IBGE de Notícias, 23 maio 2023b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas> Acesso em 19 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas de população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2025.** Brasília: IBGE, 2025. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2025/estimativa_dou_2025.pdf Acesso em 15 set. 2025.

INSTITUTO AYRTON SENNA (IAS). **As 10 competências gerais da BNCC e as competências socioemocionais.** Disponível em: https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/hub-socioemocional/instituto-ayrton-senna-as-10-competencias-gerais-da-bncc-e-as-competencias-socioemocionais.pdf?utm_source=site&utm_medium=hub-socioemocional. Acesso em 20 de janeiro de 2022

KEMP, Simon. **Digital 2024:** global overview report. 31 jan. 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-global-overview-report> Acesso em 23/08/2024.

KUENZER, Acácia. **Exclusão includente e inclusão excludente:** a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. 3. ed. campinas: Autores Associados, 2005.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempoo, 2018.

MACHADO, Fabrício Silva de Souza. **A crise de 2008:** desregulamentações, inovações e alavancagem financeira das economias capitalistas. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: 2017.

MAGALHÃES, Ramon Mendes da Costa; RODRIGUES, Amanda. **BNCC, Instituto Ayrton Senna e Fundação roberto Marinho: projetos educacionais para o Ensino Médio a partir da ótica das competências.** Rev. Trabalho Necessário. v.20, n. 42, 2022. Disponível em <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/announcement/view/679> Acesso em 25 mai. 2025.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** Rev. Germinal: Marxismo e Educação em Debate. v. 9, n.3, p. 325-356, dez. 2017. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648> Acesso em 23 jul. 2025

MARTINS, André Silva; OLIVEIRA, OLIVEIRA, Daniela Motta de; NEVES, Lucia Maria Wanderley; SANTOS, Marco Antonio Carvalho. **Fundamentos teóricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia.** In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da Nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

MARTINS, Marcos Francisco. **Gramsci, educação e escola unitária.** Rev. Educação e Pesquisa, v.47, e226099, 2021. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Disponível em

<https://www.redalyc.org/journal/298/29866573045/29866573045.pdf> Acesso em 31 de jul. 2025.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO, Daniel. **Professores fazem mobilização contra uso de plataformas digitais em SP**. Agência Brasil. EBC. Publicada em 10 mai. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-05/professores-fazem-mobilizacao-contra-uso-de-plataformas-digitais-em-sp?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 7 set. 2025.

MENDONÇA, Sonia. **O Estado Ampliado como ferramenta metodológica**. Rev. Marx e o Marxismo, Niteroi, RJ, v.2, n.2, jan/jul 2014. Disponível em <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/35> Acesso em 03/09/2024.

MÉSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. 2. Ed. Ver e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIRANDA, Kênia. **Lutas por educação no Brasil recente**: o movimento docente da educação superior. Niteroi: Eduff, 2017.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOTTA, Vania; ANDRADE, Maria Carolina Pires. **Conteúdo e forma do empresariamento da educação no tempo presente**: da capitalização à subsunção ao empresariado. In: Colóquio Marx e o Marxismo sem tabus - enfrentando opressões. 2011 a 2019, Niteroi. Anais. Niteroi, 2019. Disponível em <https://niepmarx.blog.br/anaismm2011-2019/> Acesso em 04 jul. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Entenda como a coalizão global de educação está lidando com a maior interrupção da aprendizagem da história**. Nações Unidas Brasil. 02 de out. de 2020. Notícias. Disponível em [Entenda como a coalizão global de educação está lidando com a maior interrupção da aprendizagem da história | As Nações Unidas no Brasil](https://naacoes.org.br/pt-br/noticias/entenda-como-a-coalizao-global-de-educacao-esta-lidando-com-a-maior-interrupcao-da-aprendizagem-da-historia) Acesso em 09/03/2025.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. **A Nova Pedagogia da Hegemonia**: Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005

NOVACK, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo: Rabisco Criação e Propaganda, 1988.

OCDE. **Avaliação da OCDE sobre Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil 2020**, OECD Publishing, Paris, 2020a <https://doi.org/10.1787/0a4936dd-pt>.

OCDE. **A Caminho da Era Digital no Brasil**, OECD Publishing, Paris, 2020b. <https://doi.org/10.1787/45a84b29-pt>.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PACHECO FILHO, Calino; WINCKLER, Carlos Roberto. Reforma da Previdência: o ajuste no serviço público. Revista Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, RS, v. 32, n. 4, p. 221-248, mar. 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do Estado dos anos 90**: Lógica e Mecanismos de Controle. Cadernos MARE. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. Disponível em <https://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno01.pdf> Acesso em 23 jul. 2025.

PODER 360. **Google inclui texto contra PL das fake news na página inicial do buscador**. 1. mai. 2023. Disponível em <https://www.poder360.com.br/tecnologia/google-inclui-texto-contr-pl-das-fake-news-na-home-do-buscador/> Acesso em 15 jun. 2025.

POLESE, Pablo. **Que tipo de crise?** István Mészáros e a crise estrutural do sistema do capital. Revista Em Pauta: Serviço Social UERJ, Rio de Janeiro - RJ, n. 37, v. 14, p. 40 - 60, 1o Semestre de 2016.

PONTEAPONTE. **Quem somos**. Disponível em: <https://ponteaponte.com.br/quem-somos/> Acesso em 25 out. 2025.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **GET**: Ginásio Educacional Tecnológico. Secretaria de Educação. sem data. Disponível em <https://educacao.prefeitura.rio/get/> Acesso em 02 jul. 2025.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Prefeitura do Rio entrega mais dois Ginásios Educacionais Tecnológicos**. Secretaria Municipal de Educação, 08 set. 2025. Disponível em: <https://educacao.prefeitura.rio/noticias/prefeitura-do-rio-entrega-mais-dois-ginasios-educacionais-tecnologicos/> Acesso em 29 de set. de 2025

QUINTANILLA, Miguel Ángel. **Tecnología, Cultura e Innovación**. In, AIBAR, Eduard, QUINTANILLA, Miguel Ángel. Ciencia, Tecnología y Sociedad. Enciclopedia Iberoamericana de Filosofía. v.32. Madrid: Editorial Trotta; Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2012. Disponível em <https://cursosupla.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/09/32-ciencia-tecnologc3ada-y-sociedad-eduard-aibar-y-miguel-c3a1ngel-quintanilla-eds.pdf> Acesso em 28 jul. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 2. ed. São Pauli: Cortez, 2002.

RODRIGUES, Amanda. **O grupo Globo e a formação d trabalhador de novo tipo:** atuação da Fundação Roberto Marinho na Difusão da Pedagogia da Hegemonia (1977-2000). Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2020.

ROSSI, Vera Lucia Sabongi de. **Mudanças com máscaras de inovação.** Rev. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 935-957, Especial - Out. 2005.

SAURA, G.; CANCELA, E.; PARCERISA, L. Privatización educativa digital. **Profesorado, Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 11–37, 2023. DOI: 10.30827/profesorado.v27i1.27019. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/27019>. Acesso em: 25 oct. 2025.

SAURA, Geo; PERONI, Vera Maria; PIRES, Daniela de Oliveira; LIMA, Paula Valim de. **Capitalismo na era digital e educação: democracia, Estado e ideologia.** Revista Lusófona de Educação, V.63, p.137-152, 2024. Disponível em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/issue/view/874> Acesso em 08/06/2025.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 6 ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME). **Festival LED discute educação STEAM e democracia.** Secretaria Municipal de Educação. Publicado em 14 jun. 2025. Disponível em: <https://educacao.prefeitura.rio/noticias/festival-led-discute-educacao-steam-e-democracia/> Acesso em 23 ago. 2025.

SCHULTZ, Theodore. **O valor econômico da educação.** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, Paula Alves Pereira da. **EdTech e a plataformação da educação.** Orientador: Raquel Goulart Barreto. 2022. 114 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade do estado do Rio de janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas.** Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jan. 2005. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move:** a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo/Iskra, 2021.

TUFEKCI, Zeynep. **We're building a dystopia just to make people click on ads**. 2017. Disponível em: https://www.ted.com/talks/zeynep_tufekci_we_re_building_a_dystopia_just_to_make_people_click_on_ads Acesso em 25 out. 2025.

VELOSO, Fernando; FEIJÓ, Janaína; FILHO, Fernando de Holanda Barbosa, RUHE, Ana Paula Nothen. **Mensuração do capital humano e suas implicações sobre a produtividade da economia brasileira** | Blog do IBRE. 19 jun. 2024. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/mensuracao-do-capital-humano-e-suas-implicacoes-sobre-produtividade-da-economia-brasileira>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

VILLAS BÔAS, Eduardo. “Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia ...” [Twitter], 3 abr. 2018. Disponível em: https://x.com/Gen_VillasBoas/status/981315180226318336 Acesso em 15 out. 2025.

WILKE, Valéria C.L.; FEIJÓ, Marcelo Santos. **Aspectos da plataformização educacional na educação básica brasileira: a “Escola do Cansaço” na era do Big Data**. Logeion: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, RJ, v. 10, n. esp2, p. 418–437, 2023. DOI: [10.21728/logcion.2023v10nesp2.p418-437](https://doi.org/10.21728/logcion.2023v10nesp2.p418-437). Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/6780>. Acesso em: 21 ago. 2024.

WOODCOCK, Jamie; JOHNSON, Mark R. **Gamificação: o que é e como lutar contra ela. que é e como lutar contra ela**. Revista Eco-Pós, 26 n.2, 107–137, 2023. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v26i2.28179> Acesso em 02 jul. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Vencedores da terceira edição do Prêmio LED/ 2024

VENCEDORES DO PRÊMIO LED 2024					
Projeto	Representante	Profissão do representante	Cidade e UF do projeto	Categoria da premiação	Categoria de conteúdo mobilizada
Cine Jericóollywood: transformando a educação pelo audiovisual	Janiglécia Tavares Lopes	Professora do ensino fundamental	Serra Branca - Paraíba (PB)	Educadores Inovadores	Inovação
Formação de Professores na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari	Huanderson Barroso Lobo	Educador / Formador de professores	Carauari - Amazonas (AM)	Educadores Inovadores	Inovação
Tocando em Frente	Luiza Diniz Vilanova	Estudante / Fundadora de projeto social	Não informado - Goiás (GO)	Estudantes Inovadores	Inovação
Boyebi: O Impacto da Literatura Afrofuturista	Hiara Rebeca Cardoso Cruz	Estudante	Não informado - São Paulo (SP)	Estudantes Inovadores	Inovação
Esperança no Espaço	Lindemberg Gonçalves Lima	Policial penal	Esperança - Paraíba (PB)	Empreendedores / Organizações	Inovação
Aldeias	Daniela Soares da Silva	Geógrafa / Ativista socioambiental	Altamira - Pará (PA)	Empreendedores / Organizações	Inovação
Instituto Cultural Bantu	Edielson da Silva Miranda	Mestre de capoeira	Vera Cruz - Bahia (BA)	Voto Popular	Inovação

Fonte: Elaborado pela autora a partir da *website* do Movimento LED

Apêndice 2 - Vencedores da segunda edição do Prêmio LED/2023

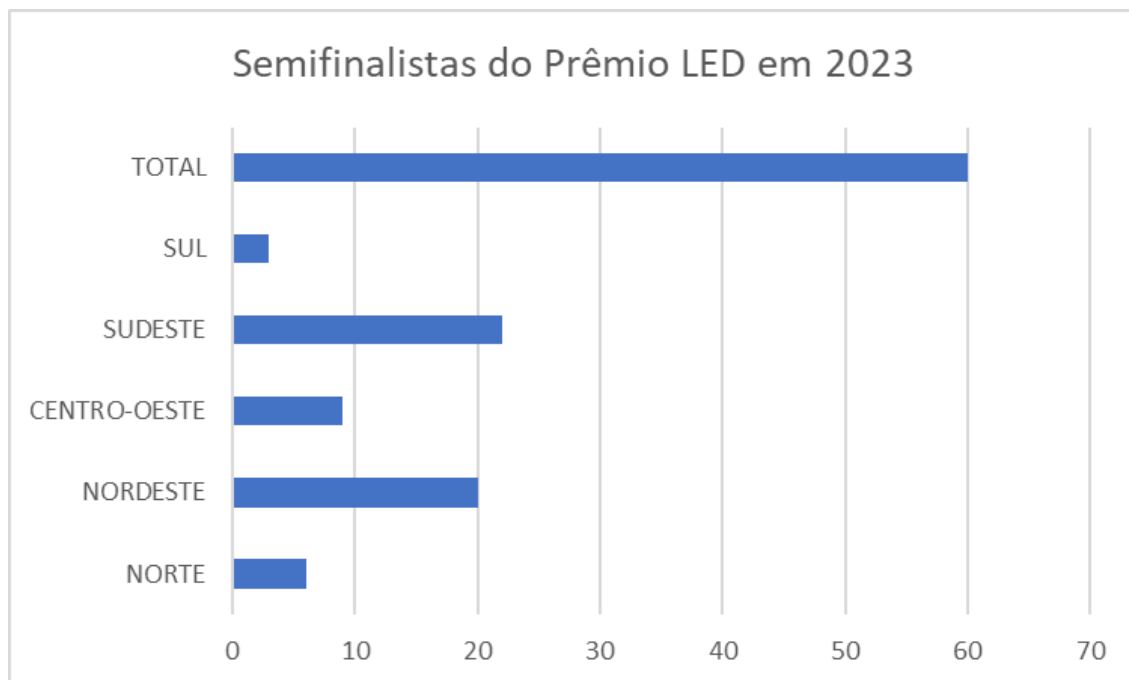
VENCEDORES DO PRÊMIO LED 2023					
Projeto	Representante	Profissão do representante	Cidade e UF do projeto	Categoria da premiação	Categoria de conteúdo mobilizada
Prática de campo: Sonhos e Possibilidades	Rosenilson Souza da Gama	Professor de Geografia	Barreirinhas - Amazonas (AM)	Educadores Inovadores	Inovação
Educação Antirracista	Vitalina Silva	Professora de Português	Camaçari - Bahia (BA)	Educadores Inovadores	Inovação
Jovens Líderes Pela Paz	Eduardo Vasconcelos Goyanna Filho	Estudante	Distrito Federal	Estudantes Inovadores	Inovação
Salvaguarda	Vinícius de Andrade	Estudante	Ribeirão Preto - São Paulo (SP)	Estudantes Inovadores	Inovação
Educar Nestante	Jessé Barbosa da Silva	Empreendedor social	Teresina - Piauí (PI)	Empreendedores /Organização	Inovação
Instituto Recomeçar	Leonardo Precioso	Empreendedor Social	Poá - São Paulo	Empreendedores /Organização	Inovação
Distante Sim, desconectado não!	Elineide Alves dos Santos Fernandes	Professora de Português / Diretora escolar	Cabrobó - Pernambuco (PE)	Voto Popular	Inovação

Fonte: Elaborado pela autora

Apêndice 3 – Vencedores da primeira edição do Prêmio LED/2022

VENCEDORES DO PRÊMIO LED 2022					
Projeto	Representante	Profissão do representante	Cidade e UF do projeto	Categoria da premiação	Categoria de conteúdo mobilizada
Adote 1 Escola	Fernando Albuquerque e Lins	Engenheiro e administrador	São Paulo - São Paulo (SP)	Empreendedores inovadores	Inovação
Desengaveta meu texto	Patrícia Rosas	Professora de Letras	Campina Grande - Paraíba (PB)	Educadores inovadores	Inovação
Espaço Educacional Cultural e Esportivo Quilombo Guarani	Paulo Soares Borges	Professor e idealizador	São Paulo - São Paulo (SP)	Educadores inovadores	Inovação
Formação de Jovens Empresários Rurais da Agricultura Familiar	Thales Lima	Diretor / Educador rural	Não especificado - Bahia (BA)	Estudantes inovadores	Inovação
Futuras Cientistas	Giovanna Machado	Pesquisadora / Doutora em Química	Não especificado - Pernambuco (PE)	Estudantes inovadores	Inovação
Programa de Inclusão Social Produtiva	Clarice Linhares	Arquiteta / Superintendente do Banco da Providência	Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (RJ)	Empreendedores inovadores	Inovação

Fonte: Elaborado pela autora

Apêndice 4: Semifinalistas do Prêmio LED 2023.

Fonte: Elaborado pela autora.

Apêndice 5: Finalistas do Desafio LED - 3ª edição (2024)

Projeto premiado	Prêmio	Projeto	Vínculo Institucional do finalista
1º SmartVideosEdu: Sistema Personalizado de Recomendação de Vídeos Educacionais	85 mil reais	Ferramenta que, com base no modelo de Felder e Silverman e em IA, faz curadoria personalizada de vídeos educativos do YouTube, de acordo com o estilo de aprendizagem do estudante universitário.	Instituto Federal de São Paulo (IFSP)
2º Voz Ativa	85 mil reais	Plataforma colaborativa que transforma livros científicos em áudio, narrados por voluntários, para garantir acessibilidade a estudantes com deficiência visual no Ensino Superior.	Universidade Estadual do Piauí
3º Brasil Leitor	60 mil reais	Aplicativo educacional para alfabetização de jovens e adultos, com jogos e desafios interativos, suporte de professores voluntários e foco em inclusão e eficácia na aprendizagem.	UNIFAST
4º Lêcomigo	40 mil reais	Clube de assinatura de livros infantis para crianças de 3 a 7 anos em escolas públicas.	Não identificado
5º AcessaÍ: Acessibilidade ao alcance das mãos	40 mil reais	Aplicativo que conecta especialistas em acessibilidade, professores e pais de crianças com deficiência para apoiar práticas inclusivas na educação infantil e fundamental.	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de <https://somos.globo.com/movimento-led/desafio-led/noticia/desafio-led-jovens-de-sao-paulo-e-piaui-levam-o-premio-maximo.ghtml>

Apêndice 6 - Finalistas do Desafio LED - 2ª edição (2023)

Projeto premiado	Prêmio	Projeto	Vínculo Institucional do finalista
1º Entre Pontos	85 mil reais	Plataforma digital para conectar jovens estudantes que compartilham trajetos e rotas parecidas a fim de reduzir a vulnerabilidade nas ruas e ampliar o acesso às instituições de ensino.	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
2º Towquin	85 mil reais	Ecossistema para conectar e transformar produções acadêmicas em soluções práticas voltadas a problemas públicos.	Universidade Federal de Integração Latino-americana
3º Uni.launch	60 mil reais	Plataforma de colaboração e desenvolvimento de projetos entre estudantes, com troca de serviços e uso da validação de horas complementares como moeda de troca.	Univille (SC)
4º Asdo Pesquisas	40 mil reais	Plataforma digital para conectar pesquisadores e voluntários interessados em colaborar em investigações acadêmicas.	Não identificado
5º Compartilhaí	40 mil reais	Aplicativo para facilitar a doação, venda e aluguel de materiais de graduação entre os estudantes das faculdades públicas	Universidade Federal de Minas Gerais

Fonte: Elaborado pela autora a partir de <https://somos.globo.com/movimento-led/desafio-led/noticia/estudantes-de-niteroi-e-foz-do-iguacu-vencem-segunda-edicao-do-desafio-led.ghml>

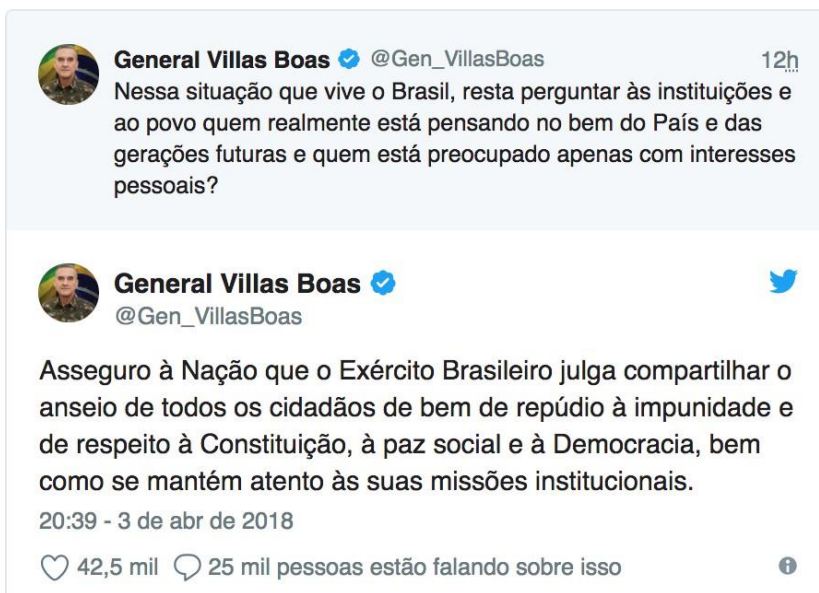
Apêndice 7 - Finalistas da primeira edição do Desafio LED (2022)

Projeto premiado	Prêmio	Projeto
1° (empate) Maduc: o match da educação	75 mil reais	Aplicativo que conecta universitários e alunos da rede pública do interior do Ceará, criando parcerias para desenvolver ideias e transformar realidades por meio da inovação.
1° (empate): Mentoria na Perifa	75 mil reais	Mentorias online gratuitas voltadas para jovens de baixa renda, buscando transformar trajetórias por meio do conhecimento e de redes de apoio.
3° Me dá um HELP!	50 mil reais	Apoio a estudantes ingressantes em universidades públicas via cotas, que não possuem bases suficientes em disciplinas iniciais, visando inclusão e permanência acadêmica.
4° Interpretando as 4 operações	30 mil reais	Projeto gratuito e voluntário com jovens de 14 a 18 anos (indígenas, venezuelanos, negros, brancos) em situação de vulnerabilidade, fortalecendo leitura e cálculos básicos.
5° Álbum de Figurinhas dos 17 ODS	20 mil reais	Iniciativa lúdica para ensinar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU a crianças e jovens, por meio de parcerias públicas e privadas.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de <https://somos.globo.com/movimento-led/desafio-led/noticia/desafio-led-me-da-uma-luz-ai-conheca-os-vencedores-da-1a-edicao.ghtml>

ANEXOS

Anexo 1: Print do *tweet* em tom ameaçador escrito pelo general do exército Villas Boas dirigido informalmente ao STF na véspera do julgamento do *habeas corpus* do presidente Lula da Silva.



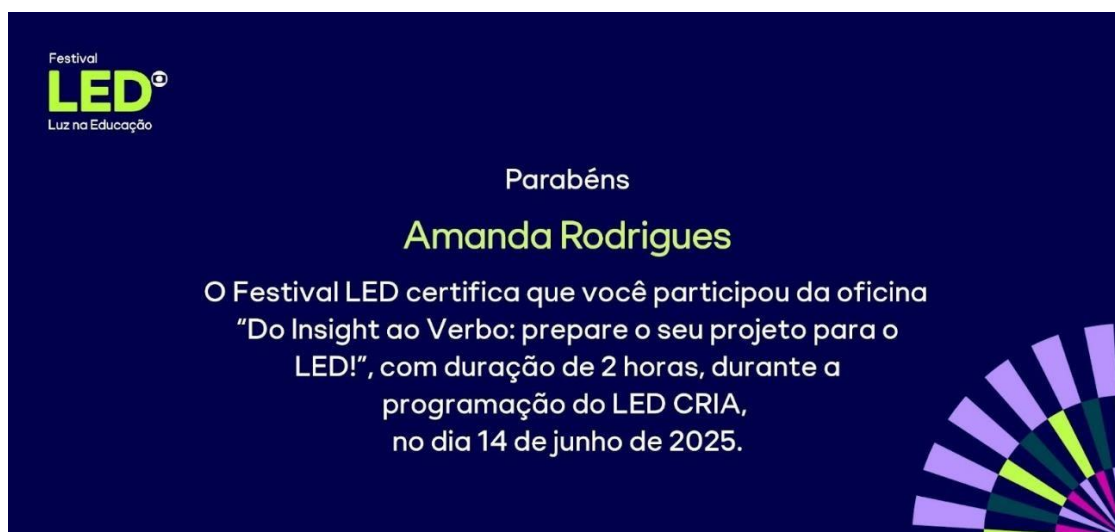
Fonte: Villas Boas, 2018.

Anexo 2: Print da página inicial do buscador Google com o link que caracteriza o *lobby* feito pela empresa contra a regulamentação das redes sociais pelo Congresso Nacional



Fonte: Google Brasil, 2023.

Anexo 3 - Certificado de participação na oficina *Do Insight ao Verbo: prepare o seu projeto para o LED* oferecida no Festival LED 2025.



REALIZAÇÃO

